



REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA FRANCA DO CAMPO

Fase 4 – Discussão Pública | Volume IV – Relatório Ambiental

junho 2024

ÍNDICE

1. Sumário Executivo	7
2. Introdução	10
3. Objetivos e Metodologia	13
3.1. Objetivos	13
3.2. Metodologia	14
3.2.1 Enquadramento	14
3.2.2 Procedimentos Metodológicos	14
4. Objeto de Avaliação	18
4.1. Descrição do Objeto de Avaliação	18
4.2. Breve Caracterização de Âmbito Territorial	20
4.3. Questões Estratégicas ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)	36
5. Quadro de Referência Estratégico	43
6. Fatores de Sustentabilidade	47
6.1. Vulnerabilidades e Riscos	50
6.1.1 Introdução	50
6.1.2 Objetivos e Indicadores	50
6.1.3 Situação Atual	52
6.1.4 Tendências de Evolução sem a revisão do PDM VFC	64
6.1.5 Avaliação Estratégica de Efeitos	64
6.1.6 Recomendações	67
6.2. Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	68
6.2.1 Introdução	68
6.2.2 Objetivos e Indicadores	69
6.2.3 Situação Atual	70
6.2.4 Tendências de Evolução sem a revisão do PDM VFC	76
6.2.5 Avaliação Estratégica de Efeitos	76
6.2.6 Recomendações	79
6.3. Recursos Naturais	81
6.3.1 Introdução	81
6.3.2 Objetivos e Indicadores	81
6.3.3 Situação Atual	83
6.3.4 Tendências de Evolução sem a revisão do PDM VFC	86
6.3.5 Avaliação Estratégica de Efeitos	86
6.3.6 Recomendações	90
6.4. Ordenamento e Qualificação territorial	92
6.4.1 Introdução	92
6.4.2 Objetivos e Indicadores	92
6.4.3 Situação Atual	94
6.4.4 Tendências de Evolução sem a revisão do PDM VFC	99
6.4.5 Avaliação Estratégica de Efeitos	100
6.4.6 Recomendações	104

6.5. Desenvolvimento Socioeconómico e Qualidade de Vida	105
6.5.1 Introdução	105
6.5.2 Objetivos e Indicadores	105
6.5.3 Situação Atual	106
6.5.4 Tendências de Evolução sem a revisão do PDM VFC	113
6.5.5 Avaliação Estratégica de Efeitos	114
6.5.6 Recomendações	117
6.6. Fatores Transversais de Sustentabilidade	117
6.6.1 Governança para a Ação	117
6.6.2 Serviços dos Ecossistemas	121
6.6.3 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	132
7. Seguimento e Monitorização	136
7.1. Enquadramento	136
7.1.1 Metodologia de Seguimento	136
7.1.1.1 Orientações Metodológicas	136
7.1.1.2 Monitorização Territorial	137
7.1.1.3 Monitorização Estratégica	139
7.2. Implementação do Seguimento	141
8. Conclusões	142
8.1. Síntese dos Principais Efeitos Positivos e Negativos	142
8.2. Síntese das Principais Recomendações	145
9. Bibliografia Consultada	148
ANEXO_01: Referenciais Estratégicos	151
ANEXO_02: Ponderação dos Pareceres das ERAE ao RA Preliminar	169
ANEXO_03: PROGRAMA DE EXECUÇÃO DA RPDM_VFC	175

ANEXOS

01_REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS

02_PONDERAÇÃO DOS PARECERES DAS ERAE À 2.ª VERSÃO DO RA_PRELIMINAR

03_PROGRAMA DE EXECUÇÃO DA RPDM_VFC

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1_Dimensões da AAE	11
Figura 2.2_Estrutura do Relatório Ambiental da AAE da rPDM_VFC	11
Figura 3.1_Etapas da AAE previstas na legislação e principais produtos da AAE da rPDM_VFC	14
Figura 3.2_Esquema do processo de definição dos Fatores de Sustentabilidade	15
Figura 3.3_Desenvolvimento do Relatório Ambiental em torno dos Fatores de Sustentabilidade	16
Figura 4.1_Enquadramento territorial do concelho de Vila Franca do Campo	20
Figura 4.2_Evolução da população total residente (1991, 2001, 2011, 2021) em Vila Franca do Campo	21
Figura 4.3_Taxa de atividade e taxa de emprego total e jovem em Vila Franca do Campo, na ilha de São Miguel e na RAA, 2021 (%)	22
Figura 4.4_Taxa de desemprego por freguesia, 2021 (%)	23
Figura 4.5_Evolução da taxa de desemprego na RAA e em Portugal (%)	23
Figura 4.6_Evolução dos beneficiários de RSI no total da população residente com 15 e mais anos, 2011-2021 (%)	24
Figura 4.7_População empregada por setor de atividade, 2021 (%)	24
Figura 4.8_População empregada por setor de atividade e por freguesia 2021 (%)	25
Figura 4.9_Evolução do número de empresas não financeiras e pessoal ao serviço em Vila Franca do Campo 2011-2019 (%)	26
Figura 4.10_Principais setores de atividade económica das empresas não financeiras na RAA, Ilha de São Miguel e Vila Franca do Campo 2019 (%)	26
Figura 4.11_Áreas Protegidas do PNI São Miguel que abrangem o concelho de Vila Franca do Campo	31
Figura 4.12_Unidades de paisagem da ilha de São Miguel	32
Figura 4.13_Risco sísmico	32
Figura 4.14_Risco de movimentos de vertente	33
Figura 4.15_Áreas de Suscetibilidade Elevada a Movimentos de Vertente	34
Figura 4.16_Risco de cheias e inundações, tsunamis	34
Figura 4.17_Vulnerabilidade a galgamentos e inundações costeiras	35
Figura 4.17_Risco de atividade vulcânica do tipo Stromboliano e de atividade vulcânica freática/freatomagmática	36
Figura 6.1.1_Hierarquização do grau de risco, do concelho de Vila Franca do Campo (PMEPC – VFC, março, 2019)	55
Figura 6.1.2_Resumo das principais alterações climáticas projetadas para o município de Vila Franca do Campo até ao final do século	60
Figura 6.1.3_Articulação das opções de adaptação com os planos territoriais de âmbito municipal e notas para a sua integração (EMAAC de Vila Franca do Campo, 2016)	62
Figura 6.6.1_Estrutura conceptual dos serviços de ecossistemas	122
Figura 6.6.2_Tipologia de serviços de ecossistemas	123
Figura 6.6.3_Modelo concetual para análise dos ganhos e perdas dos serviços de ecossistemas	123
Figura 6.6.4_Classificação Habitats EUNIS presentes no município de Vila Franca do Campo	126
Figura 6.6.5 – Significância dos serviços de ecossistemas presentes no município de Vila Franca do Campo	128
Figura 6.6.6_Evolução da população total residente (1991, 2001, 2011, 2019) em Vila Franca do Campo	129
Figura 6.6.7_Ganhos e perdas de serviço de ecossistemas decorrentes da proposta de ordenamento da rPDM_VFC	131
Figura 6.6.8_Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS)	132
Figura 6.6.9_Cinco princípios enquadramentos dos ODS	133
Figura 6.6.10_Visão integradora das dimensões do desenvolvimento sustentável com os ODS	133
Figura 6.6.11_Contributo do Município de Vila Franca do Campo para os ODS	133

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AAE – Avaliação Ambiental Estratégica

APA, I.P. – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

CE – Comissão Europeia

CMVFC – Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

CO₂ -Dióxido de Carbono

COS – Carta de Ocupação do Solo

DA – Declaração Ambiental

DGOTDU - Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DRAAC – Direção Regional do Ambiente e Ação Climática (anterior Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas)

DRAC – Direção Regional dos Assuntos Culturais

DRCPL – Direção Regional de Cooperação com o Poder Local

DREn – Direção Regional da Energia

DROTRH – Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

DRPM – Direção Regional de Políticas Marítimas

DRRFOT – Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento do Território

DRTu – Direção Regional do Turismo

EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.

ERSARA – Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos dos Açores

FCD – Fatores Críticos para a Decisão

FS – Fatores de Sustentabilidade

FTS – Fatores Transversais de Sustentabilidade

IGT – Instrumento de Gestão Territorial

INE – Instituto Nacional de Estatística

LREC – Laboratório Regional de Engenharia Civil

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

ONGA – Organização Não Governamental de Ambiente

PDM – Plano Diretor Municipal

QEAS – Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade

QRE – Quadro de Referência Estratégico

RA – Relatório Ambiental

RAA – Região Autónoma dos Açores

RDA – Relatório de Definição de Âmbito

RJIGT-A – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores

RNT – Resumo Não Técnico

rPDM_VFC – Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Franca do Campo

SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores

SRIR – Sistema Regional de Informação sobre Resíduos

UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

Técnicos	Especialidade
Coordenação	
Carla Melo	Biologia Ambiente, Saúde e Segurança
Sérgio Costa	Engenharia do Ambiente
Execução Técnica	
Ana Valente	Engenharia do Ambiente
Cláudia Medeiros	Gestão Ambiental
Filipe Martins	Geografia Sistemas de Informação Geográfica
Sérgio Almeida	Engenharia Biológica
Susana Fernandes	Geografia e Planeamento Gestão Ambiental e Ordenamento do Território

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente documento concretiza a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Franca do Campo (rPDM_VFC), na sua versão Consulta Pública, e enquadra-se no disposto pelo Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

A presente AAE foi estruturada de forma a fornecer um quadro de análise estratégica das oportunidades que podem ser valorizadas e das ameaças que será necessário acautelar com a rPDM_VFC de forma a garantir a sustentabilidade ambiental e territorial da área de intervenção do plano.

Uma análise integrada dos efeitos positivos/oportunidades, efeitos negativos/ameaças e recomendações resultantes das apostas estratégicas da rPDM_VFC demonstra um balanço significativamente positivo sobre os diversos Fatores de Sustentabilidade (FS) avaliados. É importante referir que ao longo do processo de planeamento foram já salvaguardadas considerações e recomendações da AAE, articuladas e analisadas em conjunto com a equipa do Plano, e que integram já a versão atual da proposta do Plano.

Vulnerabilidades e Riscos

No seu cômputo global, a rPDM_VFC salvaguarda as questões cruciais identificadas pela AAE relativas a este FS, através das suas opções estratégicas concretizadas em programas e ações.

Importa destacar no âmbito dos riscos naturais os riscos classificados no PMEPC de Vila Franca do Campo como “Risco Extremo”: “Ciclones e Tempestades” e “Sísmico” e como “Risco Elevado”: riscos “Cheia e Inundações”, “Vento Forte”, “Acidente Rodoviário”, “Acidentes Industrial”, “Incêndios Urbanos”, “Movimento de Vertente”, “Tsunami”, “Vulcões” e “Acidentes Aéreos”.

No que concerne ao número de ocorrências, entre o período 1998 – 2022, destacam-se as 41 ocorrências associadas a “Cheias/Inundações”.

Ao nível da mitigação e da capacidade de adaptação e resiliência às alterações climáticas, a CMVFC tem elaborada a sua Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC), com a proposta de opções de adaptação cuja concretização e monitorização ficaram condicionadas pelo contexto pandémico vivido entre 2020 e 2021 associado à COVID-19.

Não obstante os efeitos positivos identificados, condicionados à forma como serão executados os projetos de concretização territorial da rPDM_VFC ao longo do processo de AAE foram apresentadas, no âmbito de alguns dos FS, um conjunto de recomendações, algumas de caráter complementar ao próprio Plano.

Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais

De uma forma geral considera-se que a rPDM_VFC influencia de forma positiva ao nível dos “Valores e Valores Naturais, Patrimoniais e Paisagísticos”, tendo sido identificadas oportunidades significativas no que se refere à minimização e eliminação de situações/atividades que contribuem para a degradação das condições ambientais, essencialmente ao nível da biodiversidade, perspetivando-se um ordenamento e ajustamento dos usos, valorização de elementos patrimoniais, bem como de valorização paisagística.

Ainda assim, apesar da existência de uma parcela considerável do território classificada pelos valores naturais e paisagísticos, foram apresentadas pela AAE um conjunto de recomendações que surgiram

essencialmente com o objetivo de reforçar e maximizar a concretização nesta proposta, e que se traduziram num complemento de proteção e valorização das espécies e habitats, permitindo à população usufruir dos benefícios prestados pelos serviços dos ecossistemas presentes e, simultaneamente, oferecer um conjunto de atividades turísticas relacionadas com esses valores naturais e paisagísticos.

Recursos Naturais

Em termos gerais, os elementos propostos pelo rPDM_VFC salvaguardam as principais questões estratégicas relacionadas com este fator de sustentabilidade, principalmente as inerentes à preservação do estado das massas de água, sendo de destacar a elaboração do “Plano Municipal de Gestão da Água”, qualificação do sistema de abastecimento de água e saneamento básico e gestão das infraestruturas, e execução de ações de sensibilização e promoção ambiental tendo-se definido um conjunto de medidas que, com a sua concretização, poderão contribuir para a redução dos níveis de extração de água, redução de perdas na rede, e uso mais eficiente de água pelos utilizadores. As medidas previstas devem ser implementadas de forma complementar às medidas previstas pelos planos estratégicos setoriais responsáveis pela atuação sobre o estado das massas de água, da responsabilidade direta da DROTRH e das entidades gestoras dos serviços de abastecimento e saneamento, nomeadamente, sendo necessário coordenar e agilizar esforços para se proceder a ações de monitorização e fiscalização do estado das massas de água ou ações de proteção e valorização. Não obstante, o presente relatório procurou reforçar ou reorientar algumas questões relevantes no âmbito deste fator de sustentabilidade, tais como, a questão do uso sustentável e eficiente de água e energia. Em termos de recomendações, no âmbito da elaboração do “Plano Municipal de Gestão da Água”, sugere-se a introdução dos seguintes objetivos operacionais: v) Implementação dos perímetros de proteção às captações e licenciamento de captações e vi) Elaboração de um Plano Municipal de Contingência para Situações de Seca e Escassez Hídrica. De modo a promover-se a preservação do bom estado das águas superficiais costeiras, sugere-se que o projeto de conclusão e qualificação da Marina de Vila Franca do Campo deva ser acompanhado pela implementação de medidas que reforcem as condições de salubridade e saneamento básico, reforço dos equipamentos de deposição de resíduos, uso eficiente de água, e sinalética de sensibilização para o respeito pelas boas práticas ambientais.

Ao nível dos recursos energéticos, o município apresenta um conjunto de ações que apresentam potencial para, de forma indireta, incutir uma gestão mais sustentável deste recurso, tais como a requalificação ou reabilitação do parque habitacional municipal e equipamentos coletivos municipais, ou a implementação das UOPG. Estas medidas constituem oportunidades para introdução de beneficiações ao nível da redução do consumo de recursos energéticos, nomeadamente, recursos de origem fóssil através da introdução de fontes renováveis, aquisição de conforto térmico e melhoria da eficiência energética no edificado e iluminação pública. De forma a reforçar estes princípios, recomenda-se o estabelecimento de critérios de sustentabilidade ambiental e energética, ou uso de técnicas de construção sustentável e de conforto bioclimático, no processo de seleção e adjudicação de projetos e empreitadas de requalificação de edificado (p.e. equipamentos coletivos, habitação social, soluções urbanísticas das UOPG, etc) a ocorrer na área de intervenção, durante a fase de implementação do rPDM_VFC, bem como a eventual inclusão destes critérios em sede de Regulamento.

Ordenamento e Qualificação territorial

Ao nível dos serviços ambientais, a proposta de rPDM_VFC pretende promover a qualificação do sistema de abastecimento de água e saneamento básico e gestão das infraestruturas, que pretende o reforço e integração da rede de drenagem e infraestruturas associadas (e.g. estações elevatórias), beneficiação tecnológica dos equipamentos e estações de tratamento disponíveis com vista ao aumento da sua capacidade de tratamento, implementação de novas estações de tratamento de águas residuais, infraestruturização dos respetivos coletores de drenagem, e adoção das melhores tecnologias disponíveis. A proposta pretende também elaborar um Plano Municipal de Gestão da Água e implementar várias UOPG, sendo estes projetos relevantes e interferentes na qualidade de gestão futura dos usos de água. Em particular, o projeto de elaboração de “Plano Municipal de Gestão da Água” assenta nos seguintes objetivos operacionais e territoriais: i) Regularização de situações pontuais de quebra de abastecimento ou carência de água, principalmente, em aglomerados isolados e dispersos

ou em situações de seca; ii) Redução das perdas de água através da melhoria das condições de captação e das redes de distribuição; iii) Recuperação das redes e equipamentos degradados; iv) Manutenção da qualidade de água abastecida para consumo humano e controlo dos respetivos parâmetros analíticos.

Em termos de recomendações, no âmbito da elaboração do “Plano Municipal de Gestão da Água”, sugere-se o reforço das condições de monitorização e medição de caudais de água abastecida, e maior pormenorização na prevista “adoção das melhores tecnologias disponíveis”, devendo estas contemplarem a introdução de soluções alternativas à extração e uso de água mineral (potável), como soluções de acondicionamento e reutilização de águas pluviais ou residuais tratadas para fins menos exigentes (p.e. rega, lavagem de espaços, sanitários, etc.), de modo a reduzir o consumo excessivo de água mineral (potável), e assim adquirir maior eficiência no consumo de recursos hídricos, contribuir para a circularidade, e promover a preservação do estado das massas de água. Ao nível da gestão de resíduos urbanos sugere-se, de forma complementar às medidas já estipuladas, a necessidade de reforço da cobertura e capacidade instalada do serviço de recolha seletiva das frações multimaterial, têxteis, resíduos perigosos domésticos e biorresíduos, de acordo com os novos requisitos legais comunitários, e aproveitando as operações urbanísticas e de reordenamento territorial previstas no rPDM_VFC como janela de oportunidade para o necessário reforço dos serviços ambientais de gestão de resíduos, de saneamento e abastecimento público de água.

Desenvolvimento Socioeconómico e Qualidade de Vida

O município de Vila Franca do Campo apresenta uma forte ligação com o mar e algumas das melhores praias da ilha de São Miguel. A marina constitui também um ponto nuclear na dinâmica socioeconómica da vila, assim como o porto de pesca. O ilhéu é um dos elementos singulares que se destaca em toda a ilha pelas suas características geofísicas, naturais e atratividade para visitantes e uso balnear. Nas atividades económicas, destacam-se ainda o mergulho, o *whale watching* e as atividades náuticas de um modo geral – com especial foco para o clube naval com uma dinâmica muito significativa. Relativamente à atividade agrícola, as “Quintas” associadas à produção de banana e até mesmo a cultura de vinha, apresentam neste concelho uma importante dinâmica e expressão territorial.

A revisão do PDM constitui assim, uma oportunidade para reforçar as complementaridades de Vila Franca do Campo com os municípios vizinhos e reforçar a sua competitividade no contexto da ilha de São Miguel. Permite também apontar novas respostas, integradas e de médio prazo, estimuladoras do desenvolvimento socioeconómico.

No presente FS procurou-se avaliar os efeitos positivos e negativos das propostas/opções do plano sobre a equidade, o equilíbrio demográfico, a inclusão e as desigualdades sociais, as atividades económicas, o crescimento sustentável, a competitividade e a coesão territorial, a dinâmica socioeconómica da vila, assim como do porto de pesca, bem como a capacidade de valorização do território e das comunidades, atração de investimento e qualificação da oferta turística.

Verifica-se que alguns dos projetos propostos assentam na transposição e otimização ao nível local das políticas de nível setorial regionais. Destaca-se assim, a criação de mais emprego, através da promoção de políticas urbanísticas, da qualidade de vida e do ambiente, da valorização dos recursos endógenos, da sustentabilidade, do reforço da atratividade de novos residentes.

Os projetos propostos permitem tornar o município economicamente mais competitivo no contexto de ilha, com apostas claras na qualificação urbana e reabilitação, bem como na salvaguarda das suas atividades tradicionais de valor acrescentado, nomeadamente no setor primário.

O município de Vila Franca do Campo possui também circunstâncias endógenas únicas, que se encontram valorizadas nesta proposta de revisão do PDM, nomeadamente a sua unicidade e caráter identitário tridimensional “Campo-Vila-Mar, sendo que esta estratégia de desenvolvimento promove o desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, como setores dinamizadores da atividade económica do município, estabelecendo projetos específicos para a valorização dos recursos locais.

Neste sentido, não se identificam recomendações no âmbito do FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Qualidade de Vida”.

2. INTRODUÇÃO

A elaboração da presente Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) enquadra-se no disposto pelo Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente – Diretiva de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) – adotada em julho de 2001, sendo aplicável a todos os planos ou programas abrangidos pelo artigo 3.º, nomeadamente:

- Os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projectos mencionados nos anexos i a v do referido diploma e que dele fazem parte integrante;
- Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos numa área sensível, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do referido diploma e de mais legislação aplicável;
- Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

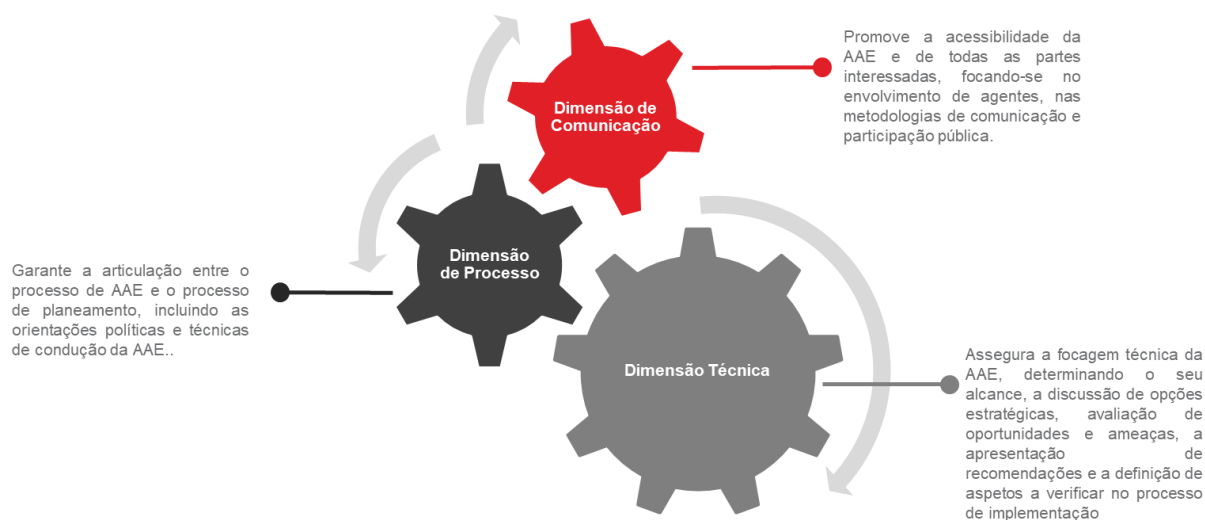
Neste contexto, a aplicação da AAE ao caso da revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Franca do Campo (adiante designado rPDM_VFC) é enquadrada pelo facto de este constituir-se como um instrumento de ordenamento com potenciais efeitos ambientais, sendo por isso fundamental uma adequada articulação e integração entre o processo de AAE e o processo de elaboração e implementação do próprio Plano, em harmonia com o conceito segundo o qual foi legalmente concebida.

A AAE vem, assim, incorporar a lógica de responsabilização, participação e transparência que determina que processos contínuos como os planos e programas de incidência territorial, que apresentam ciclos de decisão próprios e legalmente contextualizados, possam ser eficazmente elaborados, implementados e monitorizados.

Nesse quadro, a metodologia para a AAE da proposta de rPDM_VFC pretende concretizar uma abordagem estratégica, com respeito integral pelas orientações emanadas da legislação em vigor, e estruturada de acordo com as dimensões desenvolvidas e referenciadas pela bibliografia especializada: técnica, de processo e de comunicação (Figura 2.1). Entre outras fontes de informação, destaca-se o “Guia das Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica”, publicado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e o “Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território”, elaborado pela Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU). Esta última publicação é especificamente orientada para a elaboração de AAE no âmbito dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT). Foram também internalizadas as NT.AAE.1/2020 e NT.AAE.2/2020 publicadas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA, I.P.).

Em síntese, a realização desta AAE, pretende garantir que os potenciais efeitos ambientais são tomados em consideração durante a elaboração da rPDM_VFC e antes da sua aprovação, contribuindo para a adoção e concretização de soluções mais eficazes e sustentáveis, que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente.

Figura 2.1_Dimensões da AAE



Este documento – Relatório Ambiental (RA) - apresenta a seguinte estrutura (Figura 2.2):

Figura 2.2_Estrutura do Relatório Ambiental da AAE da rPDM_VFC



3. OBJETIVOS E METODOLOGIA

3.1. OBJETIVOS

A Diretiva 2001/42/CE, que foi objeto de transposição através do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, é muito clara ao definir que o objetivo global de uma AAE consiste em:

“estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável”.

Este objetivo está assim alinhado com os desígnios da política comunitária nesta matéria, estabelecidos no artigo 6.º do Tratado CE, o qual determina que as exigências em matéria de proteção do ambiente devem ser integradas na definição e execução das políticas e ações da Comunidade Europeia.

Subsidiariamente, o Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, estabelece assim que o processo da AAE deve contribuir para a adoção dum conjunto de soluções e medidas que permitam reduzir os efeitos negativos mais significativos no ambiente que resultem da aplicação do plano em avaliação.

Neste contexto, e em consonância com o Guia de Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica, a AAE visa três objetivos muito concretos:

- Encorajar a integração ambiental e de sustentabilidade (incluindo os aspetos biofísicos, sociais, institucionais e económicos), estabelecendo as condições para acomodar futuras propostas de desenvolvimento;
- Acrescentar valor ao processo de decisão, discutindo as oportunidades e os riscos das opções de desenvolvimento e transformando problemas em oportunidades;
- Alterar mentalidades e criar uma cultura estratégica no processo de decisão, promovendo a cooperação e o diálogo institucionais e evitando conflitos.

Em consonância com os objetivos preconizados, a AAE intervirá assim em duas fases da rPDM_VFC:

- **Durante o seu processo de revisão:**
 - Sistematizando o quadro de problemas ambientais atualmente existentes e a respetiva evolução tendencial, bem como o quadro de valores ambientais a preservar;
 - Identificando as opções de natureza estratégica que potenciem os efeitos positivos ou que minimizem os efeitos negativos mais significativos;
 - Promovendo a adoção de opções que contribuam eficazmente para a sustentabilidade do plano.
- **Durante o seu processo de implementação e monitorização estratégica:** através do desenvolvimento de ferramentas de avaliação e da formulação de recomendações, que assegurem uma efetiva concretização de objetivos de sustentabilidade da rPDM_VFC, durante o seu período de vigência.

Em síntese, espera-se que os resultados da AAE, incluindo os contributos do respetivo processo de consulta pública, permitam influenciar positivamente o processo de implementação da rPDM_VFC, garantindo uma maior sustentabilidade do modelo de intervenção proposto para a área de intervenção.

3.2. METODOLOGIA

3.2.1 ENQUADRAMENTO

O esquema da Figura 3.1 ilustra a sequência das diferentes fases, assim como os principais trabalhos a desenvolver em cada etapa, de acordo com a legislação em vigor.

Figura 3.1_Etapas da AAE previstas na legislação e principais produtos da AAE da rPDM_VFC



3.2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresenta-se neste subcapítulo a metodologia adotada para o presente processo de AAE, que procura respeitar a estrutura e os princípios metodológicos emanados da legislação em vigor e principais guias institucionais.

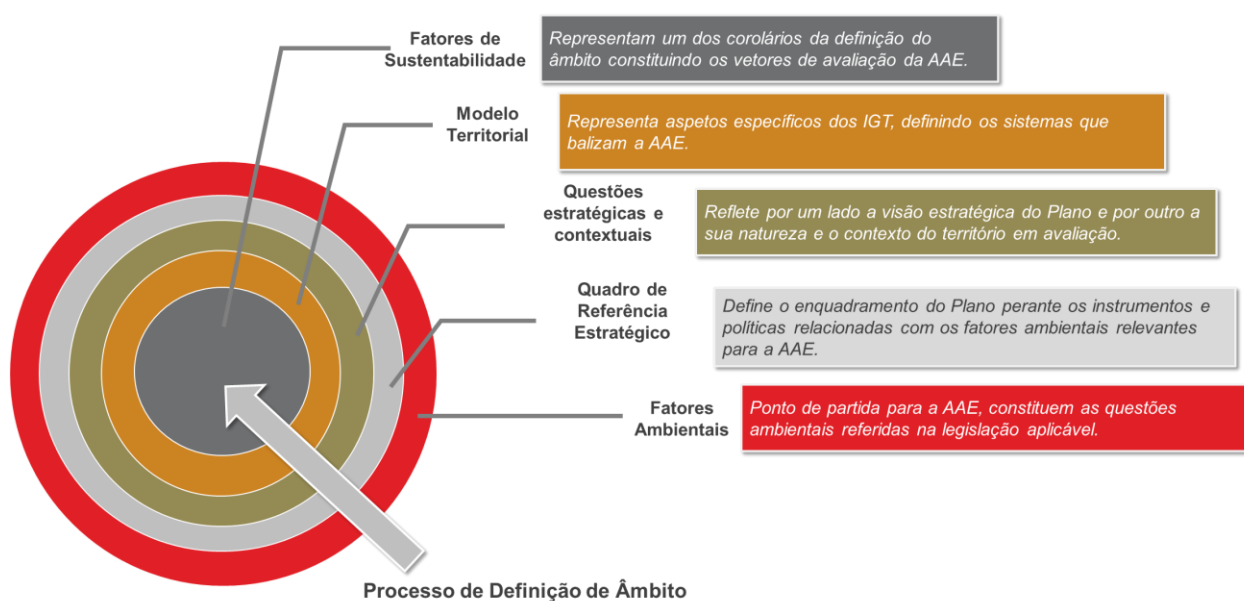
Fase 1 | Definição de Âmbito (Fase Anterior)

Esta fase permitiu desenvolver um enquadramento do projeto que faculta à equipa da AAE os dados necessários para a definição de um conjunto de fatores de natureza estratégica (Fatores de Sustentabilidade - FS) com base nos quais se processa a AAE propriamente dita (durante a Fase 2).

A Fase 1 é, pois, uma fase de reflexão, de discussão e de aprofundamento de informação de natureza diversa.

A Figura 3.2 ilustra o caminho que permitiu definir o âmbito da avaliação a realizar, com base na ponderação de um conjunto de questões ambientais, presentes no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, e de outros elementos desenvolvidos.

Figura 3.2_Esquema do processo de definição dos Fatores de Sustentabilidade



Desta análise integrada com as questões estratégicas e ambientais identificadas como significativas na área de intervenção, resultou então a proposta do conjunto de FS relevantes, que permitiu estruturar a avaliação dos efeitos ambientais de natureza estratégica para as opções consideradas na proposta de rPDM_VFC.

A versão preliminar do RDA foi submetida a consulta a diversas entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE) e a quem interessam, naturalmente, os efeitos ambientais da elaboração da rPDM_VFC, cuja ponderação foi vertida posteriormente na versão Final do RDA.

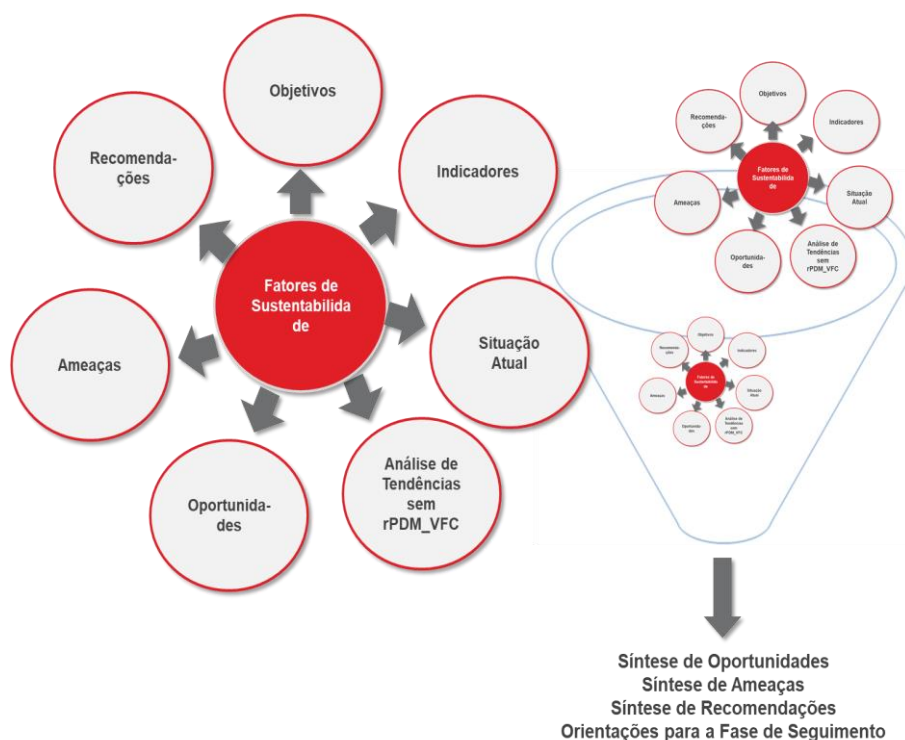
Fase 2 | Avaliação Estratégica de Efeitos (Fase Atual)

Uma vez recebido o parecer das entidades consultadas na fase de definição de âmbito, e ponderadas as respetivas recomendações, a Fase 2, cujo produto final é o presente Relatório Ambiental (RA), aprofunda o resultado da Fase 1, com um conjunto de análises sobre os FS que permitem ter uma visão abrangente e tão analítica quanto possível.

O conteúdo do RA e a sua organização refletem uma preocupação da equipa de trabalho da AAE que procura privilegiar o que se considera ser a mais-valia duma AAE: a visão prospetiva acompanhada de recomendações claras, objetivas e que permitam uma leitura fácil e incorporação ágil das suas principais conclusões. Neste contexto, interessa pois atuar precisamente numa perspetiva mais alargada e numa abordagem integrada a nível estratégico da decisão, que constitua como unidades elementares de avaliação as bases estratégicas do Plano.

Assim, e no seguimento das propostas de intervenção alternativas ou opcionais que forem consideradas, foi então desenvolvida a análise por FS (Figura 3.3) que permite condensar a avaliação estratégica de efeitos através.

Figura 3.3_Desenvolvimento do Relatório Ambiental em torno dos Fatores de Sustentabilidade



A versão preliminar do RA foi submetida a consulta das ERAE. A ponderação detalhada dos pareceres recebidos é apresentada no Anexo 02, sendo que a atual versão do RA resulta já dessa ponderação.

Formalmente, antes do início da Fase 3 (isto é, antes da implementação da rPDM_VFC), será elaborada uma Declaração Ambiental (DA), que deverá ser entregue à DRAAC e a todas as ERAE, contemplando:

- A forma como as considerações e recomendações decorrentes do processo de AAE tenham sido integradas no Plano;
- As observações apresentadas durante o processo de participação pública e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificados os casos em que as mesmas não tenham sido acolhidas;
- As razões que tenham fundamentado a aprovação do Plano, face a outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo e avaliação previstas para monitorização dos efeitos significativos no ambiente, decorrentes da respetiva aplicação e execução da proposta de rPDM_VFC (metodologia apresentada na descrição da Fase 3).

Fase 3 | Implementação do Programa de Monitorização e Avaliação da AAE (Seguimento – última Fase)

Esta etapa, que começa após a aprovação e publicação da proposta de rPDM_VFC e início da sua implementação, consiste essencialmente na avaliação e controlo dos efeitos significativos decorrentes da implementação do Plano, e verificação da efetiva adoção das medidas constantes na DA. Serão utilizados indicadores de execução de acordo com a metodologia definida no RA, e que se deverão articular em duas dimensões de atuação:

AAE rPDM_VFC

- **Monitorização Territorial:** análise dos indicadores de estado que caracterizam a área territorial;
- **Monitorização Estratégica:** avaliação da concretização das recomendações emanadas do RA, do ponto de vista dos efeitos positivos e negativos identificados.

4. OBJETO DE AVALIAÇÃO

4.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO

O objeto desta avaliação ambiental estratégica é a proposta de revisão do PDM de Vila Franca do Campo.

O PDM_VFC em vigor foi publicado pelo do Aviso n.º 15847/2013, de 31 de dezembro de 2013. Em 2019, decorridos cerca de seis (6) anos da entrada em vigor do PDM, a Deliberação n.º 107/2019, de 13 de novembro, publicada no Jornal Oficial através do Aviso n.º 50/2019, de 25 de novembro, dado cumprimento ao disposto no n.º 90 do RJGT-A, veio determinar a revisão do PDM em vigor.

As razões identificadas no relatório da *Fase 3 – Balanço da execução do PDM em vigor* para a revisão do PDM em vigor são:

- A integração e compatibilização com outros instrumentos de gestão territorial, tais como o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, o Programa Regional da Água, o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, o Programa Regional de Adaptação às Alterações Climáticas, o Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores, entre outros;
- A necessidade de atualização do modelo de ordenamento tendo por base as dinâmicas económicas, sociais e ambientais;
- A necessidade de adequar a delimitação das áreas com vocação edificável tendo por base os princípios de colmatagem do tecido urbano e de otimização das infraestruturas existentes;
- A alteração do regime dos espaços culturais sinalizados como quintas e das opções de ordenamento tendo em consideração o desenvolvimento turístico da freguesia de S. Pedro;
- A necessidade de rever a delimitação das zonas ameaçadas pelo mar e consequentemente da reserva ecológica;
- O reforço das normas de proteção às captações de água e de salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico;
- O balanço efetuado ao PDM em vigor traduzido no respetivo Relatório de Estado do Ordenamento do Território, onde se identificam as principais alterações a realizar no âmbito da revisão (que inclui aspetos diversos como acertos nas plantas de ordenamento e de condicionantes, correções do regulamento, ajustamento do modelo de execução do PDM às condições financeiras do município).

Ainda que o REOT considere atuais e pertinentes as opções estratégicas do PDM em vigor e assuma que a rPDM_VFC assentará nos respetivos objetivos gerais e específicos, considera-se importante efetuar alguns ajustamentos nesses mesmos objetivos de modo a conferir-lhes coerência relativamente aos desafios que se colocam à revisão, bem como atender às atuais condições económicas e sociais do território. O diagnóstico efetuado deve fundar estes ajustamentos tendo em consideração o referencial estratégico que enquadra a rPDM_VFC.

Neste contexto, propõe-se genericamente a manutenção dos **objetivos Estratégicos** consagrados no PDM em vigor com a seguinte redação:

- **Afirmar o concelho de Vila Franca do Campo no contexto regional e promover o respetivo desenvolvimento integrado** através da distribuição racional das atividades, do reforço e qualificação de infraestruturas e de equipamentos e de uma política de solos que contribua para a resolução das carências habitacionais e de desenvolvimento socioeconómico do concelho;
- **Criar condições de vida atrativas para a fixação da população através de uma política ativa inclusiva e de baixo carbono**, capaz de evidenciar níveis eficientes de metabolismo territorial através da progressiva reorganização territorial e funcional do concelho orientada, em simultâneo, para a melhoria e aprofundamento das vivências locais, a redução dos consumos energéticos associados às deslocações diárias padronizadas e a assunção de atividades económicas assentes em modelos de sustentabilidade social, económica e ambiental;

- **Valorizar os recursos biofísicos do território e a qualidade ambiental**, definindo condicionantes à ocupação e transformação do solo face à probabilidade de ocorrência de fenómenos geofísicos extremos, protegendo e assegurando, nomeadamente, o uso sustentável dos recursos hídricos, bem como garantindo medidas capazes de assegurar a fruição sustentável do património ambiental único do município. Salvar um enquadramento adequado das diversas atividades, bem como a proteção e valorização dos recursos endógenos existentes e da paisagem num sentido lato;
- **Apostar no desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer**, como setores fundamentais de desenvolvimento económico do concelho, estabelecendo medidas específicas para a exploração dos recursos locais, critérios de ocupação e parâmetros de edificabilidade, criando condições para a instalação de novos estabelecimentos e de novas atividades e serviços a ele associados diferenciados no contexto da ilha de São Miguel;
- **Reforçar o caráter identitário tridimensional do concelho** nos vértices Campo-Vila-Mar.

Adicionalmente, a delimitação de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) visa garantir uma evolução articulada da ocupação do território, promovendo o seu desenvolvimento ordenado de acordo com os objetivos do PDM, devendo a sua concretização traduzir-se num reforço sistemático das dotações de áreas verdes e de utilização coletiva, equipamentos e infraestruturas e na promoção da qualificação do desenho urbano através de soluções de conjunto. Foram, ainda, definidos os seguintes objetivos específicos para cada UOPG:

UOPG 1 – Lombinha:

- Desenvolver uma centralidade urbana criando alojamento turístico qualificado com paralelo com a oferta de habitação, apostando na diversificação da oferta em termos tipológicos;
- Promover a estruturação da ocupação da unidade territorial no seu todo, garantido uma boa articulação com a envolvente no que se refere a acessibilidades e tipologia construtiva;
- Concentrar a maior densidade construtiva na frente urbana norte;
- Garantir elevados padrões de qualidade do espaço público e áreas exteriores aos empreendimentos turísticos, mantendo um bom nível de permeabilidade do solo;
- Garantir elevados padrões de eficiência ambiental dos empreendimentos a construir.

UOPG 2 – Piquinhos:

- Desenvolver, na continuidade do tecido urbano existente e tirando partido das excecionais panorâmicas, um conjunto urbano destinado a habitação, turismo e comércio/serviços de apoio;
- Reestruturar a propriedade de modo a adequá-la a uma ocupação urbana, à semelhança e dentro do padrão de baixa densidade existente na envolvente;
- Garantir uma boa articulação com a envolvente no que se refere a acessibilidades;
- Promover uma urbanização qualificada, nomeadamente ao nível da oferta de espaços públicos e espaços verdes de carácter público e de âmbito local, assegurando um bom nível de permeabilidade do solo;
- Garantir que o solo se encontra infraestruturado de forma adequada e com elevados padrões de eficiência ambiental antes de qualquer construção.

UOPG 3 – Ponta Garça:

- Promover o aproveitamento de uma parcela de solo infraestruturada, estruturando a sua ocupação de acordo com o modelo urbanístico existente a nascente;

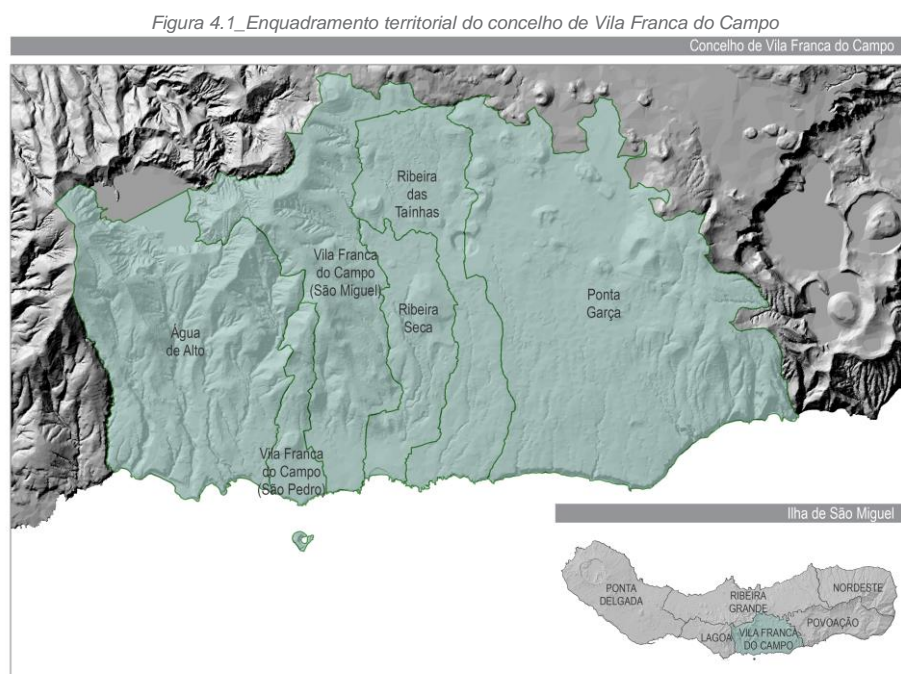
- Promover a construção de novos arruamentos no interior da unidade territorial que se interliguem, obrigatoriamente, com os arruamentos preexistentes, evitando vias sem saída;
- Promover uma urbanização qualificada, nomeadamente ao nível da oferta de espaços públicos e espaços verdes de carácter público e de âmbito local, assegurando um bom nível de permeabilidade do solo;
- Garantir elevados padrões de eficiência ambiental antes de qualquer construção;
- Garantir que, para além da habitação, são criadas condições para a fixação de outros usos compatíveis com a habitação nos termos do presente regulamento.

O programa de execução da rPDM_VFC (Anexo 03) assume como projetos prioritários a execução das três UOPG. No entanto, no atual quadro legal é necessário que a sua execução tenha um prazo, que se encontra definido no programa de execução – de 8 anos, e findo esse prazo, o solo deverá ser reclassificado como rústico no caso da sua não concretização total ou parcial, ou seja, caso as respetivas áreas não tenham sido objeto das respetivas operações urbanísticas.

4.2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DE ÂMBITO TERRITORIAL

Tal como referido anteriormente o objeto desta avaliação ambiental estratégica é a proposta de revisão do PDM de Vila Franca do Campo, que abrange assim todo o território do concelho de Vila Franca do Campo, na ilha de São Miguel, Região Autónoma dos Açores (RAA).

Assim, a área de intervenção do plano e da presente AAE é o concelho de Vila Franca do Campo (Figura 4.1).

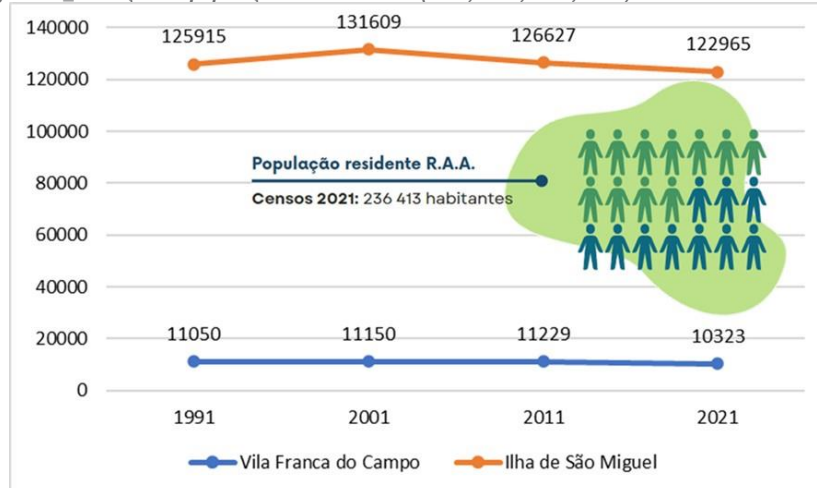


População

Segundo os Censos de 2021 do INE, o município de Vila Franca do Campo tinha nessa data 10.323 habitantes, o que representa cerca de 8% dos habitantes da Ilha de São Miguel e 4,4% da população residente na RAA. No contexto da ilha este é o quarto município mais populoso, atrás de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa.

Em termos de evolução e considerando o período 2001-2021 a variação da população total residente em Vila Franca do Campo foi negativa (-7,4%) valor que contraria a tendência de crescimento verificada para a Ilha de São Miguel (+1,3%) e fica acima do decréscimo observado na RAA (-2,2%). Na última década (2011-2021), a variação da população residente continua a ser negativa e acentuou-se (-8,1%) mas já alinhada com a tendência de decréscimo observada para a ilha de São Miguel (-3,3%) e RAA (-4,2%).

Figura 4.2. Evolução da população total residente (1991, 2001, 2011, 2021) em Vila Franca do Campo



Fonte: INE Censos 2021, Recenseamento da população e habitação

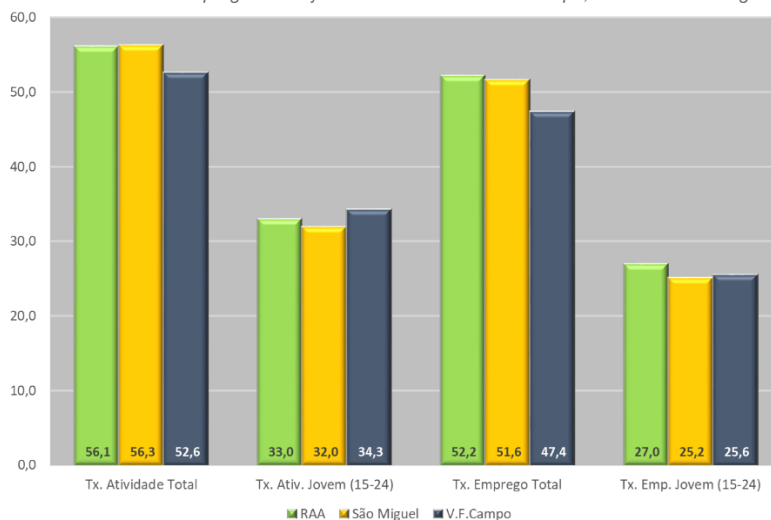
O decréscimo da população residente no município de Vila Franca do Campo verificado no período entre 2011 e 2021 deveu-se sobretudo à incapacidade de atração de novos residentes. Vila Franca do Campo juntamente com o município de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa formam o conjunto de municípios que apesar de terem registado um crescimento natural acumulado positivo na última década, não conseguiram inverter o decréscimo populacional, o que indica que existiu repulsão da população. Já os municípios de Povoação e Nordeste partilharam crescimento populacional e crescimento natural negativos, sendo mais acentuado o decréscimo da população, o que revela que também não existiu capacidade de atrair novos residentes.

Quanto à distribuição da população total residente por freguesia, dados censitários referentes a 2021, revelam que as freguesias mais populosas eram Ponta Garça e São Miguel que, juntas, concentravam cerca de 55% da população residente no município.

Desenvolvimento Económico

De acordo com dados censitários referentes a 2021, a taxa de atividade total (52,6%) no município de Vila Franca do Campo era mais baixa que a média sub-regional (56,3%) e regional (56,1%) e que o valor registado para o país (53,5%). Também a taxa de emprego se fixou abaixo da registada para a ilha de São Miguel. Já para a população jovem (15-24 anos) tanto a taxa de atividade (34,3%) como a taxa de emprego (25,6%) registaram valores ligeiramente mais elevados que a média da ilha.

Figura 4.3_Taxa de atividade e taxa de emprego total e jovem em Vila Franca do Campo, na ilha de São Miguel e na RAA, 2021 (%)



Fonte: INE – Censos, 2021

Em termos territoriais verifica-se que as freguesias mais urbanas são as que registaram, em 2021, maiores taxas de atividade. São Pedro e Ribeira Seca apresentam taxas de atividade superiores a 45%.

Tabela 4.1_Taxa de atividade por sexo e por freguesia, 2021 (%)

Unidade geográfica	Taxa Atividade 2011		
	HM	H	M
RAA	47,9	51,6	44,3
Vila Franca do Campo	44,8	51,6	37,9
Água de Alto	44,8	51,2	38,5
Ponta Garça	44,9	53,1	36,3
Ribeira das Tainhas	44,1	51,7	36,1
Vila Franca do Campo (São Miguel)	45,8	52,1	39,4
Vila Franca do Campo (São Pedro)	43,0	49,3	37,0
Ribeira Seca	47,0	52,5	41,8

Fonte: INE – Censos, 2021

A freguesia com menor taxa de atividade é São Miguel, sendo que a taxa de atividade feminina nesta freguesia se situa nos 37%, o que face a 2011 representou um decréscimo de 4,5 pontos percentuais.

Em termos de taxa de desemprego total verifica-se que, em 2021, esta se situava nos 9,9% no município de Vila Franca do Campo, sendo que para o grupo etário 15-24 anos esta taxa ascendia aos 25,4%. Comparativamente com o observado para a RAA (6,9%) e para a Ilha de São Miguel (8,4%), a taxa de desemprego total é mais elevada em Vila Franca do Campo. É na freguesia de Ribeira Seca que a taxa de desemprego é mais baixa, fixando-se nos 7,2%.

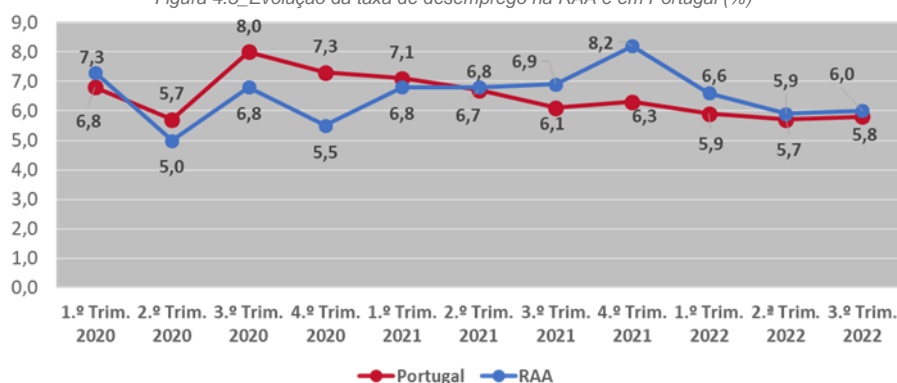
Figura 4.4_Taxa de desemprego por freguesia, 2021 (%)



Fonte: INE – Censos, 2021

Importa referir que a situação determinada pela pandemia COVID-19 e as consequentes medidas de salvaguarda da saúde pública implementadas produziram efeitos no funcionamento do mercado de trabalho. Segundo dados do Inquérito ao Emprego do INE no 3.º trimestre de 2022 a taxa de desemprego na RAA era estimada em 6%, valor que representou um decréscimo de 0,1 pontos percentuais (p.p.) em relação ao trimestre anterior, e de 0,9 p.p. relativamente ao trimestre homólogo. Em Portugal, a taxa de desemprego no 3.º trimestre de 2022 situou-se nos 5,8%, valor que aumentou 0,1 p.p. em relação ao trimestre anterior e que decresceu 0,3 p.p. face ao trimestre homólogo.

Figura 4.5_Evolução da taxa de desemprego na RAA e em Portugal (%)

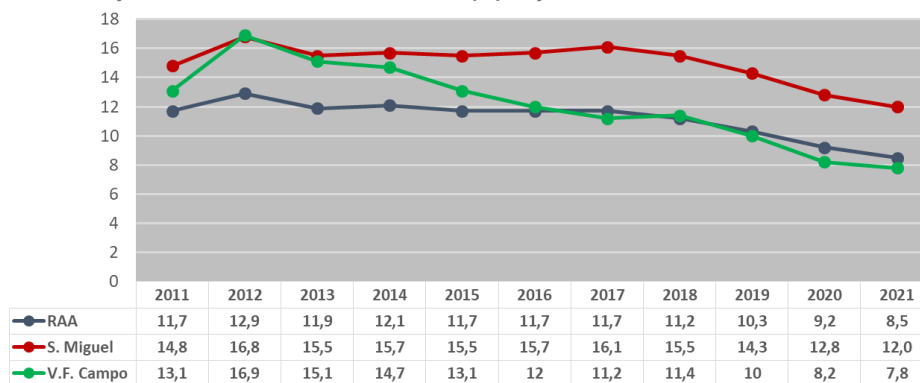


Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

No final do mês de outubro de 2022 estavam 5.620 desempregados inscritos nas Agências para a Qualificação e Emprego da Região, o que face a outubro de 2021 significou uma redução de cerca de 10%. No concelho de Vila Franca do Campo o número de inscritos era de 334 pessoas o que representava cerca de 9% do total de inscritos na Ilha de São Miguel. Face ao final de outubro de 2021 este número de inscritos sofreu uma variação negativa de -4,6% (menos 16 inscritos).

No que se refere ao rendimento social de inserção (RSI), em 2021, existiam no município de Vila Franca do Campo 684 beneficiários, o que representava cerca de 5% do total de beneficiários desta prestação social na Ilha de São Miguel. Desses 684, cerca de 46% eram jovens com menos de 25 anos de idade. No total da população residente com 15 e mais anos o peso relativo dos beneficiários de RSI no município era, em 2021, de 7,8% valor que fica abaixo do registado para a Ilha de São Miguel (12,8%) e para a RAA (9,2%). Face a 2011 a proporção de beneficiários no total da população residente em Vila Franca do Campo decresceu 5,3 pontos percentuais.

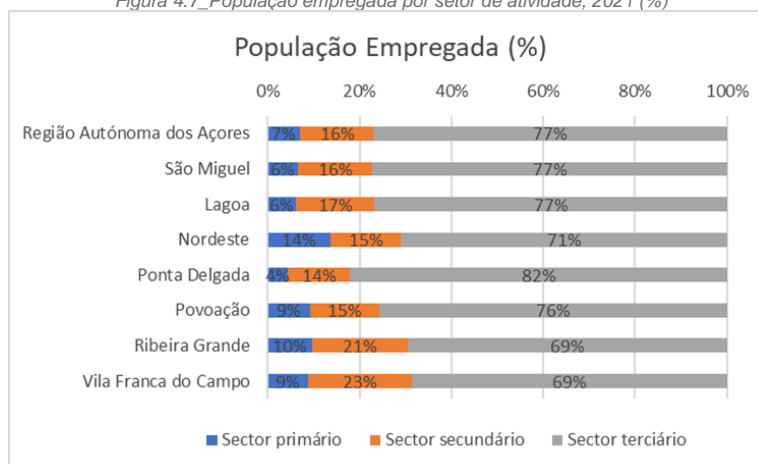
Figura 4.6_Evolução dos beneficiários de RSI no total da população residente com 15 e mais anos, 2011-2021 (%)



Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente, II/MTSSS

Em 2021 a população empregada em Vila Franca do Campo era de 4.165 trabalhadores o que representa cerca de 7% do número total de população empregada na Ilha de São Miguel. A maioria está empregada no setor terciário (69%), valor que aumenta relativamente a 2011 e que fica abaixo do peso relativo deste setor na Ilha de São Miguel (77%) e na RAA (77%). De facto, Vila Franca do Campo é o município da Ilha de São Miguel com menor peso relativo de população empregada no setor terciário e maior peso relativo no setor industrial (23%).

Figura 4.7_População empregada por setor de atividade, 2021 (%)



Fonte: INE – Censos, 2021

Uma análise por freguesia revela que nas freguesias Ponta Graça, Água de Alto e Ribeira das Tainhas, o peso relativo da população empregada no setor primário é superior ou igual a 10%. Pelo contrário nas freguesias mais urbanas, nomeadamente São Pedro, São Miguel e Ribeira Seca, a percentagem de população ativa empregada no setor terciário é superior a 70%.

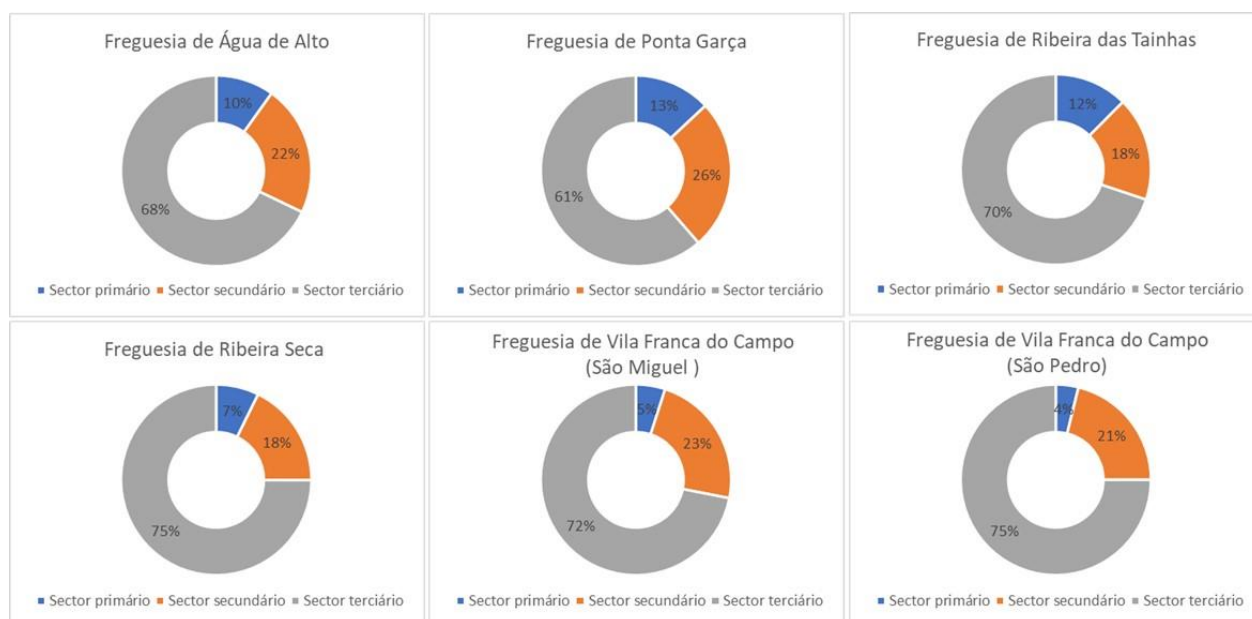


Figura 4.8_População empregada por setor de atividade e por freguesia 2021 (%)

Fonte: INE – Censos, 2021

Quanto ao setor secundário, este é mais expressivo nas freguesias de Ponta Garça e São Miguel, onde cerca de 26% e 23%, respetivamente, da população está empregada neste setor.

No que se refere ao setor terciário verifica-se um aumento generalizado do peso relativo de população empregada neste setor, face a 2021, como resultado, sobretudo da diminuição do peso relativo do setor primário e também do setor secundário. Como já foi referido são as freguesias da sede de concelho que concentram maior população empregada no setor terciário, sendo que em São Miguel e São Pedro predominam as atividades ligadas mais ao setor social e em Ribeira Seca as atividades com ligação ao setor económico.

Em 2019 o tecido empresarial de Vila Franca do Campo era constituído por 990 empresas não financeiras, o que representava 7% do total de empresas não financeiras da Ilha de São Miguel. Em termos de dimensão a grande maioria (97,7%) são microempresas com menos de 10 trabalhadores.

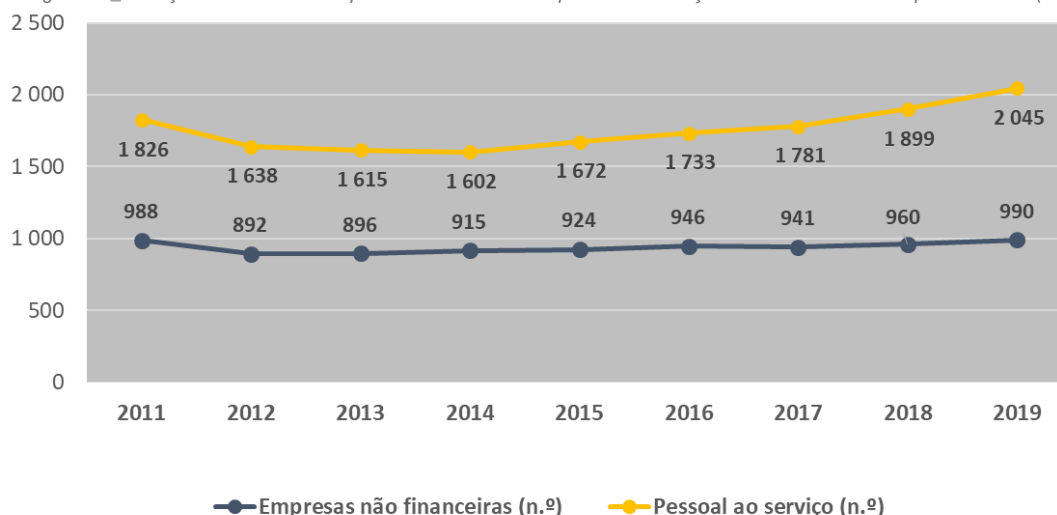
No que respeita à evolução do número de empresas não financeiras no período 2011-2019, no município de Vila Franca do Campo, a tendência foi de decréscimo até 2013 seguida por uma trajetória de crescimento, sendo que, em 2019 existiam no município mais 2 empresas não financeiras o que reflete uma taxa de variação de +0,2%.

Quanto ao emprego, em 2019, o número de pessoas ao serviço nas empresas não financeiras era de 2.045 trabalhadores, o que significa cerca de 5% do total de emprego na Ilha de São Miguel.

No período 2011-2019 a evolução do emprego segue uma trajetória de decréscimo até 2014, contrariada por um crescimento após essa data e até 2019. No global, em 2019 comparativamente com 2011 existam mais 219 pessoas ao serviço (+12%).

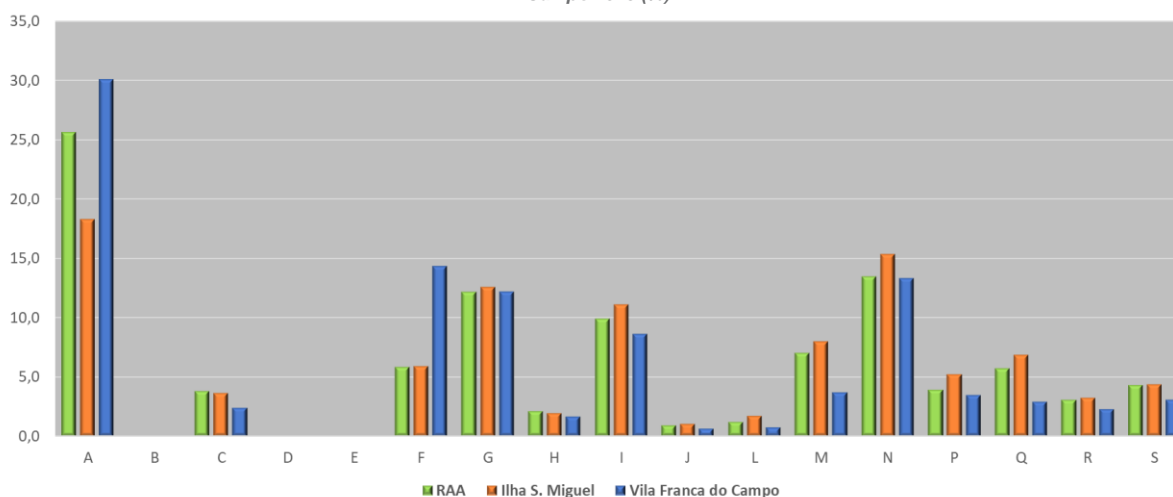
A distribuição das empresas não financeiras sediadas no município de Vila Franca do Campo por setor de atividade económica revela um predomínio das empresas ligadas ao setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (30,1%), da “construção” (14,3%), das “atividades administrativas e dos serviços de apoio” (13,3%), e do “comércio por grosso e a retalho” (12,2%). Comparativamente com a Ilha de São Miguel a concentração de empresas do setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” é mais elevada (30,1% face a 18,3%) assim como no setor da “construção” (14,3% face a 6%).

Figura 4.9_Evolução do número de empresas não financeiras e pessoal ao serviço em Vila Franca do Campo 2011-2019 (%)



Fonte: INE – Sistemas de Contas Integradas das Empresas, PORDATA

Figura 4.10_Principais setores de atividade económica das empresas não financeiras na RAA, Ilha de São Miguel e Vila Franca do Campo 2019 (%)



A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; B – Indústrias Extrativas; C – Indústrias Transformadoras; D – Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; E – Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição; F – Construção; G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; H – Transportes e armazenagem; I – Alojamento, restauração e similares; J – Atividades de informação e de comunicação; L – Atividades Imobiliárias; M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio; P – Educação; Q – Atividades de saúde humana e apoio social; R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; S – Outras atividades de serviços

Fonte: INE – Sistemas de Contas Integradas das Empresas, PORDATA

Os setores de atividade económica que mais contribuíram para o acréscimo do número de empresas não financeiras em Vila Franca do Campo no período 2011-2019 foram o “alojamento, restauração e similares” que duplicou o número de empresas (+109,8%), as “atividades administrativas e dos serviços de apoio” (+46,7%) e a “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (+34,2%). Pelo contrário, o setor da “construção”, um dos que tem maior peso no município, viu decrescer o número de empresas para menos de metade (-55,1%).

A estrutura do emprego no município de Vila Franca do Campo por atividade económica, em 2019, faz sobressair os setores do “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (29,3%), seguido do setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (18,6%) e da “construção” (16,2%).

Em suma, e à semelhança do território nacional, o universo de empresas não financeiras do município de Vila Franca do Campo era, em 2019, constituído quase exclusivamente por micro e pequenas empresas. Em termos de estrutura setorial das empresas não financeiras e do emprego destacam-se os setores da Agricultura e da Construção.

Biodiversidade e Paisagem

No âmbito da biodiversidade e valores naturais, destaca-se a Rede de Áreas Protegidas da Região Autónoma do Açores estruturada nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, integra a globalidade das Áreas Protegidas (AP) existentes no território da RAA e concretiza a classificação adotada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Esta Rede integra três tipos de unidades de gestão: Parque Natural de ilha (PNI); Parque Marinho dos Açores (PMA) (criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2016/A, de 19 de julho) e Áreas protegidas de importância local.

De referir que os PNI integram já as áreas classificadas da Rede Natura 2000 bem como áreas classificadas ao abrigo de convenções internacionais), assim como o Parque Marinho dos Açores, e constituem a unidade de gestão de base da Rede de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores.

No contexto territorial do concelho de Vila Franca do Campo destaca-se o Parque Natural de ilha de São Miguel (PNI São Miguel) - criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A, de 8 de julho - em que das 23 áreas protegidas definidas neste Parque, seis (6) incidem no concelho de Vila Franca do Campo (Figura 3.11), nomeadamente:

- **SMG01 - Reserva Natural da Lagoa do Fogo**

A Reserva Natural da Lagoa do Fogo ocupa uma posição central na ilha de São Miguel, com uma área de 506,82 hectares, correspondente à caldeira de colapso do Vulcão do Fogo, também conhecido como Maciço Vulcânico da Serra de Água de Pau.

O Vulcão do Fogo é um vulcão central de natureza traquítica, formado ao longo dos últimos 300 mil anos e com uma caldeira de colapso no topo. A Caldeira do Vulcão do Fogo – a mais pequena e mais jovem caldeira da ilha, formada há cerca de 15 mil anos – tem uma forma irregular com um diâmetro médio de 2,8 quilómetros e está parcialmente ocupada pela Lagoa do Fogo.

No interior da caldeira existem cerca de 40 linhas de água, das quais 18 desaguam diretamente na lagoa. A água da lagoa alimenta algumas nascentes localizadas nas suas vertentes, sendo importante para o abastecimento de água dos concelhos de Vila Franca do Campo, Lagoa, Ribeira Grande e Ponta Delgada.

O bordo interior da caldeira apresenta encostas íngremes e recortadas, cobertas de mato natural, com flora endémica abundante e diversificada. Algumas das espécies endémicas presentes são representativas da antiga Laurissilva, como *Vaccinium cylindraceum* (uva-da-serra), *Ilex azorica* (azevinho), *Erica azorica* (urze), *Laurus azorica* (louro-da-terra) e *Viburnum treleasei* (folhado).

Apesar do afastamento do mar, nidifica nesta área protegida uma grande colónia de *Larus michahellis atlantis* (gaivota-de-patas-amarelas) e de *Sterna hirundo* (garajau-comum).

Para além da visita a diversos miradouros, é possível aceder às margens da lagoa através do trilho Praia - Lagoa do Fogo (PRC02SMI). A praia de pedra-pomes presente nas margens desta lagoa foi eleita a melhor praia selvagem de Portugal, no âmbito do concurso 7 Maravilhas – Praias de Portugal.

Atendendo à importância do seu ecossistema e à presença de flora e fauna endémica protegida, a Lagoa do Fogo foi classificada como Sítio Ramsar, ao abrigo da Convenção Ramsar, e integra ainda a Zona Especial de Conservação (ZEC) Lagoa do Fogo, no âmbito da Rede Natura 2000 e o projeto ambiental Biótopo CORINE, sendo circundada por uma Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies.

A Lagoa do Fogo está classificada como massa de água protegida, no âmbito do trabalho de elaboração de Instrumentos de Gestão Territorial (IGT).

■ **SMG06 - Área protegida para a gestão de habitats ou espécies do ilhéu de Vila Franca**

Esta área foi inicialmente classificada como Reserva Natural, em 1983. O Ilhéu de Vila Franca do Campo ocupa 8 hectares e integra a Área Protegida para a Gestão de Recursos da Caloura - Ilhéu de Vila Franca do Campo, a Zona de Reserva Integral de Captura de Lapas e o programa ambiental Biótopo CORINE. Esta geopaisagem constitui ainda um geossítio do Geoparque Açores – Geoparque Mundial da UNESCO.

O ilhéu representa um dos principais polos de atração no panorama litoral dos Açores devido aos seus valores geológicos, biológicos, histórico-culturais e paisagísticos e, em particular, à sua importância na preservação das espécies e habitats. Situa-se a cerca de 500 metros a sul de Vila Franca do Campo e corresponde aos escombros de um antigo cone vulcânico submarino do tipo surtseiano, cuja construção estima-se que tenha ocorrido há cerca de quatro a cinco mil anos. Atualmente, o cone vulcânico está parcialmente erodido e fraturado por várias fendas, que o dividem em dois: o Ilhéu Pequeno e o Ilhéu Grande.

A riqueza biológica do ilhéu é grande e passa pela diversidade faunística escondida no mar, quer no fundo arenoso, como no rochoso, que albergam uma variedade de moluscos (alguns endémicos) e equinodermes, como também pelo território de nidificação que representa para algumas aves marinhas migratórias, como *Calonectris borealis* (cagarro) (também espécie nativa) e *Sterna hirundo* (garajau-comum).

A nível da flora natural merece especial destaque as espécies *Pericallis malvifolia* (cabaceira), *Erica azorica* (urze), *Festuca petraea* (bracel-da-rocha), *Euphorbia azorica* (erva-leiteira), *Azorina vidalii* (vidália), *Daucus carota azoricus* (salsa-burra) e no topo do Ilhéu Grande, um exemplar solitário de *Dracaena draco* (dragoeiro).

Com vista a recuperar a vegetação nativa e melhorar o habitat das aves marinhas, este ilhéu foi intervencionado ao abrigo do Projeto LIFE “Ilhas Santuário para Aves Marinhas”.

É uma zona turística muito procurada durante a época de verão para banhos, mergulho de apneia e observação de aves. No entanto, durante os meses de junho a setembro, o número de pessoas que podem aceder a esta área protegida é limitado, como forma de mitigar o impacto sobre este habitat, de acordo com a Portaria n.º 66/2018, de 20 de junho.

■ **SMG07 - Área protegida para a gestão de habitats ou espécies da serra de Água de Pau**

Localizada na parte central da ilha e com 1670 hectares, esta área protegida corresponde às vertentes do vulcão central de Água de Pau e integra no seu âmbito os objetivos e limites territoriais definidos para a Zona Especial de Conservação (ZEC) Lagoa do Fogo, no âmbito da Rede Natura 2000.

No flanco noroeste da Serra encontra-se bem marcado o Graben da Ribeira Grande, um maciço vulcânico em degraus de direção geral noroeste-sudeste. A partir das falhas associadas a esta estrutura originaram-se fenómenos de vulcanismo secundário, como fumarolas e nascentes termais (como é o exemplo da Caldeira Velha). O ponto mais alto deste maciço vulcânico é o Pico da Barrosa, a 949 metros de altitude, localizado a oeste da caldeira.

A este da Lagoa do Fogo, nas encostas do Monte Escuro, nasce a Ribeira Grande e numerosos afluentes do curso de água mais caudaloso da ilha. Historicamente, este caudal foi aproveitado para mover as mós dos moinhos de água que se encontravam na zona urbana que adotou o nome da própria ribeira, e atualmente é aproveitado para a produção de energia hidroelétrica e captada para o abastecimento de água.

Na Serra de Água de Pau, a humidade e altitude provocam a formação de nuvens e névoas numa constante mudança da visibilidade e luminosidade. Este clima propicia habitats para algumas espécies de flora nativas e endémicas, tais como *Erica azorica* (urze), *Festuca francoi* (bracel-do-mato), *Morella faya* (faia-da-terra), *Calluna vulgaris* (rapa), *Hedera azorica* (hera), *Ilex azorica* (azevinho), *Laurus azorica* (louro-da-terra), *Viburnum treleasei* (folhado),

Vaccinium cylindraceum (uva-da-serra), *Woodwardia radicans* (feto), *Myrsine retusa* (tamujo), *Sphagnum spp.* (musgão), *Juncus spp.* (junco), *Blechnum spicant* (feto), *Osmunda regalis* (feto-real) e *Bellis azorica* (margarida).

Relativamente à avifauna, destacam-se as subespécies endémicas *Buteo buteo rothschildi* (milhafre), *Turdus merula azorensis* (melro), *Motacilla cinerea patriciae* (alvéola) e ainda uma colónia significativa de *Larus michahellis atlantis* (gaivota-de-patas-amarelas).

▪ **SMG16 - Área protegida para a gestão de habitats ou espécies da lagoa do Congro**

Esta área protegida ocupa 38 hectares, localiza-se na zona central da ilha, a nordeste de Vila Franca do Campo.

A Lagoa do Congro está situada numa cratera de explosão do tipo *maar*, com 500 metros de diâmetro, paredes escarpadas e embutidas em basaltos e traquitos e com desníveis máximos de cerca de 120 metros. Formada há cerca de 3800 anos, esta cratera está associada a uma erupção hidromagmática, em que houve interação do magma em ascensão com águas superficiais ou com níveis freáticos/aquíferos existentes nas formações sobrejacentes. No interior deste *maar* localiza-se ainda a Lagoa dos Nenúfares, assim conhecida por grande parte da sua extensão estar coberta pela espécie *Nymphaea alba*, conhecida por nenúfar.

“O Congro” foi cognome de André Gonçalves Sampaio, um dos primeiros proprietários desta lagoa, que era assim apelidado por ser o homem mais rico daquelas paragens, tal e qual o congro, conhecido à data, como o maior peixe do mar. Posteriormente, a Lagoa do Congro e os terrenos contíguos foram adquiridos por duas famílias: a família de “Nossa Senhora da Vida” e a família Canto.

Esta última linha, na pessoa de José do Canto, interveio significativamente naquela paisagem, criando uma mata ajardinada através da introdução de várias espécies exóticas como *Cryptomeria japonica* (criptoméria), *Eucalyptus globulus* (eucalipto), *Quercus robur* (carvalho), *Syzygium floribundum*, *Ocotea foetens* (til), *Camellia japonica* (camélia), entre outros.

Da avifauna destaca-se as espécies *Regulus regulus azoricus* (estrelinha), *Buteo buteo rothschildi* (milhafre), *Motacilla cinerea patriciae* (alvéola), *Fringilla coelebs moreletti* (tentilhão) e *Columba palumbus azorica* (pombo-torcaz dos Açores). Ressalta-se o valor deste local, como área de alimentação e descanso para aves migratórias, com destaque para a *Ardea cinerea* (garça-real). Neste local é frequente encontrar uma espécie exótica que, porém, é de marcado interesse para a conservação, a *Triturus cristatus* (tritão-de-crista), um dos anfíbios mais ameaçados a nível europeu e que, por tal motivo, figura a listagem de espécies de fauna estritamente protegidas da Convenção de Berna. Relativamente ao meio aquático existem na lagoa *Cyprinus carpio* (carpa) e *Perca fluviatilis* (perca).

Para aceder à lagoa, é necessário percorrer um trilho com cerca de 700 metros, sendo esta uma massa de água protegida pelo Plano de Ordenamento de Bacia Hidrográfica. Esta área está classificada como geossítio do Geoparque Açores – Geoparque Mundial da UNESCO.

▪ **SMG18 - Área de paisagem protegida das Furnas**

Esta área protegida ocupa 3150 hectares e a sua classificação teve por base toda a singularidade geomorfológica e hidrológica da Caldeira das Furnas, de forma elíptica e diâmetros máximo e mínimo de 8 e 5,6 quilómetros, respetivamente.

Nesta caldeira destacam-se a Lagoa das Furnas, com cerca de 200 hectares de superfície, as manifestações de vulcanismo secundário e a combinação dos valores naturais e culturais, como os banhos termais e o “Cozido das Furnas”, um prato gastronómico cozinhado em covas, durante 5 a 6 horas, no solo quente do vulcão.

As Furnas são consideradas umas das maiores hidrópoles da Europa, devido à grande variedade de nascentes de águas minerais e termais. Destas destaca-se a Poça da Beija, nascente de água quente apreciada pelos benefícios medicinais.

No passado, esta área apresentava uma grande mancha de floresta natural que foi sendo gradualmente explorada. Atualmente, nas comunidades vegetais dominantes, verifica-se um grande número de espécies exóticas, algumas de caráter invasor como a *Gunnera tinctoria* (gigante) e a *Acacia melanoxylon* (acácia). Pontualmente, surgem espécimes de flora natural endémica individualizados ou em pequenos grupos como *Ilex azorica* (azevinho), *Viburnum treleasei* (folhado), *Laurus azorica* (louro-da-terra), entre outros. As margens da lagoa possuem uma grande riqueza de briófitos, evidenciando-se as hepáticas folhosas.

O projeto de recuperação desta lagoa tem reintroduzido milhares de plantas endémicas e nativas, que rareavam ou se encontravam extintas neste local, como a *Picconia azorica* (pau-branco), a *Juniperus brevifolia* (cedro-do-mato) e a *Frangula azorica* (sanguinho).

Relativamente à avifauna, a Lagoa das Furnas constitui um excelente local para observar a espécie *Ardea cinerea* (garça-real). A área florestada à sua volta funciona com fonte de alimento e abrigo, o que permite a observação das várias subespécies endémicas da região como a *Fringilla coelebs moreletti* (tentilhão), a *Regulus regulus azoricus* (estrelinha) e a *Buteo buteo rothschildi* (milhafre). A zona envolvente caracteriza-se por uma elevada riqueza em espécies de invertebrados, alguns dos quais endémicos. Pode também ser encontrado a espécie *Nyctalus azoreum* (morcego dos Açores). Relativamente à fauna aquática, existem na lagoa *Rutilus rutilus* (ruivo), *Cyprinus carpio* (carpa), *Esox lucius* (lúcio), entre outros.

Na margem sul da lagoa está implantado o Centro de Monitorização e Investigação das Furnas, com informação relevante sobre a história das Furnas, este geossítio e o plano de recuperação da sua massa de água.

O Complexo Vulcânico das Furnas está classificado como Sítio Ramsar desde 2008, ao abrigo da Convenção sobre as Zonas Húmidas, e integra uma Zona de Proteção Especial (ZPE) no âmbito da Rede Natura 2000. A Lagoa das Furnas está ainda classificada como massa de água protegida através do Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas (POBHLF). Em conjunto com outras áreas protegidas dos concelhos de Povoação e Nordeste, detém o galardão Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas (CETS), atribuído pela Federação EUROPARC.

• **SMG19 - Caloura - Ilhéu de Vila Franca do Campo**

Com 1349 hectares, esta área protegida circunda a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Ilhéu de Vila Franca do Campo e inclui áreas de especial interesse ambiental da faixa litoral terrestre e marinha entre Água de Pau e a freguesia de São Miguel, tais como, a Zona Especial de Conservação (ZEC) Caloura - Ponta da Galera, no âmbito da Rede Natura 2000, e as Zonas de Reserva Integral de Captura de Lapas. Pelas suas singulares características, a fajã lávica e a arriba fóssil da Caloura estão ainda classificadas como um geossítio do Geoparque Açores – Geoparque Mundial da UNESCO.

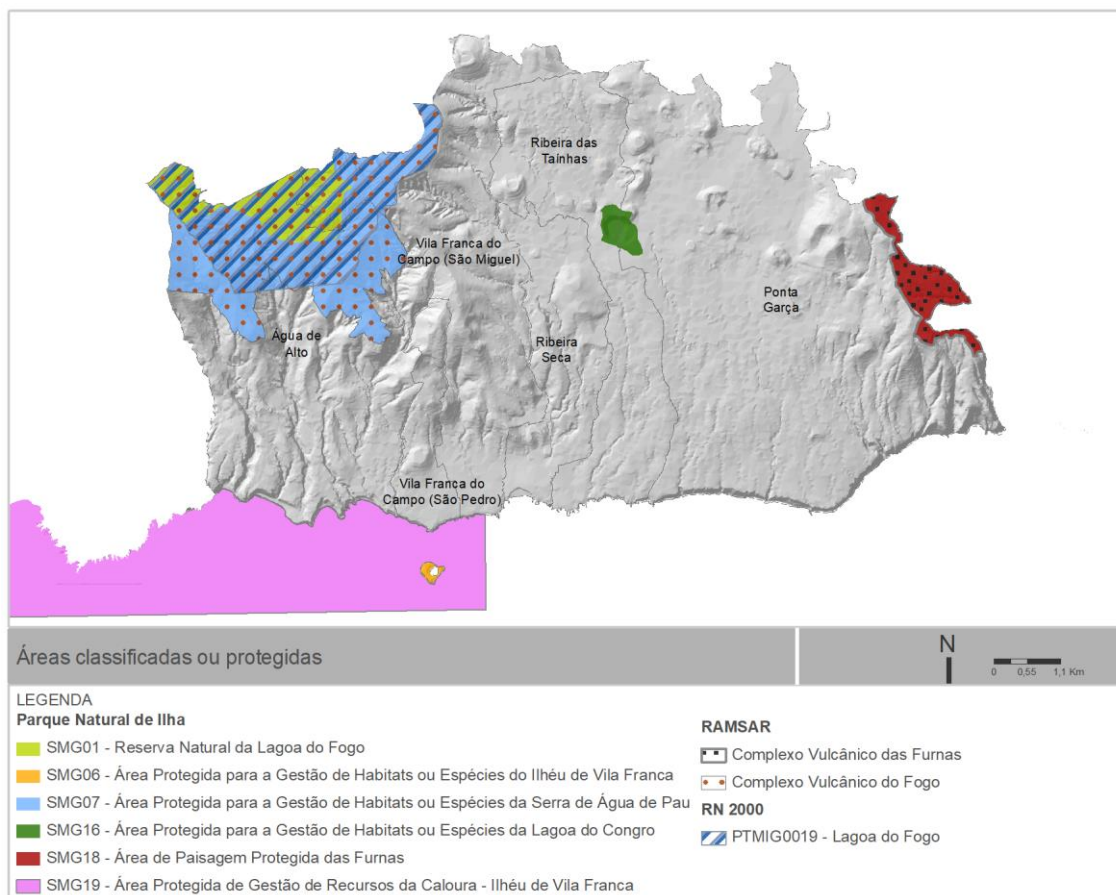
A fajã lávica da Caloura resulta das lavas basálticas extraídas a partir do Monte Santo e de outros cones vulcânicos nas zonas envolventes. Toda a extensão da área protegida é constituída por enseadas e baías pouco profundas, com substratos marinhos rochosos, ou de sedimentos e mistos. No fundo oceânico existem diversas grutas marinhas submersas e semissubmersas, como a Panela da Ponta da Galera, uma gruta vertical com a forma de uma “panela”, que desce até cerca de 18 metros de profundidade e os Arcos da Caloura, formados por pequenos arcos e uma gruta muito larga, mas com pouca altura.

Estas cavidades constituem autênticos refúgios para algumas espécies de peixe como *Muraena augusti* (moreia-preta), *Muraena helenae* (moreia-pintada), *Epinephelus marginatus* (mero) e *Octopus vulgaris* (polvo). Na zona da Baixa da Areia, o fundo apresenta grandes extensões cobertas por areia e com inúmeras grutas utilizadas frequentemente para mergulho. Na Ponta de Água de Pau, os fundos rochosos são predominantemente formados por lajes.

Na zona do Cerco existem pequenos rochedos isolados onde nidifica uma colónia mista de *Sterna hirundo* (garajau-comum) e *Sterna dougallii* (garajau-rosado). Esta zona costeira é muito frequentada por *Caretta caretta* (tartaruga-boba) e *Tursiops truncatus* (roaz), espécies que figuram na Diretiva Habitats, visando assegurar a sua conservação. A nível da

flora destaca-se as espécies *Erica azorica* (urze), *Spergularia azorica*, *Daucus carota azoricus* (salsa-burra), *Festuca petraea* (bracel-da-rocha), *Crithmum maritimum* (perrexil-do-mar), *Juncus acutus* (junco-agudo), *Plantago coronopus* (diabelha) e *Limonium vulgare*.

Figura 4.11_Áreas Protegidas do PNI São Miguel que abrangem o concelho de Vila Franca do Campo



Fonte: Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas

Salienta-se ainda a existência no concelho de parte de dois Sítios Ramsar (Completo Vulcânico das Furnas e Complexo Vulcânico do Fogo), bem como da área de Rede Natura 2000 PTMIG0019-Lagoa do Fogo que se sobrepõe parcialmente às áreas SMG01, SMG07 do PNI e ao Sítio Ramsar do Complexo Vulcânico do Fogo.

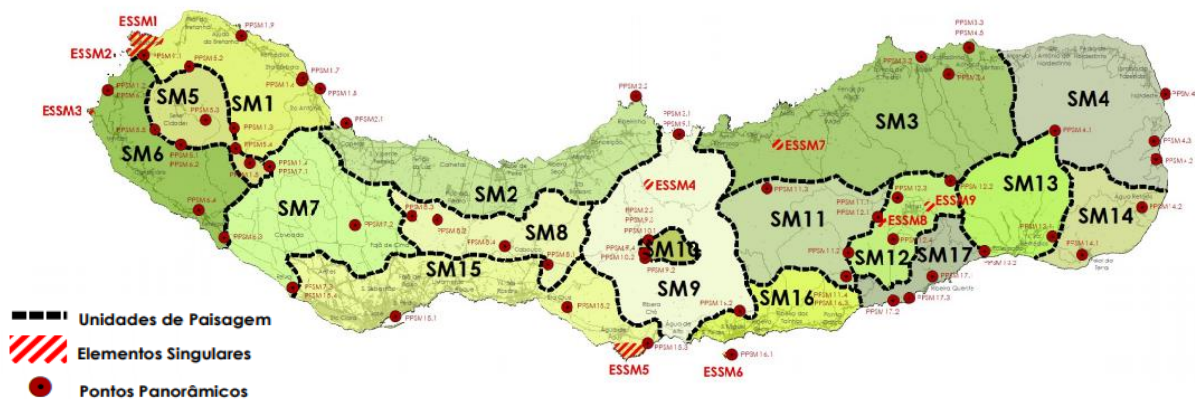
Entendendo a paisagem como uma “parte do território, tal como é compreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e humanos”¹, o conceito é apresentado numa perspetiva integrada que conjuga tantos aspetos ambientais como sociais, culturais e económicos, constituindo-se como um fator identitário do território e um recurso relevante.

A implementação da Convenção Europeia da Paisagem à Região foi concretizada através da publicação da Resolução do Conselho do Governo n.º 135/2018, de 10 de dezembro. Esta resolução aprova os objetivos de qualidade de paisagem e as orientações para a gestão da paisagem dos Açores, bem como aprova as unidades de paisagem de cada uma das ilhas, os elementos singulares e os pontos panorâmicos identificados no âmbito do Estudo das Paisagens dos Açores.

Na ilha de São Miguel são delimitadas 17 unidades de paisagem (veja-se figura seguinte) das quais 6 abrangem o concelho de Vila Franca do Campo, (embora algumas destas unidades sejam marginais, como é o caso da SM12 – Furnas ou da SM17 - Ribeira Quente).

¹ Convenção Europeia da Paisagem (Decreto n.º 4/ 2005, de 14 de fevereiro).

Figura 4.12_ Unidades de paisagem da ilha de São Miguel



Fonte: Portal do Ordenamento do Território dos Açores (<http://ot.azores.gov.pt>)

Importa ressaltar que no concelho de Vila Franca do Campo estão também identificados cinco Geossítios.

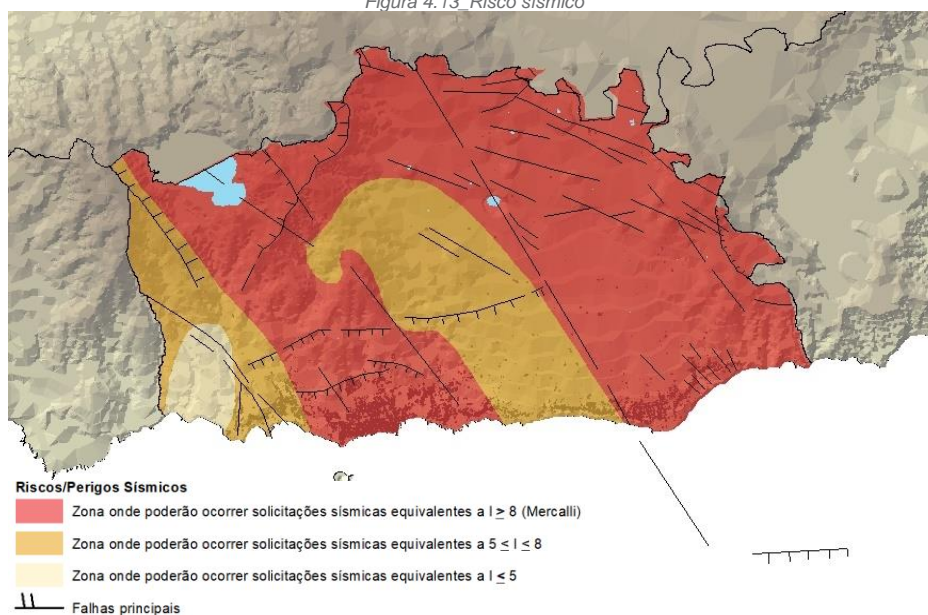
Riscos

De acordo com os riscos identificados no PMEPC de Vila Franca do Campo, importa destacar os riscos associados a: sismos, ciclones/tempestades, movimentos de vertente, cheias e inundações, *tsunamis* e vulcões.

No que concerne ao risco sísmico, o concelho de Vila Franca do Campo encontra-se dividido por três (3) graus de intensidade, de acordo com a escala de Mercalli, que se pode dizer que avalia o grau destruidor de um sismo - grande parte do concelho, apresenta intensidades possíveis que variam entre 5 e 8, isto é, sismos fortes a ruinosos, o que se pode demonstrar particularmente gravoso ao longo da orla costeira, por abranger as áreas do município mais densamente povoadas.

O sismo de 22 de outubro de 1522, por exemplo, destruiu Vila Franca do Campo, capital da ilha à época.

Figura 4.13_Risco sísmico



Fonte: adaptado de PMEPC, 2019

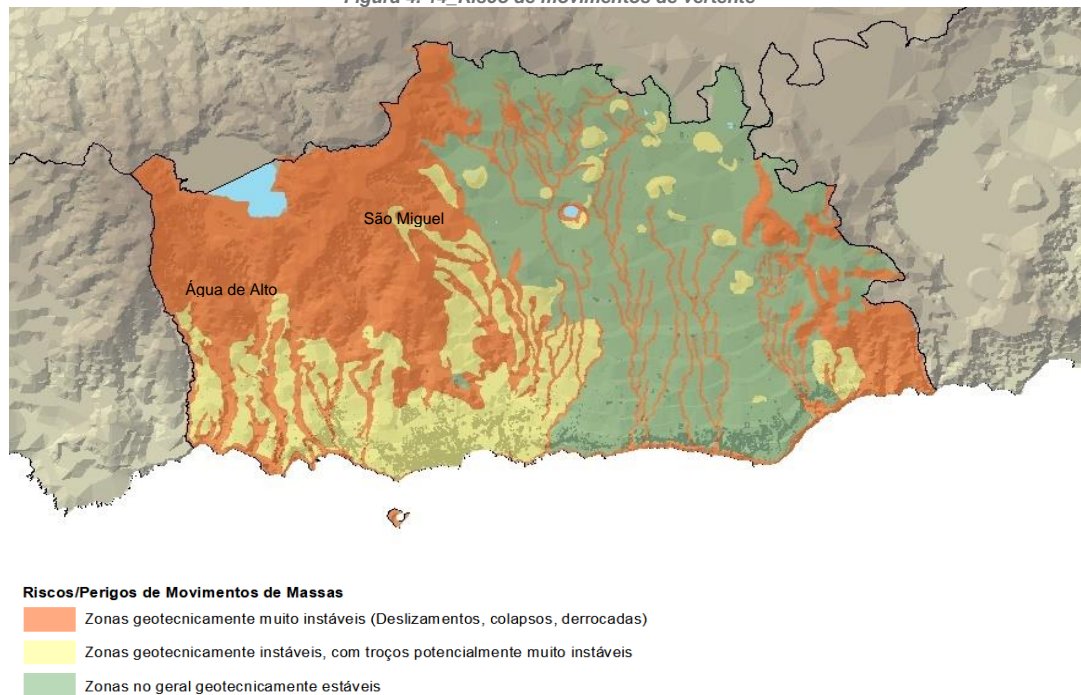
Atendendo à localização da RAA no Atlântico nordeste, a latitudes médias, são recorrentes o ciclones tropicais. Embora as ilhas de maior suscetibilidade sejam as do grupo ocidental – Flores e Corvo, de

acordo com o PMEPC, e tendo em conta os registos históricos, existe um grau de probabilidade elevado de ocorrência destes fenómenos, com um período de retorno igual ou inferior a cinco (5) anos.

De acordo com carta de risco de movimentos de vertente do PMEPC de Vila Franca do Campo as zonas mais propícias à ocorrência deste fenómeno, e por isso com maior risco, localizam-se em áreas de maiores declives, como o maciço de Água de Pau e junto à orla costeira.

Importa ainda referir que de acordo com os registos históricos do atual PDM, confirma-se que Água d'Alto e São Miguel são as freguesias com maior suscetibilidade a estes movimentos. Contudo, importa referir que entre os anos de 1996 e 1998 a freguesia de Ponta Garça foi palco de várias crises geomorfológicas nos taludes das margens da linha de água contíguos à rua da Cancela do Ferreiro.

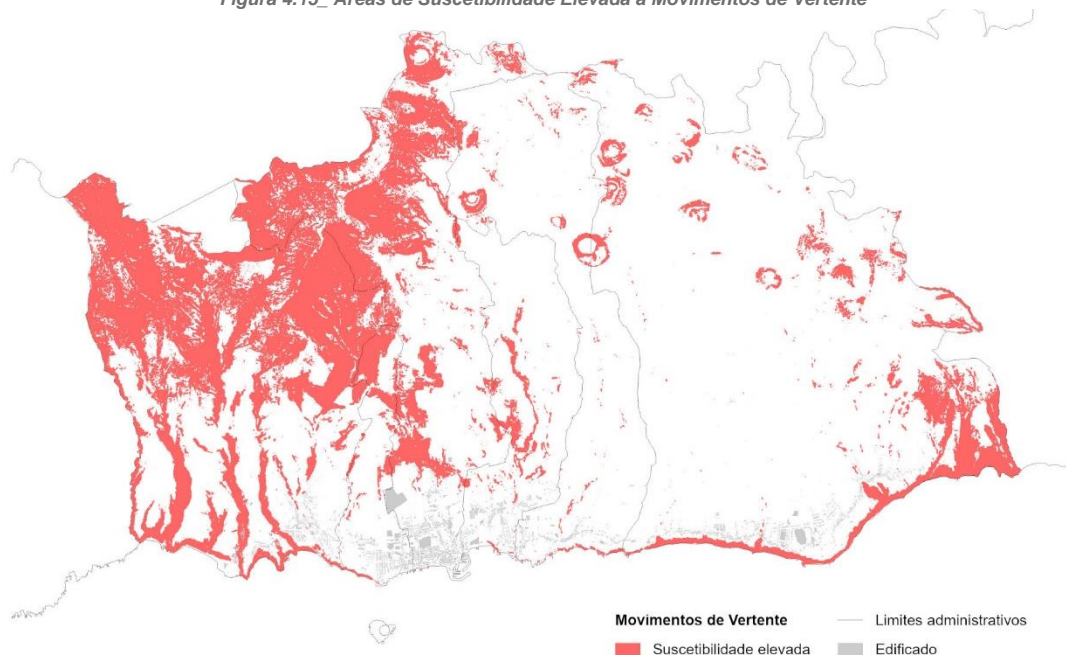
Figura 4. 14_Risco de movimentos de vertente



Fonte: adaptado de PMEPC, 2019

Comparando com as áreas de suscetibilidade elevada a movimentos de vertente identificadas pelo PRAC (figura 4.11), verifica-se que existe uma grande similaridade entre ambas as cartografias, considerando apenas as zonas geotecnicaamente muito instáveis apresentadas pelo PMEPC. O PRAC refere que de uma forma genérica, toda a Região está bastante suscetível à ocorrência de movimentos de vertente. Na generalidade das ilhas, a zona costeira concentra parte relevante das áreas em perigo. Concluindo que, considerando que na faixa costeira se regista uma tendência de concentração de pessoas e bens, esta zona está particularmente exposta à ocorrência destes eventos, cujas consequências normalmente assumem, por evidência histórica, dimensão relevante.

Figura 4.15_ Áreas de Suscetibilidade Elevada a Movimentos de Vertente

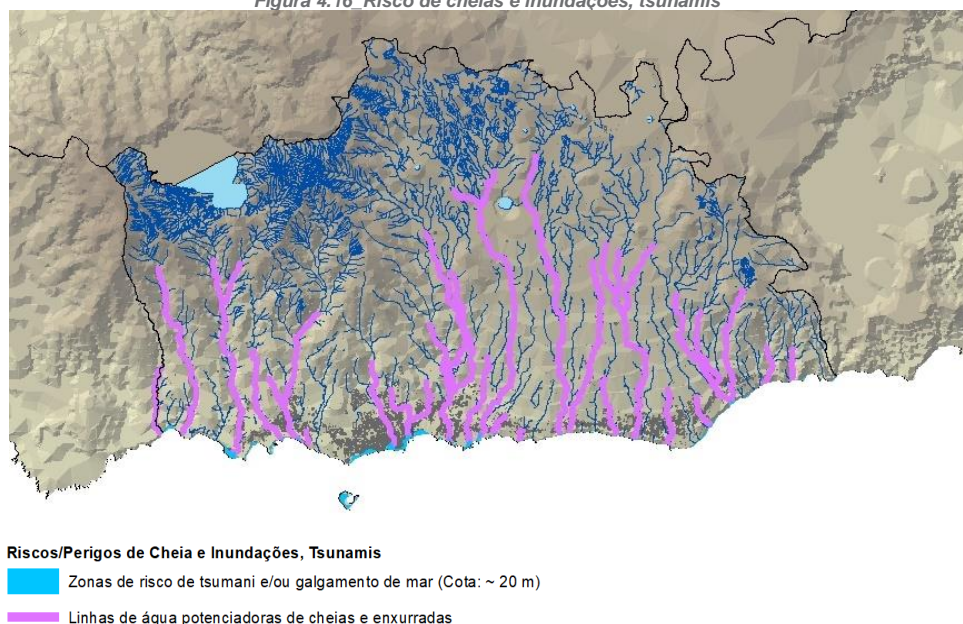


Fonte: PRAC, 2019

No que respeita o fenómeno de cheias e inundações, estas ocorrem essencialmente nas bacias hidrográficas das ribeiras – Ribeira da Praia, Ribeira das Barreiras, Ribeira da Vida e Ribeira Grande, sendo que as áreas mais suscetíveis do concelho são aquelas onde a rede hidrográfica é mais densa, com maior quantidade de linhas de água. No entanto, uma vez que as ribeiras de Vila Franca do Campo não apresentam caudais substancialmente permanentes, as zonas que poderão ser mais problemáticas serão as zonas residenciais atravessadas por essas mesmas ribeiras, após eventos extremos de pluviosidade (PDM em vigor).

Segundo o PMEPC não existem registos de tsunamis no concelho, mas sabe-se que o sismo de 1522, já mencionado, provocou um grande movimento de vertente (que soterrou Vila Franca do Campo), forte agitação marítima, levando algumas partes do concelho a ficarem inundadas. Sabe-se também que os tsunamis registados nos Açores estão associados a atividade sísmica.

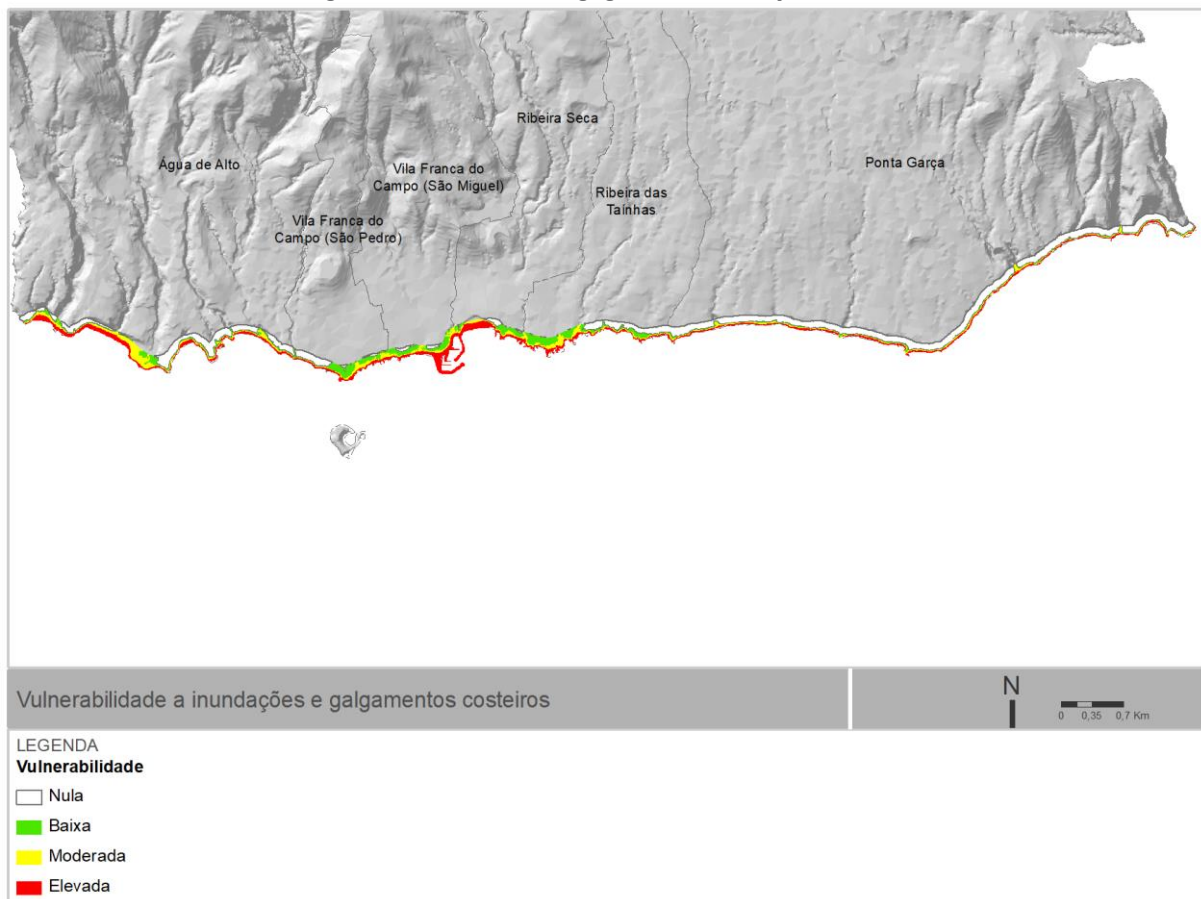
Figura 4.16 Risco de cheias e inundações, tsunamis



Fonte: adaptado de PMEPC, 2019

Por sua vez, ao nível dos galgamentos e inundações costeiras, o município de Vila Franca do Campo, no âmbito do previsto pelo PRAC, desenvolveu cartografia de pormenor de risco à escala 1:2000. Os resultados obtidos, ao nível da vulnerabilidade elevada, são de particular importância nos troços costeiros das freguesias de São Pedro e São Miguel, uma vez que é nesta zona que se cruzam com malha urbana e, por isso, onde se verifica uma densidade elevada de elementos expostos. No resto da linha de costa do concelho, apesar de se identificar sempre uma faixa com vulnerabilidade elevada, esta sobrepõe-se, essencialmente, a zonas de praia e rocha e/ou bases de arribas. Salienta-se que já foram construídas algumas estruturas/obras de defesa costeira precisamente para minimizar a vulnerabilidade e risco no troço acima referido.

Figura 4.17_ Vulnerabilidade a galgamentos e inundações costeiras

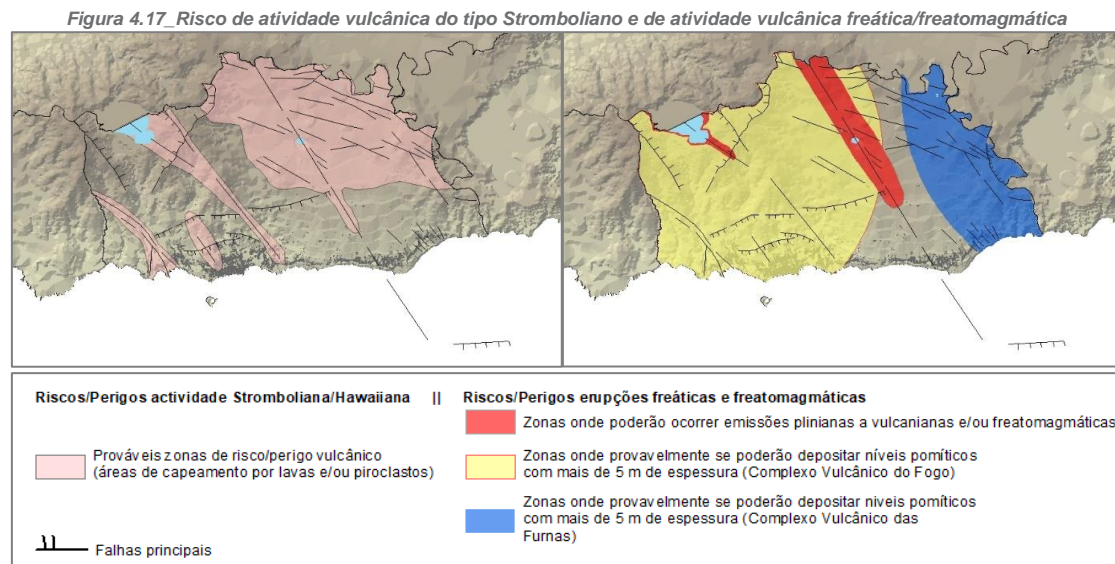


Fonte: Cartografia de pormenor de risco de galgamentos e inundações costeiras do concelho de Vila Franca do Campo, 2022

No que respeita a atividade vulcânica, há um grau de risco elevado a considerar, uma vez que o concelho está localizado sobre três sistemas vulcânicos - sistema vulcânico fissural do Congro, sistema vulcânico da Serra de Água de Pau e sistema vulcânico das Furnas.

A Figura 4.18 traduz a potencialidade destrutiva destes sistemas, considerando que caso entrem em atividade, praticamente todo o território do concelho pode ser afetado.

Os dois últimos sistemas mencionados estão potencialmente ativos e apresentam registos históricos de tipo explosivo, com graves consequências. Exemplos disso são as erupções de 1563 (vulcão do Fogo), com destruição de muitas habitações pela acumulação de cinzas, e de 1630 (vulcão das Furnas), também com destruição de habitações e com várias vítimas. Importa referir que a suscetibilidade do concelho à atividade vulcânica se deve não só aos sistemas onde se localiza, mas também a outros presentes na ilha de São Miguel (vulcão das Sete Cidades) ou mesmo no restante arquipélago.



Fonte: adaptado de PMEPC, 2019

4.3. QUESTÕES ESTRATÉGICAS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE (QEAS)

Como resultado final do exercício de análise integrada de toda a informação de caracterização da área de intervenção e da discussão de temáticas territoriais e ambientais significativas, e com o intuito de responder previamente ao disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010, de 15 de novembro, identificam-se diversas questões consideradas estratégicas ao nível do ambiente e sustentabilidade (QEAS) (quadro-problema) no âmbito da área de intervenção da proposta de rPDM_VFC.

Estas questões estão associadas a domínios relevantes abrangidos pelo próprio Plano, que este deverá procurar responder e sobre os quais terá intervenção. As principais questões identificadas são:

- **QEAS 1 - Integrar princípios de prevenção e minimização dos riscos e potenciar a capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas**

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila Franca do Campo (PMEPC de Vila Franca do Campo) pretende dar resposta aos riscos que possam afetar o concelho, identificando este plano como riscos com grau Crítico “Sismos”, “Tsunami”, “Vulcões” e “Acidentes Aéreos” e riscos com grau Acentuado “Ciclones e Tempestades” e “Movimentos de Vertentes”² – riscos com origem natural (Riscos Naturais) e riscos provocados pela intervenção humana (Riscos Tecnológicos).

Por sua vez, uma componente fundamental, que também se cruza com a gestão de riscos naturais, é a capacidade de resiliência territorial e adaptação às alterações climáticas. Neste âmbito, verifica-se que existe, associado às alterações climáticas, o perigo de uma crescente vulnerabilidade ao nível dos elementos biofísicos do território. De acordo com os cenários previstos estas alterações poderão traduzir-se, em eventos cada vez mais frequentes e intensos de ciclones e tempestades, cheias e inundações, movimentos de massa e galgamentos costeiros.

É neste contexto que importa destacar a necessidade de articulação da revisão do PDM com o Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), instrumento regional de planeamento das políticas públicas no âmbito das alterações climáticas – fenómeno cuja

² Fonte: CMVFC, Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila Franca do Campo, 2019

intensificação coloca uma pressão acrescida em territórios insulares, como é a RAA. Este instrumento, publicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 30/2019/A, de 28 de novembro, permitiu quantificar e minimizar as emissões de gases com efeito de estufa e definir medidas de redução da vulnerabilidade e exposição aos riscos climáticos, bem como aumento da resistência a eventos meteorológicos extremos e/ou melhorar a capacidade de resposta em situação de emergência.

O artigo 3.º do diploma que publica o PRAC, Decreto Legislativo Regional n.º 30/2019/A, de 28 de novembro, vincula todas as entidades públicas e refere que cabe aos planos também municipais de ordenamento do território “acautelar a programação e a concretização das políticas e objetivos definidos”. E o artigo 6.º referente à cartografia de riscos naturais determina que o departamento do Governo Regional com competência em matéria de ordenamento do território **elabora cartografia de base de riscos naturais**, à escala de 1:25.000 ou superior, com o objetivo de disponibilizar informação técnica que acautele a exposição e vulnerabilidade do território a cheias, inundações, movimentos de vertente e emanações gasosas permanentes e que essa informação cartográfica **“é obrigatoriamente integrada nos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território, os quais devem desenvolver cartografia de pormenor, à escala de 1:2.000 ou superior, sempre que visem determinar o afastamento de edificações, equipamentos ou infraestruturas de zonas de risco significativo”**. Neste contexto, e para o caso do território de Vila Franca do Campo, destacam-se os movimentos de vertentes e as zonas ameaçadas pelo mar, sendo que para este último o município produziu já cartografia de pormenor de risco de galgamentos e/ou inundações costeiras à escala 1:2000. Nesse contexto destaca-se o troço da zona costeira das freguesias de São Pedro e São Miguel, como os que apresentam maior vulnerabilidade a inundações e galgamentos costeiros.

Ainda neste âmbito, e a reforçar a pertinência do tema, o concelho de Vila Franca do Campo foi o único da RAA a participar no projeto ClimAdaPT.Local, que decorreu entre janeiro de 2015 e dezembro de 2016 que culminou com a elaboração das Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) de cada município, para além de estabelecer uma rede entre os diversos participantes. Assim, a EMAAC Vila Franca do Campo definiu e iniciou a implementação das opções de adaptação identificadas na Estratégia, de forma a “tornar o município eficiente e capaz de aumentar a capacidade de resposta da sua comunidade e dos seus espaços naturais e construídos às alterações climáticas perspetivadas e, proceder à sua integração nas ferramentas de planeamento e gestão municipal”.

Neste contexto, é fundamental que a rPDM_VFC:

- Considere a pertinência dos princípios e medidas de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais e tecnológicos previstos no PMEPC de Vila Franca do Campo, de modo a contribuir para o desenvolvimento de capacidades de gestão nesse domínio e salvaguardar potenciais perdas e danos associados, como a perda de qualidade ambiental e afetação de pessoas e bens;
- Inclua cartografia e orientações para potenciar a capacidade de resposta do território a fenómenos associados às alterações climáticas (resiliência) bem como a sua capacidade de adaptação face aos mesmos (quer na perspetiva da diminuição dos riscos, quer da vulnerabilidade dos sistemas e elementos biofísicos, ecológicos, recursos hídricos, etc.), nomeadamente na sua EMAAC, e de acordo com o definido no PRAC.

■ **QEAS 2 – Promover o desenvolvimento socioeconómico e coesão territorial**

O município de Vila Franca do Campo apresenta uma forte ligação com o mar e algumas das melhores praias da ilha de São Miguel. A marina constitui também um ponto nuclear na dinâmica socioeconómica da vila, assim como o porto de pesca. O ilhéu é um dos elementos singulares que se destaca em toda a ilha pelas suas características geofísicas, naturais e atratividade para visitantes e uso balnear. Nas atividades económicas, destacam-se ainda o mergulho, o whale watching e as atividades náuticas de um modo geral – com especial foco para o clube naval com uma dinâmica muito significativa. Relativamente à atividade agrícola,

as “Quintas” associadas à produção de banana e até mesmo a cultura de vinha, apresentam neste concelho uma importante dinâmica e expressão territorial.

A revisão do PDM constitui assim, uma oportunidade para reforçar as complementaridades de Vila Franca do Campo com os municípios vizinhos, em particular, com o concelho de Lagoa. Permite também apontar novas respostas, integradas e de médio prazo, estimuladoras do desenvolvimento socioeconómico.

Alguma destas ações são diretamente influenciadas pelas estratégias do município, contudo, outras, porém, assentam na transposição e otimização ao nível local das políticas de nível setorial, regional e nacional. Destaca-se assim, a criação de mais emprego, através da promoção de políticas urbanísticas, da qualidade de vida e do ambiente, da valorização da educação e da sustentabilidade, do reforço da atratividade de novos residentes.

O município carece de um espaço economicamente competitivo e no contexto regional e de ilha, de apostas claras na sua vocação habitacional, de fixação de estruturas empresariais e tecnológicas de carácter inovador e na salvaguarda das suas atividades tradicionais de valor acrescentado, nomeadamente nos setores primário e secundário, em articulação com as estruturas de ensino e formação.

O município de Vila Franca do Campo possui também circunstâncias endógenas únicas, que se encontram subvalorizadas, carecendo de uma estratégia de desenvolvimento que promova o investimento privado. Neste sentido, a rPDM_VFC deve promover o desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, como setores dinamizadores da atividade económica do município, estabelecendo medidas específicas para a exploração dos recursos locais, critérios de ocupação e parâmetros de edificabilidade, criando condições para a instalação de novos estabelecimentos e de novas atividades e serviços diferenciados que reforcem a identidade Campo-Vila-Mar.

A rPDM_VFC representa uma oportunidade para através das suas estratégias, reforçar os elementos de coesão e desenvolvimento social do concelho, nos domínios da fixação populacional, promoção de acesso a bens, equipamentos e serviços e infraestruturas urbanísticas gerais.

■ **QEAS 3 – Urbanismo e Qualificação do Solo**

A rPDM_VFC constitui uma oportunidade para, entre outras realizar correções decorrentes da adequação a planos/programas ou legislação superveniente, atualizar aquele que é o principal instrumento de suporte à gestão urbanística no concelho, com especial foco, para a qualificação do solo. Nesse sentido, importa efetuar um balanço das principais debilidades do regulamento e corrigi-las com base na experiência que resulta de mais de uma década de aplicação do mesmo. Deste modo, no decurso da rPDM_VFC o regulamento e os outros elementos que compõem o plano devem proceder à integração da legislação setorial posterior à entrada em vigor do PDM, para os setores do turismo, reserva ecológica, indústria, ruído, recursos hídricos, áreas classificadas, destacando o Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, que define o regime de coordenação dos âmbitos do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, acompanhamento, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial na RAA (RJGT-A). Por outro lado, há que considerar a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que estabelece as Bases Gerais da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBGPSOTU), e a subsequente regulamentação através do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, o novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional (RJGT). Surge assim a necessidade de atualizar os conceitos e nomenclatura de classificação e qualificação do solo e legislação geral em matéria de ordenamento do território, mas também de incorporar as normas associadas à integração de cartografia de pormenor de riscos na planta de ordenamento e de condicionantes. A atualização do rPDM_VFC constitui também uma oportunidade para proceder à articulação e compatibilização com os programas e planos aplicáveis no concelho, especialmente os de natureza setorial e especial.

- **QEAS4 – Salvaguarda e valorização dos valores naturais e paisagísticos e da Estrutura Ecológica Urbana enquanto vetores fundamentais na sustentabilidade do território e promoção da saúde pública e qualidade de vida**

Uma estratégia de desenvolvimento territorial terá que incluir necessariamente a conservação, proteção e valorização dos valores naturais e paisagísticos do concelho, das espécies da fauna e da flora, dos seus habitats naturais e a manutenção dos equilíbrios ecológicos. Com a recuperação turística que se pressupõe que aconteça com a retoma económica e final da pandemia atualmente existente, resultante do vírus SARS2 – que provoca a doença COVID-19, e um turismo essencialmente de natureza e que depende destes fatores, é fundamental a aposta na sua salvaguarda e valorização.

O fomento da qualificação e integração de infraestruturas verdes potencia o equilíbrio microclimatológico, da biodiversidade e da paisagem, dos ecossistemas e dos ciclos biogeoquímicos, bem como na melhoria do estado das massas de água superficiais e massas de água subterrâneas, concorrendo para os requisitos da Lei da Água.

De modo a assegurar a Estrutura Ecológica Urbana é importante potenciar a redução dos espaços impermeabilizados bem como a criação de canais e corredores ecológicos.

Atualmente, o sistema de drenagem de águas residuais no concelho, abrange 85% da população, sendo que as freguesias de Água d'Alto e Ponta Garça, não possuem ainda sistema de tratamento de águas residuais. Os efluentes drenados são encaminhados para fossas sépticas coletivas, algumas com um elevado nível de colmatação e baixa eficiência. As freguesias de São Miguel, São Pedro, Ribeira Seca e Ribeira das Tainhas têm os seus efluentes encaminhados para uma estação de pré-tratamento de águas residuais onde, posteriormente, o efluente é lançado ao mar através de um emissário submarino. Este sistema é obsoleto, não cumprindo com as normas comunitárias, sendo necessário a curto prazo encontrar-se uma solução de tratamento mais eficaz, uma solução para as freguesias de Água d'Alto e Ponta Garça.

O município deve ser capaz de se tornar um agente de pressão ativo na fiscalização e comunicação de descargas ilegais de efluentes e responsável pelo cumprimento dos valores-limite de emissão de águas residuais, em particular para as massas de água superficiais, interiores e costeiras bem como na prevenção e eliminação de outras dissonâncias ambientais como depósito ilegal de resíduos.

Também é importante sensibilizar para o controlo da pressão consumptiva urbana sobre os recursos hídricos, promovendo eficiência nos consumos de água públicos, domésticos, turísticos, agrícolas e industriais, bem como incrementar a capacidade do metabolismo circular urbano, assumindo como prioridade a redução e recolha seletiva de resíduos com objetivos de reciclagem e valorização local ou regional dos mesmos.

Assim, a estratégia de desenvolvimento municipal deve promover o combate aos fatores de degradação dos valores naturais e paisagísticos presentes no território, quer ao nível da biodiversidade, recursos hídricos e florestas, como também ao nível da salubridade e saúde humana, incrementando os níveis de qualidade de vida da comunidade.

- **QEAS 5 - Fomento da mobilidade sustentável, aquisição de eficiência energética e uso de fontes de energia renovável**

Na área de estudo evidenciam-se algumas insuficiências ao nível da mobilidade interna associadas às assimetrias da rede de oferta de transporte público e ao défice de determinados tipos de infraestruturas rodoviárias (ou limitações associadas às suas características, como por exemplo, a largura da via com dois sentidos em zonas densamente edificadas, com poucas ou sem alternativas conjugadas com estacionamento na faixa de rodagem, como é o caso da Ribeira das Tainhas e de Ponta Garça). Neste sentido o modelo territorial proposto e as apostas de regeneração, reorganização e ponderação do atual modelo e rede de transportes e infraestruturas rodoviárias deverão não só contribuir para diminuir a intensidade carbónica afeta à mobilidade, mas também reduzir a ineficiência das deslocações pendulares da população e

aumentar a qualidade de vida das populações no usufruto quer da sua zona residencial e nos acessos e rotinas diárias. Deve existir uma preocupação na criação de zonas de circulação automóvel e estacionamento condicionada de forma a gerir de forma adequada a intensidade de tráfego no centro urbano da Vila e na acessibilidade a determinados locais de maior afluência e circulação e visitação, sendo que no caso da zona central da Vila será importante promover a mobilidade pedonal e os modos suaves, criando plataformas de mobilidade inteligentes e mais sustentáveis. Com esse objetivo, deve promover-se o uso do transporte público (criando, para tal, uma rede adequada e que responda às reais necessidades) e modos suaves, bem como a respetiva capacidade intermodal entre os diversos meios de transporte disponíveis. Deve promover-se igualmente o recurso a alternativas de deslocação suaves, designadamente, ciclovias, vias pedonais, essencialmente nas freguesias sede de concelho, e a adequação dos meios de transporte coletivo e privado municipal a fontes de energia limpas, e promoção de práticas sustentáveis de deslocação (p.e. car sharing, etc.).

As características específicas e vantagens dos diversos modos suaves existentes devem responder às necessidades e interesses do utilizador e adequarem-se às especificidades orográficas e estilos de vida locais, permitindo que sejam utilizados de forma adequada quer em espaço urbano como rural. Devido à orografia do concelho os modos suaves poderão ser essencialmente usados para atividades de desporto, recreio e lazer, e não como meio de transporte ou de mobilidade pendular por motivos de eficiência. Complementarmente, deve ser promovida a introdução de fontes alternativas de energia nos transportes públicos, implementação de conceitos mais eficientes de transporte público, incentivos ao car-sharing e parques de estacionamento em locais estratégicos, e outras medidas alternativas que promovam a aquisição de sustentabilidade nas deslocações pendulares.

Já no centro urbano e localidades adjacentes, os modos suaves poderão ser um meio de mobilidade efetivo que pode competir com os meios de transporte convencionais. Complementarmente, o rPDM_VFC deve também promover a segurança rodoviária, a mobilidade inclusiva, através da manutenção e reforço da aposta na qualificação dos espaços públicos urbanos e não-urbanos, com plena assunção dos princípios de desenho inclusivo de modo a atender às necessidades das pessoas com mobilidade reduzida e melhorando as condições de segurança para os modos suaves e opções de transporte nas áreas de baixa densidade.

A proposta de rPDM_VFC deve igualmente promover a eficiência energética e utilização de fontes de energia renováveis noutros setores de atividades além dos transportes, nomeadamente, a implementação de ações que promovam a eficiência energética no parque edificado privado (habitacional, comercial ou industrial), nos edifícios públicos e da administração pública, e outros espaços ou equipamentos de utilização coletiva e iluminação pública. A construção eficiente e implementação de tecnologias energéticas sustentáveis devem constituir também uma preocupação, quer nos edifícios para habitação, mas sobretudo, nos edifícios públicos ou destinados à administração pública, na iluminação pública ou nos edifícios privados das principais atividades económicas. Um dos principais desígnios atuais ao nível da estratégia Clima-Energia para 2020 e 2030 dos territórios é o de reduzirem a sua intensidade energética por via de equipamentos promotores de eficiência energética no consumo e aproveitamento das fontes renováveis de energia endógena.

Neste sentido, importa que o modelo territorial assumido traduza uma aposta clara na redução da intensidade energética, aquisição de eficiência energética e na adoção de soluções alternativas de energia e conforto térmico no parque edificado. Em suma, a sustentabilidade energética deve constituir-se como o elemento determinante da reabilitação urbana, contribuindo para a implementação de um desenho arquitetónico que promova a qualidade da paisagem urbana e o conforto bioclimático.

Estas QEAS foram analisadas tendo em consideração alguns elementos da AAE da 1.^a rPDM_VFC, por se considerar que é importante assegurar a coerência de princípios e objetivos entre os dois processos sempre que se mantenha o mesmo alinhamento e estratégia do modelo de desenvolvimento

e sustentabilidade territorial. Assim, apresentam-se de seguida as “questões estratégicas objeto de avaliação” definidas no âmbito do anterior RA da 1.ª rPDM_VFC³:

- A afirmação do Concelho de Vila Franca do Campo (no contexto da ilha e nas inter-relações com os Municípios vizinhos e até com a ilha de Santa Maria);
- Desenvolvimento integrado do Concelho;
- O equilíbrio territorial;
- A valorização dos recursos;
- O reforço do carácter do Concelho de Vila Franca do Campo (O carácter rural/marítimo. Vila Franca do Campo é um município onde a ruralidade tem caracteres específicos, nomeadamente pelos Espaços de Quintas, por outro lado a ligação ao ilhéu e a atividade piscatória conferem-lhe um forte carácter marítimo.)

Apesar das questões estratégicas da 1.ª rPDM_VFC não apresentarem uma descrição e terem um carácter mais genérico, é possível admitir que as QEAS propostas na presente revisão consideram as questões estratégicas identificadas anteriormente, nomeadamente ao nível do ambiente e sustentabilidade do território.

As QEAS da presente AAE articulam-se significativamente com os objetivos gerais da rPDM_VFC e que estes apresentam nesta fase já um potencial de salvaguarda de resposta a estas QEAS, tal como demonstrado na Tabela 4.2.

Tabela 4.2_Articulação entre os Objetivos Estratégicos da rPDM_VFC e as Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade identificadas na área de intervenção

Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)	Objetivos Estratégicos rPDM_VFC				
	1	2	3	4	5
QEAS1	■	■	■	■	
QEAS2	■	■	■	■	■
QEAS3	■	■	■	■	■
QEAS4	■	■	■	■	■
QEAS 5		■	■		

Legenda: ■ Articulação.

Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)

QEAS 1 - Integrar princípios de prevenção e minimização dos riscos e potenciar a capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas

QEAS 2 – Promover o desenvolvimento socioeconómico e coesão territorial

QEAS 3 – Urbanismo e Qualificação do solo

QEAS 4 – Salvaguarda e valorização dos valores naturais e paisagísticos e da Estrutura Ecológica Urbana enquanto vetores fundamentais na sustentabilidade do território e promoção da saúde pública e qualidade de vida

QEAS 5 - Fomento da mobilidade sustentável, aquisição de eficiência energética e uso de fontes de energia renovável

Objetivos Gerais da rPDM_VFC:

1. Afirmar o concelho de Vila Franca do Campo no contexto regional e promover o respetivo desenvolvimento integrado;
2. Criar condições de vida atrativas para a fixação da população;
3. Valorizar os recursos biofísicos do território e a qualidade ambiental;
4. Apostar no desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer;
5. Reforçar o carácter identitário tridimensional (Campo-Vila-Mar).

³ Fonte: CMVFC, Volume IV – Relatório Ambiental, 2013

5. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

O Quadro de Referência Estratégico (QRE) constitui o macro – enquadramento da avaliação, criando um referencial, e reúne objetivos de política ambiental e de sustentabilidade adotadas na aplicação das políticas, planos e programas internacionais, nacionais e regionais, para além dos de índole estratégica e sectorial.

Assim, o presente capítulo consiste na identificação e análise das referências com relevância para a AAE da proposta de rPDM_VFC, e tem como objetivo avaliar a articulação e o nível de correlação dos objetivos da rPDM_VFC com os demais instrumentos identificados no QRE, bem como as respetivas sinergias e conflitos potenciais.

Para o efeito, são apresentados na Tabela 5.1 os instrumentos considerados mais importantes para a prossecução da presente avaliação ambiental. A descrição mais pormenorizada desses referenciais pode ser consultada no Anexo_01.

Tabela 5.1_Quadro de Referência Estratégico da AAE

Quadro de Referência Estratégico
Documentos de Referência Internacionais
Agenda Territorial 2020 (AT2020)
Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030)
Pacto Ecológico Europeu (PEE)
Estratégia de Biodiversidade para 2030 (EBUE 2030)
Convenção sobre a Conservação de Espécies Migradoras da Fauna Selvagem (Convenção de Bona)
Convenção sobre a Vida Selvagem e os Habitats Naturais na Europa (Convenção de Berna)
Declaração de Toledo (2010) (DT)
Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano (ETAU)
Estratégia Temática de Proteção do Solo (ETPS)
Estratégia Europeia para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais (ETUSRN)
Quadro de Ação de Sendai 2015-2030 (Quadro Sendai)
Documentos de Referência Nacionais
Portugal 2030
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)
Plano Nacional integrado Energia Clima 2021-2030 (PNEC 2021-2030)
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)
Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)
Alteração do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (Alteração PNPOT)
Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050)
Estratégia Nacional para o Mar (ENM) 2021-2030
Documentos de Referência Regionais
Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA)
Programa Regional Açores 2030
Estratégia Regional para as Alterações climáticas (ERAC)

Quadro de Referência Estratégico
Estratégia Açoriana para a Energia 2030 (EAE2030)
Plano Regional de Ação para a Eficiência Energética (PRAEE) (em elaboração)
Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores 2018-2024 (PMEA)
Plano Regional de Emergência de Proteção Civil dos Açores (PREPC Açores)
Objetivos de qualidade de paisagem e orientações para a gestão da paisagem (adaptação da CEP à RAA)
Estratégia Florestal dos Açores (EFA)
Programa Regional da Água (PRA)
Plano Integrado dos Transportes dos Açores (PIT)
Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027 (PGRH-Açores 2022-2027)
Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores (PGRIA) (em elaboração do 2.º ciclo)
Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da RAA (PSRN 2000 RAA)
Programa Regional para as Alterações Climáticas dos Açores (PRAC)
Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica dos Açores (ERDABA)
Plano de Ação 2019-2030 da Sustentabilidade do Destino Turístico Açores (PASDTA)
Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores (PEMTA)
Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social (ERCPES)
Relatórios de reporte no âmbito da Diretiva Quadro-Estratégia Marinha – Estratégia Marinha para a Subdivisão dos Açores, 1.º ciclo (2012-2018) e 2.º ciclo (2018-2024) (Reporte DQEM)
Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+ (PEPGRA 20+)
Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas na Região Autónoma dos Açores (PAE)
Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA)
Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Costa Sul – São Miguel (POOC Costa Sul) (em alteração)
Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas (POBHL Furnas)
Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas do Fogo, do Congro, de São Brás e da Serra Devassa (POBHL São Miguel)
Plano Gestão da Área Terrestre do Parque Natural da Ilha de São Miguel (PGPNISM)
Plano de Gestão de Secas e Escassez dos Açores (PGSE-Açores) (em elaboração)
Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional – Subdivisão dos Açores (PSOEMA) (em proposta)
Documentos de Referência Municipais
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC)
Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o risco de movimentos de vertente em Vila Franca do Campo (PEEPC Movimentos de Vertente VFC)
Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o risco sísmico em Vila Franca do Campo (PEEPC Sísmico VFC)
Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Vila Franca do Campo (EMAAC Vila Franca do Campo)
Plano Municipal de Ação ao PEPGRA (PMA PEPGRA)

Considerando que a definição do quadro de referência estratégico para a AAE da rPDM_VFC tem como objetivo avaliar a sua coerência global com as grandes linhas estratégicas preconizadas nas restantes políticas e programas, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e ao ordenamento do território, constata-se, então, que, em matéria de articulação com outros planos e programas, os principais desafios prendem-se, essencialmente, com a necessidade de assegurar a coerência na prossecução dos objetivos durante as fases subsequentes de implementação do Plano.

Neste seguimento, a Tabela 5.2 apresenta a existência de relação entre cada um destes instrumentos e os objetivos definidos para o Plano. A sua análise permite constatar que o Plano se articula,

AAE rPDM_VFC

efetivamente e de forma objetiva, com as diretrizes destes instrumentos relativamente a um conjunto de questões ambientais nas suas opções estratégicas de base.

Tabela 5.2_Matriz de correlação entre a síntese de objetivos da rPDM_VFC e o QRE.

QRE	Objetivos rPDM_VFC				
	1	2	3	4	5
AT2020	■	■	■	■	■
Agenda 2030	■	■	■	■	■
PEE	■		■	■	■
EBUE 2030	■		■	■	■
Convenção de Bona			■	■	
Convenção de Berna			■	■	
DT	■	■	■	■	■
ETAU	■	■	■	■	■
ETPS	■		■	■	■
ETUSRN	■	■	■		■
Quadro Sendai		■	■		
Portugal 2030	■	■	■	■	■
ENDS	■	■	■	■	■
ENCNB 2030	■	■	■	■	■
PNEC 2021-2023	■		■	■	■
PNAAS	■	■	■	■	■
PAEC	■		■	■	■
Alteração PNPOT	■	■	■	■	■
RNC 2050	■		■		
ENM 2030		■	■		■
PROTA	■	■	■	■	■
Açores 2030	■	■	■	■	■
ERAC	■		■	■	■
EAE 2030			■	■	
PRAEE	■		■	■	
PMEA	■		■	■	■
PREPC Açores	■		■		
Adaptação CEP RAA			■		
EFA			■		
PRA			■		
PIT	■	■			■
PGRH-Açores 2022-2027			■		
PGRIA	■		■		
PSRN 2000 RAA	■		■	■	
PRAC	■	■	■	■	■
ERDABA	■	■	■		■
PASDTA	■	■	■	■	■

QRE	Objetivos rPDM_VFC				
	1	2	3	4	5
PEMTA	■		■	■	■
ERCPES	■	■		■	■
Estratégia Marinha – Reporte DQEM			■		■
POTRAA	■			■	
PEPGRA 20+	■	■	■		
PAE					
POTRAA				■	
POOC Costa Sul			■	■	■
POBHL Furnas			■	■	■
POBHL São Miguel			■	■	■
PGPNISM	■		■	■	
PGSE-Açores		■	■		
PSOEMA	■	■	■	■	■
PMEPC	■	■			
PEEPC Mov Vertentes VFC		■			
PEEPC Sísmico VFC		■			
EMAAC VFC	■	■	■	■	■
PMA PEPGRA	■	■	■		

Legenda: ■ Articulação.

Objetivos da rPDM_VFC:

1. Afirmar o concelho de Vila Franca do Campo no contexto regional e promover o respetivo desenvolvimento integrado;
2. Criar condições de vida atrativas para a fixação da população;
3. Valorizar os recursos biofísicos do território e a qualidade ambiental;
4. Apostar no desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer;
5. Reforçar o caráter identitário tridimensional (Campo-Vila-Mar).

O nível de correlação entre os objetivos da rPDM_VFC e as orientações de cada referencial pode traduzir-se em termos quantitativos pelo número de linhas estratégicas dos referenciais associadas aos diferentes objetivos da rPDM_VFC. Em síntese, a análise da Tabela 5.2 demonstra uma forte correlação entre os objetivos do Plano e os planos e programas em vigor, verificando-se que a proposta desse documento, como instrumento de gestão e intervenção territorial, está em harmonia com os principais planos que prevalecem sobre ele o que traduz uma preocupação do mesmo com o desenvolvimento socioeconómico e a sustentabilidade do território.

Identificaram-se sinergias relevantes entre os objetivos gerais de base para o desenvolvimento do Plano e os diversos planos sectoriais identificados, principalmente ao nível da gestão dos recursos naturais, bem como ao nível da promoção de uma política de ordenamento do território sustentável que contribua para o desenvolvimento económico do território.

Neste contexto, o principal desafio da rPDM_VFC prende-se com a concretização dessas mesmas opções e da continuidade da sua articulação com o QRE.

6. FATORES DE SUSTENTABILIDADE

A metodologia apresentada no Subcapítulo 2.2 apresenta como ponto de partida a análise dos temas ou fatores ambientais, identificados a partir das questões estratégicas relevantes para o objeto desta avaliação, sobre os quais se desenvolveu um trabalho de análise, ponderação e discussão que teve como critérios de escolha:

- A natureza e conteúdo de um Plano Diretor Municipal e, em particular, a proposta de rPDM_VFC com todas as opções, estratégias e intervenções que vêm defender e as variáveis de contexto que traduzem as características intrínsecas do território em que se insere;
- O Quadro de Referência Estratégico apresentado anteriormente, tendo sido necessário realizar um ajustamento de significância dos fatores ambientais e de sustentabilidade;
- E, por último, a tipologia de modelo de intervenções que se propõe e a sua influência no desenvolvimento das variáveis ambientais e de sustentabilidade.

Propõe-se um conjunto de fatores de sustentabilidade (validados em sede do RDA) considerados adequados para atingir os objetivos da presente AAE e considerados consistentes com a tipologia e âmbito de intervenção deste Plano. Assim, a Tabela 6.1. apresenta os fatores de sustentabilidade propostos, uma justificação da sua pertinência e dos critérios a considerar para a sua avaliação.

Tabela 6.1_ Fatores de Sustentabilidade: descrição e critérios de avaliação para a AAE Da rPDM_VFC

Fatores de Sustentabilidade	Pertinência	Crítérios de Avaliação
Vulnerabilidades e Riscos	Avaliar os efeitos QUE a rPDM_VFC terá sobre a prevenção e/ou minimização das situações de risco (naturais e tecnológicos), capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas, eliminação das dissonâncias ambientais - e desenvolver dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos.	Riscos Naturais: De que forma a estratégia adotada pela rPDM_VFC contribui para a redução dos riscos naturais do concelho?
		Riscos Tecnológicos: De que forma a estratégia adotada pela rPDM_VFC contribui para a redução dos riscos tecnológicos do concelho?
		Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas: Qual o contributo da rPDM_VFC para a capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas?
		Dissonâncias Ambientais: De que forma a rPDM_VFC contribui para a redução e/ou eliminação das dissonâncias ambientais existentes no concelho?
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	Avaliar os efeitos das opções estratégicas da rPDM_VFC ao nível da preservação, gestão e valorização dos espaços naturais existentes, tendo em conta a importância e fragilidade dos ecossistemas e espécies presentes. Este fator permitirá igualmente avaliar os efeitos das opções estratégicas da rPDM_VFC ao nível da promoção da qualidade paisagística e da preservação do património não classificado arquitetónico e cultural existente na área de intervenção.	Áreas naturais e ecossistemas: Qual o contributo da rPDM_VFC para a melhoria das funções ecológicas das áreas naturais, quer pela aptidão demonstrada para a conservação dos ecossistemas presentes, quer na melhoria da qualidade de vida?
		Paisagem: Qual o contributo da rPDM_VFC para a salvaguarda e valorização dos valores paisagísticos presentes?
		Património cultural e natural: Qual o contributo da rPDM_VFC para a salvaguarda e valorização dos valores patrimoniais existentes no concelho?
Recursos Naturais	Avaliar os efeitos das intervenções estratégicas da rPDM_VFC ao nível da preservação, gestão e utilização sustentável dos recursos naturais existentes, tendo em conta a importância destes para a área de intervenção e restante Região.	Recursos Hídricos: De que forma a rPDM_VFC contribui para a gestão dos recursos hídricos?
		Energia: Qual o contributo da rPDM_VFC para o reforço da capacidade instalada e diversificação no uso de fontes de energia renováveis pelo sistema electroprodutor de eletricidade, e aquisição de

Fatores de Sustentabilidade	Pertinência	CrITÉRIOS de Avaliação
		<p>eficiência energética no parque edificado público e privado e outros equipamentos públicos?</p> <p>Solo: De que forma a rPDM_VFC, e as suas políticas de proteção do solo e ordenamento do território, promovem a gestão adequada dos solos?</p> <p>Recursos agroflorestais: De que forma a rPDM_VFC promove uma gestão adequada dos recursos agroflorestais contribuindo para a sua proteção, capacidade produtiva, e aproveitamento material ou energético dos resíduos orgânicos potenciando a circularidade local e regional?</p> <p>Recursos geológicos: Qual o contributo da revisão do PDM para a identificação e exploração dos recursos geológicos, visando a sua valorização e utilização apropriada e acompanhando o funcionamento dos respetivos mercados, empresas e produtos?</p>
Ordenamento e Qualificação territorial	Avaliar os efeitos das estratégias da rPDM_VFC na qualificação do solo, com especial foco para a contenção do perímetro urbano, salvaguarda de áreas de expansão da atividade industrial fora de áreas habitacionais consolidadas e qualificação do solo rústico	<p>Qualificação do solo:</p> <p>Avaliar os efeitos das estratégias da rPDM_VFC na qualificação do solo rústico, garantindo a adequada execução das políticas e programas regionais que promovem o desenvolvimento agrícola</p> <p>Qual o contributo da rPDM_VFC para a qualificação e coesão territorial, bem como para a consolidação do perímetro urbano?</p>
	Avaliar os efeitos das intervenções estratégicas da rPDM_VFC ao nível do reforço das condições dos serviços e redes de infraestruturas básicas como a rede viária, meios de transporte, ou serviços ambientais de abastecimento de água, saneamento, e gestão de resíduos de modo a melhorar os índices de qualificação do território.	<p>Serviços e infraestruturas ambientais: Qual o contributo da rPDM_VFC para a dotação do concelho com serviços e infraestruturas ambientais adequadas às necessidades existentes, contribuindo para a promoção de boas práticas, ecoeficiência e melhoria dos níveis de salubridade, saúde e bem-estar da população?</p> <p>Transportes e Mobilidade: Qual o contributo da rPDM_VFC para satisfação das necessidades de locomoção da população, gestão de tráfego e estacionamento, reforço da mobilidade suave no território, melhoria da qualidade do serviço de transportes públicos e resposta aos desafios de descarbonização e introdução de energias alternativas?</p>
Desenvolvimento Socioeconómico e Qualidade de Vida	<p>Avaliar os efeitos da rPDM_VFC ao nível do reforço da competitividade do município, no contexto da ilha de São Miguel, nomeadamente a sua capacidade para reforçar o tecido empresarial de carácter inovador.</p> <p>Avaliar os efeitos da rPDM_VFC na reversão da perda de residentes, promoção da qualidade de vida.</p> <p>Avaliar os efeitos da rPDM_VFC na política de habitação municipal, na diversificação e sustentabilidade do trinómio rural-urbano-mar?</p>	<p>População: Qual o contributo da rPDM_VFC para a dinamização social económica das freguesias rurais e das suas atividades tradicionais de valor acrescentado?</p> <p>Turismo: Qual o contributo da rPDM_VFC para a diversificação e sustentabilidade do setor do turismo, com especial foco para o trinómio rural-urbano-mar?</p> <p>Outras atividades económicas: Qual é o contributo da rPDM_VFC para a fixação de estruturas empresariais e tecnológicas de carácter inovador?</p>

De acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), o Programa de Execução de um Plano Diretor Municipal contém “designadamente as disposições sobre a execução das intervenções prioritárias (...) do município, previstas a curto e médio prazo, e o enquadramento das (...) intervenções municipais previstas a longo prazo”. É assim proposto no âmbito do Programa de Execução da rPDM_VFC um conjunto de Objetivos / Projetos que concretizem o PDM e que serviram de coordenadas estratégicas à elaboração do Plano (Tabela 6.2). A rede de objetivos e projetos conta

com um total de 31 projetos distribuídos pelos 5 objetivos do plano. Destes projetos, cerca de dois terços já se encontravam prevista no PDM em vigor, sendo que alguns desses projetos foram reformulados no seu conteúdo ou descrição

Tabela 6.2_ Rede de Objetivos e Projetos

N.º	Objetivos / Projetos
1	Afirmar o concelho de Vila Franca do Campo no contexto regional e promover o respetivo desenvolvimento integrado através da distribuição racional das atividades, do reforço e qualificação de infraestruturas e de equipamentos e de uma política de solos que contribua para a resolução das carências habitacionais e de desenvolvimento socioeconómico do concelho
1.1	Reforçar a utilização dos sistemas de informação geográfica pelos serviços municipais
1.2	Reorientação estratégica do Pavilhão Multiusos
1.3	Programa Integrado de Promoção Sociocultural pela Educação e Cultura
1.4	Qualificação do parque habitacional municipal
2	Criar condições de vida atrativas para a fixação da população através de uma política ativa inclusiva e de baixo carbono, capaz de evidenciar níveis eficientes de metabolismo territorial através da progressiva reorganização territorial e funcional do concelho orientada, em simultâneo, para a melhoria e aprofundamento das vivências locais, a redução dos consumos energéticos associados às deslocações diárias padronizadas e a assunção de atividades económicas assentes em modelos de sustentabilidade social, económica e ambiental
2.1	Plano Municipal de Ordenamento Florestal
2.2	Implementação da UOPG 2 - Piquinhos
2.3	Implementação da UOPG 3 – Ponta Garça
2.4	Construção da Rua dos Bombeiros de Vila Franca
2.5	Construção da via de Meio Moio
2.6	Construção da via leste da Ponta Garça
3	Valorizar os recursos biofísicos do território e a qualidade ambiental, definindo condicionantes à ocupação e transformação do solo face à probabilidade de ocorrência de fenómenos geofísicos extremos, protegendo e assegurando, nomeadamente, o uso sustentável dos recursos hídricos, bem como garantindo medidas capazes de assegurar a fruição sustentável do património ambiental único do município
3.1	Plano Municipal de Arborização e Ajardinamento Urbano
3.2	Projeto de renaturalização da Ribeira da Praia
3.3	Criação de percursos interpretativos associados à energia hidroelétrica
3.4	Plano Municipal de Gestão da Água
3.5	Desenvolvimento do Programa “Praias da Vila”
3.6	Centro de Interpretação da Reserva Natural do Ilhéu de Vila Franca do Campo
3.7	Qualificação do Sistema de abastecimento de água e saneamento básico e gestão das infraestruturas
3.8	Sensibilização e Promoção Ambiental
4	Apostar no desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, como setores fundamentais de desenvolvimento económico do concelho, estabelecendo medidas específicas para a exploração dos recursos locais, critérios de ocupação e parâmetros de edificabilidade, criando condições para a instalação de novos estabelecimentos e de novas atividades e serviços a ele associados diferenciados no contexto da ilha de São Miguel
4.1	Roteiros turísticos (experiências gastronómicas/ a vivência do mar/festividades)
4.2	Criação da rede municipal de percursos turísticos pedestres
4.3	Programa de apoio às atividades tradicionais
4.4	Programa de incentivo à economia de pequena escala de produção local (nos sectores da agricultura, pesca e comércio)
4.5	Implementação da UOPG 1 - Lombinha
5	Reforçar o carácter identitário tridimensional do concelho nos vértices Campo-Vila-Mar

N.º	Objetivos / Projetos
5.1	Provas e Concursos
5.2	Salvaguarda e divulgação do património edificado do concelho
5.3	Remodelação do Museu Municipal
5.4	Requalificação do Edifício dos Paços do Concelho
5.5	Manual de Boas Práticas Urbanísticas
5.6	Qualificação das Zonas Litorais
5.7	Renaturalização da Praia da Vinha d'Areia
5.8	Conclusão e qualificação da Marina de Vila Franca do Campo

De salientar que as matrizes de avaliação de efeitos assentarão sobre os Objetivos / Projetos propostos no Programa de execução plano de financiamento e plano de monitorização e que podem ser consultados com maior pormenor no Volume III – Programa de execução, plano de financiamento e plano de monitorização, da Fase 3 da rPDM_VFC).

Importa ainda destacar que, de forma a não repetir informação e dados de caracterização e diagnóstico optou-se, no presente RA, por sistematizar a informação de caracterização da situação atual nas tabelas de síntese de indicadores em cada FS, sendo que para consulta de descrições e caracterizações mais detalhadas e complementares aos indicadores e dados que são tratados em exclusivo na AAE, se remete para consulta do Volume V – Caracterização e diagnóstico, Fase 3 – Projeto de revisão do PDM. Os restantes indicadores tratados apenas no âmbito da AAE são caracterizados nessas mesmas tabelas.

Considera-se que, desta forma, não só a leitura do presente relatório se torna mais eficaz, permitindo na mesma compreender e estabelecer o *baseline* em relação à situação atual, como também permite focar a leitura naquilo que é mais determinante - a identificação e compreensão quer dos efeitos positivos e negativos que podem resultar da proposta de rPDM_VFC, como também as recomendações propostas pela AAE.

6.1. VULNERABILIDADES E RISCOS

6.1.1 INTRODUÇÃO

No âmbito específico da área de intervenção da rPDM_VFC e dos elementos que a constituem, considera-se pertinente analisar de forma diferenciada o contributo dos objetivos e projetos da rPDM_VFC para a prevenção e minimização das vulnerabilidades e riscos.

6.1.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Os objetivos identificados para cada fator de sustentabilidade relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o QRE da AAE. Neste sentido, com este fator de sustentabilidade pretende-se avaliar os efeitos positivos e negativos das propostas/opções do plano sobre:

- Gestão e redução/eliminação dos riscos associados aos processos dinâmicos naturais, com consequências sobre a área de intervenção (riscos naturais);
- Gestão dos conflitos gerados por atividades humanas (riscos tecnológicos);
- Capacidade de adaptação e resiliência do concelho face às alterações climáticas; e

AAE rPDM_VFC

- Redução/eliminação dos conflitos/dissonâncias ambientais geradas por atividades humanas.

Em suma, a avaliação do fator de sustentabilidade “Vulnerabilidades e Riscos”, tem como objetivo:

- Avaliar os efeitos dos Objetivos / Projetos previstas da rPDM_VFC ao nível dos riscos naturais e tecnológicos, resiliência e adaptação às alterações climáticas e dissonâncias ambientais, na área de intervenção do Plano.

Na Tabela 6.1.1 apresentam-se os indicadores selecionados com o intuito de responder aos objetivos de avaliação ambiental e necessidades de monitorização específicas do FS “Vulnerabilidades e Riscos”.

Tabela 6.1.1_Indicadores selecionados para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
Riscos Naturais: De que forma a estratégia adotada pela rPDM_VFC contribui para a redução dos riscos naturais do concelho?	Áreas de risco e respetiva ocupação humana de áreas de risco (cheias, inundações, galgamentos costeiros, movimentos de vertentes, etc.) (área e % de território afetado a cada classe de risco) (referente aos últimos 5 anos)	Identificação das áreas de risco e respetiva ocupação humana dessas mesmas áreas no concelho de Vila Franca do Campo, para o período correspondente aos últimos 5 anos.
	Ocorrência de eventos naturais extremos (tipologia, custos, n.º pessoas ou área afetadas.ano-1) (referente aos últimos 5 anos)	Análise da tipologia, dos custos, número de pessoas ou área afetadas, por ano, resultantes da ocorrência de eventos naturais extremos, para os últimos 5 anos.
	Sistemas de alerta de cheias e inundações e galgamentos costeiros (n.º, tipologia e respetiva localização) (referente aos últimos 5 anos)	Identificação dos sistemas de monitorização contínua e alerta de cheias / inundações / galgamentos, por tipologia e respetiva localização, relativo aos últimos 5 anos.
	Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos naturais (n.º, área abrangida, tipo de riscos) (referentes aos últimos 5 anos)	Análise a projetos, ao nível do número e área abrangida, de prevenção contra riscos naturais, para o período correspondente aos últimos 5 anos.
Riscos Tecnológicos: De que forma a estratégia adotada pela rPDM_VFC contribui para a redução dos riscos tecnológicos do concelho?	Ocorrência de incidentes tecnológicos (n.º de incidentes, custos; n.º pessoas ou área afetadas; n.º autos de notícia.ano-1) (referente aos últimos 5 anos)	Análise do número de ocorrências de acidentes rodoviários e acidentes incêndios industriais: número de feridos, mortos e áreas afetadas nos últimos 5 anos.
	Compatibilidade da ocupação do território com as áreas de risco (análise espacial) (referente ao ano de 2020, ou ao ano mais recente)	Análise espacial do cruzamento da ocupação do território com as áreas de risco, no sentido de perceber se existem áreas que não sejam compatíveis.
	Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos tecnológicos (n.º, área abrangida, tipo de riscos) (referente aos últimos 5 anos)	Análise a projetos, ao nível do número e área abrangida, de prevenção contra riscos tecnológicos, para o ano mais recente disponível.
Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas: Qual o contributo da rPDM_VFC para a capacidade de resiliência e adaptação às alterações climáticas?	Projetos aprovados que incluem medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos (n.º, área abrangida, tipologia) (referente aos últimos 5 anos)	Identificação dos planos e/ou projetos com incidência no município com orientações no que se refere a medidas de reforço da resiliência às AC, nos últimos 5 anos.
	Projetos de construção ou reforço de infraestruturas de prevenção contra riscos naturais (e.g. inundações, processos de erosão) (n.º e %relativa de investimento, face ao investimento total em matéria de AC) (referente aos últimos 5 anos)	Análise aos projetos de construção ou reforço de infraestruturas de prevenção contra riscos naturais extremos, para os últimos 5 anos.
	Projetos aprovados que contemplem medidas de adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas (n.º, área abrangida, tipologia) (referente aos últimos 5 anos)	Análise a projetos, ao nível do número e % relativa de investimento face ao investimento total em matéria de Alterações Climáticas, que contemplem medidas de adaptação no que concerne especificamente à biodiversidade e aos ecossistemas, no sentido de perceber se a

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
		estratégia para a adaptação às alterações climáticas equaciona também a adaptação ao nível da biodiversidade e ecossistema, nos últimos 5 anos.
Dissonâncias Ambientais: De que forma a rPDM_VFC contribui para a redução e/ou eliminação das dissonâncias ambientais existentes no concelho?	Descargas ilegais de águas residuais urbanas e/ou industriais, em linhas de água ou em solo (n.º e área afetada) (referente ao ano de 2020, ou ao ano mais recente)	Número e localização de descargas ilegais de águas residuais e/ou industriais nas linhas de água ou em solo identificados no concelho de Vila Franca do Campo e respetiva área afetada, para o ano mais recente disponível.
	Depósitos ilegais de resíduos na área de intervenção da rPDM_VFC (n.º e área abrangida) (referente ao ano de 2020, ou ao ano mais recente)	Número e localização de depósitos ilegais de resíduos identificados no concelho de Vila Franca do Campo e respetiva área abrangida, para o ano mais recente disponível.
	Área urbana sujeita a níveis de ruído acima dos valores limite de exposição aplicáveis (ha e localização)	Identificação da área urbana sujeita a níveis de ruído acima dos valores limite de exposição aplicáveis.
	População exposta a níveis de ruído superiores aos valores limite de exposição aplicáveis (%)	Percentagem da população exposta a níveis de ruído superiores aos valores limite de exposição aplicáveis.
	Autos relativos as infrações ambientais (n.º / ano, por tipologia de temática ambiental) (referente ao ano de 2020 ou ao ano mais recente)	Contabilização do número de autos levantados, relativos a infrações ambientais, referente aos últimos 5 anos.
	Projetos aprovados que incluem medidas de (re)qualificação ambiental (n.º, área abrangida, descrição) (referente aos últimos 5 anos)	Análise a projetos, ao nível do número e área abrangida, que incluem medidas de (re)qualificação ambiental, para o ano mais recente disponível.

6.1.3 SITUAÇÃO ATUAL

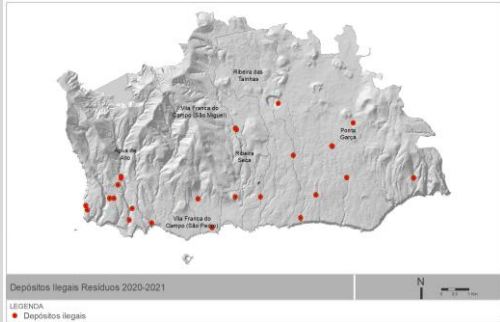
Considerando a análise deste FS como um dos requisitos base para a sustentabilidade do concelho, neste capítulo é apresentada uma abordagem sintetizada da situação atual da área de intervenção no que respeita às vulnerabilidades e riscos do território de intervenção da rPDM_VFC, como base na análise dos indicadores previamente definidos e para os quais se apresenta uma síntese da informação que foi possível obter à data do presente Relatório Ambiental (Tabela 6.1.2).

Tal como referido anteriormente, de forma a não repetir informação e dados de caracterização e diagnóstico optou-se, no presente RA e mais concretamente no presente FS, por sistematizar a informação de caracterização da situação atual nas tabelas de síntese de indicadores, sendo que para consulta de descrições e caracterizações mais detalhadas e complementares aos indicadores e dados que são tratados em exclusivo na AAE, se remete para consulta do Volume V – Caracterização e diagnóstico, Fase 3 – Projeto de revisão do PDM.

Tabela 6.1.2_ Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Áreas de risco e respetiva ocupação humana de áreas de risco	Do cruzamento das áreas de risco natural com o edificado geral consta-se a existência de: Tsunami – 2,48ha Erosão Hídrica – 4,92ha (Zonas de elevado índice de Erosão Hídrica) Movimento de Vertente – 1,16ha (risco elevado) Sísmico – 76,86ha Vulcânico Stromboliano – 12,54ha Vulcânico Pliniano – 56,95ha	2012	PMEPC VFC

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
	Galgamentos Costeiros – 0,67 ha (vulnerabilidade elevada)		
Ocorrência de eventos naturais extremos	<p><u>Número de ocorrências:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Agitação Marítima – 2; - Cheias/Inundações – 41; - Movimentos de Massa – 9; - Ondas de Frio – 1; - Ondas de Calor – 2; - Tempestades / Tornados – 7; - Vento forte – 6–. 	1998 - 2022	CMVFC
Sistemas de alerta de cheias e inundações	Não existente.	2022	CMVFC
Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos naturais	N.D. / N.E.	2022	CMVFC
Ocorrência de incidentes tecnológicos	0 ocorrências	1998 - 2022	CMVFC
Compatibilidade da ocupação do território com as áreas de risco	<p>Do cruzamento das áreas de risco natural com áreas industriais consta-se a existência de:</p> <p>Erosão Hídrica – 0,26ha (Zonas de elevado índice de Erosão Hídrica)</p> <p>Sísmico – 7,32ha</p> <p>Vulcânico Stromboliano – 2,08ha</p> <p>Vulcânico Pliniano – 7,31ha</p> <p>Não existem no concelho de Vila Franca do Campo indústrias SEVESO importa, contudo, considerar as bombas de combustível enquanto instalações fixas com substâncias perigosas e risco associado. Assim,</p> <p><u>Erosão Hídrica</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . 1 bomba de combustível no parque industrial em zona de baixo índice de erosão hídrica; . 2 bombas em área urbana em zona de baixo índice de erosão hídrica. <p><u>Movimentos de Vertentes</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . 1 bomba de combustível no parque industrial em zona geotecnicamente instável, com troços; . 2 bombas em área urbana uma em zona no geral geotecnicamente estável e outra em zona geotecnicamente instável. <p><u>Sísmico</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . 1 bomba de combustível no parque industrial em zona onde poderão ocorrer solicitações sísmicas ≥ 8; . 2 bombas em área urbana em zona onde poderão ocorrer solicitações sísmicas ≥ 8; <p><u>Vulcânico Stromboliano</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . 1 bomba de combustível no parque industrial que se cruza com área de risco de evento vulcânico <i>Stromboliano</i>; . 1 bombas em área urbana que se cruza com área de risco de evento vulcânico <i>Stromboliano</i>; <p><u>Vulcânico Pliniano</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . 1 bomba de combustível no parque industrial que se cruza com zonas onde provavelmente se poderão depositar níveis pomíticos com mais de 5 m de espessura, associado ao completo do Fogo; . 1 bombas em área urbana que se cruza com zonas onde provavelmente se poderão depositar níveis pomíticos com mais de 5 m de espessura, associado ao completo do Fogo. 	2012	PMEPC VFC

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos tecnológicos	N.D. / N.E.	2022	CMVFC
Projetos aprovados que incluem medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos	N.D. / N.E.	2022	CMVFC
Projetos de construção ou reforço de infraestruturas de prevenção contra riscos naturais	N.D. / N.E.	2022	CMVFC
Projetos aprovados que contemplem medidas de adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas	N.D. / N.E.	2022	CMVFC
Descargas ilegais de águas residuais urbanas e/ou industriais, em linhas de água ou em solo	N.D. / N.E.	2022	CMVFC
Depósitos ilegais de resíduos na área de intervenção da rPDM_VFC	<p>Registo de 33 ocorrências de depósito ilegal de resíduos. Sem evidências de se localizarem num único local.</p> 	2020 e 2021	CMVFC
Área urbana sujeita a níveis de ruído acima dos valores limite de exposição aplicáveis	De acordo com a informação disponível no " Mapa de Ruído do Município de Vila Franca do Campo " (maio, 2022) "o município de Vila Franca do Campo apresenta, em grande parte do seu território, níveis de ruído reduzidos. Os níveis de ruído mais elevados são registados na envolvente próxima das principais rodovias que servem o concelho (nomeadamente a SCUT, a ER1-1A e a ER1-1), expondo, na generalidade, a primeira frente de habitações a níveis acima dos 55 dB(A) no Lden. Nos arruamentos urbanos considerados é notório o ruído gerado pelo tráfego rodoviário, principalmente no centro de Vila Franca do Campo. Nesse local regista-se uma maior aglomeração urbana e consequentemente um maior número de recetores sensíveis possivelmente expostos. Contudo, salvo raras exceções, os níveis de ruído não ultrapassam os níveis regulamentares definidos para Zonas MisTAs (65 dB(A) no Lden e 55 dB(A) no Ln), pelo que são poucas as habitações expostas a níveis de ruído muito elevados."	2022	CMVFC
População exposta a níveis de ruído superiores aos valores limite de exposição aplicáveis			
Autos relativos as infrações ambientais	<p>2017 - 6 Remessas de Auto Contraordenação (motivos: acampamento e mau cheiro)</p> <p>2018 - 2 Remessas de Auto Contraordenação (motivos: queimada e mau cheiro)</p> <p>2019 - 4 Remessas de Auto Contraordenação (motivos: queimada e mau cheiro)</p> <p>2020 - 4 (motivo: mau cheiro)</p> <p>2021 - 3 (motivo: mau cheiro)</p>	2017 - 2021	CMVFC

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Projetos aprovados que incluem medidas de (re)qualificação ambiental	N.D. / N.E.	2022	CMVFC

Legenda: N.D. – Não disponível; N.E. – Não Existente.

A Figura 6.1.1 apresenta a hierarquização dos riscos que se considerou poderem afetar o concelho de Vila Franca do Campo, no âmbito do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila Franca do Campo (PMEPC – VFC).

Figura 6.1.1_Hierarquização do grau de risco, do concelho de Vila Franca do Campo (PMEPC – VFC, março, 2019)

		Grau de Gravidade				
		Residual	Reduzido	Moderado	Acentuado	Crítico
Grau de Probabilidade	Elevado		IncRurais	Cheias Inundações	CiclTemp	
	Média-alto			Vento Forte AcRodov AcIndustriais IncUrb	MovVert	Sismos
	Médio			GalgCosteiros		
	Média-baixo		Onda de calor Onda de frio	Derrame_MP		
	Baixo			Col_PI		Tsunami Vulcões AcAéreos

Legenda:

Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Elevado	Risco Extremo
-------------	----------------	---------------	---------------

AcAéreos – Acidentes aéreos; **AcRodov** – Acidentes Rodoviários; **AcIndustriais** – Acidentes Industriais; **CiclTemp** – Ciclones e Tempestades; **Col_PI** – Colapso de pontes e infraestruturas; **Derrame_MP** – Derrame de matérias perigosas; **GalgCosteiros** – Galgamentos costeiros; **MovVert** – Movimentos de vertente; **IncRurais** – Incêndios rurais; **IncUrb** – Incêndios Urbanos.

Assim,

- Como “**Risco Extremo**” estão classificados os riscos “Ciclones e Tempestades” e “Sísmico”;
- Como “**Risco Elevado**” estão classificados os riscos “Cheia e Inundações”, “Vento Forte”, “Acidente Rodoviário”, “Acidentes Industrial”, “Incêndios Urbanos”, “Movimento de Vertente”, “Tsunami”, “Vulcões” e “Acidentes Aéreos”.

Para uma descrição detalhada da situação atual, o Volume V – Caracterização e diagnóstico (agosto, 2022) (Fase 3 – Projeto de revisão do PDM), no seu capítulo 4.3 apresenta uma síntese da caracterização dos riscos naturais do concelho, nomeadamente a cartografia para:

- Risco de cheias e inundações, tsunamis;
- Áreas de Risco de Cheias e Zonas Ameaçadas pelo Mar;
- Risco de movimentos de vertente;

- Áreas de Suscetibilidade Elevada a Movimentos de Vertente;
- Risco Sísmico;
- Risco de atividade vulcânica do tipo *Stromboliano* e de atividade vulcânica freática/freatomagmática;

No âmbito das **Alterações Climáticas** pretende, não avaliar o contributo e potencial de emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) mas sim, analisar a influência da rPDM_VFC sob a perspetiva das respostas do concelho às alterações climáticas, isto é, o contributo do Plano para a implementação de medidas de adaptação do concelho que permitam gerir e minimizar todos os efeitos adversos potencialmente resultantes dos fenómenos associados às alterações climáticas.

De facto, existem políticas e programas que visam abrandar o ritmo de produção de emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) (processo de mitigação), no entanto, foram já libertadas concentrações com potencial significativo para causar um impacto no clima, e consequentemente sobre as pessoas, ecossistemas e bens, constituindo-se assim fundamental a capacidade de adaptação, como minimização dos efeitos negativos dos impactos dessas alterações (processo de adaptação).

Assim, pretende-se caracterizar o concelho não na perspetiva associada à incerteza dos diferentes cenários de evolução climática, mas identificando as vulnerabilidades e suscetibilidades mais relevantes e as medidas de adaptação que promovam a resiliência territorial, nomeadamente ao nível das zonas com suscetibilidade elevada à ocorrência de movimentos de massa, áreas com elevada erosão potencial e áreas suscetíveis a inundações, bem como projetos que fomentam a capacidade de resiliência a esses fenómenos.

O concelho de Vila Franca do Campo, apesar de constituir um sistema não passivo, respondendo de forma dinâmica e complexa às variáveis climáticas (estudos revelam que o clima tem variado ao longo da história da Terra, constituindo-se assim um processo natural do sistema climático), apresenta características que lhe conferem uma vulnerabilidade significativa tendo em conta alguns dos potenciais efeitos das alterações climáticas (mudanças climáticas com origem direta ou indireta nas atividades humanas, potenciando variações climáticas significativas), como por exemplo a ocorrência mais frequente de eventos climatéricos extremos.

Assim, importa realçar, no que respeita às alterações climáticas e de acordo com o IPCC 2021 (Intergovernmental Panel on Climate Change):

- Aumento da temperatura média mundial entre 1,5°C em todos os cenários, sendo o melhor cenário o do alcance dos 1,5°C nos anos de 2030, ultrapassando 1,6°C com as temperaturas a caírem para 1,4°C no final do século);
- A taxa de aquecimento está a acelerar: as temperaturas globais de superfície aumentaram mais rapidamente desde 1970 do que em qualquer outro período de 50 anos durante pelo menos os últimos 2 000 anos (IPCC 2021, A.2.2., página 9);
- A maior parte do planeta já está a resistir a extremos quentes (incluindo ondas de calor);
- É provável que a proporção global de ciclones tropicais de Categoria 3-5 tenha aumentado nos últimos 40 anos. Há uma alta confiança de que a mudança climática induzida pelo homem significa que os ciclones tropicais trazem precipitação mais pesada e intensa (IPCC 2021, A.3.4, página 11);
- Prevê-se também que os eventos de chuvas extremas se tornem mais frequentes e tragam uma quantidade significativa e crescente de água quando forem atingidos. (IPCC 2021 página 22).

Estas alterações não são homogêneas e também por isso exercem impactes distintos em locais/regiões que em si apresentam também diferentes graus de vulnerabilidade, associadas nomeadamente à sua geografia local.

A análise dos efeitos das alterações climáticas será focada por setores-chave, como recursos hídricos, ecossistemas e biodiversidade, saúde e turismo, apresentando os diferentes efeitos para cada um dos setores.

Recursos Hídricos

Considerando o setor dos Recursos Hídricos, os eventos associados às alterações climáticas podem conduzir a um decréscimo de quantidade e qualidade ao nível dos recursos subterrâneos e consequente dificuldade na captação de água; aumento de ocorrências de pluviosidade extrema, potenciando a ocorrência de situações de cheias, por incapacidade de resposta face a um caudal extremo, bem como movimentos de vertentes, em áreas de altitudes mais elevadas, associadas também aos declives existentes, tipo de vegetação, entre outros fatores; aumento do número e período de seca prolongada contribuindo para um potencial decréscimo da disponibilidade hídrica. No que respeita aos riscos naturais do concelho, os eventos associados às alterações climáticas podem assim potenciar a ocorrência de situações de cheias e inundações, movimentos de massa e contaminação dos lençóis freáticos por diminuição da qualidade da água e consequente degradação da saúde dos ecossistemas. Neste sentido, a resiliência e adaptação às alterações climáticas ao nível dos recursos hídricos deverá direcionar-se para uma gestão sustentável dos recursos água e solo.

Importa referir o Livro Branco da Comissão intitulado: “Adaptação às alterações climáticas: para um quadro de ação europeu” e, no que concerne à integração da adaptação nas políticas da União Europeia, concretamente no que se refere às Políticas de saúde e sociais e políticas sociais, menciona:

- “a UE tem de gerir os seus recursos hídricos de forma mais eficaz através de uma dupla abordagem sustentável - reforço do potencial do recurso e redução ativa da procura e do desperdício por parte da população - e das atividades socioeconómicas;
- (...) importância da integração plena da adaptação nos planos de gestão das bacias hidrográficas de acordo com as orientações publicadas em 30 de Novembro de 2009;
- (...) a importância de assegurar a aplicação ativa da Diretiva-Quadro «Água» (2000/60/CE) e a eficácia dos planos de gestão das bacias hidrográficas, especialmente no caso das bacias hidrográficas transfronteiriças e em regiões em que a escassez de água atingirá um nível crítico e/ou a frequência de cheias está a aumentar;
- (...) a importância da aplicação da Diretiva «Inundações», que prevê um mecanismo abrangente para a avaliação e monitorização dos riscos de inundações devidas às alterações climáticas e para o desenvolvimento de abordagens de adaptação, bem como os benefícios que podem advir de um ambiente e de ecossistemas resilientes para o controlo e mitigação do impacto das inundações”.

Sendo de destacar o PGRH-Açores 2022-2027.

De acordo com o relatório «Climate change, impacts and vulnerability in Europe 2012» (Alterações climáticas, impactos e vulnerabilidade na Europa 2012) têm-se observado temperaturas médias mais elevadas a nível europeu, bem como uma diminuição da precipitação nas regiões meridionais do continente, em paralelo com o seu aumento no norte da Europa; o manto de gelo da Gronelândia, o gelo do mar Ártico e muitos glaciares da Europa estão em fusão, o manto de neve reduziu-se e a maioria dos pergelissolos aqueceu.

Embora o relatório reconheça a necessidade de se obterem mais dados para determinar o papel desempenhado pelas alterações climáticas nesta tendência de ocorrência de fenómenos climáticos extremos, reconhece também que o aumento da atividade humana em zonas de risco é um fator fundamental. Afirma ainda que é previsível que as alterações climáticas agravem esta vulnerabilidade no futuro, à medida que os referidos fenómenos aumentam em intensidade e frequência.

Assim, afirma ainda que se as sociedades europeias não se adaptarem, será inevitável que os prejuízos continuem a aumentar.

Ecossistemas e Biodiversidade

No que respeita aos Ecossistemas e Biodiversidade, as florestas e os oceanos são elementos essenciais para a absorção e armazenamento de carbono e consequente contribuição como medida mitigadora das alterações climáticas. O potencial associado à redução das emissões de gases com efeito estufa através da manutenção do bom estado dos ecossistemas e renaturalização dos ecossistemas degradados.

Os ecossistemas desempenham serviços e produção de bens importantes como:

- Suporte à produção primária e secundária (dos ecossistemas e das florestas);
- Regulação do clima e do ciclo hidrológico (contribuição para a regulação do clima global e criação de microclimas locais), proteção contra fenómenos extremos como inundações e movimento de massas, purificação da água e do ar, sequestro de carbono, e regulação de doenças e pestes;
- Em zonas urbanas, a purificação do ar, redução do ruído e das temperaturas extremas, melhoria da drenagem de águas pluviais;
- Proporcionar de serviços de educação, cultura e lazer na Natureza bem como a sua apreciação estética dos ecossistemas e das suas componentes.

Os impactos das alterações climáticas e da degradação dos recursos hídricos contribuem para efetivar as interdependências e a afetação dos ecossistemas e da biodiversidade à escala global, e para concluir quanto ao número de espécies e de variedades genéticas que são afetadas por essas mesmas alterações. Com a perda de estabilidade da biosfera existe também perda de estabilidade climática, com consequente perda de produtividade dos serviços prestados pelos recursos naturais e, potencial perda de valores imateriais (estéticos, paisagísticos, culturais) que, por exemplo, são transformados em valores materiais pelo turismo.

Neste contexto, o desaparecimento ou a degradação dos ecossistemas reduz a respetiva capacidade de captura e armazenamento de carbono. Se o sistema climático atingir limiares de irreversibilidade e as respetivas alterações climáticas se constituírem imprevisíveis, podem conduzir a potenciais situações de incapacidade de respostas por parte dos ecossistemas, por perda resiliência, o que terá nomeadamente consequências ao nível da transformação desses reservatórios/transformadores de fontes de carbono.

As alterações climáticas têm assim consequências na biodiversidade e nos ecossistemas, as quais, muitas vezes, são potenciadas por outras pressões exercidas sobre esses mesmos ecossistemas, como aumento da densidade de espécies invasoras, degradação, fragmentação ou inclusivamente o desaparecimento de habitats autóctones, poluição, entre outras.

É igualmente relevante destacar a importância da manutenção da biodiversidade bem como da diversidade genética e específica dos ecossistemas que, ao garantir a existência de uma variedade de espécies suficiente para sustentar os processos ecológicos em caso de perturbações imprevistas, potencia o aumento da sua resiliência. Esta ressalva é particularmente pertinente no que respeita à manutenção dos vários serviços que os ecossistemas asseguram, nomeadamente no que se refere aos ecossistemas que fazem a interligação dos meios terrestre e aquático e como os respetivos ecossistemas mantêm a sua diversidade e interligação e a intrínseca resposta perante os fenómenos associados às alterações climáticas.

Assim, a promoção e a manutenção de ecossistemas saudáveis e resilientes, capazes de resistir e recuperar mais facilmente de situações meteorológicas extremas, bem como oferecer uma vasta gama de benefícios dos quais as populações dependem, apresentam uma maior capacidade por um lado para adaptarem às alterações climáticas e, por outro, para atenuarem os seus efeitos e, desta forma constituem-se elementos capazes para limitarem o aquecimento global.

Devem, assim, ser adotadas medidas de adaptação e atenuação das alterações climáticas, numa perspetiva de proteção e preservação dos ecossistemas terrestres e aquáticos, contribuindo para a redução da vulnerabilidade de ecossistemas, pessoas e bens, perante os fenómenos associados às alterações climáticas.

Importa assim concluir quanto à relevância e importância combater as alterações climáticas e as respetivas consequências no que respeita à biodiversidade e ecossistemas do concelho; e, ao mesmo tempo, combater as alterações climáticas numa perspetiva de integração de medidas de preservação dos ecossistemas, como forma de, por um lado, usufruir da sua capacidade enquanto sumidouros dos gases com efeito estufa e por outro potenciar as funções que estes assumem na proteção e preservação das áreas do concelho de Vila Franca do Campo. Constituindo-se assim como crucial o desenvolvimento de ações devidamente integradas e ponderadas que permitam um efetivo combate contra a perda da biodiversidade.

Neste sentido, importa referir o Livro Branco da Comissão intitulado: “Adaptação às alterações climáticas: para um quadro de ação europeu” – reconhece o papel essencial da resiliência dos ecossistemas, nomeadamente através do seu Princípio geral que salienta “a importância da adoção de uma abordagem transversal baseada na resiliência dos ecossistemas, na proteção dos habitats e da biodiversidade, bem como nos serviços prestados pelos ecossistemas, e de assegurar a sinergia e a coerência das medidas a tomar ao nível de todas as políticas sectoriais envolvidas”.

Saúde

As alterações climáticas podem ter impactes diversos sobre a saúde humana, associados a consequências diretas e indiretas na saúde humana. Os avanços científicos neste sentido, nas últimas décadas, alertam para os riscos dos eventos associados às alterações climáticas para a saúde, mas ainda não apresentam modelos específicos sistematizados a partir de dados empíricos, nomeadamente pela complexidade associada aos mesmos. Assim, relacionado com os fenómenos das alterações climáticas, pode ocorrer, por exemplo o aumento do risco de morte diretamente intensificado por eventos pontuais como a ocorrência de ondas de calor e inundações. Considerando o decorrer do tempo, essas ocorrências podem ter consequências maiores, resultantes de ocorrências como: desabamentos, efeitos sobre a produção agrícola, entre outros, que indireta e potencialmente poderão ter impactos no aumento dos riscos a saúde.

No que respeita ao aumento da temperatura média, que ocorre sazonalmente, pode potenciar mudanças na dinâmica de algumas doenças infecciosas e parasitárias, transmitidas ao homem, características de climas tropicais e subtropicais (Paludismo, Malária, Doença do Nilo e Dengue) e que tendem a migrar para zonas temperadas. A ocorrência de chuvas intensas e em curtos períodos de tempo, do tipo tempestiva, em que são provocadas enchentes e inundações é percebido a disseminação de doenças como a leptospirose, doenças diarreicas, hepatites virais, cólera, entre outras. Estas doenças são influenciadas pela dinâmica hídrica em seu nível ambiental, ao mesmo tempo, tem uma forte influência na precariedade de sistemas de saneamento básico das cidades.

Para além do exposto, importa considerar, o aumento da temperatura média do ar e consequente aumento da intensidade nas zonas urbanas por ação calor antropogénico (por poluição do ar, superfícies urbanas e suas propriedades térmicas e geometria urbana), que resulta no efeito designado por Ilha de Calor.

Importa salientar que, no que respeita ao recurso água, prevê-se a diminuição dos recursos hídricos que irão sentir os impactos decorrentes das alterações climáticas. A água é um bem de extrema importância para a manutenção da saúde, para consumo humano e uso na promoção de higiene. Além disso, a água é uma componente importante aos ecossistemas nomeadamente que prestam serviços ao homem.

Existe, ainda, uma relação indireta dos fenómenos associados às alterações climáticas e os ecossistemas e os ciclos biogeoquímicos que, por serem potencialmente afetados, constituem-se uma forma indireta de afetar também a saúde.

Assim, é fundamental promover estudos científicos que permitam a compreensão desses mesmos fenómenos e respetivas consequências sobre a saúde humana, possibilitando a construção de uma base científica de apoio, nomeadamente à elaboração de políticas públicas, e particularmente no que

respeita aos sistemas de saúde, permitindo que estejam devidamente adequados face à realidade atual associada às novas condições climáticas e ambientais, num esforço conjunto para a minimização dos riscos decorrentes desses fenómenos e acima de tudo de prevenção face aos mesmos.

O Livro Branco da Comissão intitulado: “Adaptação às alterações climáticas: para um quadro de ação europeu”, referido anteriormente, e no que concerne à integração da adaptação nas políticas da União Europeia, concretamente no que se refere às Políticas de saúde e sociais e políticas sociais, menciona: “Congratula-se com as propostas da Comissão de desenvolver, até 2011, orientações e mecanismos de vigilância sobre o impacto das alterações climáticas na saúde; sublinha o crescente risco de propagação de doenças transmitidas por vetores, os graves impactos sobre a saúde respiratória e a necessidade de educar os cidadãos sobre as medidas preventivas eficazes recomendadas pelo Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças” (...) “Reconhece o papel que o sector da saúde desempenha na adaptação; insta a eu a apoiar medidas para reduzir a pegada de carbono do sector e para garantir o financiamento adequado das medidas de adaptação no sector da saúde”.









Turismo

As alterações climáticas são um fenómeno global, mas os seus impactes são locais e variam qualitativamente e quantitativamente de região para região, e em cada setor. Relativamente ao Turismo, as consequências das alterações climáticas neste setor são de análise complexa pois são vários os fatores intervenientes, considerando quer o lado da procura como da oferta turística. De facto, o clima é um dos fatores determinantes na escolha do destino turístico, e a temperatura e humidade são fatores importantes que poderão afetar a atratividade/competitividade no que concerne ao seu potencial turístico.

Em 2016, e no âmbito do projeto ClimAdaPT, a Câmara Municipal de Vila Franca do Campo publicou a sua Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) de Vila Franca do Campo que pretende promover uma resposta às múltiplas problemáticas relacionadas com as alterações climáticas.

As principais alterações climáticas projetadas, no âmbito da EMAAC de Vila Franca do Campo, para o município são apresentadas de forma resumida na Figura 6.1.2.

Figura 6.1.2_ Resumo das principais alterações climáticas projetadas para o município de Vila Franca do Campo até ao final do século

Variável climática	Sumário	Alterações projetadas
	 Não há uma tendência clara nas projeções da precipitação média anual; aumento no inverno e diminuição no verão	Média anual Não se projeta uma tendência clara na precipitação média anual, podendo variar entre -10% [A2 e RCP8.5] e +10% [B2] [Miranda, P. et al., 2006; Tomé, R., 2013]. Precipitação sazonal Aumento da precipitação no inverno (entre 15% e 27% [A2] e entre 10% e 22% [B2]) e uma diminuição substancial no verão (entre 30% e 45% [A2] e entre 15% e 30% [B2]) [Miranda, P. et al., 2006].
	 Aumento da temperatura média anual	Média anual Dependendo dos cenários, projeta-se um aumento da temperatura média anual entre 1°C e 2°C [Miranda, P. et al., 2006] ou entre 1.25°C e 2.73°C na ilha de São Miguel [Tomé, R., 2013]. Temperatura máxima A média anual da temperatura máxima poderá aumentar entre 1.27°C e 2.75°C em São Miguel [Tomé, R., 2013]. A temperatura máxima no verão pode aumentar entre 1.2°C e 2.3°C [Miranda, P. et al., 2006]. Temperatura mínima A média anual da temperatura mínima irá aumentar entre 1.27°C e 2.77°C na ilha de São Miguel [Tomé, R., 2013]. Projeta-se que a temperatura mínima no inverno aumente entre 1.1°C e 2°C [Miranda, P. et al., 2006].
	 Subida do nível médio da água do mar	Média Observou-se um aumento do nível do mar de 2.5 ± 0.4 mm/ano no período 1978-2007, sendo o ritmo de subida superior se for apenas analisado o período de 1996-2007, com um aumento a rondar os 3.3 ± 1.5 mm/ano [Ng et al., 2014]. As projeções globais indicam um aumento entre 0.26 e 0.82 m até ao final do séc. XXI [IPCC, 2013], podendo chegar até 1.10m [Jevrejeva et al., 2011]. Kopp et al. (2014) projetam um aumento que pode atingir os 0.8 m no Arquipélago dos Açores. Eventos extremos A subida do nível médio do mar terá impactos mais graves, quando conjugada com a sobrelevação do nível do mar associada a tempestades (<i>storm surge</i>) [IPCC, 2013].
	 Aumento da frequência e intensidade dos furacões a atingir os Açores	Fenómenos extremos Apesar de não existirem alterações significativas na frequência de furacões no Oceano Atlântico [Murakami et al., 2013], o Arquipélago dos Açores poderá ser atingido com maior regularidade por este fenómeno. Esta alteração deve-se ao aumento da intensidade [Bengtsson et al., 2007] e à modificação da região de origem dos furacões para nordeste [Zhao & Held, 2012]. Projeta-se precipitação mais concentrada no inverno, podendo agravar-se a exposição aos fenómenos extremos associados [Miranda, P. et al., 2006].

Os principais impactos associados a eventos climáticos enumerados na EMAAC Vila Franca do Campo foram:

1.0 Precipitação excessiva (deslizamento de vertentes)

- 1.1 Danos em edifícios e infraestruturas
- 1.2 Alterações nos estilos de vida
- 1.3 Condicionamento de tráfego/encerramento de vias
- 1.4 Vítimas mortais
- 1.5 Danos/obstrução de linha de água

2.0 Precipitação excessiva (cheias/inundações/danos)

- 2.1 Condicionamento de tráfego/encerramento de vias
- 2.2 Degradação de sistemas de escoamento/retenção hídrica
- 2.3 Danos em edifícios e infraestruturas
- 2.4 Danos para as cadeias de produção

3.0 Tempestades/Tornados

- 3.1 Danos em edifícios e infraestruturas
- 3.2 Danos para as cadeias de produção
- 3.3 Alterações nos estilos de vida

4.0 Vento forte

- 4.1 Danos em edifícios e infraestruturas
- 4.2 Danos para a vegetação
- 4.3 Condicionamento de tráfego/encerramento de vias

5.0 Ondulação forte/Subida do nível do mar

5.1 Alterações nos estilos de vida

5.2 Condicionamentos de tráfego/encerramento de vias

5.3 Danos em edifícios e infraestruturas

6.0 Temperaturas elevadas/Ondas de calor

6.1 Aumento do risco de incêndio e ocorrência de incêndios

7.0 Temperaturas baixas/Ondas de frio

7.1 Danos para a saúde humana

A equipa que desenvolveu a EMAAC Vila Franca do Campo, apresentou 11 opções de adaptação:

- Reestruturação das redes de drenagem das águas pluviais;
- Monitorização de taludes;
- Edificação e urbanização;
- Sensibilização da população sobre a EMAAC do concelho;
- Redução dos efeitos dos caudais de cheia;
- Fomentação do turismo como forma de potenciar as oportunidades criadas pelas alterações climáticas;
- Melhoramento da qualidade das águas balneares;
- Criação de medidas de proteção do território para a promoção e proteção da retenção natural, com regulação do escoamento e promoção da infiltração;
- Criação de medidas de adaptação no setor agrícola;
- Revisão da EMAAC;
- Promoção da aquicultura como forma de minimizar os impactes das alterações climáticas nos setores das pescas e da indústria conserveira.

A EMAAC de Vila Franca do Campo apresenta ainda a articulação das opções de adaptação com os planos territoriais de âmbito municipal e notas para a sua integração.

Figura 6.1.3_Articulação das opções de adaptação com os planos territoriais de âmbito municipal e notas para a sua integração (EMAAC de Vila Franca do Campo, 2016)

ID	Opções de adaptação	Instrumentos de Gestão Territorial (IGT)	Formas de integração	Notas de implementação
2	Reestruturação das redes de drenagem de águas pluviais	Plano Diretor Municipal de Vila Franca do Campo	Prever no programa de execução	-
3	Redução dos efeitos dos caudais de cheia	Plano Diretor Municipal de Vila Franca do Campo	Prever no Programa de Execução com intervenção conjunta do município e do Governo Regional	<ul style="list-style-type: none"> Interação com o Plano de Gestão de Riscos de Inundação da Região Hidrográfica dos Açores e com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Costa Sul da ilha de S. Miguel - POOC
			Prever no Relatório como opção estratégica	
			Identificação de áreas na Planta de Condicionantes	
4	Criação de medidas de proteção do território para promoção e proteção da retenção natural, com regulação do escoamento e promoção da infiltração	Plano Diretor Municipal de Vila Franca do Campo	Prever no Relatório como opção estratégica	<ul style="list-style-type: none"> Interação com o Plano de Gestão de Riscos de Inundação da Região Hidrográfica dos Açores
			Identificação de áreas na Planta de Condicionantes	
6	Fomentação do turismo como forma de potenciar as oportunidades criadas pelas alterações climáticas	Plano Diretor Municipal de Vila Franca do Campo	Prever no Programa de Execução medidas estratégicas de impulsionamento do setor	<ul style="list-style-type: none"> Interação com o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores - POTRAA
			Prever no Relatório como opção estratégica	

ID	Opções de adaptação	Instrumentos de Gestão Territorial (IGT)	Formas de integração	Notas de implementação
7	Melhoramento da qualidade das águas balneares	Plano Diretor Municipal de Vila Franca do Campo	Promover no Programa de Execução e financiamento a modernização de Sistemas de Tratamento de Águas Residuais	<ul style="list-style-type: none"> Interação com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Costa Sul da ilha de S. Miguel - POOC
8	Promoção da Aquicultura como forma de minimizar os impactos das alterações climáticas no setor das pescas e na indústria conserveira	Plano Diretor Municipal de Vila Franca do Campo	Prever no Relatório como opção estratégica	<ul style="list-style-type: none"> Interação com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Costa Sul da ilha de S. Miguel - POOC
			Identificação de áreas na Planta de Ordenamento	<ul style="list-style-type: none"> Interação com o projeto LocAqua (estudo encomendado pelo Governo Regional à Universidade dos Açores, para determinação de locais com potencial para a instalação de unidades de aquicultura)
			Identificação de áreas na Planta de Condicionantes	
11	Edificação e Urbanização	Plano Diretor Municipal de Vila Franca do Campo	Prever no regulamento a diminuição dos índices de ocupação e aumento das áreas verdes	<ul style="list-style-type: none"> Transposição para o Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização; Aplicação do Decreto Legislativo Regional nº 16/2009/a, de 13 de outubro nos edifícios públicos das autarquias locais

Na Tabela 6.1.3 são identificadas as principais questões-chave relacionadas com este FS.

Tabela 6.1.3_ Questões-chave da situação atual para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”

Questões-chave
<p>Foram classificados como “<u>Risco Extremo</u>” os riscos “Ciclones e Tempestades” e “Sísmico”.</p> <p>E como “<u>Risco Elevado</u>” os riscos “Cheia e Inundações”, “Vento Forte”, “Acidente Rodoviário”, “Acidentes Industrial”, “Incêndios Urbanos”, “Movimento de Vertente”, “Tsunami”, “Vulcões” e “Acidentes Aéreos”.</p>
<p>Importa destacar no que concerne ao número de ocorrências, entre o período 1998 – 2022, as 41 ocorrências associadas a “Cheias/Inundações”.</p>
<p>Do cruzamento das áreas de risco natural com o edificado geral consta-se a existência de:</p> <p>Tsunami – 2,48ha</p> <p>Erosão Hídrica – 4,92ha (Zonas de elevado índice de Erosão Hídrica)</p> <p>Movimento de Vertente – 1,16ha (risco elevado)</p> <p>Sísmico – 76,86ha</p> <p>Vulcânico Stromboliano – 12,54ha</p> <p>Vulcânico Pliniano – 56,95ha</p> <p>Galgamentos Costeiros – 0,67 ha (vulnerabilidade elevada)</p>

Questões-chave
Do cruzamento das áreas de risco natural com áreas industriais consta-se a existência de: Erosão Hídrica – 0,26ha (Zonas de elevado índice de Erosão Hídrica) Sísmico – 7,32ha Vulcânico Stromboliano – 2,08ha Vulcânico Pliniano – 7,31ha
Grande parte do seu território apresenta níveis de ruído reduzidos, com exceção para envolvente próxima das principais rodovias que servem o concelho. Nos arruamentos urbanos, o Mapa de Ruído de Vila Franca do Campo refere que são poucas as habitações expostas a níveis de ruído muito elevado, sem, contudo, que as identifique.
De acordo com a EMAAC de Vila Franca do Campo as projeções climáticas para o município apontam, entre outras alterações para um potencial aumento da temperatura média anual, e a nível sazonal para um prolongamento do verão e em relação à precipitação, não há uma tendência clara nas projeções da precipitação média anual, porém a nível sazonal é esperado um aumento da variabilidade, combinando um decréscimo no inverno com um aumento no verão. Refere ainda que, apesar das incertezas relacionadas com os efeitos locais, a projeção de uma continuada subida do nível médio do mar poderá criar novos desafios nas zonas costeiras do município.
No período de 2017 a 2021, foram registadas 19 Remessas de Auto Contraordenação, como os seguintes: acampamentos, queimadas e mau cheiro).
Há 33 registos de depósito ilegal de resíduos.

6.1.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM A REVISÃO DO PDM VFC

Considerando a atual situação na área de intervenção do Plano relativamente aos riscos naturais prevê-se que sem a implementação da rPDM_VFC se mantenha uma tendência negativa no que respeita às ameaças identificadas, nomeadamente associadas a cheias e inundações e movimentos de massa em vertentes.

Relativamente à resiliência e adaptação às alterações climáticas perspectiva-se, igualmente, que a situação possa evoluir negativamente sem a integração de opções de adaptação no âmbito do ordenamento municipal, nomeadamente no que concerne aos riscos naturais.

Em síntese, prevê-se que a evolução das componentes associadas às vulnerabilidades e riscos identificados se apresente tendencialmente negativa pois manter-se-ão as condições para a concretização das principais ameaças identificadas nos elementos caracterização e diagnóstico da área de intervenção.

6.1.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

Tendo por base os objetivos definidos e o diagnóstico apresentado, verifica-se que a proposta de ordenamento e intervenção assenta num conjunto de Objetivos (e respetivos Projetos) propostos no âmbito do Programa de Execução associado ao cenário de desenvolvimento assumido para a área de intervenção.

Assim, perante estes pressupostos, e dada a natureza regulamentar da rPDM_VFC, entendeu-se realizar uma avaliação aos efeitos das atuais opções territoriais da revisão do Plano, consumada numa análise às oportunidades e ameaças identificadas nos Objetivos (e respetivos Projetos), patente na Tabela 6.1.4.

Tabela 6.1.4_Avaliação estratégica dos efeitos da rPDM_VFC para o FS “Vulnerabilidades e Riscos”

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Vulnerabilidades e Riscos”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
1. Afirmar o concelho de Vila Franca do Campo no contexto regional e promover o respetivo desenvolvimento integrado através da distribuição racional das atividades, do reforço e qualificação de infraestruturas e de equipamentos e de uma política de solos que contribua para a resolução das carências habitacionais e de desenvolvimento socioeconómico do concelho	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oportunidade de regulamentação no sentido da promoção de projetos urbanísticos que incluam a mitigação dos riscos naturais e tecnológicos. 	Não identificados.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1 e 3; P; S	Não aplicável.
2. Criar condições de vida atrativas para a fixação da população através de uma política ativa inclusiva e de baixo carbono, capaz de evidenciar níveis eficientes de metabolismo territorial através da progressiva reorganização territorial e funcional do concelho orientada, em simultâneo, para a melhoria e aprofundamento das vivências locais, a redução dos consumos energéticos associados às deslocações diárias padronizadas e a assunção de atividades económicas assentes em modelos de sustentabilidade social, económica e ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O Plano Municipal de Ordenamento Florestal (Projeto 2.1) constitui-se uma oportunidade para dotar as áreas florestais do concelho de uma capacidade de resiliência a eventos naturais extremos e para o melhoramento da sua capacidade de sumidouro. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contributo para o aumento da emissão de GEE: <ul style="list-style-type: none"> -Ao promover a construção de novas vias (Projetos 2.4, 2.5 e 2.6). ▪ A aposta em espécies florestais edafoclimaticamente não adaptadas à RAA pode comprometer a máxima capacidade de resiliência das áreas florestais do concelho e para a capacidade sumidoura das mesmas (Projeto 2.1).
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1; P; S	1 e 2; P; S
3. Valorizar os recursos biofísicos do território e a qualidade ambiental, definindo condicionantes à ocupação e transformação do solo face à probabilidade de ocorrência de fenómenos geofísicos extremos, protegendo e assegurando, nomeadamente, o uso sustentável dos recursos hídricos, bem como garantindo medidas capazes de assegurar a fruição sustentável do património ambiental único do município	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contributo para o aumento da capacidade de adaptação do sistema biofísico do concelho às alterações climáticas (Projetos 3.1 e 3.2); ▪ As campanhas de sensibilização e promoção ambiental (Projeto 3.8) constituem-se oportunidades: <ul style="list-style-type: none"> - Para redução/eliminação de potenciais conflitos/dissonâncias ambientais geradas por atividades humanas, como a descarga ilegal e efluentes; - Para capacitar as pessoas para adoção de medidas de prevenção e/ou adaptação a eventos naturais e/ou tecnológicos; - Para capacitar as pessoas para a adoção de comportamentos adequados perante eventos naturais e/ou tecnológicos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potencial aumento de situações de conflito ambiental gerado por atividades humanas, resultantes da intensificação do turismo (potenciada por projetos como construção do Centro de Interpretação da Reserva Natural do Ilhéu de Vila Franca do Campo (Projeto 3.6), Criação de percursos interpretativos associados à energia hidroelétrica (Projeto 3.3) e Desenvolvimento do Programa “Praias da Vila” (Projeto 3.5).
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1; P e T; Si	1 e 3; P; C
4. Apostar no desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, como setores fundamentais de desenvolvimento económico do concelho, estabelecendo medidas específicas para a exploração dos recursos locais, critérios de ocupação e parâmetros de edificabilidade, criando condições para a instalação de novos estabelecimentos e de novas atividades e serviços a ele associados diferenciados no contexto da ilha de São Miguel	Não identificados.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potencial aumento de situações de conflito ambiental gerado por atividades humanas, resultantes da intensificação do turismo (Projetos 4.1 e 4.2)
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	Não aplicável.	1 e 2; P; C
5. Reforçar o carácter identitário tridimensional do concelho nos vértices Campo-Vila-Mar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oportunidade execução de projetos de remodelação infraestrutural que incluam a resiliência e adaptação dos edifícios a eventos naturais e/ou tecnológicos. ▪ Importa destacar: 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Com a construção da 3ª fase da infraestrutura da Marina de Vila Franca do Campo (Projeto 5.8 Conclusão e qualificação da Marina de Vila Franca do Campo), que tem como objetivo ampliar a oferta de lugares de amarração de

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Vulnerabilidades e Riscos”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	<ul style="list-style-type: none"> - A <i>Qualificação das Zonas Litorais</i> (Projeto 5.6) que pretende implementar um projeto de intervenção nas zonas litorais do concelho para minorar os riscos de movimentos de massa. - A <i>Renaturalização da Praia da Vinha d’Areia</i> (Projeto 5.7) que pretende a devolução da linha de costa ao seu estado natural, permitindo um aumento da qualidade da água, a manutenção da biodiversidade e aumento de municípios que usufruem e protegem estes espaços. 	<p>embarcações de recreio, aumenta o risco perante a ocorrência de galgamentos costeiros, com potenciais danos sobre pessoas, bens e ecossistemas;</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Potencial aumento de situações de conflito ambiental gerado por atividades humanas, resultantes da também intensificação do turismo (Projetos 5.8).
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2 e 3; P; S e Si	1 e 3; P; C

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto-Prazo; 2 - Médio-Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P - Permanente; –feito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si - Sinérgico. N.A. – Não Aplicável.

O Artigo 46.º “Zonas de Risco”, nas Disposições gerais do solo urbano (Secção I) do Regulamento, identifica como zonas de risco em solo urbano e representadas na planta de Ordenamento:

a) Zonas de ameaçadas pela instabilidade de arribas e vertentes, que correspondem a áreas identificados como de suscetibilidade elevada à ocorrência de movimentos de vertentes;




b) Zonas ameaçadas por galgamentos ou inundações costeiras, que correspondem a áreas suscetíveis de serem invadidos pelo avanço das águas do mar em caso de tempestades, nomeadamente as áreas contíguas às margens das águas do mar que, em função das suas características fisiográficas e morfológicas, evidenciam elevada suscetibilidade à ocorrência de inundações por galgamento oceânico;










c) Zonas ameaçadas por cheias, que correspondem integram as áreas edificadas em locais suscetíveis de serem invadidos pelas águas dos cursos de água quando ocorrem cheias extraordinárias, inundações ou tempestades, nomeadamente as áreas contíguas às margens dos cursos de água e respetivas zonas adjacentes que evidenciam elevada suscetibilidade à ocorrência de inundações.

Refere que “devem ser minimizadas as situações de risco de pessoas e bens, privilegiando-se os usos e as intervenções de requalificação e integração urbanística do espaço público e dos logradouros existentes, que não impliquem a construção de novos edifícios, desde que sejam garantidas as condições de escoamento das águas superficiais e acautelados os riscos de estabilização de vertentes adjacentes, quando for o caso” (número 2, do artigo 46.º).

Estabelece ainda as regras para obras de urbanização, de construção e de conservação, alteração, ampliação e reconstrução nas edificações existentes (número 3, do artigo 46.º).

Tabela 6.1.5_ Síntese das tendências de evolução do FS “Vulnerabilidades e Riscos”

Critérios de Avaliação	Tendências de Evolução		
	Situação Atual	Sem a Implementação da revisão do Plano	Com a Implementação da revisão do Plano
Riscos Naturais			

Critérios de Avaliação	Tendências de Evolução		
	Situação Atual	Sem a Implementação da revisão do Plano	Com a Implementação da revisão do Plano
Riscos Tecnológicos			
Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas			
Dissonâncias Ambientais			





Legenda:

Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)				
		Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução					
	Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	Negativa Afastamento das orientações do QRE	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação às orientações do QRE	Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

6.1.6 RECOMENDAÇÕES

Propõe-se a ponderação de algumas recomendações complementares (Tabela 6.1.6) resultantes da análise dos elementos da proposta de rPDM_VFC, que se considera que poderão potenciar e reforçar o conjunto de potenciais oportunidades identificadas e minimizar / dar resposta aos potenciais efeitos negativos.

Tabela 6.1.6_ Recomendações no âmbito do FS “Vulnerabilidades e Riscos”

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
<p>Atualizar e operacionalizar a EMAAC, através do PMAC (Plano Municipal de Ação Climática), instrumento previsto da Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro - Lei de Bases do Clima, no sentido de desenvolver um modelo de atuação municipal cientificamente consolidado (assente na informação/conhecimento mais recente disponível) e institucionalmente estruturado.</p> <p>[Recomendação complementar ao processo de rPDM_VFC e que não obedece assim à vinculação da recomendação ao mesmo, através do seu Regulamento ou Programa de Execução e Plano de Financiamento, pelo facto do seu âmbito e natureza, quer territorial, quer procedimental, extravar o do próprio Plano]</p>	<p>- Capacidade de resiliência e adaptação do concelho face às alterações climáticas.</p>	 	<p>- Contributo para o aumento da capacidade de adaptação do sistema biofísico do concelho às alterações climáticas.</p> <p>- Contributo para o aumento da emissão de GEE, ao promover a rede de transporte público urbano</p>
<p>Incluir nos processos de licenciamento, e sempre que considerado pertinente, a necessidade de análise de vulnerabilidades aos riscos naturais, tecnológicos e/ou mistos.</p> <p>[Recomendação complementar ao prOCESsO de rPDM_VFC e que não obedece assim à vinculação da recomendação ao mesmo, através do seu Regulamento ou Programa de</p>	<p>- Gestão e redução/eliminação dos riscos associados aos processos dinâmicos naturais, com consequências sobre a área de intervenção (riscos naturais)</p> <p>- Gestão dos conflitos gerados por atividades</p>	 	<p>- Oportunidade de regulamentação no sentido da promoção de projeto infraestruturais nomeadamente urbanísticos que incluam a mitigação dos riscos naturais e tecnológicos.</p> <p>- Potencial ameaça ao nível dos riscos tecnológicos associados às atividades industriais que</p>

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
Execução e Plano de Financiamento, pelo facto do seu âmbito e natureza, quer territorial, quer procedimental, extravasar o do próprio Plano]	humanas (riscos tecnológicos).		possam vir a ser desenvolvidos.
<p>Incentivar, através da aprovação de projetos com licenciamento camarário, à adoção de medidas de reforço da resiliência local a fenómenos climáticos extremos.</p> <p>[Recomendação complementar ao prOCESsO de rPDM_VFC e que não obedece assim à vinculação da recomendação ao mesmo, através do seu Regulamento ou Programa de Execução e Plano de Financiamento, pelo facto do seu âmbito e natureza, quer territorial, quer procedimental, extravasar o do próprio Plano]</p> <p>Assegurar uma articulação eficaz entre diferentes ferramentas e instrumentos, nomeadamente de planeamento estratégico, existentes e previstos, no âmbito da mitigação e adaptação às alterações climáticas.</p> <p>[Recomendação complementar ao prOCESsO de rPDM_VFC e que não obedece assim à vinculação da recomendação ao mesmo, através do seu Regulamento ou Programa de Execução e Plano de Financiamento, pelo facto do seu âmbito e natureza, quer territorial, quer procedimental, extravasar o do próprio Plano]</p>	- Capacidade de resiliência e adaptação do concelho face às alterações climáticas.	<p>↗</p> <p>→</p>	<p>- Contributo para o aumento da capacidade de adaptação do sistema biofísico do concelho às alterações climáticas.</p> <p>- Contributo para o aumento da emissão de GEE, ao promover a rede de transporte público urbano</p>

Legenda:

	↗	→
Contributo	Potencia os efeitos positivos	Responde aos efeitos negativos

6.2. VALORES NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS

6.2.1 INTRODUÇÃO

A importância da conservação e manutenção dos valores naturais apresenta-se como fundamental no que concerne à sustentabilidade do território, tendo em vista o equilíbrio ecológico e a sua resiliência biofísica.

Cumulativamente, considera-se imprescindível o reconhecimento da paisagem enquanto realidade cénica, visual e ecológica, uma vez que se constitui um elemento importante na qualidade de vida e identidade local e regional, sendo inclusivamente tida como uma das bases para a gestão integrada e equilibrada deste território.

Ainda neste âmbito, importa destacar também o património cultural, uma vez que integra todos os bens testemunhos com valor de civilização ou de cultura de interesse relevante. A valorização e proteção do património relacionado com as atividades promotoras de desenvolvimento regional e local, responsáveis pelo aumento do bem-estar social e económico e, que defendem, na mesma ordem, a qualidade ambiental e paisagística, constituem-se componentes fundamentais e fortemente relacionadas com a sustentabilidade de um território. Por isso, considerando a natureza do presente Programa, importa ter em atenção a forma como a sua implementação afetará a estrutura paisagística e o património cultural presente, bem como o seu potencial de valorização.

AAE rPDM_VFC

Desta forma, o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais” procura avaliar de que forma a proposta de rPDM_VFC promove a manutenção/melhoria das funções ecológicas das áreas naturais e a salvaguarda dos valores paisagísticos e patrimoniais, e, em suma, na forma como estes promovem a afirmação da identidade do próprio território na sua matriz terra-mar-povo.

6.2.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Os objetivos identificados para este FS relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o Quadro de Referência Estratégico da presente AAE e que são apresentados anteriormente no Capítulo 5. Desta forma, com a constituição deste FS pretende-se proceder à avaliação dos efeitos positivos e negativos da proposta de rPDM_VFC sobre os elementos que constituem os recursos naturais, patrimoniais e culturais presentes no território, de acordo com os seguintes objetivos:

- Avaliar o contributo da proposta de rPDM_VFC para a proteção e utilização sustentável dos recursos naturais;
- Avaliar o contributo da proposta de rPDM_VFC para a promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes e;
- Avaliar o contributo da proposta de rPDM_VFC na proteção e valorização do património natural e cultural.

Tabela 6.2.1_Indicadores selecionados para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
Áreas naturais e ecossistemas: Qual o contributo da rPDM_VFC para a melhoria das funções ecológicas das áreas naturais, quer pela aptidão demonstrada para a conservação dos ecossistemas presentes, quer na melhoria da qualidade de vida?	Extensão dos corredores ecológicos	Extensão das faixas de vegetação que promovem a conexão entre grandes fragmentos florestais ou unidades de conservação separados pela atividade humana (estradas, terrenos agrícolas, etc.), proporcionando à fauna a livre circulação entre as áreas protegidas e, consequentemente, a troca genética entre as espécies.
	Áreas classificadas ou protegidas (n.º, ha; % da AI)	Identificação, em número e percentagem relativa da área da AI ocupada por áreas protegidas e classificadas, por estatuto de conservação com reconhecimento regional, nacional e internacional.
	Área construída em áreas classificadas ou protegidas (ha; %)	Determinação da área construída em áreas classificadas ou protegidas (em hectares e/ou percentagem)
	Geossítios (n.º)	Considera o número de Geossítios identificados na área de intervenção.
	Habitats e espécies protegidas abrangidas por legislação nacional e comunitária (identificação; n.º)	Identificação e número dos habitats e espécies, protegidos ao abrigo de legislação nacional e internacional.
	Espécies exóticas e/ou invasoras presentes (n.º)	Identificação das espécies exóticas e/ou invasoras presentes nas áreas sensíveis para a conservação da natureza do município
	Águas balneares identificadas e respetiva classificação (n.º/“Má”, “Aceitável”, “Boa”, “Excelente”) e águas balneares não identificadas (n.º/“água própria para banhos”; “água imprópria para banhos”)	Considera o número de águas balneares identificadas e respetiva classificação e águas balneares não identificadas na área de intervenção, nos últimos três (3) anos

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
Paisagem: Qual o CONTRibuto da rPDM_VFC para a salvaguarda e valorização dos valores paisagísticos presentes?	Zonas balneares classificadas e áreas de aptidão balnear (n.º por tipologia)	Considera o número e localização de zonas balneares classificadas e áreas de aptidão balnear na área de intervenção.
	Ações e/ou projetos concretizados para a gestão e conservação da natureza (n.º e investimento)	Número de ações e/ou projetos concretizados e respetivo investimento (em euros) para a gestão e conservação da natureza.
	Unidades de paisagem e elementos singulares (n.º)	Número e/ou percentagem relativa da área ocupada pelas unidades de paisagem e elementos singulares identificadas na AI
	Percursos pedestres com interesse paisagísticos (n.º; km)	Considera a extensão (em km) dos percursos/circuitos definidos em caminhos, geralmente em meios naturais e rurais, que estão sinalizados com marcas e códigos internacionalmente conhecidos e aceites.
Património cultural e natural: Qual o CONTRibuto da rPDM_VFC para a salvaguarda e valorização dos valores patrimoniais existentes no concelho?	Miradouros e pontos de interesse paisagístico	Considera o número de locais referenciados, mais ou menos intervencionados, de onde se obtêm uma vista panorâmica ou apreciadas perspetivas da AI.
	Ações de preservação e/ou valorização da paisagem (n.º)	Número de ações ou intervenções realizadas, bem como medidas de gestão e controlo, implementadas para a referida temática.
	Património cultural classificado ou em vias de classificação (n.º e tipologia)	Determina o número de bens patrimoniais imóveis ou património arqueológico terrestre e subaquático com interesse ou classificados como património cultural ou histórico pelas entidades oficiais.
	Património natural classificado ou em vias de classificação (n.º, ha e tipologia)	Identifica o número e tipologia de Património natural classificado ou em vias de classificação.
	Ações de preservação e/ou valorização do património (n.º)	Número de ações ou intervenções realizadas, bem como medidas de gestão e controlo para a referida temática.

6.2.3 SITUAÇÃO ATUAL

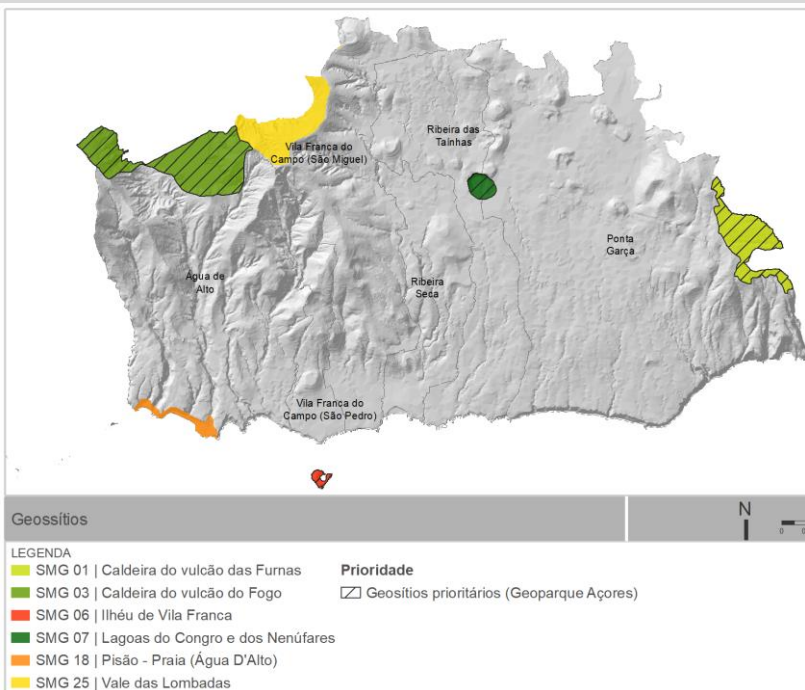
Considerando a análise deste FS como um dos requisitos base para a sustentabilidade da área de intervenção, neste capítulo é apresentada uma abordagem sintetizada da situação atual (Tabela 6.2.2) no que respeita à proteção e valorização dos valores naturais, paisagísticos e patrimoniais, como base na análise dos indicadores previamente definidos e para os quais se apresenta uma síntese da informação que foi possível obter à data do presente documento. Na Tabela 6.3.3 apresenta-se um diagnóstico sobre as principais questões-chave cuja proposta de rPDM_VFC deverá contribuir para cada um dos critérios temáticos estabelecidos.

Remete-se uma consulta mais pormenorizada nos elementos da revisão do PDM referentes à caracterização da área de Intervenção (Fase 1 e 2 – Atualização do diagnóstico e pré-proposta) e consulta do Volume V – Caracterização e diagnóstico, Fase 3 – Projeto de revisão do PDM.

Tabela 6.2.2_Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Extensão dos corredores ecológicos	N.D. / N.E.	2022	CMVFC
Áreas classificadas ou protegidas		2022	DRAAC

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte																						
	<div><p>Áreas classificadas ou protegidas</p><p>LEGENDA</p><p>Parque Natural de Ilha</p><ul style="list-style-type: none">SMG01 - Reserva Natural da Lagoa do FogoSMG06 - Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Ilhéu de Vila FrancaSMG07 - Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Serra de Água de PauSMG16 - Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Lagoa do CongroSMG18 - Área de Paisagem Protegida das FurnasSMG19 - Área Protegida de Gestão de Recursos da Caloura - Ilhéu de Vila Franca<p>RAMSAR</p><ul style="list-style-type: none">Complexo Vulcânico das FurnasComplexo Vulcânico do Fogo<p>RN 2000</p><ul style="list-style-type: none">PTMIG0019 - Lagoa do Fogo</div>																								
Área construída em áreas classificadas ou protegidas (ha; %)	<table><tr><th colspan="2">Área construída em áreas classificadas ou protegidas (ha)</th></tr><tr><th colspan="2">PNI</th></tr><tr><td>SMG01 – Reserva Natural da Lagoa do Fogo</td><td>0,004512</td></tr><tr><td>SMG06 – Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Ilhéu de Vila Franca</td><td>0,010539</td></tr><tr><td>SMG07 – Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Serra de Água de Pau</td><td>0,029047</td></tr><tr><td>SMG18 – Área de Paisagem Protegida das Furnas</td><td>0,010182</td></tr><tr><th colspan="2">Rede Natura 2000</th></tr><tr><td>PTMIG0019 – Lagoa do Fogo</td><td>0,023466</td></tr><tr><th colspan="2">RAMSAR</th></tr><tr><td>Complexo Vulcânico das Furnas</td><td>0,010182</td></tr><tr><td>Complexo Vulcânico do Fogo</td><td>0,033126</td></tr></table>	Área construída em áreas classificadas ou protegidas (ha)		PNI		SMG01 – Reserva Natural da Lagoa do Fogo	0,004512	SMG06 – Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Ilhéu de Vila Franca	0,010539	SMG07 – Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Serra de Água de Pau	0,029047	SMG18 – Área de Paisagem Protegida das Furnas	0,010182	Rede Natura 2000		PTMIG0019 – Lagoa do Fogo	0,023466	RAMSAR		Complexo Vulcânico das Furnas	0,010182	Complexo Vulcânico do Fogo	0,033126	2022	DRAAC
Área construída em áreas classificadas ou protegidas (ha)																									
PNI																									
SMG01 – Reserva Natural da Lagoa do Fogo	0,004512																								
SMG06 – Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Ilhéu de Vila Franca	0,010539																								
SMG07 – Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Serra de Água de Pau	0,029047																								
SMG18 – Área de Paisagem Protegida das Furnas	0,010182																								
Rede Natura 2000																									
PTMIG0019 – Lagoa do Fogo	0,023466																								
RAMSAR																									
Complexo Vulcânico das Furnas	0,010182																								
Complexo Vulcânico do Fogo	0,033126																								

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte																							
Geossítios	<div></div>	2022	DRAAC																							
Habitats e espécies protegidas abrangidas por legislação nacional e comunitária	<div><div><div>Habitats da ZEC da Lagoa do Fogo</div><table><thead><tr><th>ZEC</th><th>Habitats</th><th>Código</th></tr></thead><tbody><tr><td rowspan="5">PTMIG0019 ZEC da Lagoa do Fogo</td><td>- Águas paradas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da <i>Littorelletea uniflorae</i> e/ou da <i>Isoëto-Nanojuncetea</i></td><td>3130</td></tr><tr><td>- Charnechas macaronésias endémicas</td><td>4050</td></tr><tr><td>- Turfeiras de cobertura</td><td>7130</td></tr><tr><td>- Matos termomediterrânicos pré-desérticos</td><td>5330</td></tr><tr><td></td><td></td><td></td></tr></tbody></table></div><div><div>Espécies protegidas da ZEC da Lagoa do Fogo</div><table><thead><tr><th>ZEC</th><th colspan="2">Espécies da ZEC</th></tr></thead><tbody><tr><td rowspan="2">PTMIG0019 ZEC da Lagoa do Fogo</td><td>Fauna</td><td>Flora</td></tr><tr><td><i>Gallinula chloropus</i> <i>Columba palumbus azorica</i> <i>Anas crecca</i> <i>Anas platyrhynchos</i></td><td><i>Erica azorica</i> <i>Woodwardia radicans</i> <i>Trichomanes speciosum</i> <i>Culcita macrocarpa</i> <i>Frangula azorica</i></td></tr></tbody></table></div></div>	ZEC	Habitats	Código	PTMIG0019 ZEC da Lagoa do Fogo	- Águas paradas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da <i>Littorelletea uniflorae</i> e/ou da <i>Isoëto-Nanojuncetea</i>	3130	- Charnechas macaronésias endémicas	4050	- Turfeiras de cobertura	7130	- Matos termomediterrânicos pré-desérticos	5330				ZEC	Espécies da ZEC		PTMIG0019 ZEC da Lagoa do Fogo	Fauna	Flora	<i>Gallinula chloropus</i> <i>Columba palumbus azorica</i> <i>Anas crecca</i> <i>Anas platyrhynchos</i>	<i>Erica azorica</i> <i>Woodwardia radicans</i> <i>Trichomanes speciosum</i> <i>Culcita macrocarpa</i> <i>Frangula azorica</i>	2022	CMVFC DRAAC
ZEC	Habitats	Código																								
PTMIG0019 ZEC da Lagoa do Fogo	- Águas paradas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da <i>Littorelletea uniflorae</i> e/ou da <i>Isoëto-Nanojuncetea</i>	3130																								
	- Charnechas macaronésias endémicas	4050																								
	- Turfeiras de cobertura	7130																								
	- Matos termomediterrânicos pré-desérticos	5330																								
ZEC	Espécies da ZEC																									
PTMIG0019 ZEC da Lagoa do Fogo	Fauna	Flora																								
	<i>Gallinula chloropus</i> <i>Columba palumbus azorica</i> <i>Anas crecca</i> <i>Anas platyrhynchos</i>	<i>Erica azorica</i> <i>Woodwardia radicans</i> <i>Trichomanes speciosum</i> <i>Culcita macrocarpa</i> <i>Frangula azorica</i>																								
Espécies exóticas e ou invasoras presentes	<div><div>Espécies de Flora Exóticas e/ou Invasoras</div><table><tbody><tr><td><i>Acacia melanoxylon</i> <i>Adiantum hispidulum</i> <i>Adiantum raddianum</i> <i>Agave americana</i> 500 <i>Ageratina adenophora</i> <i>Ailanthus altissima</i> <i>Anredera cordifolia</i> <i>Aptenia cordifolia</i> <i>Araujia sericifera</i> <i>Arundo donax</i></td><td><i>Erigeron karvinskianus</i> <i>Eucalyptus globulus</i> (exótica) <i>Gunnera tinctoria</i> <i>Hedychium coronarium</i> <i>Hedychium gardneranum</i> <i>Hydrangea macrophylla</i> <i>Ipomoea indica</i> <i>Lantana camara</i> <i>Leycesteria formosa</i> <i>Nephrolepis cordifolia</i></td></tr></tbody></table></div>	<i>Acacia melanoxylon</i> <i>Adiantum hispidulum</i> <i>Adiantum raddianum</i> <i>Agave americana</i> 500 <i>Ageratina adenophora</i> <i>Ailanthus altissima</i> <i>Anredera cordifolia</i> <i>Aptenia cordifolia</i> <i>Araujia sericifera</i> <i>Arundo donax</i>	<i>Erigeron karvinskianus</i> <i>Eucalyptus globulus</i> (exótica) <i>Gunnera tinctoria</i> <i>Hedychium coronarium</i> <i>Hedychium gardneranum</i> <i>Hydrangea macrophylla</i> <i>Ipomoea indica</i> <i>Lantana camara</i> <i>Leycesteria formosa</i> <i>Nephrolepis cordifolia</i>	2022	CMVFC DRAAC																					
<i>Acacia melanoxylon</i> <i>Adiantum hispidulum</i> <i>Adiantum raddianum</i> <i>Agave americana</i> 500 <i>Ageratina adenophora</i> <i>Ailanthus altissima</i> <i>Anredera cordifolia</i> <i>Aptenia cordifolia</i> <i>Araujia sericifera</i> <i>Arundo donax</i>	<i>Erigeron karvinskianus</i> <i>Eucalyptus globulus</i> (exótica) <i>Gunnera tinctoria</i> <i>Hedychium coronarium</i> <i>Hedychium gardneranum</i> <i>Hydrangea macrophylla</i> <i>Ipomoea indica</i> <i>Lantana camara</i> <i>Leycesteria formosa</i> <i>Nephrolepis cordifolia</i>																									

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte																																																																																											
	<div><div><i>Carpobrotus edulis</i> <i>Clethra arborea</i> <i>Colocasia esculenta</i> <i>Conyza bonariensis</i> <i>Conyza canadensis</i> <i>Cryptomeria japónica</i> (exótica) <i>Cyrtomium falcatum</i> <i>Cytisus scoparius</i> <i>Deparia petersenii</i> <i>Doodia caudata</i> <i>Drosanthemum floribundum</i></div><div><i>Opuntia ficus-indica</i> <i>Phormium tenax</i> <i>Phytolacca americana</i> <i>Pinus pinaster</i> <i>Pittosporum undulatum</i> <i>Pteridium aquilinum</i> <i>Rubus ulmifolius</i> <i>Salpichroa organifolia</i> <i>Solanum mauritianum</i> <i>Spartium junceum</i> <i>Stenotaphrum secundatum</i> <i>Tetragonia tetragonoides</i> <i>Ulex europaeus europaeus</i></div></div>																																																																																													
Águas balneares identificadas e respetiva classificação (n.º/"Má", Aceitável", "Boa", "Excelente") e águas balneares não identificadas (n.º/"água própria para banhos"; "água imprópria para banhos")	<table><tr><th>Código e Nome da Água Balnear</th><th>2011</th><th>2012</th><th>2013</th><th>2014</th><th>2015</th><th>2016</th><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th><th>2021</th><th>2022</th></tr><tr><td>PTAU3K – Água D'Alto</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td></tr><tr><td>PTAJ9D – Corpo Santo</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>s/ C</td></tr><tr><td>PTAV7H - Ilhéu de Vila Franca do Campo</td><td>B</td><td>B</td><td>B</td><td>B</td><td>B</td><td>A</td><td>B</td><td>A</td><td>B</td><td>M</td><td>M</td><td>M</td></tr><tr><td>PTAJ2D - Praínha de Água D'Alto</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>B</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td></tr><tr><td>PTAX7M - Vinha da Areia</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>B</td><td>B</td><td>B</td><td>B</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td><td>E</td></tr><tr><td colspan="11">Legenda: E-Excelente; B-Boa; A-Aceitável; M-Má; s/C – Sem Classificação</td><td></td><td></td></tr></table>	Código e Nome da Água Balnear	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	PTAU3K – Água D'Alto	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	PTAJ9D – Corpo Santo	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	s/ C	PTAV7H - Ilhéu de Vila Franca do Campo	B	B	B	B	B	A	B	A	B	M	M	M	PTAJ2D - Praínha de Água D'Alto	E	E	E	B	E	E	E	E	E	E	E	E	PTAX7M - Vinha da Areia	E	E	E	B	B	B	B	E	E	E	E	E	Legenda: E-Excelente; B-Boa; A-Aceitável; M-Má; s/C – Sem Classificação													2023	DROTRH
Código e Nome da Água Balnear	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022																																																																																		
PTAU3K – Água D'Alto	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E																																																																																		
PTAJ9D – Corpo Santo	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	E	s/ C																																																																																		
PTAV7H - Ilhéu de Vila Franca do Campo	B	B	B	B	B	A	B	A	B	M	M	M																																																																																		
PTAJ2D - Praínha de Água D'Alto	E	E	E	B	E	E	E	E	E	E	E	E																																																																																		
PTAX7M - Vinha da Areia	E	E	E	B	B	B	B	E	E	E	E	E																																																																																		
Legenda: E-Excelente; B-Boa; A-Aceitável; M-Má; s/C – Sem Classificação																																																																																														
Zonas balneares classificadas e áreas de aptidão balnear (n.º por tipologia)	<p>No que respeita às zonas balneares classificadas e áreas de aptidão balnear, no concelho de Vila Franca do Campo existem as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">• Praínha de Água D'Alto;• Praia de Água D'Alto;• Praia da Pedreira;• Praia do Dregredo;• Praia do Corpo Santo;• Ilhéu de Vila Franca do Campo;• Praia da Vinha D'Areia;• Poço Largo;• Praia da Leopoldina;• Praia Calhau D'Areia; Praia da Amora e das Areias	2022	CMVFC DROTRH																																																																																											
Ações e/ou projetos concretizados para a gestão e conservação da natureza (n.º e investimento)	O projeto LIFE Ilhas Santuário para Aves Marinhas (Life07NAT/P/000649),	2022	SPEA																																																																																											
Unidades de paisagem e elementos singulares (n.º)		2022	Portal OT Açores																																																																																											

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
	<p>Unidades de Paisagem</p> <p>LEGENDA</p> <p>Unidades de Paisagem</p> <ul style="list-style-type: none"> SM9 - Serra de Água de Pau SM10 - Lagoa do Fogo SM11 - Achada das Furnas SM12 - Fumas SM16 - Vila Franca do Campo SM17 - Ribeira Quente <p>No que respeita aos elementos singulares, na área de intervenção existe apenas um, o ESSM6 – Ilhéu de Vila Franca do Campo.</p>		
Percursos pedestres com interesse paisagísticos (n.º; km)	<p>Percursos Pedestres</p> <p>LEGENDA</p> <p>Percursos</p> <ul style="list-style-type: none"> PR39 - Quatro Fábricas da Luz 001 PRC2 - Praia Lagoa do Fogo 	2022	CMVFC

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Miradouros e pontos de interesse paisagístico	<p>Miradouros</p> <p>LEGENDA</p> <p>Designação</p> <p>* Lagoa do Congro</p> <p>* Lagoa do Fogo</p> <p>* Barrosa</p> <p>* Cerrado dos Bezerros</p> <p>* Nossa Sra. da Paz</p> <p>* Ilhéu</p>	2022	CMVFC DRTu DROTRH
Ações de preservação e/ou valorização da paisagem (n.º)	N.D. / N.E.	2022	CMVFC DRAAC DROTRH
Património cultural classificado ou em vias de classificação (n.º e tipologia)	<p>Património Classificado</p> <p>5 - Imóveis de Interesse Público (IIP)</p> <p>2 - Imóveis de Interesse Municipal (IIM)</p> <p>Património Não Classificado</p> <p>14 imóveis identificados no Sistema de Informação para o Património Arquitetónico</p> <p>Património Arqueológico identificado</p> <p>7 Sítios</p>	2002	DRAC SIPA
Património natural classificado ou em vias de classificação (n.º, ha e tipologia)	4 Dragoeiros- Interesse Municipal	2022	CMVFC
Ações de preservação e/ou valorização do património (n.º)	N.D. / N.E.	2022	CMVFC

Legenda: N.D. – Não disponível; N.E. – Não Existente.

Por fim, são identificadas na Tabela 6.2.3 as principais questões-chave relacionadas com este FS.

Tabela 6.2.3_ Questões-chave da situação atual para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

Questões-chave
Áreas protegidas e classificadas que se traduzem numa considerável extensão do território classificado no âmbito do PNI, Rede Natura 2000 e RAMSAR
Presença de habitats e espécies de extrema relevância para a conservação.
Elevado número de espécies exóticas e invasoras presentes.

Questões-chave
As zonas balneares têm apresentado níveis qualidade bastante satisfatórios, tendo em consideração o forte potencial contaminante ou poluente a que estão sujeitas.
Existência de paisagens únicas que promovem a existência de miradouros e percursos pedestres.
Existência de um conjunto de elementos patrimoniais com elevado potencial para valorização e requalificação, nomeadamente arquitetónico e arqueológicos.

6.2.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM A REVISÃO DO PDM VFC

A evolução das componentes associadas aos valores e recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais, na ausência da presente proposta de rPDM_VFC, apresentar-se-á, ao longo do tempo, tendencialmente negativa.

Considera-se que a ausência de projetos locais integrados e continuados com as atuais políticas e intervenções de proteção e gestão de âmbito da administração municipal e/ou regional e de outros projetos de conservação, que prevejam a recuperação de espécies alvo e/ou dos próprios habitats, facilitará a degradação gradual, o que favorecerá a redução da conectividade entre as diversas áreas naturais presentes. Isto prejudicará o movimento natural das espécies, por um lado, enquanto, por outro, diminui viabilidade e a resiliência dos ecossistemas e do próprio território, dada a importância dos serviços prestados por estes, nomeadamente: de prevenção de consequências de fenómenos/eventos naturais catastróficos, de retenção e estabilidade dos solos, de regulação do ciclo da água, de refúgio de biodiversidade e de recreação, educação e ciência, para além da informação estética, espiritual e histórica.

Ainda na ausência da proposta de rPDM_VFC, e no que respeita ao critério Paisagem e Património é de referir que relativamente aos elementos patrimoniais que atualmente se encontram sem classificação continuarão sem salvaguarda e reabilitação, quer material, quer em termos legais, bem como as zonas de interesse paisagístico situadas na AI.

Em síntese, considera-se que sem a implementação deste plano fica adiada a oportunidade de incorporar e acompanhar novas dinâmicas locais que assegurariam uma consolidação e articulação capaz de gerir corretamente os seus valores e recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais e assim promover uma dinâmica económica, social e ambiental, na área de intervenção da proposta de rPDM_VFC e áreas adjacentes.

6.2.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

Tendo por base os objetivos definidos e o diagnóstico apresentado, verifica-se que a proposta de ordenamento e intervenção assenta num conjunto de Objetivos (e respetivos Projetos) propostos no âmbito do Programa de Execução associado ao cenário de desenvolvimento assumido para a área de intervenção.

Assim, perante estes pressupostos, e dada a natureza regulamentar da rPDM_VFC, entendeu-se realizar uma avaliação aos efeitos das atuais opções territoriais da revisão do Plano, consumada numa análise às oportunidades e ameaças identificadas nos Objetivos (e respetivos Projetos), patente na Tabela 6.2.4.

Tabela 6.2.4_Avaliação estratégica dos efeitos da rPDM_VFC para o FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
1. Afirmar o concelho de Vila Franca do Campo no contexto regional e promover o respetivo desenvolvimento integrado através da distribuição racional das atividades, do reforço e qualificação de infraestruturas e de equipamentos e de uma política de solos que contribua para a resolução das carências habitacionais e de desenvolvimento socioeconómico do concelho	<ul style="list-style-type: none"> Os projetos de qualificação de infraestruturas e de equipamentos previstos, tais como, o projeto 1.4 (parque habitacional municipal), surgem como oportunidade de introdução de ações e boas práticas ambientais de construção sustentável. Os projetos de qualificação de infraestruturas e de equipamentos previstos, provocarão efeitos positivos na proteção e valorização do património existentes no concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> Emissão de poeiras e perturbação das comunidades de fauna e flora existentes, como resultado da circulação de máquinas, movimentação de terras e operações de carga e descarga; emissão de gases de combustão de veículos e equipamentos motorizados prevista com melhoramento dos arruamentos na rede local.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1 e 3; P; S	1,2 e 3; T; C
2. Criar condições de vida atrativas para a fixação da população através de uma política ativa inclusiva e de baixo carbono, capaz de evidenciar níveis eficientes de metabolismo territorial através da progressiva reorganização territorial e funcional do concelho orientada, em simultâneo, para a melhoria e aprofundamento das vivências locais, a redução dos consumos energéticos associados às deslocações diárias padronizadas e a assunção de atividades económicas assentes em modelos de sustentabilidade social, económica e ambiental	<ul style="list-style-type: none"> O Plano Municipal de Ordenamento Florestal (Projeto 2.1) constitui-se uma oportunidade para dotar as áreas florestais do concelho de espécies endémicas e uma oportunidade para a eliminação de espécies invasoras e infestantes. 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento de pressão decorrente da potencial carga de infraestruturização (Projetos 2.4, 2.5, e 2.6) capazes de perturbar os ecossistemas presentes durante o decorrer dos trabalhos (pela movimentação de terras e outros materiais, circulação de viaturas pesadas, maquinarias e equipamentos, entre outros), mas também definitivas, como alteração da paisagem.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1; P; S	1,2 e 3; T; C
3. Valorizar os recursos biofísicos do território e a qualidade ambiental, definindo condicionantes à ocupação e transformação do solo face à probabilidade de ocorrência de fenómenos geofísicos extremos, protegendo e assegurando, nomeadamente, o uso sustentável dos recursos hídricos, bem como garantindo medidas capazes de assegurar a fruição sustentável do património ambiental único do município	<ul style="list-style-type: none"> Criação de espaços verdes, com espécies endémicas, para usufruto da população, promovendo o seu contato com os valores naturais presentes e/ou relevantes no contexto biogeográfico (Projeto 3.1); Contributo para a promoção e valorização do património arqueológico existente (Projeto 3.2); Contributo para a valorização da paisagem e património cultural (Projeto 3.3) Valorização das zonas balneares do concelho (Projeto 3.5); Promover comportamentos ambientalmente adequados através da educação e sensibilização dos visitantes nomeadamente ao nível do desenvolvimento de ações de sensibilização, orientadas para a promoção dos valores naturais presentes e dos serviços prestados pelos ecossistemas presentes (Projeto 3.6 e 3.8). 	<ul style="list-style-type: none"> Potencial aumento de situações de conflito ambiental gerado por atividades humanas, resultantes da intensificação do turismo (potenciada por projetos como construção do Centro de Interpretação da Reserva Natural do Ilhéu de Vila Franca do Campo (Projeto 3.6), Criação de percursos interpretativos associados à energia hidroelétrica (Projeto 3.3) e Desenvolvimento do Programa “Praias da Vila” (Projeto 3.5).
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1; P e T; Si	1,2 e 3; T; P; C
4. Apostar no desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, como setores fundamentais de desenvolvimento económico	<ul style="list-style-type: none"> Contributo para a valorização da paisagem e património cultural (Projeto 4.1, 4.2, 4.3, 4.4); 	<ul style="list-style-type: none"> Potencial aumento de situações de conflito ambiental gerado por atividades humanas, resultantes da

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
do concelho, estabelecendo medidas específicas para a exploração dos recursos locais, critérios de ocupação e parâmetros de edificabilidade, criando condições para a instalação de novos estabelecimentos e de novas atividades e serviços a ele associados diferenciados no contexto da ilha de São Miguel		intensificação do turismo (Projetos 4.1, 4.2)
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1 e 2; P; C	1,2 e 3; T;P; C
5. Reforçar o caráter identitário tridimensional do concelho nos vértices Campo-Vila-Mar	<ul style="list-style-type: none"> Os projetos de requalificação e remodelação de infraestruturas e de equipamentos e de espaços de lazer e naturais previstos, tais como, o projeto 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 5.7 e 5.8, surgem como oportunidade de introdução de ações e boas práticas ambientais de construção sustentável. Os projetos de qualificação de infraestruturas e de equipamentos previstos, provocarão efeitos positivos na proteção e valorização do património natural e cultural existentes no concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> Emissão de poeiras e perturbação das comunidades de fauna e flora existentes, como resultado da circulação de máquinas, movimentação de terras e operações de carga e descarga; emissão de gases de combustão de veículos e equipamentos motorizados prevista com melhoramento dos arruamentos na rede local. Potencial aumento de situações de conflito ambiental gerado por atividades humanas, resultantes da também intensificação do turismo (Projetos 5.8).
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1,2 e 3; P; S e Si	1,2 e 3; T;P; C

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto Prazo; 2 - Médio Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P - Permanente; Efeito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si - Sinérgico. N.A. – Não Aplicável.

Tabela 6.2.5_ Síntese das tendências de evolução do FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

Critérios de Avaliação	Tendências de Evolução		
	Situação Atual	Sem a Implementação da revisão do Plano	Com a Implementação da revisão do Plano
Áreas naturais e ecossistemas		⇒	⇒/↗
Paisagem		⇒/↘	↗/↗↗
Património cultural e natural		⇒/↘	↗/↗↗

Legenda:

Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)			
	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução	↘↘	↘	⇒	↗↗
	Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	Negativa Afastamento das orientações do QRE	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação às orientações do QRE
				Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

Em síntese, e no seguimento da análise à conformidade da proposta de Plano apresentada relativamente à integração e resposta das principais Questões Ambientais e de Sustentabilidade do território identificadas pela AAE, na Tabela 6.2.6 é apresentada a avaliação à internalização dessas

questões na concretização das Apostas Estratégicas, Regulamento, modelo territorial e Programa de Execução, na perspetiva do FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”.

Tabela 6.2.6_Avaliação da articulação do modelo de gestão e estratégia com a integração das Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)

QEAS	Objetivos rPDM_VFC					Observações
	1	2	3	4	5	
QEAS 1						--
QEAS 2						--
QEAS 3						--
QEAS 4						--
QEAS 5						--

Legenda:

	QEAS assegurada /internalizada no Plano		QEAS não assegurada /internalizada no Plano		Elementos insuficientes para avaliar		Não aplicável / sem relação
---	---	---	---	---	--------------------------------------	---	-----------------------------

Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)

QEAS 1 - Integrar princípios de prevenção e minimização dos riscos e potenciar a capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas

QEAS 2 – Promover o desenvolvimento socioeconómico e coesão territorial

QEAS 3 – Urbanismo e Qualificação do solo

QEAS 4 – Salvaguarda e valorização dos valores naturais e paisagísticos e da Estrutura Ecológica Urbana enquanto vetores fundamentais na sustentabilidade do território e promoção da saúde pública e qua-idade de vida

QEAS 5 - Fomento da mobilidade sustentável, aquisição de eficiência energética e uso de fontes de energia renovável

6.2.6 RECOMENDAÇÕES

Propõe-se a ponderação de algumas recomendações complementares (Tabela 6.2.7) resultantes da análise dos elementos da proposta de rPDM_VFC, que se considera que poderão potenciar e reforçar o conjunto de potenciais efeitos positivos identificados e minimizar ou eliminar os potenciais efeitos negativos observados.

Tabela 6.2.7_Recomendações no âmbito do FS “Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais”

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
As ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, consequentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer assegurar, em sede dos respetivos cadernos de encargos, a opção por soluções baseadas na natureza, a salvaguarda dos ecossistemas e habitats presentes, a minimização da perturbação e fragmentação de habitats, e a opção, quando aplicável, por utilização de espécies de flora endémicas ou nativas.	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar o contributo da proposta de rPDM_VFC para a proteção e utilização sustentável dos recursos naturais; Avaliar o contributo da proposta de rPDM_VFC para a promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes; Avaliar o contributo da proposta de rPDM_VFC na proteção e valorização do património natural e cultural. 	→ ↗	<p><u>Efeitos positivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Os projetos de qualificação de infraestruturas e de equipamentos previstos, tais como o projeto 1.4 (parque habitacional municipal), surgem como oportunidade de introdução de ações e boas práticas ambientais de construção sustentável. Os projetos de qualificação de infraestruturas e de equipamentos previstos, provocarão efeitos positivos na proteção e valorização do património existentes no concelho. Contributo para a promoção e valorização do património arqueológico existente (Projeto 3.2); Contributo para a valorização da paisagem e património cultural (Projeto 3.3) Os projetos de requalificação e remodelação de infraestruturas e de equipamentos previstos, tais como, o projeto 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 5.7 e 5.8, surgem como oportunidade de introdução de ações e boas práticas ambientais de construção sustentável.

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
			<p><u>Efeitos negativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Emissão de poeiras e perturbação das comunidades de fauna e flora existentes, como resultado da circulação de máquinas, movimentação de terras e operações de carga e descarga; emissão de gases de combustão de veículos e equipamentos motorizados prevista com melhoramento dos arruamentos na rede local. ▪ Potencial aumento de situações de conflito ambiental gerado por atividades humanas, resultantes da intensificação do turismo
<p>Nas ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, implementando soluções baseadas na natureza como protótipos de adaptação ao clima e melhoria do bem-estar, recomenda-se que:</p> <p>- Se adotem medidas sustentáveis de adaptação baseadas em ecossistemas e aumentar a capacidade de aplicar esse conhecimento na prática por meio de oficinas de divulgação e demonstração;</p> <p>- Se promova a governação das autoridades regionais, diretores e gestores de edifícios e do setor da construção para integrar soluções baseadas na natureza como parte das medidas para promover a adaptação sustentável nos edifícios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar o contributo da proposta de rPDM_VFC para a proteção e utilização sustentável dos recursos naturais; ▪ Avaliar o contributo da proposta de rPDM_VFC para a promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes; ▪ Avaliar o contributo da proposta de rPDM_VFC na proteção e valorização do património natural e cultural. 	<p>→</p> <p>→</p>	<p><u>Efeitos positivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Os projetos de qualificação de infraestruturas e de equipamentos previstos, tais como o projeto 1.4 (parque habitacional municipal), surgem como oportunidade de introdução de ações e boas práticas ambientais de construção sustentável. ▪ Os projetos de qualificação de infraestruturas e de equipamentos previstos, provocarão efeitos positivos na proteção e valorização do património existentes no concelho. ▪ Contributo para a promoção e valorização do património arqueológico existente (Projeto 3.2); ▪ Contributo para a valorização da paisagem e património cultural (Projeto 3.3) ▪ Os projetos de requalificação e remodelação de infraestruturas e de equipamentos previstos, tais como, o projeto 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 5.7 e 5.8, surgem como oportunidade de introdução de ações e boas práticas ambientais de construção sustentável. <p><u>Efeitos negativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Emissão de poeiras e perturbação das comunidades de fauna e flora existentes, como resultado da circulação de máquinas, movimentação de terras e operações de carga e descarga; emissão de gases de combustão de veículos e equipamentos motorizados prevista com melhoramento dos arruamentos na rede local. ▪ Potencial aumento de situações de conflito ambiental gerado por atividades humanas, resultantes da intensificação do turismo
<p>Monitorizar a potencial fragmentação ou destruição de habitats em locais ambientalmente sensíveis, afetados quer pela realização de obras de requalificação ou construção com impacto significativo nos ecossistemas. Essa monitorização poderá ser assegurada, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar o contributo da proposta de rPDM_VFC para a promoção do conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas presentes 	<p>→</p>	<p><u>Efeitos positivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de espaços verdes, com espécies endémicas, para usufruto da população, promovendo o seu contato com os valores naturais presentes e/ou relevantes no contexto biogeográfico (Projeto 3.1); ▪ O Plano Municipal de Ordenamento Florestal (Projeto 2.1) constitui-se uma oportunidade para dotar as áreas florestais do concelho de espécies endémicas e uma oportunidade para a eliminação de espécies invasoras e infestantes.
<p>Continuidade de projetos / intervenções de eliminação gradual de espécies invasoras/infestantes presentes, evitando e contendo a sua</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliar o contributo da proposta de rPDM_VFC para a promoção do conhecimento e a valorização da 	<p>→</p>	<p><u>Efeitos negativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Emissão de poeiras e perturbação das comunidades de fauna e flora existentes, como resultado da circulação de máquinas,

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
proliferação, substituindo-as por espécies endémicas ou nativas no contexto biogeográfico, sempre que essas zonas forem alvo de intervenção do município.	biodiversidade e dos ecossistemas presentes		<p>movimentação de terras e operações de carga e descarga; emissão de gases de combustão de veículos e equipamentos motorizados prevista com melhoramento dos arruamentos na rede local.</p> <p>■ Potencial aumento de situações de conflito ambiental gerado por atividades humanas, resultantes da intensificação do turismo</p>

Legenda:

	↗	→
Contributo	Potencia os efeitos positivos	Responde aos efeitos negativos

6.3. RECURSOS NATURAIS

6.3.1 INTRODUÇÃO

A revisão de um PDM torna-se fundamental na medida em que decorre da necessidade de adaptar um concelho às novas realidades e de assegurar os fatores determinantes e estruturantes para o desenvolvimento do território.

O presente FS assume-se com particular relevância para a avaliação da sustentabilidade de Vila Franca do Campo em consequência da relativa atividade humana e económica existente no município. Esta atividade humana e económica é responsável por alterações ao nível do parque edificado, infraestruturas, espaços abertos, bem como evoluções ao nível do consumo de recursos naturais e energéticos, proporcionando efeitos para a sustentabilidade destes, condições ambientais e clima, competitividade e qualidade de vida da comunidade.

A manutenção ou recuperação das condições naturais, bem como a utilização sustentável dos recursos naturais e conservação da diversidade biológica apresentam-se como fundamentais no que se refere à qualificação e coesão territorial no âmbito da revisão do PDM de Vila Franca do Campo. Assume-se desta forma como uma das componentes fundamentais e fortemente vocacionadas para assegurar a sustentabilidade do território uma vez que promove as bases mais adequadas para a gestão integrada e equilibrada da área de intervenção.

A presente análise pretende avaliar de que forma o rPDM_VFC contribui para o uso sustentável dos recursos hídricos e beneficiação do estado das massas de água na área de intervenção, tendo em consideração as ações previstas pela presente proposta. Ao nível dos recursos energéticos, a avaliação pretende verificar de que forma a proposta de PDM assegura a descarbonização e transição energética, através da utilização de recursos energéticos renováveis em detrimento de fontes fósseis de energia, bem como a adoção de equipamentos, técnicas ou tecnologias mais eficientes.

6.3.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Os objetivos identificados para este fator de sustentabilidade relacionam-se com os objetivos globais e QEAS presentes nos documentos de referência que integram o quadro de referência estratégico da presente AAE. Assim, a avaliação do presente fator de sustentabilidade tem os seguintes objetivos:

- Preservar o estado das massas de água e gerir de forma sustentável os recursos hídricos disponíveis;

- Promover maior eficiência no consumo de recursos energéticos, particularmente, combustíveis fósseis, através do uso preferencial de outras fontes de energia alternativas ou renováveis;

Tabela 6.3.1_Indicadores selecionados para o FS “Recursos naturais”

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
Recursos Hídricos: De que forma a rPDM_VFC contribui para a gestão dos recursos hídricos?	Estado final das massas de águas de superfície e subterrâneas	Indicação do estado final das massas de água de superfície (interiores e costeiras) e subterrâneas, existentes na área de intervenção, de acordo com os critérios definidos pela Lei da Água e determinado no âmbito do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores (PGRH- Açores 2022-2027)
	Grau de implementação das medidas de qualidade e valorização dos recursos hídricos previstas no âmbito PGRH- Açores 2022-2027	Nível de implementação (executadas; não executadas; em execução) das medidas de qualidade e valorização dos recursos hídricos, previstas no âmbito PGRH- Açores 2022-2027.
Energia: qual o contributo da rPDM_VFC para o reforço da capacidade instalada e diversificação no uso de fontes de energia renováveis pelo sistema electroprodutor de eletricidade, e aquisição de eficiência energética no parque edificado público e privado e outros equipamentos públicos?	Capacidade instalada em FER	Potência instalada (kW) em centros electroprodutores a partir de fontes de energia renovável.
	Produção de energia elétrica por fonte de energia	Proporção (%) de energia elétrica produzida por fonte de energia (fóssil e renovável).
	Consumo de energia elétrica por tipo de consumo	Proporção (%) de energia elétrica consumida por setor de atividade.
	Evolução do consumo de energia elétrica	Evolução do consumo anual de energia elétrica na área de intervenção.
Solo: De que forma a rPDM_VFC, e as suas políticas de proteção do solo e ordenamento do território, promovem a gestão adequada dos solos?	Usos do solo por tipologia de utilização do uso do solo (ha e/ou %)	Ocupação e distribuição, por tipologia de utilização do uso do solo no concelho (em hectares e/ou percentagem).
	Área de Reserva Agrícola Regional (RAR) (ha; %)	Área total da RAR e percentagem sobre a área total do município (em hectares e/ou percentagem).
	Área de Reserva Ecológica (RE), por classe (ha; %)	Área total da RE e percentagem sobre a área total do município (em hectares e/ou percentagem).
	Área impermeabilizada em solo rural (ha; %)	Área total dos territórios artificializados sobre o solo rústico (em hectares e/ou percentagem).
Recursos agroflorestais: De que forma a rPDM_VFC promove uma gestão adequada dos recursos agroflorestais contribuindo para a sua proteção, capacidade produtiva, e aproveitamento material ou energético dos resíduos orgânicos potenciando a circularidade local e regional?	Áreas com aptidões diversificadas para atividades agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais (ha e % por tipologia)	Identificação, número e/ou percentagem do concelho ocupada por áreas agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais, por tipologia de classificação
Recursos geológicos: Qual o contributo da revisão do PDM para a identificação e exploração dos recursos geológicos, visando a sua valorização e utilização apropriada e acompanhando o funcionamento dos respetivos mercados, empresas e produtos?	Área do território ocupada pela atividade extrativa (n.º; Localização; ha; %).	Área do território ocupada pela atividade extrativa (em número, hectares e/ou percentagem).
	Recursos hidrotermais existentes (n.º e listagem)	Identificação dos recursos hidrotermais existentes no concelho de Vila Franca do Campo.

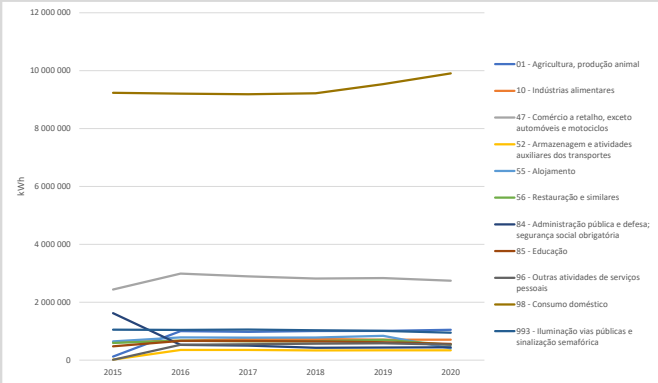
6.3.3 SITUAÇÃO ATUAL

Considerando a análise deste FS como um dos requisitos base para a sustentabilidade da área de intervenção, neste capítulo é apresentada uma abordagem sintetizada da situação atual (Tabela 6.3.2) no que respeita ao estado de preservação dos recursos naturais, como base na análise dos indicadores previamente definidos e para os quais se apresenta uma síntese da informação que foi possível obter à data do presente documento. Na Tabela 6.3.3 apresenta-se um diagnóstico sobre as principais Questões-chave cuja proposta de rPDM_VFC deverá contribuir para cada um dos critérios temáticos estabelecidos.

Remete-se uma consulta mais pormenorizada nos elementos da revisão do PDM referentes à caracterização da área de Intervenção (Fase 1 e 2 – Atualização do diagnóstico e pré-proposta) e consulta do Volume V – Caracterização e diagnóstico, Fase 3 – Projeto de revisão do PDM.

Tabela 6.3.2_ Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Recursos naturais”

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Estado final das massas de águas de superfície e subterrâneas	<p>Superficiais Interiores:</p> <p>Lagoa do Congro - Medíocre</p> <p>Lagoa do Fogo – Bom</p> <p>Superficiais Costeiras:</p> <p>São Miguel-Pouco Profundas 3 – Excelente</p> <p>São Miguel-Pouco Profundas 4 – Excelente</p> <p>São Miguel-Intermédia 1 – Excelente</p> <p>Grupo Oriental- Profundas 1 – Excelente</p> <p>Subterrâneas:</p> <p>Água de Pau – Bom</p> <p>Achada – Bom</p> <p>Furnas-Povoação - Bom</p>	2016-2018	PGRH Açores 2022-2027 (3º ciclo)
Grau de implementação das medidas de qualidade e valorização dos recursos hídricos previstas no âmbito PGRH- Açores 2022-2027	<p>RH9_B_015.A - Implementação de sistema de monitorização das perdas de águas e de beneficiação infraestrutural dos sistemas públicos de abastecimento de água para consumo humano.</p> <p><i>Estado de execução: Sem resposta.</i></p> <p>RH9_S_038 - Beneficiação infraestrutural e tecnológica dos sistemas de saneamento de águas residuais urbanas.</p> <p><i>Estado de execução: Sem resposta.</i></p>	2020	PGRH Açores 2022-2027 (3º ciclo)
Capacidade instalada em FER	<p>Central Hídrica Fábrica Nova – 300 kW</p> <p>Central Hídrica da Ribeira da Praia – 800 kW</p>	2020	EDA/ PGRH Açores 2022-2027 (3º ciclo)
Produção de energia elétrica por fonte de energia	<p>Produção média anual (2005 – 2019–:</p> <p>Central Hídrica Fábrica Nova - 162 MWh</p> <p>Central Hídrica da Ribeira da Praia – 3 139 MWh</p> <p><i>(Representa cerca de 16% do consumo médio anual de energia elétrica)</i></p>	2020	EDA/ PGRH Açores 2022-2027 (3º ciclo)
Consumo de energia elétrica por tipo de consumo	<p>Média (2015-2020) - 20 157 418 kWh</p> <p><u>Setores mais representativos:</u></p> <p>Consumo doméstico – 47%</p> <p>Comércio a retalho, exceto automóveis e motociclos – 14%</p> <p>Iluminação vias públicas e sinalização semafórica – 5%</p>	2022	DGEG

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
	Alojamento - 4% Agricultura, produção animal – 4% Administração pública e defesa – 3% Educação – 3% Indústrias alimentares – 3% Restauração e similares – 3% Outras atividades de serviços – 2%		
Evolução do consumo de energia elétrica	Evolução média anual (2015-2020): -0,4% 	2022	DGEG
Usos do solo por tipologia de utilização do uso do solo (ha e/o – %)	Territórios artificializados - 387,27 ha (4,97%) Agricultura – 4 775,16 ha (61,22%) Florestas e meios naturais e seminaturais— 2 032,64 ha (26,06%) Zonas húmidas - 527,09 ha (6,76%) Massas de água - 77,83 ha (1,00%)	2022	rPDM_VFC 2022
Área de Reserva Agrícola Regional (RAR) (ha; %)	Proposta de RAR (rPDM_VFC) Área total – 1 220,51 ha (15,65% do concelho) Comparação entre a área do município abrangida pela RAR em vigor e proposta de RAR final Áreas a desafetar da RAR – 5,2HA Áreas a anexar à RAR – 15,4ha	2022	rPDM_VFC 2022
Área de Reserva Ecológica (re), por classe (ha; %)	Proposta de RE (rPDM_VFC) Áreas de proteção do litoral Faixa marítima de proteção costeira - 941,08 ha (– %) Praias (área emersa) - 9,6 ha (0,12%) Ilhéus e rochedos emersos no mar - 6,5 ha (–%) Arribas e respetivas faixas de proteção - 226,4 ha (2,9%) Faixa terrestre de proteção costeira - 5,7 ha (0,07%) Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre Cursos de água e respetivos leitos margens - 708,53 ha (9,08%) Lagoas e respetivos, leitos e margens - 91,6 ha (1,17%) Áreas estratégicas de infiltração e proteção e recarga de aquíferos - 545,1 ha (6,99%) Áreas de prevenção de riscos naturais Zonas ameaçadas pelo mar - 37,2 ha (0,48%) Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo - 3780 ha (48,46%) Áreas de instabilidade de vertentes - 1892,7 ha (24,27%) Total (RE emersa/ municipal) - 6057,74 ha (77,66 %) Comparação entre a área do município abrangida pela RE em vigor e proposta de RE final	2022	CMVFC

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
	RE em vigor – 5 471,89 ha (70,15%) Proposta de RE final – 6 021,13 ha (77,20%) Total de variação + 549,25ha (10,04%)		
Área impermeabilizada em solo rural (ha)	Aglomerados rurais - 1,99 ha Espaços culturais - 6,11 ha Espaços agrícolas - 8,52 ha Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos - 0,03 ha Espaços florestais - 0,26 ha Espaços naturais e paisagísticos - 3,18 ha Total - 20,10 ha	2022	CMVFC
Áreas com aptidões diversificadas para atividades agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais (ha e % por tipologia)	Usos agrícolas – 4 876,5ha (61,22%) Usos florestais – 2 041,48ha (26,06%) 87% do concelho afeto a usos agrícolas e florestais (6 917,98ha)	2018	COS.A
Área do território ocupada pela atividade extrativa (n.º; Localização; ha).	Em Atividade SMG 154 Cascalheira do Monte Escuro (licença 131/RN) – 2,86ha	2022	Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade (DREC)
Recursos hidrotermais existentes (n.º e listagem)	Não existem recursos hidrotermais	2022	DREC

Por fim, são identificadas na Tabela 6.3.3 as principais questões-chave relacionadas com este FS.

Tabela 6.3.3_ Questões-chave da situação atual para o FS “Recursos naturais”

Questões-chave
O estado das massas de água superficiais e subterrâneas é bom ou superior, com exceção da lagoa do Congro que se apresenta em estado medíocre.
Ausência de resposta relativamente à implementação das medidas de qualidade e valorização dos recursos hídricos previstas no âmbito PGRH- Açores 2022-2027.
Ausência de implementação de perímetros de proteção às captações.
Relativamente ao município de Vila Franca do Campo, importa referir que as freguesias de Água d'Alto e Ponta Garça, não possuem sistema de tratamento de águas residuais. Os efluentes drenados são encaminhados para fossas sépticas coletivas, algumas com um elevado nível de colmatção e como tal baixa eficiência. As freguesias de São Miguel, São Pedro, Ribeira Seca e Ribeira das Tainhas, por gravidade e por recurso a estações elevatórias, tem os seus efluentes encaminhados para uma estação de pré-tratamento de águas residuais, constituída por um sistema de gradagem, tamisagem e estabilização de lamas, onde posteriormente o efluente é lançado ao mar através de um emissário submarino. O sistema é obsoleto, necessitando de investimento para a sua renovação e necessidade de se encontrar uma solução para as freguesias de Água d'Alto e Ponta Garça. O sistema de pré-tratamento existente também já não cumpre com as normas comunitárias, sendo necessário a curto/médio prazo se encontrar uma solução de tratamento mais eficaz. Contudo, não existe nenhum projeto concluído pronto a ser implementado.
Existe uma central hídrica da Fábrica Nova situa-se na zona da Ribeira da Praia, freguesia de Água de Alto. A sua produção foi iniciada em 1927, com 1,2MW de potência instalada. Contudo, um dos dois grupos geradores está desativado atualmente, pelo que a atual potência instalada seja cerca de 300 kW. As águas utilizadas nesta central são captadas na Bacia da Praia, junto à lagoa de Fogo, a uma cota de 500m, estas são conduzidas por um canal de 2 800m de comprimento e por uma conduta de 700 metros de desenvolvimento e 277 metros de queda bruta. Esta central promove o abastecimento da EDA à rede de iluminação pública e privada dos concelhos de Vila Franca do Campo e de Ponta Delgada. A Central Hídrica da Fábrica Nova é das centrais com menor percentagem de produção, entre todas as centrais de São Miguel, atingindo a sua produção máxima em 2006 e o seu mínimo em 2011 e 2015, com uma percentagem de 0,7%, no total de energia produzida entre 2005-2019. Neste período produziu em média cerca de 162 MWh por ano.

Questões-chave

A Central Hídrica da Ribeira da Praia situa-se a jusante da Central Hídrica da Fábrica Nova, na zona da Ribeira da Praia, concelho de Vila Franca do Campo. Esta central apresenta uma potência instalada de 800 kW, aproveitando os caudais turbinados pela central da Fábrica Nova, e reforçados por um importante afluente da margem esquerda. Esta central aproveita o açude e tanque da antiga Central Hídrica da Fábrica da Cidade construída em 1903 para abastecimento da Cidade de Ponta Delgada e reforçada em 1904 para abastecer também as freguesias de Água de Pau, Atalhada e a Vila da Lagoa. No total das percentagens da energia hídrica produzida por todas as centrais hídricas da ilha de São Miguel, a Central Hídrica da Ribeira da Praia tem uma contribuição, em média, de 14,7% no período 2005-2019. Neste período produziu em média cerca de 3139 MWh por ano.

A energia elétrica produzida por estas centrais hidroelétricas, e de origem renovável, representa em média cerca de 16% dos consumos médios anuais de energia elétrica do município. Necessário aumentar e diversificar a produção de energia renovável, nomeadamente, através da introdução de sistemas microprodutores de energia renovável no parque edificado público e privado, e iluminação pública.

O setor doméstico (47%) e de comércio a retalho (14%) são os mais representativos ao nível do consumo de energia elétrica.

Observa-se uma estagnação relativa dos consumos de energia elétrica entre 2015 e 2020, sendo apenas alterada esta tendência em 2020 devido aos efeitos pandémicos, onde se observou um aumento no consumo doméstico e uma redução do consumo em setores de atividade relacionados com o turismo, tais como, o alojamento, restauração e outras atividades de comércio e serviços. Os consumos na indústria, agricultura e administração mantiveram-se relativamente estáveis.

Tendo em consideração a representatividade do setor doméstico no consumo de energia elétrica, eventuais medidas de eficiência energética devem ser direcionadas para o parque habitacional de modo a obter os resultados desejados ao nível da redução de consumos e cumprimento das metas e objetivos setoriais.

Cerca de 61% do concelho é constituído por usos agrícolas, constituídos maioritariamente por prados/pastagens.

Aumento da extensão das áreas de RE no território (10,04%).

Ligeiro aumento das áreas de RAR, cerca de 10ha.

6.3.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM A REVISÃO DO PDM VFC

No que respeita aos recursos hídricos, é fundamental a intervenção no território através de um conjunto fundamental de medidas de recuperação e regeneração que permitam, de forma complementar e articulada com as medidas previstas no PGRH Açores, atingir o “Bom” estado das massas de água inseridas na área de intervenção. A revisão do PDM pode, através quer do programa de medidas, quer da sua regulamentação e modelo de ordenamento, nomeadamente, com a definição de corredores ecológicos ou renaturalização de áreas, e ações de valorização ambiental e turística, contribuir para a reabilitação desses recursos hídricos.

Ao nível do setor energético é relevante continuar a incentivar à aquisição de equipamentos com maior eficiência energética e que utilizem fontes de energia renováveis, principalmente, nos setores com maior representatividade nos consumos energéticos, como são o setor do doméstico, transportes, e setores não-domésticos (comércio e serviços) onde se registam consumos energéticos relevantes, bem como nos edifícios do Estado ou da Administração Pública, equipamentos coletivos e iluminação pública. Por outro lado, deve-se promover a descarbonização das principais atividades emissoras de GEE, nomeadamente os transportes rodoviários movidos a combustíveis fósseis, através da promoção do transporte público, veículos movidos a fontes alternativas e modos suaves. Num cenário de ausência de uma proposta de revisão do PDM de Vila Franca do Campo, a prossecução destes objetivos seria mais dificultada.

Sem a elaboração da presente rPDM_Vila Franca do Campo, espera-se, no que se refere ao critério solo, que continue a decorrer a implementação de um conjunto de instrumentos de gestão territorial, onde se destaca os de incidência municipal e os planos especiais de ordenamento do território, com efeitos positivos, mas, contudo, sem se proceder à adoção de uma estratégia municipal concertada, essencialmente no que se à gestão de áreas singulares que constituem a estrutura biofísica do território, e toda a articulação e complementaridade dessas áreas com o resto do território.

6.3.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

Tendo por base os objetivos definidos e o diagnóstico apresentado, verifica-se que a proposta de ordenamento assenta num conjunto de objetivos e intervenções estratégicas associados ao cenário de

desenvolvimento assumido para a área de intervenção. Neste contexto, e dada a natureza regulamentar da rPDM_VFC, entendeu-se que para analisar os efeitos das estratégias do Plano, consumadas nos seus objetivos, para fundamentação da sua avaliação devem ser consideradas os objetivos estratégicos e respetivas medidas e ações aplicáveis definidas pois são os elementos que concretizam e traduzem territorialmente essa mesma estratégia e permitem compreender os efeitos que de facto terá o seu cumprimento e concretização.

Assim, a identificação e caracterização desses efeitos está patente na Tabela 6.3.4. Para além da identificação dos efeitos positivos/ oportunidades e efeitos negativos/ameaças, a análise tem ainda em conta a sua natureza (positivo, negativo), a ocorrência (curto, médio e longo prazo), o efeito (secundário, cumulativo e sinérgico) e a duração (temporário ou permanente).

Tabela 6.3.4_Avaliação estratégica dos efeitos do rPDM_VFC para o FS “Recursos naturais”

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Recursos naturais”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
1. Afirmar o concelho de Vila Franca do Campo no contexto regional e promover o respetivo desenvolvimento integrado através da distribuição racional das atividades, do reforço e qualificação de infraestruturas e de equipamentos e de uma política de solos que contribua para a resolução das carências habitacionais e de desenvolvimento socioeconómico do concelho	Os projetos de qualificação de infraestruturas e de equipamentos previstos, tais como o projeto 1.6 (parque habitacional municipal), surgem como oportunidade de introdução de ações e boas práticas ambientais de construção sustentável e aquisição de equipamentos com maiores índices de conforto térmico, de eficiência energética e hídrica, bem como introdução de fontes de energia renováveis. Em caso de concretização destas ações, ocorrerão efeitos positivos ao nível da redução do consumo de recursos naturais não renováveis (p.e. hídricos, fósseis, etc), promovendo-se em contrapartida o uso de recursos naturais renováveis, reduzirá a dependência energética e pegada carbónica, e potenciará a autossuficiência energética e descarbonização, contribuindo para a preservação do estado das massas de água, bem como para o esforço global de redução de gases com efeito de estufa e de combate aos eventos climáticos extremos relacionados com as alterações climáticas.	Não identificados.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2,3 / T,P / C-Si	-
2. Criar condições de vida atrativas para a fixação da população através de uma política ativa inclusiva e de baixo carbono, capaz de evidenciar níveis eficientes de metabolismo territorial através da progressiva reorganização territorial e funcional do concelho orientada, em simultâneo, para a melhoria e aprofundamento das vivências locais, a redução dos consumos energéticos associados às deslocações diárias padronizadas e a assunção de atividades económicas assentes em modelos de sustentabilidade social, económica e ambiental	O projeto 2.2 e 2.3 preveem a implementação das UOPG 2 e 3, respetivamente. Estas operações de loteamento constituem uma oportunidade para beneficiação do sistema de abastecimento de água, saneamento básico e gestão de resíduos, bem como a adoção no parque edificado a construir ou reabilitar o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. A eventual beneficiação dos sistemas de abastecimento e saneamento básico, poderão contribuir para a redução de situações eventuais de contaminação das linhas de água, promovendo assim a preservação do estado das massas de água.	Não identificados.
	Considera-se que a elaboração e posterior concretização do Plano Municipal de Ordenamento Florestal apresentará efeitos positivos para o desenvolvimento da produção de bens e serviços proporcionados pelos ecossistemas florestais, maximizando as suas funções protetoras e sociais, a valorização económica e social do património natural e da paisagem, de forma ambientalmente sustentável e um contributo para a provisão de sistemas de	

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Recursos naturais”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	ecossistemas e benefícios ambientais como parte de uma paisagem multifuncional.	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2,3 / T,P / C-Si	-
3. Valorizar os recursos biofísicos do território e a qualidade ambiental, definindo condicionantes à ocupação e transformação do solo face à probabilidade de ocorrência de fenómenos geofísicos extremos, protegendo e assegurando, nomeadamente, o uso sustentável dos recursos hídricos, bem como garantindo medidas capazes de assegurar a fruição sustentável do património ambiental único do município	<p>O projeto 3.4 de elaboração de um Plano Municipal de Gestão da Água visa a concretização dos seguintes objetivos operacionais e territoriais: i) Regularização de situações pontuais de quebra de abastecimento ou carência de água, principalmente, em aglomerados isolados e dispersos ou em situações de seca; ii) Redução das perdas de água através da melhoria das condições de captação e das redes de distribuição; iii) Recuperação das redes e equipamentos degradados; iv) Manutenção da qualidade de água abastecida para consumo humano e controlo dos respetivos parâmetros analíticos.</p> <p>A concretização deste projeto induzirá efeitos positivos para a sustentabilidade dos recursos hídricos e preservação do estado das massas de água, já que proporcionará uma redução da extração e uso destes recursos para satisfaçam das atividades humanas, bem como reduzirá o potencial contaminante associado, nomeadamente, a produção excessiva de águas residuais e efeitos nefastos de contaminação do meio natural.</p> <p>O projeto 3.7 que prevê a qualificação do sistema de abastecimento de água e saneamento básico e gestão das infraestruturas pretende o reforço e integração da rede de drenagem e infraestruturas associadas (e.g. estações elevatórias), a beneficiação tecnológica dos equipamentos e estações de tratamento disponíveis com vista ao aumento da sua capacidade de tratamento, implementação de novas estações de tratamento de águas residuais, infraestruturização dos respetivos coletores de drenagem e adoção das melhores tecnologias disponíveis.</p> <p>Em caso de concretização deste projeto, a área de intervenção melhorará as condições de salubridade e higiene locais, bem como reduzirá os focos de poluição e efeito contaminante sobre os recursos hídricos e restante meio natural, beneficiando os ecossistemas naturais e atratividade turística local e qualidade de vida dos residentes.</p> <p>O projeto 3.8 de sensibilização e promoção ambiental poderá contribuir para o cumprimento de boas práticas ambientais, nomeadamente, ao nível da redução de ocorrência de focos de poluição inerentes às atividades humanas, uso mais sustentável e eficiente dos recursos hídricos, respeito pelos valores naturais presentes e biodiversidade, promoção da eficiência energética e energias renováveis, e contributo para a mitigação e adaptação às alterações climáticas.</p>	Não identificados.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2,3 / T,P / C-Si	-
4. Apostar no desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, como setores fundamentais de	O projeto 4.5 prevê a implementação da UOPG 1 – Lombrinha. Esta operação de loteamento constitui uma oportunidade para beneficiação do sistema de	Não identificados.

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Recursos naturais”


Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
desenvolvimento económico do concelho, estabelecendo medidas específicas para a exploração dos recursos locais, critérios de ocupação e parâmetros de edificabilidade, criando condições para a instalação de novos estabelecimentos e de novas atividades e serviços a ele associados diferenciados no contexto da ilha de São Miguel	abastecimento de água, saneamento básico e gestão de resíduos, bem como a adoção no parque edificado a construir ou reabilitar o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. A eventual beneficiação dos sistemas de abastecimento e saneamento básico, poderão contribuir para a redução de situações eventuais de contaminação das linhas de água, promovendo assim a preservação do estado das massas de água.	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2,3 / T,P / C-Si	-
5. Reforçar o caráter identitário tridimensional do concelho nos vértices Campo-Vila-Mar	O projeto 5.7 de renaturalização da Praia da Vinha d'Areia pretende requalificar este espaço, repensando as suas estruturas de apoio, pela valorização dos seus elementos naturais e paisagísticos, de forma a constituir uma zona de elevada qualidade que beneficie a população e a atividade turística. Esta ação tem como objetivo a devolução da linha de costa ao seu estado natural. Estas ações poderão induzir uma melhoria do estado das massas de água superficiais costeiras, beneficiando a biodiversidade e atratividade lúdica deste local.	O desejado aumento da oferta de lugares de amarração para embarcações de recreio de maior tamanho previsto pelo projeto 5.8 poderá acarretar efeitos negativos no ambiente, nomeadamente, ao nível do risco potencial de emissão para o meio natural de efluentes e resíduos provenientes da atividade marítima existente, aumentando o risco de contaminação e deterioração do estado das massas de água costeiras localizadas na Marina de Vila Franca do Campo.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2,3 / T,P / C-Si	2,3 / T,P / C-Si

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto Prazo; 2 - Médio Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T - Temporário; P - Permanente; Efeito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si - Sinérgico. N.A. – Não Aplicável.

Tabela 6.3.5_ Síntese das tendências de evolução do FS “Recursos naturais”










Critérios de Avaliação	Tendências de Evolução		
	Situação Atual	Sem a Implementação da revisão do Plano	Com a Implementação da revisão do Plano
Recursos hídricos		↗	↗↗
Recursos energéticos		⇒	↗
Solo		⇒	↗↗
Recursos agroflorestais		⇒	↗
Recursos geológicos		⇒	↗

Legenda:

Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)				
		Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução					
	Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	Negativa Afastamento das orientações do QRE	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação às orientações do QRE	Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

Em síntese, e no seguimento da análise à conformidade da proposta de Plano apresentada relativamente à integração e resposta das principais Questões Ambientais e de Sustentabilidade do território identificadas pela AAE, na Tabela 6.3.6 é apresentada a avaliação à internalização dessas questões na concretização das Apostas Estratégicas, Regulamento, modelo territorial e Programa de Execução, na perspetiva do FS “Recursos Naturais”.

Tabela 6.3.6_ Avaliação da articulação do modelo de gestão e estratégia com a integração das Questões Estratégicas ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)

QEAS	Objetivos rPDM_VFC					Observações
	1	2	3	4	5	
QEAS 1						- Reforçar a utilização dos sistemas de informação geográfica pelos serviços municipais;
QEAS 2						--
QEAS 3						- Reforçar a utilização dos sistemas de informação geográfica pelos serviços municipais; - Plano Municipal de Ordenamento Florestal; - Projeto de renaturalização da Ribeira da Praia; - Renaturalização da Praia da Vinha d’Areia
QEAS 4						- Plano Municipal de Gestão da Água; - Qualificação do Sistema de Abastecimento e Saneamento; - Projeto de renaturalização da Ribeira da Praia;
QEAS 5						- Requalificação de vários edifícios públicos e parque de habitação municipal; - Manual de Boas Práticas Urbanísticas;

Legenda:

	QEAS assegurada /internalizada no Plano		QEAS não assegurada /internalizada no Plano		Elementos insuficientes para avaliar		Não aplicável / sem relação
---	---	---	---	---	--------------------------------------	---	-----------------------------

–Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)

QEAS 1 - Integrar princípios de prevenção e minimização dos riscos e potenciar a capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas

QEAS 2 – Promover o desenvolvimento socioeconómico e coesão territorial

QEAS 3 – Urbanismo e Qualificação do solo

QEAS 4 – Salvaguarda e valorização dos valores naturais e paisagísticos e da Estrutura Ecológica Urbana enquanto vetores fundamentais na sustentabilidade do território e promoção da saúde pública e qualidade de vida

QEAS 5 - Fomento da mobilidade sustentável, aquisição de eficiência energética e uso de fontes de energia renovável

6.3.6 RECOMENDAÇÕES

De forma geral considera-se que a proposta de revisão do PDM de Vila Franca do Campo responde às principais necessidades identificadas ao nível do FS “Recursos Naturais”.



Não obstante, recomenda-se a ponderação de algumas recomendações (preliminares) (Tabela 6.3.7) resultantes da análise dos elementos preliminares da proposta de revisão, que se considera que poderão potenciar e reforçar o conjunto de potenciais oportunidades identificadas.

Tabela 6.3.7. Recomendações no âmbito do FS “Recursos naturais”

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
<p>No projeto 3.4 de elaboração e implementação de um Plano Municipal de Gestão da Água, sugere-se a introdução do seguinte objetivo operacional:</p> <p>v) Implementação dos perímetros de proteção às captações e licenciamento de captações;</p> <p>vi) Elaboração de um Plano Municipal de Contingência para Situações de Seca e Escassez Hídrica.” (a elaborar e implementar após aprovação do Plano Regional)</p>	Preservar o estado das massas de água e gerir de forma sustentável os recursos hídricos disponíveis;	↗	<p>Preservação das origens de água para abastecimento público.</p> <p>Gestão adequada sobre os diversos usos de água, monitorização e controlo sobre os consumos excessivos, redução de perdas, com efeitos positivos para a sustentabilidade dos recursos hídricos e preservação do estado das massas de água.</p>
O projeto 5.8 de conclusão e qualificação da Marina de Vila Franca do Campo deve ser acompanhado pela implementação de medidas que reforcem as condições de salubridade e saneamento básico, reforço dos equipamentos de deposição de resíduos, uso eficiente de água, e sinalética de sensibilização para o respeito pelas boas práticas ambientais.	Preservar o estado das massas de água e gerir de forma sustentável os recursos hídricos disponíveis;	→	O desejado aumento da oferta de lugares de amarração para embarcações de recreio de maior tamanho previsto pelo projeto 5.9 poderá acarretar efeitos negativos no Ambiente, nomeadamente, ao nível do risco potencial de emissão para o meio natural de efluentes e resíduos provenientes da atividade marítima existente, aumentando o risco de contaminação e deterioração do estado das massas de água costeiras localizadas na Marina de Vila Franca do Campo.
<p>Estabelecimento de critérios de sustentabilidade ambiental e energética, ou uso de técnicas de construção sustentável e de conforto bioclimático, no processo de seleção e adjudicação de projetos e empreitadas de requalificação de edificado (p.e. equipamentos coletivos, habitação social, soluções urbanísticas das UOPG, etc) A Ocorrer na área de intervenção, durante a fase de implementação do rPDM_VFC.</p> <p>Ponderar a inclusão desta recomendação em sede de Regulamento.</p>	Promover maior eficiência no consumo de recursos energéticos, particularmente, combustíveis fósseis, através do uso preferencial de outras fontes de energia alternativas ou renováveis;	↗	Estas operações de loteamento constituem uma oportunidade para beneficiação do sistema de abastecimento de água, saneamento básico e gestão de resíduos, bem como a adoção no parque edificado a construir ou reabilitar o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis.
Considerar a importância dos espaços naturais na resiliência do próprio modelo e sistema territorial, assegurando as respetivas funções e serviços de ecossistemas, em particular de regulação e suporte. Um exemplo é considerar a floresta de proteção nos espaços naturais.	<p>Avaliar os efeitos da implementação da revisão do PDM Vila Franca do Campo na promoção de uma política integrada e coordenada de ordenamento, planeamento e gestão do território que vise assegurar a gestão e a proteção dos recursos naturais presentes no território;</p> <p>Avaliar os efeitos das intervenções estratégicas da revisão do PDM Vila Franca do Campo ao nível da preservação, gestão e valorização dos espaços naturais existentes,</p>	↗	<p>- Adoção soluções que permitam a gestão racional dos recursos e a sua valorização;</p> <p>- Contributo para a valorização e salvaguarda dos recursos naturais.</p>

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
	tendo em conta a importância e fragilidade dos ecossistemas e espécies presentes.		

Legenda:

		
Contributo	Potencia os efeitos positivos	Responde aos efeitos negativos

6.4. ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL

6.4.1 INTRODUÇÃO

O território é um sistema complexo com uma multiplicidade e coexistência de relações, atividades e valores que geram conflitos, mas também geram sinergias que contribuem para o desenvolvimento do território.

O presente fator de sustentabilidade assume-se com particular relevância para a avaliação da sustentabilidade da área de estudo em consequência das Propostas de ordenamento e qualificação territorial previstas pelo rPDM_VFC. Essas propostas poderão gerar alterações na atividade humana e económica, acarretando consequências nos níveis de consumo de materiais e geração de poluição, podendo proporcionar efeitos para a sustentabilidade ambiental, ecossistemas naturais, salubridade e saúde humana, e qualidade de vida da comunidade em termos globais. Neste sentido, o presente FS procurará avaliar de que forma os serviços ambientais estão a ser beneficiados de forma a responder ao modelo de ordenamento e qualificação previsto.

Os transportes constituem uma das principais forças-motrizes para a promoção do desenvolvimento, competitividade e coesão territorial. Contudo, são um dos setores com maior potencial poluidor, que deve ser mitigado aplicando princípios de descarbonização, mobilidade sustentável como a aposta nos modos suaves e políticas urbanas que assegurem o descongestionamento de tráfego, acessibilidade e estacionamento, e segurança dos cidadãos. É sobre estas temáticas que o presente FS centrará a sua avaliação e na forma como o rPDM_VFC contribuirá para promover a qualificação e coesão territorial, a mobilidade sustentável e o acesso equitativo e de proximidade aos transportes públicos.

6.4.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Os objetivos identificados para este fator de sustentabilidade relacionam-se com os objetivos globais e QEAS presentes nos documentos de referência que integram o quadro de referência estratégico da presente AAE. Assim, a avaliação do presente fator de sustentabilidade tem os seguintes objetivos:

- Melhorar da cobertura e qualidade dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais;
- Potenciar a eficiência no consumo de água potável e reutilização de águas pluviais ou residuais tratadas para fins menos exigentes;
- Melhoria da cobertura dos serviços de recolha indiferenciada e seletiva de resíduos e limpeza urbana, proporcionando boas condições de salubridade, incentivando à redução na produção resíduos e potenciando os índices de valorização e reciclagem de resíduos numa perspetiva de economia circular;

- Adequar as condições de acessibilidade e estacionamento às necessidades de mobilidade urbana, promovendo o uso de modos sustentáveis de deslocação;
- Garantir níveis adequados de tráfego rodoviário e condições de segurança para a população residente e flutuante;
- Garantir a descarbonização e adequação do sistema de transportes às necessidades de mobilidade da população.

Os objetivos identificados para este FS relacionam-se com os objetivos gerais da revisão PDM Vila Franca do Campo e objetivos estratégicos setoriais presentes nos documentos de referência que integram o QRE desta AAE.

O sistema de indicadores aprovados durante a fase de definição de âmbito, apresentados na Tabela 6.4.1, e nos quais assenta a avaliação ambiental estratégica do rPDM_VFC, baseou-se na análise pericial de relatórios nacionais e internacionais sobre indicadores de ambiente e de desenvolvimento sustentável, bem como de outras fontes de informação identificadas.

Tabela 6.4.1_Indicadores selecionados para o FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
Qualificação do solo: Avaliar os efeitos das estratégias da rPDM_VFC na qualificação do solo rústico, garantindo a adequada execução das políticas e programas regionais que promovem o desenvolvimento agrícola Qual o contributo da rPDM_VFC para a qualificação e coesão territorial, bem como para a consolidação do perímetro urbano?	Áreas por categoria de qualificação do solo (hectares)	Ocupação e distribuição, por tipologia de qualificação do solo no concelho (em hectares e/percentagem).
	Áreas de reabilitação urbana ou áreas degradadas em geral (hectares)	Análise ao número de ações de reabilitação urbana implementadas no concelho (n.º e área de implantação das ações).
	Unidades Operativas de Planeamento e Gestão previstas/executadas (hectares)	Análise ao estado de execução das UOPG programadas e executadas pela administração local.
	Parques e polígonos industriais, plataformas logísticas confinantes com áreas habitacionais consolidadas	Análise do número de parques industriais que confinam com áreas habitacionais consolidadas.
Serviços e infraestruturas ambientais: Qual o contributo da rPDM_VFC para a dotação do concelho com serviços e infraestruturas ambientais adequadas às necessidades existentes, contribuindo para a promoção de boas práticas, ecoeficiência e melhoria dos níveis de salubridade, saúde e bem-estar da população?	Acessibilidade física e adesão ao serviço de abastecimento de água	Taxa de cobertura ou atendimento do serviço de abastecimento de água e respetivo nível de adesão da população (%).
	Água segura	Percentagem (%) de água controlada e de boa qualidade, sendo esta o produto da percentagem de cumprimento da frequência de amostragem pela percentagem de cumprimento dos valores paramétricos fixados na legislação dos parâmetros sujeitos a controlo de rotina 1, controlo de rotina 2 e controlo de inspeção, tal como definido no Anexo II do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, para sistemas em baixa e em alta.
	Perdas reais de água	Volume diário de perdas reais por ramal nas redes de distribuição (l/ramal.dia).
	Acessibilidade física e adesão ao serviço de saneamento de águas residuais	Taxa de cobertura ou atendimento do serviço de saneamento de águas residuais e respetivo nível de adesão da população (%).
	Cumprimento das licenças de descarga	Percentagem (%) da população que é servida por instalações de tratamento que asseguram o cumprimento da licença de descarga, quer em termos de parâmetros e periodicidade de monitorização, quer em termos do cumprimento dos limites de descarga em sistemas em baixa e em alta.
	Estado das infraestruturas de tratamento de águas residuais	Qualificação do estado de conservação e funcionamento das infraestruturas de tratamento de águas residuais
	Reutilização de águas residuais tratadas e pluviais	Volume de águas residuais tratadas ou pluviais reutilizados em atividades menos exigentes e

		respetiva percentagem face aos consumos total de água potável proveniente da rede de abastecimento (l/dia; %).
	Acessibilidade do serviço de recolha indiferenciada e seletiva de resíduos urbanos	Taxa de cobertura ou atendimento do serviço de recolha indiferenciada e seletiva de resíduos na área de intervenção da entidade gestora em baixa (%).
	Capacidade instalada de recolha indiferenciada e seletiva	Número de equipamentos de recolha de resíduos urbanos por via indiferenciada (contentores) ou seletiva (ecopontos) na área de intervenção da entidade gestora.
	Capacidade instalada de tratamento de resíduos urbanos	Percentagem de resíduos encaminhados por tipo de tratamento (deposição em aterro, valorização energética, valorização orgânica, valorização material, etc).
	Preparação para a reutilização e reciclagem	Percentagem de resíduos reutilizados ou reciclados face aos resíduos reutilizáveis e recicláveis produzidos (recolhidos).
Transportes e Mobilidade: Qual o contributo da rPDM_VFC para satisfação das necessidades de locomoção da população, gestão de tráfego e estacionamento, reforço da mobilidade suave no território, melhoria da qualidade do serviço de transportes públicos e resposta aos desafios de descarbonização e introdução de energias alternativas?	Taxa de utilização nas deslocações por tipo de transporte	Peso relativo dos vários tipos de transporte nas deslocações efetuadas pela população (%).
	Evolução do parque automóvel	Evolução do parque automóvel segurado no município.
	Evolução da oferta de transporte público	Evolução do número de lugares oferecidos por km no serviço de transporte público (carreiras urbanas e interurbanas).
	Evolução da procura de transporte público	Evolução do número de passageiros transportados por km no serviço de transporte público (carreiras urbanas e interurbanas).
	Rede de ciclovias e percursos pedestres	Extensão de ciclovias e percursos pedestres classificados na área de intervenção.
	Edifícios públicos com acessibilidade inclusiva	Percentagem de edifícios públicos que permitem acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, invisuais, entre outros (n.º e % do total de edifícios).

6.4.3 SITUAÇÃO ATUAL

Neste capítulo é apresentada uma abordagem sintetizada da situação atual (Tabela 6.4.2) no que respeita ao ordenamento e qualificação territorial do município, nomeadamente, ao nível da consolidação do perímetro urbano, desenvolvimento agrícola, capacitação das infraestruturas ambientais, e promoção das condições de acessibilidade e mobilidade sustentável, como base na análise dos indicadores previamente definidos e para os quais se apresenta uma síntese da informação que foi possível obter à data do presente documento. Na Tabela 6.4.3 apresenta-se um diagnóstico sobre as principais questões-chave cuja proposta de rPDM_VFC deverá contribuir para cada um dos critérios temáticos estabelecidos.

Remete-se uma consulta mais pormenorizada nos elementos da revisão do PDM referentes à caracterização da área de Intervenção (Fase 1 e 2 – Atualização do diagnóstico e pré-proposta) e consulta do Volume V – Caracterização e diagnóstico, Fase 3 – Projeto de revisão do PDM.

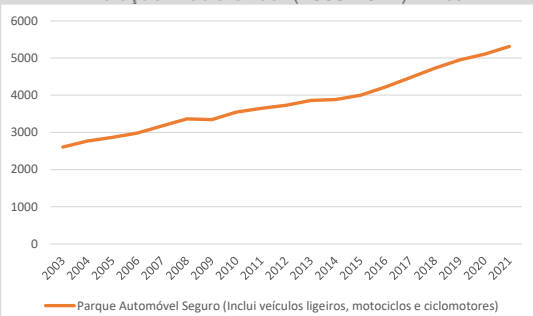
Tabela 6.4.2_Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Áreas por categoria de qualificação do SOLO (hectares)	<u>Solo Rústico</u> Espaços agrícolas	2022	CMVFC

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
	<p>Diferença PDM vigor rPDM_VFC (com atualização de nomenclatura em vigor) = 97,63</p> <p>Espaços florestais</p> <p>Diferença PDM vigor rPDM_VFC (com atualização de nomenclatura em vigor) = 73,96</p> <p>Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos</p> <p>Diferença PDM vigor rPDM_VFC (com atualização de nomenclatura em vigor) = 2,83</p> <p>Espaços naturais e paisagísticos</p> <p>Diferença PDM vigor rPDM_VFC (com atualização de nomenclatura em vigor) = -45,77</p> <p>Espaços culturais</p> <p>Diferença PDM vigor rPDM_VFC (com atualização de nomenclatura em vigor) = -51,03</p> <p><u>SoLO urbano</u></p> <p>Espaços urbanos consolidados - 223,40</p> <p>Diferença PDM vigor rPDM_VFC (com atualização de nomenclatura em vigor) = -103,88</p> <p>Espaço urbano a consolidar tipo 1 – 107,4</p> <p>Espaço urbano a consolidar tipo 2 - 7</p> <p>Diferença PDM vigor rPDM_VFC (com atualização de nomenclatura em vigor) = 16,75</p> <p>Espaços polivalentes industriais, de serviços e de logística</p> <p>Diferença PDM vigor rPDM_VFC (com atualização de nomenclatura em vigor) = 1,57</p> <p>Espaços turísticos</p> <p>Diferença PDM vigor rPDM_VFC (com atualização de nomenclatura em vigor) = -7,85</p> <p>Espaços de equipamentos urbanos – espaços de equipamentos de utilização coletiva</p> <p>Espaços de uso especial</p> <p>Diferença PDM vigor rPDM_VFC (com atualização de nomenclatura em vigor) = 3,64</p> <p>ESPAÇOS de equipamentos urbanos – espaços verdes</p> <p>Diferença PDM vigor rPDM_VFC (com atualização de nomenclatura em vigor) = -13,66</p>		
Áreas de reabilitação urbana ou áreas degradadas em geral (hectares)	O município conta com um programa de Apoio Municipal à Reabilitação de Habitação Degradada (AMRHD), dirigido a todo o parque habitacional do concelho, de propriedade pública ou privada. Este programa tem contado com uma média anual de cerca de 40 candidaturas.	2022	CMVFC
Unidades Operativas de Planeamento e Gestão previstas/executadas (hectares)	<p><u>UOPG PDM em vigor</u> – 2 (Cerca de 43ha de solo qualificado como urbanização programada)</p> <p><u>UOPG rPDM_VFC</u> – 3 (média de 2ha cada, correspondendo a áreas de continuidade natural do espaço urbanizado).</p>	2022	CMVFC

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Parques e polígonos industriais, plataformas logísticas confinantes com áreas habitacionais consolidadas	Parque Industrial de Vila Franca do Campo Polígono Industrial da Ponta Graça	2022	CMVFC
Acessibilidade física e adesão ao serviço de abastecimento de água	100% (Representação gráfica do sistema na Figura 6.4.1)	2021	PGRH Açores 2022-2027
Água segura	99,21%	2021	RACQACH2022/ERSARA
Perdas reais de água	Sem dados. (Água não faturada - 49,42 %)	2021	RAAQSARA2021/ERSARA
Acessibilidade física e adesão ao serviço de saneamento de águas residuais	85 - 90% (Representação gráfica do sistema na Figura 6.4.2)	2021	PRA / PGRH Açores 2022-2027
Cumprimento das licenças de descarga	0%	2021	RAAQSARA2021/ERSARA
Estado das infraestruturas de tratamento de águas residuais	O concelho de Vila Franca do Campo dispõe de uma EPTAR com apenas capacidade para realizar gradagem e tamisagem de sólidos que servem cerca de 2 826 habitantes e 41 fossas sépticas coletivas que servem 5 894 habitantes. O sistema é obsoleto, necessitando de investimento para a sua renovação e necessidade de se encontrar uma solução para as freguesias de Água d'Alto e Ponta Garça. O sistema de pré-tratamento existente (EPTAR) também já não cumpre com as normas comunitárias, sendo necessário a curto/médio prazo se encontrar uma solução de tratamento mais eficaz. Os efluentes drenados e encaminhados para fossas sépticas coletivas, apresentam-se com elevado nível de colmatação e como tal baixa eficiência.	2021	PRA / PGRH Açores 2022-2027
Reutilização de águas residuais tratadas e pluviais	Nulo	2021	PGRH Açores 2022-2027
Acessibilidade do serviço de recolha indiferenciada e seletiva de resíduos urbanos	Indiferenciada – 96,25% Seletiva – 96,25%	2021	RAAQSARA2021/ERSARA
Capacidade instalada de recolha indiferenciada e seletiva	Contentores porta-a-porta – 4 500 Contentores via pública - 382 Ecopontos – 382 Ecocentros – 0 Estações de transferência – 0 Viaturas - 3	2020	SRIR
Capacidade instalada de tratamento de resíduos urbanos	Recolha seletiva (reciclagem) - 30,92 % Indiferenciada (aterro) - 69,08 %	2021	RAAQSARA2021/ERSARA
Preparação para a reutilização e reciclagem	26,7% ⁴	2021	SRIR
Taxa de utilização nas deslocações por tipo de transporte	N.D.	-	-

⁴ Relativa à Ilha de São Miguel, dado que os resíduos são encaminhados para infraestruturas de gestão integradas para toda a ilha.

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Evolução do parque automóvel	<p>Evolução média anual (2003-2021): +4%</p>  <p>Parque Automóvel Seguro (Inclui veículos ligeiros, motociclos e ciclomoteres)</p>	2022	ASF
Evolução da oferta de transporte público	N.D.	-	-
Evolução da procura de transporte público	N.D.	-	-
Rede de ciclovias e percursos pedestres	<p>Percursos pedestres: PRC02 SMI Praia – Lagoa do Fogo: 11 km PR39 SMI Quatro fábricas da Luz – 2,1 km</p>	2022	Website Visitadores
Edifícios públicos com acessibilidade inclusiva	N.D.	-	-

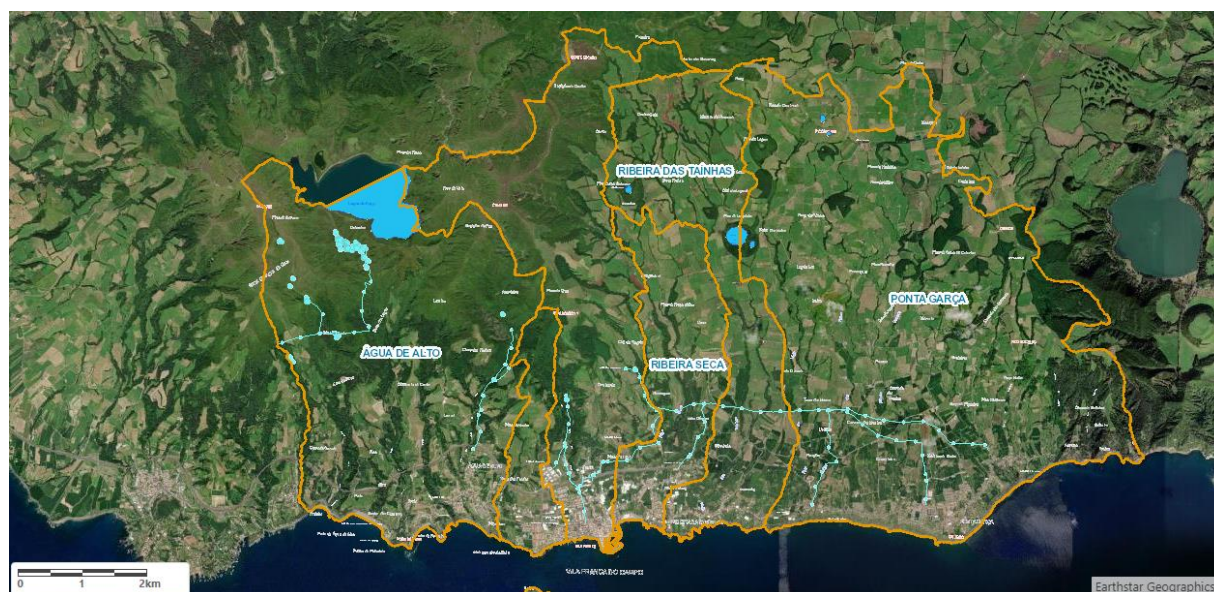


Figura 6.4.1_Sistemas de abastecimento de água do município de Vila Franca do Campo (Fonte: GeoPortal, CM VFC)

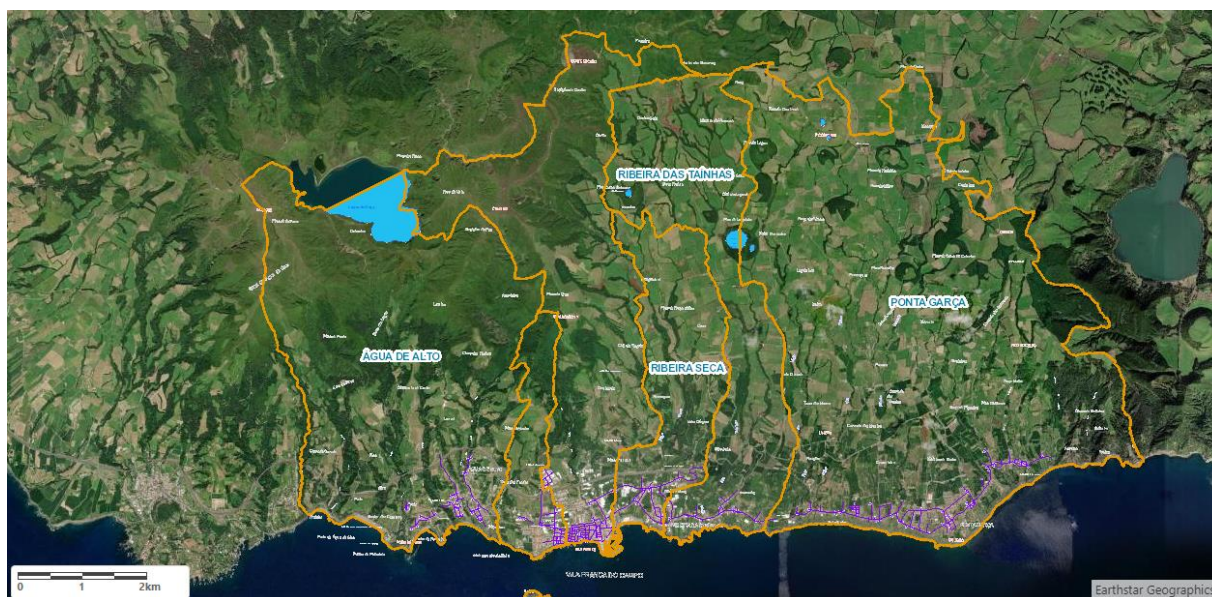


Figura 6.4.2_Sistemas de drenagem de águas residuais do município de Vila Franca do Campo (Fonte: GeoPortal, CM VFC)

Por fim, são identificadas na Tabela 6.4.3 as principais questões-chave relacionadas com este FS.

Tabela 6.4.3_ Questões-chave da situação atual para o FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Questões-chave
<p>O sistema de abastecimento de água que serve o concelho de Vila Franca do Campo é composto por três zonas de abastecimento, designadamente, Sistema de abastecimento de Água d'Alto, Sistema de Abastecimento da Zona Baixa da Vila e Sistema da Zona Alta da Vila e Freguesias da Ribeira Seca, Ribeira das Tainhas e de Ponta Garça.</p> <p>A água fornecida para consumo humano é de origem subterrânea (nascentes), sendo feita a partir de 3 captações: captação do Faludo, captação da Mãe de Água e captação do Galego.</p> <p>O concelho de Vila Franca do Campo possui 11 229 habitantes (censos de 2011) e o volume de água distribuído a todo o concelho é da ordem dos 650 000 a 750 000 m³ por ano. Cada habitante consome em média 140 litros de água por dia.</p>
<p>Sistemas de abastecimento com baixos níveis de eficiência. Elevados índices de água não faturada.</p>
<p>Relativamente aos equipamentos de tratamento de água para consumo humano, em Vila Franca do Campo existe uma estação de pré-tratamento na Vila e instalações de desinfecção por hipoclorito de sódio em sete dos 10 reservatórios existentes.</p> <p>A água abastecida é de qualidade tendo atingido os 99,21% no índice de água segura aferido em 2021 pela ERSARA.</p>
<p>O sistema de saneamento básico existente no município é, na sua generalidade, do tipo separativo, onde a drenagem das águas residuais pluviais e domésticas é feita através de coletores distintos que se desenvolvem paralelamente ao longo dos arruamentos, com exceção da zona alta da Vila, que ainda possui um sistema de drenagem unitário, ou seja, ao mesmo coletor afluem as águas residuais domésticas e pluviais.</p> <p>O sistema de drenagem de águas residuais domésticas divide-se em quatro zonas, atendendo à sua localização, tipo de rede e destino dos efluentes drenados, designadamente:</p> <p>Zona 1: Zona Alta da Vila (tratamento em EPTAR com gradagem, tamisagem e estabilização de lamas);</p> <p>Zona 2: Água d'Alto (tratamento por fossa séptica);</p> <p>Zona 3: Vila, Lugar da Ribeira Seca e Ribeira das Tainhas (tratamento em EPTAR com gradagem, tamisagem e estabilização de lamas);</p> <p>Zona 4: Ponta Garça (tratamento por fossa séptica).</p>
<p>O sistema de drenagem e tratamento é globalmente obsoleto, necessitando de investimento para a sua renovação bem como de se encontrar uma solução para as freguesias de Água d'Alto e Ponta Garça. O sistema de pré-tratamento existente também já não cumpre com as normas comunitárias, sendo necessário a curto/médio prazo encontrar uma solução de tratamento mais eficaz.</p> <p>Ausência de capacidade tecnológica de tratamento secundário ou terciário de águas residuais nos principais aglomerados populacionais do concelho, e consequentemente, ausência de capacidade de reutilização de águas residuais tratadas. Ausência de capacidade de retenção e reutilização de águas pluviais.</p>

Questões-chave

Na ilha de São Miguel tem-se observado a um aumento sucessivo da produção de resíduos. Existe a necessidade de diminuição na produção de resíduos, nomeadamente, resíduos indiferenciados, promovendo-se o aumento na recolha de resíduos seletivos, e assim aumentar as taxas de valorização de resíduos no concelho.

Neste momento já existe no concelho recolha seletiva de embalagens, bem como recolha porta-a-porta de RUB que são encaminhados para o Ecoparque da Ilha de S. Miguel para compostagem. Existe igualmente um centro de recolha destes resíduos.

Atualmente a ilha de São Miguel apenas valoriza 31,8% dos resíduos urbanos, sendo que os restantes 68,2% são encaminhados para eliminação em aterro. Ainda não atingiu a meta de preparação de 50% dos resíduos urbanos para a reutilização e reciclagem estipulada para 2020 (26,7% em 2021), nem a meta de redução dos RUB destinados a aterro para 35% da quantidade total, em peso, dos RUB produzidos em 1995.

As metas estratégicas definidas pelo PEPGRA para 2035 obrigam a uma redução na produção regional de resíduos urbanos em 7% face aos quantitativos de 2019, deposição em aterro de apenas 10% dos resíduos urbanos produzidos, aumento em 60% dos resíduos de embalagens retomados em relação a 2019, recolher seletivamente 25% dos biorresíduos produzidos, e aumentar a taxa de preparação para a reutilização e reciclagem de resíduos urbanos para 65%. O município de Vila Franca do Campo deverá contribuir, dentro do seu âmbito de ação e peso relativo, com políticas e ações de gestão de resíduos compatíveis (em linha) com estes objetivos estratégicos.

A rede viária encontra-se, em geral, em bom estado de conservação e assegura uma ligação eficaz entre os principais aglomerados do concelho e entre estes e os concelhos vizinhos.

Existem alguns problemas de congestionamento nos troços urbanos da ER 3-2, atravessando os aglomerados de Ribeira das Tainhas e Ponta Garça, e em algumas vias municipais, designadamente no interior dos aglomerados populacionais.

Em relação ao transporte público de passageiros, a rede existente na ilha contempla duas rotas que abrangem o concelho (operadas pela Varela e C.ª Lda.): 315 - Ponta Delgada/Vila Franca do Campo e 318 - Ponta Delgada/Povoação.

Nos últimos 20 anos tem-se observado uma tendência de crescimento do parque automóvel existente no concelho, tendo praticamente duplicado o número de veículos ligeiros, motociclos e ciclomoteres existentes em 2003.

Existem dois percursos pedestres que abrangem o concelho, classificados como “pequena rota” (PR):

- PRC02 SMI Praia – Lagoa do Fogo: Rota linear de ida e volta (11 km), desde o Pico até à margem da Lagoa do Fogo;
- PR39 SMI Quatro fábricas da Luz: Rota linear de 2,1 km que atravessa locais de grande importância histórica na industrialização da ilha no final do séc. XIX e início do séc. XX, retratando o início da produção e distribuição de energia elétrica, através de fontes renováveis.

Não se registam alterações significativas no peso que as diversas categorias assumem no solo rústico, exceto no espaço cultural.

O Solo urbano verifica um aumento do peso relativo dos espaços consolidados bem como dos espaços urbanos a consolidar, enquanto se reduz ligeiramente o peso relativo de categorias de indústria, serviços e logística e de espaços verdes, sendo que os equipamentos se mantêm se considerarmos uma parte da área passou a integrar os espaços de uso especial. No entanto, estas conclusões dizem pouco sobre as áreas efetivamente abrangidas por estas categorias já que uma boa parte do solo urbano passou a rústico, designadamente os de expansão.

A rPDM_VFC delimita 3 áreas que, pelo seu reduzido nível de compromisso e ocupação efetiva, e pelo elevado potencial de captação de investimento e novos residentes, foram selecionadas pelo Município como sendo áreas estratégicas de desenvolvimento

6.4.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM A REVISÃO DO PDM VFC

Ao nível dos serviços e infraestruturas ambientais energéticas, e num cenário de ausência de rPDM_VFC, a expansão desordenada das atividades económicas e parque edificado na área de intervenção poderão induzir um aumento do potencial de contaminação e degradação das condições de salubridade em consequência do aumento de presença humana e subsequente aumento de produção de águas residuais ou resíduos, sem uma resposta adequada para a sua gestão e mitigação. Do seu potencial poluidor.

Considera-se que sem a implementação do rPDM_VFC não existiria uma estratégia de beneficiação do sistema de mobilidade local, reordenamento das acessibilidades e gestão do estacionamento, fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e segurança da população.

Em síntese, considera-se que sem a implementação deste plano fica adiada a oportunidade de incorporar e acompanhar novas dinâmicas locais, numa perspetiva de planeamento integrado do território, com espaços dedicados a determinados usos e funções, que permitam salvaguardar outras

bolsas e áreas fundamentais e estruturadas para a conservação e recuperação das estruturas ecológicas e funções ecossistémicas e naturais, que assegurariam uma consolidação e articulação capaz de gerir corretamente os valores e recursos naturais e paisagísticos do município e assim promover uma dinâmica económica, social e ambiental.

6.4.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

Tendo por base os objetivos definidos e o diagnóstico apresentado, verifica-se que a proposta de ordenamento assenta num conjunto de objetivos e intervenções estratégicas associados ao cenário de desenvolvimento assumido para a área de intervenção. Neste contexto, e dada a natureza regulamentar da rPDM_VFC, entendeu-se que para analisar os efeitos das estratégias do Plano, consumadas nos seus objetivos, para fundamentação da sua avaliação devem ser consideradas os objetivos estratégicos e respetivas medidas e ações aplicáveis definidas pois são os elementos que concretizam e traduzem territorialmente essa mesma estratégia e permitem compreender os efeitos que de facto terá o seu cumprimento e concretização.

Assim, a identificação e caracterização desses efeitos está patente na Tabela 6.4.4. Para além da identificação dos efeitos positivos/ oportunidades e efeitos negativos/ameaças, a análise tem ainda em conta a sua natureza (positivo, negativo), a ocorrência (curto, médio e longo prazo), o efeito (secundário, cumulativo e sinérgico) e a duração (temporário ou permanente).

Tabela 6.4.4_ Avaliação estratégica dos efeitos da rPDM_VFC para o FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
1. Afirmar o concelho de Vila Franca do Campo no contexto regional e promover o respetivo desenvolvimento integrado através da distribuição racional das atividades, do reforço e qualificação de infraestruturas e de equipamentos e de uma política de solos que contribua para a resolução das carências habitacionais e de desenvolvimento socioeconómico do concelho	Os projetos de qualificação de infraestruturas e de equipamentos previstos, tais como o projeto 1.4 (parque habitacional municipal), surgem como oportunidade de introdução de ações e boas práticas ambientais e aquisição de equipamentos com maiores índices hídrica, reutilização de águas pluviais ou residuais tratadas para fins menos exigentes, e equipamentos de recolha seletiva ou de valorização in loco de resíduos. Em caso de concretização destas ações, ocorrerão efeitos positivos ao nível da redução do consumo de água da rede pública, promoção da reutilização das águas residuais ou pluviais e valorização de resíduos, contribuindo para a circularidade local e redução dos focos de poluição.	Não identificados.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2,3 / T,P / C-Si	-
2. Criar condições de vida atrativas para a fixação da população através de uma política ativa inclusiva e de baixo carbono, capaz de evidenciar níveis eficientes de metabolismo territorial através da progressiva reorganização territorial e funcional do concelho orientada, em simultâneo, para a melhoria e aprofundamento das vivências locais, a redução dos consumos energéticos associados às deslocações diárias padronizadas e a assunção de atividades económicas assentes em modelos de sustentabilidade social, económica e ambiental	Para além da rede rodoviária já existente, o Programa de Execução e planta de ordenamento sugerem a construção de algumas novas vias propostas, designadamente, as descritas pelos projetos 2.4 “Construção da Rua dos Bombeiros de Vila Franca”, projeto 2.5 “Construção da via de Meio Moio”, e projeto 2.6 “Construção da via leste da Ponta Garça”.	Não identificados.
	Segundo o rPDM_VFC, as vias propostas são estritamente aquelas que são necessárias ao completamento das acessibilidades no solo urbano, à melhoria de alguns atravessamos em zonas de tecido urbano mais denso e à estruturação de algumas áreas menos ocupadas. O traçado das vias propostas têm carácter indicativo devendo ser ajustado no âmbito de	

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	<p>instrumentos de programação ou de projetos de infraestruturas, desde que a nova solução cumpra os objetivos que estão na base da sua demarcação.</p> <p>Considera-se que as vias propostas apresentaram efeitos positivos para a mobilidade e acessibilidade urbana, incutindo-se uma melhor capacidade de gestão de tráfego, e redução dos tempos de viagem, permitindo uma redução dos gases com efeito de estufa e contribuindo para o combate às alterações climáticas.</p> <p>O projeto 2.2 e 2.3 preveem a implementação das UOPG 2 e 3, respetivamente. Estas operações de loteamento constituem uma oportunidade para beneficiação do sistema de abastecimento de água, saneamento básico e gestão de resíduos, bem como a adoção no parque edificado a construir ou reabilitar o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis.</p>	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2,3 / T,P / C-Si	-
3. Valorizar os recursos biofísicos do território e a qualidade ambiental, definindo condicionantes à ocupação e transformação do solo face à probabilidade de ocorrência de fenómenos geofísicos extremos, protegendo e assegurando, nomeadamente, o uso sustentável dos recursos hídricos, bem como garantindo medidas capazes de assegurar a fruição sustentável do património ambiental único do município	<p>O projeto 3.4 de elaboração de um Plano Municipal de Gestão da Água visa a concretização dos seguintes objetivos operacionais e territoriais: i) Regularização de situações pontuais de quebra de abastecimento ou carência de água, principalmente, em aglomerados isolados e dispersos ou em situações de seca; ii) Redução das perdas de água através da melhoria das condições de captação e das redes de distribuição; iii) Recuperação das redes e equipamentos degradados; iv) Manutenção da qualidade de água abastecida para consumo humano e controlo dos respetivos parâmetros analíticos.</p> <p>A concretização deste projeto induzirá efeitos positivos para a qualidade geral do serviço de abastecimento público de água, permitindo a extração e adução de volumes mais reduzidos de água, melhores índices de água segura, e ocorrência de um número inferior de situações de quebra no serviço de abastecimento.</p> <p>O projeto 3.7 que prevê a qualificação do sistema de abastecimento de água e saneamento básico e gestão das infraestruturas pretende o reforço e integração da rede de drenagem e infraestruturas associadas (e.g. estações elevatórias), a beneficiação tecnológica dos equipamentos e estações de tratamento disponíveis com vista ao aumento da sua capacidade de tratamento, implementação de novas estações de tratamento de águas residuais, infraestruturização dos respetivos coletores de drenagem e adoção das melhores tecnologias disponíveis.</p>	Não identificados.

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	Em caso de concretização deste projeto, a área de intervenção melhorará as condições de salubridade e higiene locais, bem como reduzirá os focos de poluição e efeito contaminante sobre os recursos hídricos e restante meio natural, beneficiando os ecossistemas naturais e atratividade turística local e qualidade de vida dos residentes.	
	O projeto 3.8 de sensibilização e promoção ambiental poderá contribuir para o cumprimento de boas práticas ambientais, nomeadamente, ao nível da redução de ocorrência de focos de poluição inerentes às atividades humanas, uso mais sustentável e eficiente dos recursos naturais, promoção da circularidade, alteração de comportamentos ao nível da mobilidade e contributo para a mitigação e adaptação às alterações climáticas.	
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	2,3 / T,P / C-Si	-
4. Apostar no desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, como setores fundamentais de desenvolvimento económico do concelho, estabelecendo medidas específicas para a exploração dos recursos locais, critérios de ocupação e parâmetros de edificabilidade, criando condições para a instalação de novos estabelecimentos e de novas atividades e serviços a ele associados diferenciados no contexto da ilha de São Miguel	O projeto 4.5 prevê a implementação da UOPG 1 – Lombinha. Esta operação de loteamento constitui uma oportunidade para beneficiação do sistema de abastecimento de água, saneamento básico e gestão de resíduos, bem como a adoção no parque edificado a construir ou reabilitar o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis.	Não identificados.
	Ocorrência / Duração / Efeito	
	2,3 / T,P / C-Si	
5. Reforçar o carácter identitário tridimensional do concelho nos vértices Campo-Vila-Mar	Os projetos 5.3 e 5.4 preveem a remodelação de um conjunto de equipamentos municipais. Estes projetos constituem uma oportunidade para introduzir boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. O projeto 5.6 de elaboração de um Manual de Boas Práticas Urbanísticas pode igualmente considerar estes requisitos.	Não identificados.
	Ocorrência / Duração / Efeito	
	2,3 / T-P / C-Si	

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto Prazo; 2 - Médio Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P - Permanente; Efeito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si - Sinérgico. N.A. – Não Aplicável.

Em síntese, a Tabela 6.4.5 apresenta uma análise à evolução dos critérios de avaliação definidos no âmbito do presente FS, tendo em conta a situação de referência, e a sua evolução tendo em consideração a implementação ou não da presente proposta de rPDM_VFC.

Tabela 6.4.5_ Síntese das tendências de evolução do FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Critérios de Avaliação	Tendências de Evolução		
	Situação Atual	Sem a Implementação da revisão do Plano	Com a Implementação da revisão do Plano
Qualificação do solo		⇒	↗ ↘
Serviços e infraestruturas ambientais		⇒	↗
Transportes e Mobilidade		⇒	↗

Legenda:

Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)				
		Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução			⇒	↗	↗ ↘
	Muito negativa Afastamento das orientações do QRE	Negativa Afastamento das orientações do QRE	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação às orientações do QRE	Muito positiva Aproximação às orientações do QRE

Em síntese, e no seguimento da análise à conformidade da proposta de Plano apresentada relativamente à integração e resposta das principais Questões Ambientais e de Sustentabilidade do território identificadas pela AAE, na Tabela 6.4.6 é apresentada a avaliação à internalização dessas questões na concretização das Apostas Estratégicas, Regulamento, modelo territorial e Programa de Execução, na perspetiva do FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”.

Tabela 6.4.6_ Avaliação da articulação do modelo de gestão e estratégia com a integração das Questões Estratégicas ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)

QEAS	Objetivos rPDM_VFC					Observações
	1	2	3	4	5	
QEAS 1						- Reforçar a utilização dos sistemas de informação geográfica pelos serviços municipais.
QEAS 2						- Implementação da UOPG 1 – Lombrinha. - Implementação da UOPG 2 – Piquinhos; - Implementação da UOPG 3 – Ponta Garça;
QEAS 3						- Reforçar a utilização dos sistemas de informação geográfica pelos serviços municipais; - Plano Municipal de Ordenamento Florestal.
QEAS 4						- Plano Municipal de Gestão da Água; - Qualificação do Sistema de Abastecimento e Saneamento;
QEAS 5						- Construção de arruamentos; - Criação de rede municipal de percursos turísticos pedestres

Legenda:

	QEAS assegurada /internalizada no Plano		QEAS não assegurada /internalizada no Plano		Elementos insuficientes para avaliar		Não aplicável / sem relação
--	---	--	---	--	--------------------------------------	--	-----------------------------

–Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)

QEAS 1 - Integrar princípios de prevenção e minimização dos riscos e potenciar a capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas

QEAS 2 – Promover o desenvolvimento socioeconómico e coesão territorial

QEAS 3 – Urbanismo e Qualificação do solo

QEAS 4 – Salvaguarda e valorização dos valores naturais e paisagísticos e da Estrutura Ecológica Urbana enquanto vetores fundamentais na sustentabilidade—do território e promoção da saúde pública e qualidade de vida

QEAS 5 - Fomento da mobilidade sustentável, aquisição de eficiência energética e uso de fontes de energia renovável

6.4.6 RECOMENDAÇÕES

De forma geral considera-se que a proposta de rPDM_VFC responde às principais necessidades identificadas ao nível da “Ordenamento e Qualificação Territorial”.



Não obstante, recomenda-se a ponderação de algumas recomendações (Tabela 6.4.7) resultantes da análise dos elementos preliminares da proposta de revisão, que se considera que poderão potenciar e reforçar o conjunto de potenciais oportunidades identificadas.

Tabela 6.4.7_Recomendações no âmbito do FS “Ordenamento e Qualificação Territorial”

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
No projeto 3.4 de elaboração e implementação de um Plano Municipal de Gestão da Água, sugere-se a revisão do seguinte objetivo operacional: “ii) Redução das perdas de água através da melhoria das condições de monitorização e medição de caudais, bem como das condições de integridade das captações, adutoras e redes de distribuição;”	Melhorar da cobertura e qualidade dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais; Potenciar a eficiência no consumo de água potável e reutilização de águas pluviais ou residuais tratadas para fins menos exigentes;	↗	Efeitos positivos para a qualidade geral do serviço de abastecimento público de água, permitindo a extração e adução de volumes mais reduzidos de água, melhores índices de água segura, e ocorrência de um número inferior de situações de quebra no serviço de abastecimento.
No projeto 3.7 relativo à qualificação do sistema de saneamento básico, a prevista “adoção das melhores tecnologias disponíveis” deverá contemplar a introdução de soluções alternativas à extração e uso de água mineral (potável), como soluções de acondicionamento e reutilização de águas pluviais ou residuais tratadas para fins menos exigentes (p.e. rega, lavagem de espaços, sanitários, etc.).	Melhorar da cobertura e qualidade dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais; Potenciar a eficiência no consumo de água potável e reutilização de águas pluviais ou residuais tratadas para fins menos exigentes;	↗	Efeitos positivos ao nível da aquisição de maiores índices de eficiência hídrica, circularidade, e sustentabilidade dos recursos hídricos disponíveis.
Aproveitar as Operações urbanísticas e de reordenamento territorial previstas no rPDM_VFC como janela de oportunidade para o necessário reforço dos serviços ambientais de gestão de resíduos. Avaliar e remodelar o serviço de recolha definindo novo modelo de separação de resíduos urbanos que respondam às novas exigências legais, nomeadamente, a implementação de recolha seletiva de biorresíduos previstos pela Diretiva (UE) 2018/851, de 30 de maio, do Parlamento Europeu e do Conselho, que implementa a obrigatoriedade de se proceder à recolha seletiva de biorresíduos ou proceder à separação e reciclagem na origem dos biorresíduos até final de 2023, e que em 2030 os aterros não possam aceitar quaisquer resíduos apropriados para reciclagem ou outro tipo de valorização. As frações têxteis e resíduos perigosos serão igualmente alvo de procedimentos de recolha seletiva.	Melhoria da cobertura dos serviços de recolha indiferenciada e seletiva de resíduos e limpeza urbana, proporcionando boas condições de salubridade, incentivando à redução na produção resíduos e potenciando os índices de valorização e reciclagem de resíduos numa perspetiva de economia circular;	↗	Efeitos positivos ao nível da recolha seletiva e valorização de resíduos promovendo a economia circular e redução do potencial contaminante das operações de eliminação de resíduos.

Recomendações	Objetivo(s) do FS	Contributo	Efeitos Positivos/Efeitos Negativos
Estas ações poderão igualmente ser consideradas nas soluções urbanísticas a criar no âmbito das UOPG definidas pela proposta de rPDM_VFC.			

Legenda:

		
Contributo	Potencia os efeitos positivos	Responde aos efeitos negativos

6.5. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E QUALIDADE DE VIDA

6.5.1 INTRODUÇÃO

No âmbito específico da área de intervenção da rPDM_VFC e dos elementos que a constituem, considera-se pertinente analisar de forma diferenciada o contributo dos objetivos e projetos da rPDM_VFC para o Desenvolvimento Socioeconómico e a Qualidade de Vida.

6.5.2 OBJETIVOS E INDICADORES

Os objetivos identificados para cada fator de sustentabilidade relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o QRE da AAE. Neste sentido, no presente FS pretende-se avaliar os efeitos positivos e negativos das propostas/opções do plano sobre:

- a equidade; o equilíbrio demográfico, a inclusão e as desigualdades sociais;
- as atividades económicas, o crescimento sustentável, a competitividade e a coesão territorial;
- a dinâmica socioeconómica da vila, assim como do porto de pesca;
- Valorizar o território e as comunidades, atrair investimento e qualificar a oferta turística

Em suma, a avaliação do fator de sustentabilidade “Desenvolvimento Socioeconómico e a Qualidade de Vida”, tem COMO objetivo:

- Avaliar os efeitos dos Objetivos / Projetos previstas da rPDM_VFC ao nível da qualidade de vida da população, turismo e outras atividades económicas, na área de intervenção do Plano.

Na Tabela 6.6.1 apresentam-se os indicadores selecionados com o intuito de responder aos objetivos de avaliação ambiental e necessidades de monitorização específicas do FS “Desenvolvimento Socioeconómico e a Qualidade de Vida”.

Tabela 6.5.1_Indicadores selecionados para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Qualidade de Vida”

Critérios de Avaliação	Indicadores	Descrição
População: Qual o contributo da rPDM_VFC para a dinamização social económica das freguesias rurais e das suas atividades tradicionais de valor acrescentado?	Evolução da população residente (n.º)	Evolução do número de pessoas que têm residência habitual no município de Vila Franca do Campo.
	Distribuição geográfica dos equipamentos por tipologia (n.º)	Distribuição geográfica do número de equipamentos por tipologia: educação, saúde, sociais, culturais, desportivos,
	Taxa de desemprego (%)	(População desempregada /população ativa) *100
	População empregada (n.º)	população empregada por conta de outrem
Turismo: Qual o contributo da rPDM_VFC para a diversificação e sustentabilidade do setor do turismo, com especial foco para o trinómio rural-urbano-mar?	Alojamento turístico (hotelaria tradicional e alojamento local) por tipologia e capacidade (n.º)	Número de estabelecimentos hoteleiros (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos e pousadas), turismo no espaço rural e alojamento local e capacidade de camas instalada
	Dormidas nos alojamentos turísticos (n.º/ano)	Número de dormidas nos alojamentos turísticos, por ano.
	Estabelecimentos com atividade no setor do turismo (n.º)	Número de estabelecimentos hoteleiros (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos e pousadas), turismo no espaço rural e alojamento local e capacidade de camas instalada.
Outras atividades económicas: Qual é o contributo da rPDM_VFC para a fixação de estruturas empresariais e tecnológicas de caráter inovador?	Empresas por setor de atividade (n.º)	Número de empresas por setor de atividade
	Valor acrescentado bruto por setor de atividade (€)	Riqueza criada pelas empresas dos diferentes setores de atividade expressa em Euros.
	Pessoal ao serviço (n.º/ano)	Número de pessoas ao serviço nos diferentes setores de atividade, no período de referência.
	Áreas vocacionadas para acolhimento empresarial (m2)	Identificação, distribuição e análise das áreas disponíveis vocacionadas para o acolhimento empresarial

6.5.3 SITUAÇÃO ATUAL

Neste capítulo é apresentada uma abordagem sintetizada da situação atual (Tabela 6.5.2) no que respeita ao desenvolvimento socioeconómico do concelho e qualidade de vida, com base na análise dos indicadores previamente definidos e para os quais se apresenta uma síntese da informação que foi possível obter à data do presente documento.

Remete-se uma consulta mais pormenorizada nos elementos da revisão do PDM referentes à caracterização da área de Intervenção (Fase 1 e 2 – Atualização do diagnóstico e pré-proposta) e consulta do Volume V – Caracterização e diagnóstico, Fase 3 – Projeto de revisão do PDM.

Tabela 6.5.2_Síntese dos indicadores selecionados para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Qualidade de Vida”

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
Evolução da população residente (n.º)	Com cerca de 10 mil habitantes, o concelho de Vila Franca do Campo concentra a cerca de 8% da população da ilha de S. Miguel, sendo um dos três concelhos menos populosos da ilha. Com uma densidade populacional de 132 habitantes/km2, situa-se numa posição de transição entre o eixo mais urbanizado Ponta Delgada – Ribeira Grande – Lagoa e a área mais rural da ilha, a nascente, correspondente aos concelhos da Povoação e Nordeste.	2021	INE

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte															
	<p><i>Evolução da população total residente (1991, 2001, 2011, 2021) em Vila Franca do Campo</i></p> <table><tr><th>Ano</th><th>Vila Franca do Campo</th><th>Ilha de São Miguel</th></tr><tr><td>1991</td><td>11050</td><td>125915</td></tr><tr><td>2001</td><td>11150</td><td>131609</td></tr><tr><td>2011</td><td>11229</td><td>126627</td></tr><tr><td>2021</td><td>10323</td><td>122965</td></tr></table> <p>Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE). Censos 1991, 2001, 2011 e 2021</p>	Ano	Vila Franca do Campo	Ilha de São Miguel	1991	11050	125915	2001	11150	131609	2011	11229	126627	2021	10323	122965		
Ano	Vila Franca do Campo	Ilha de São Miguel																
1991	11050	125915																
2001	11150	131609																
2011	11229	126627																
2021	10323	122965																
	<p>Embora alguns equipamentos estejam distribuídos pelas várias freguesias, designadamente os que dão respostas quotidianas à população, a maioria concentra-se na sede de concelho, incluindo os equipamentos que dão resposta a necessidades menos frequentes, incluindo os equipamentos de natureza administrativa. Identificam-se, seguidamente, as tipologias e os equipamentos mais significativos do concelho de Vila Franca do Campo.</p> <p><i>Distribuição dos equipamentos coletivos, no concelho, por tipologia de equipamento</i></p> <p>● Equipamento de educação ● Equipamento de saúde ● Equipamento social ● Equipamento cultural ● Equipamento de segurança pública e proteção civil ● Equipamento administrativos ● Outros equipamentos</p> <p>Equipamento de Ensino</p> <p>O concelho de Vila Franca do Campo dispõe de estabelecimentos de ensino que cobrem os vários ciclos, desde o pré-escolar ao secundário, sendo que apenas uma escola, localizada na sede de concelho, na freguesia de São Miguel, dispõe de oferta ao nível deste último ciclo.</p> <p>A maioria das escolas é recente ou foi recentemente objeto de intervenções de requalificação pelo que o estado geral das instalações é bom. Algumas das estruturas existentes nestas escolas, designadamente na Escola Básica e Secundária Dr. Armando Côrtes-Rodrigues, são usadas pela comunidade local, alargando a oferta de equipamentos disponível no concelho.</p> <p>Existem também estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, com oferta ao nível do Jardim de Infância e Creche (3 estabelecimentos).</p> <p>A Escola Profissional de Vila Franca do Campo, com um polo na vila sede de concelho e outro polo em Ponta Garça, ministra vários Cursos técnicos (nível</p>		Fase 3 – Projeto de revisão do PDM Volume V - Caracterização e diagnóstico															

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
	<p>IV) nas áreas do Comércio, da Gestão e Administração e da Restauração, dispondo ainda de uma oferta ampla de cursos/ações de formação de curta duração dirigidos a ativos e desempregados.</p> <p>Equipamento de Saúde</p> <p>O Centro de Saúde de Vila Franca do Campo localiza-se na sede de concelho, disponibilizando um conjunto de serviços que incluem atendimento permanente e uma Unidade de Internamento de Cuidados Continuados Integrados. A Unidade de Saúde de Ponta Garça integra o mesmo Centro de Saúde. Em Vila Franca do Campo existem também algumas clínicas/consultórios privados.</p> <p>Ao nível hospitalar, a oferta concentra-se em Ponta Delgada, onde se localiza o Hospital do Divino Espírito Santo e outras unidades de saúde, públicas e privadas. Também no vizinho concelho de Lagoa existe um hospital privado, com atendimento permanente, incluindo pediátrico.</p> <p>As farmácias do concelho localizam-se nos aglomerados mais povoados, designadamente na sede do concelho e em Ponta Garça.</p> <p>Equipamentos Sociais</p> <p>A Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo é a principal instituição em termos de equipamentos de apoio à infância, juventude, portadores de deficiência e idosos. Ao nível da creche, a oferta concentra-se no Jardim Infantil “Os Cordeirinhos”, na vila, e no Centro Intergeracional de Ponta Graça (que no futuro deverá vir a integrar outras valências). A Santa Casa dispõe de vários Centros de Atividades de Tempos Livres, em Água de Alto, São Pedro, Vila e Ponta Garça, e de um Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil (CDIJ), a funcionar no edifício do antigo Convento de Santo André, na vila. A Casa do Povo de Vila Franca do Campo também dispõe da valência CDIJ, igualmente instalado na sede de concelho.</p> <p>Também fazem parte das respostas sociais asseguradas pela Santa Casa, o Centro de Atividades Ocupacionais de Vila Franca do Campo, dirigido a jovens e adultos portadores de deficiência ou incapacidade com necessidades especiais.</p> <p>Equipamentos de Cultura</p> <p>O Centro Municipal de Formação e Animação Cultural de Vila Franca do Campo, conhecido como Centro Cultural concentra as principais valências culturais do concelho. Dispõe de duas salas de exposições, um auditório, várias salas de aulas e reuniões, um atelier de artesanato, uma sala de som (miniestúdio) e cinco gabinetes. Trata-se de um espaço de criação e apresentação de atividades culturais, incluindo teatro, dança, música, cinema, pintura, escultura e fotografia, dirigido a toda a comunidade. O espaço acolhe também conferências, seminários, oficinas, reuniões profissionais e outros eventos. Funcionam neste edifício outras valências, designadamente no âmbito da Rede Valorizar (Curso de Aquisição Básica de Competências), da Universidade Sénior e ainda aulas de ioga.</p> <p>No mesmo edifício estão instalados o Arquivo Municipal Histórico e a Biblioteca de Vila Franca do Campo. A Biblioteca constitui um espaço público de leitura de livros e publicações periódicas, onde é possível ter acesso gratuito à internet, desenvolvendo igualmente diversas iniciativas na área da educação, tempos livres e desenvolvimento social, designadamente em articulação com as escolas do concelho. A Biblioteca Municipal dispõe de um outro núcleo em Água de Alto.</p> <p>O Museu Municipal de Vila Franca do Campo é composto por 6 núcleos, localizados em vários espaços do concelho, com temáticas distintas, embora todas elas com uma dimensão etnográfica. Para além dos núcleos do Solar Viscondes do Botelho e da Casa Botelho de Gusmão, integram este equipamento municipal duas antigas tendas de olaria, que datam do século XIX, e que constituem um testemunho e um elemento de preservação, valorização e divulgação da história da olaria, atividade que já foi das mais importantes no concelho: a Olaria Museu do Mestre António Batata e o Forno de Loiça de Manuel Jacinto Carvalho. O Museu Municipal integra também a Central Hidroelétrica de Água d’Alto, primeira central deste género a ser instalada na Ilha e de grande relevância para a produção e distribuição de energia elétrica e para a industrialização da ilha no início do século XX. A Moagem de São José, na Ribeira Seca, movida a energia elétrica, e que funcionou até ao final do século passado, constitui um outro elemento importante do património industrial do concelho.</p>		

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
	<p>Algumas associações do concelho dispõem de instalações próprias onde se desenvolvem iniciativas de âmbito cultural, nas áreas da música, do teatro, da dança, entre outras (ao nível do ensino, prática ou exibição). A maioria localiza-se na sede de concelho, em Ponta Garça e em Água de Alto.</p> <p>Equipamentos Desportivos</p> <p>Existem em Vila Franca do Campo três polidesportivos, em Água d'Alto, Ribeira Seca e Ribeira das Tainhas e três campos de jogos, um em Ponta Garça e dois na vila (o da Mãe de Deus, em São Miguel, e outro na freguesia de São Pedro). O Pavilhão Multiusos Açor Arena, identificado adiante, também acolhe eventos desportivos.</p> <p>Equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil</p> <p>Estão instalados na sede do concelho os Bombeiros Voluntários de Vila Franca do Campo, a Esquadra da Polícia de Segurança Pública e, junto ao porto, o Grupo de Mergulho Forense da Polícia Marítima.</p> <p>Equipamentos Administrativos</p> <p>Os equipamentos administrativos estão, naturalmente, centralizados na sede do concelho. É o caso dos serviços da Câmara Municipal, da Repartição de Finanças, da Conservatória do Registo Civil, Predial, Automóvel e Comercial, do Cartório e do Tribunal da Comarca dos Açores – Núcleo de Vila Franca do Campo. Também os Serviços de Desenvolvimento Agrário de São Miguel contam com um Posto Agrícola em Vila Franca do Campo.</p> <p>As Juntas de Freguesia estão, naturalmente, instaladas nas respetivas sedes de freguesia.</p> <p>Outros equipamentos</p> <p>Existem ainda outros equipamentos de carácter local com os cemitérios e o mercado municipal, localizado na vila.</p> <p>O Pavilhão Multiusos Açor Arena é um equipamento de carácter supralocal, com mais de 5 mil m² de área coberta e capacidade para receber mais de três mil espetadores. Oferece condições para o acolhimento de eventos culturais e desportivos, mas também de natureza empresarial, incluindo feiras e exposições, congressos e seminários.</p>		
Taxa de desemprego (%)	<p>Em termos de taxa de desemprego total verifica-se que, em 2011, esta se situava nos 15,6% no município de Vila Franca do Campo, sendo que para o grupo etário 15-24 anos esta taxa ascendia aos 31,9%. Comparativamente com o observado para a RAA (11,1%) e para a Ilha de São Miguel (13%), a taxa de desemprego total é mais elevada em Vila Franca do Campo. É na freguesia de Ribeira das Tainhas que a taxa de desemprego é mais baixa, fixando-se nos 5,2%.</p> <p><i>Taxa de desemprego por freguesia, 2011 (%)</i></p> <p>Fonte: INE – Censos, 2011</p>		Fase 3 – Projeto de revisão do PDM Volume V - Caracterização e diagnóstico

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte																																				
	<p>Segundo dados do Inquérito ao Emprego do INE no 3.º trimestre de 2020 a taxa de desemprego na RAA era estimada em 6,7%, valor que representou um aumento de 1,8 pontos percentuais (p.p.) em relação ao trimestre anterior, mas um decréscimo face ao trimestre homólogo. No 4.º trimestre de 2020 a taxa de desemprego na RAA sofre um decréscimo de -1,2 p.p. Em Portugal a taxa de desemprego no 3.º trimestre de 2020 foi de 7,8%, valor que aumentou 2,2 p.p. em relação ao trimestre anterior e 1,7 p.p. face ao trimestre homólogo, mas sofre igualmente um decréscimo no 4.º trimestre de 2020 situando-se nos 7,1%.</p> <p><i>Evolução da taxa de desemprego na RAA e em Portugal (%)</i></p> <p>Fonte: INE – Inquérito ao Emprego</p>																																						
População empregada (%) por setor de atividade	<p>Em 2011 a população empregada em Vila Franca do Campo era de 3.829 trabalhadores o que representa cerca de 6,9% do número total de população empregada na Ilha de São Miguel. A maioria está empregada no setor terciário (57,8%), valor que aumenta relativamente a 2001 e que fica abaixo do peso relativo deste setor na Ilha de São Miguel (71,4%) e na RAA (70,9%). De facto, Vila Franca do Campo é o município da Ilha de São Miguel com menor peso relativo de população empregada no setor terciário e maior peso relativo no setor industrial (30,8%).</p> <p>A estrutura do emprego no município de Vila Franca do Campo por atividade económica, em 2019, faz sobressair os setores do “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (29,3%), seguido do setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (18,6%) e da “construção” (16,2%).</p> <p><i>População empregada por setor de atividade, 2011 (%)</i></p> <table> <tr> <th></th><th>Setor Primário</th><th>Setor Secundário</th><th>Setor Terciário</th></tr> <tr> <td>RAA</td><td>8,5</td><td>20,6</td><td>70,9</td></tr> <tr> <td>Ilha de São Miguel</td><td>7,8</td><td>20,7</td><td>71,4</td></tr> <tr> <td>Lagoa</td><td>8,2</td><td>21,0</td><td>70,8</td></tr> <tr> <td>Nordeste</td><td>17,9</td><td>22,0</td><td>60,0</td></tr> <tr> <td>Ponta Delgada</td><td>4,7</td><td>16,5</td><td>78,8</td></tr> <tr> <td>Povoação</td><td>12,6</td><td>24,1</td><td>63,3</td></tr> <tr> <td>Ribeira Grande</td><td>11,6</td><td>26,9</td><td>61,5</td></tr> <tr> <td>V. Franca do Campo</td><td>11,3</td><td>30,8</td><td>57,8</td></tr> </table> <p>Fonte: INE – Censos, 2011</p>		Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário	RAA	8,5	20,6	70,9	Ilha de São Miguel	7,8	20,7	71,4	Lagoa	8,2	21,0	70,8	Nordeste	17,9	22,0	60,0	Ponta Delgada	4,7	16,5	78,8	Povoação	12,6	24,1	63,3	Ribeira Grande	11,6	26,9	61,5	V. Franca do Campo	11,3	30,8	57,8		Fase 3 – Projeto de revisão do PDM Volume V - Caracterização e diagnóstico
	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário																																				
RAA	8,5	20,6	70,9																																				
Ilha de São Miguel	7,8	20,7	71,4																																				
Lagoa	8,2	21,0	70,8																																				
Nordeste	17,9	22,0	60,0																																				
Ponta Delgada	4,7	16,5	78,8																																				
Povoação	12,6	24,1	63,3																																				
Ribeira Grande	11,6	26,9	61,5																																				
V. Franca do Campo	11,3	30,8	57,8																																				
Dormidas e hóspedes nos alojamentos turísticos (n.º/ano)	<p>Dentro do setor terciário o turismo desempenha um papel fundamental na economia da RAA, envolvendo uma série de atividades, desde a hotelaria e restauração, ao comércio, aos operadores turísticos, às empresas de animação turística, aos aeroportos, às companhias aéreas, aos portos, às empresas de transporte, etc. A procura pelos estabelecimentos turísticos da RAA tem vindo a aumentar continuamente na última década, alojando, em 2019, 971.516 hóspedes que contribuíram com 3 milhões de dormidas, o que face ao ano anterior representou um aumento de 17,4%. Cerca de 64% do total dos hóspedes da RAA ficaram alojadas na Ilha de São Miguel (623.909) e contribuíram para um total de 2,07 milhões de dormidas nesta ilha, em 2019, valor que quase triplicou comparativamente com 2009.</p> <p>Dados de 2020 revelam a alteração significativa da dinâmica turística em virtude da situação atual determinada pela pandemia Covid-19. Em função das medidas de confinamento e das restrições à mobilidade dos cidadãos a atividade turística recuou significativamente. No ano de 2020 as dormidas no</p>		Fase 3 – Projeto de revisão do PDM Volume V - Caracterização e diagnóstico																																				

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte																					
	<p>alojamento turístico na Região registaram um decréscimo de -71,3% em comparação com o período homólogo, o que significa menos 2 milhões de dormidas. Na ilha de São Miguel em 2020 o número de hóspedes foi de 177.821 o que face a 2019 significou um decréscimo de -71,5%. O número de dormidas também decresceu, foram menos 1,5 milhões de dormidas comparativamente com 2019.</p> <p>A procura pelos estabelecimentos de alojamento turístico em Vila Franca do Campo também registou uma tendência de crescimento até 2019 alojando cerca de 26 mil hóspedes que contribuíram para o alcance de 63 mil dormidas, o que face a 2014 representou um crescimento de 82%, apesar de entre 2014 e 2017 os valores apresentados não incluírem o alojamento local.</p> <p>Evolução do n.º de hóspedes e de dormidas em Vila Franca do Campo, 2014-2019</p> <table><tr><th>Ano</th><th>Dormidas</th><th>Hóspedes</th></tr><tr><td>2014</td><td>34 993</td><td>7 786</td></tr><tr><td>2015</td><td>35 579</td><td>15 577</td></tr><tr><td>2016</td><td>40 050</td><td>14 550</td></tr><tr><td>2017</td><td>55 310</td><td>22 646</td></tr><tr><td>2018</td><td>64 037</td><td>25 290</td></tr><tr><td>2019</td><td>63 548</td><td>26 109</td></tr></table> <p>Fonte: INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos</p>	Ano	Dormidas	Hóspedes	2014	34 993	7 786	2015	35 579	15 577	2016	40 050	14 550	2017	55 310	22 646	2018	64 037	25 290	2019	63 548	26 109		
Ano	Dormidas	Hóspedes																						
2014	34 993	7 786																						
2015	35 579	15 577																						
2016	40 050	14 550																						
2017	55 310	22 646																						
2018	64 037	25 290																						
2019	63 548	26 109																						
Estabelecimentos com atividade no setor do turismo (n.º)	<p>Em termos de oferta e segundo dados da Direção Regional de Turismo (2021), no contexto da Ilha de São Miguel, o município de Vila Franca do Campo apresenta uma capacidade de alojamento reduzida, quer em número de empreendimentos turísticos, quer em número de camas. O concelho possui 5 empreendimentos turísticos, em funcionamento desde 2014, com uma capacidade total de 332 camas (Nordeste, com apenas 176 camas, é o único concelho da Ilha com menor capacidade). Estes empreendimentos incluem:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Dois hotéis, um em Água d'Alto (4 estrelas, 102 quartos e 199 camas) e outro na sede de concelho (3 estrelas, 49 quartos e 97 camas);▪ Um empreendimento de Turismo de Habitação, localizado na sede de concelho (13 quartos e 26 camas); e▪ Dois empreendimentos de Turismo no Espaço Rural, ambos da tipologia Casas de Campo, localizados na Ribeira das Tainhas (um com 3 quartos e 6 camas outro com 2 quartos e 4 camas). <p>Acompanhando a tendência registada quer na RAA, quer no contexto nacional, ao longos dos últimos anos o alojamento local (AL) registou um aumento expressivo na Ilha de São Miguel e também no concelho de Vila Franca do Campo. Estão atualmente registadas neste concelho perto de uma centena de estabelecimentos de AL, com capacidade para 551 utentes, ultrapassando largamente a oferecida pela hotelaria convencional. A maioria (70 unidades de AL, 70% do total) estão localizadas nas freguesias de Ribeira Seca, São Pedro e São Miguel (correspondem também a 70% da capacidade do concelho nesta categoria). Entre as restantes freguesias destaca-se Água de Alto, com 16 registos (16% das unidades e da capacidade no concelho), sendo a presença de AL nas freguesias de Ponta Garça e Ribeira das Tainhas quase residual.</p> <p>O alojamento local tem uma importância reforçada como complemento do alojamento turístico mais “tradicional” e representa já quase o dobro da capacidade total dos empreendimentos turísticos instalados no concelho. Não obstante, e do mesmo modo que a oferta de estabelecimentos turísticos, o AL disponível em Vila Franca do Campo constitui uma parte pouco relevante da oferta da Ilha (menos de 7% do total de unidades de AL de São Miguel; mais de 60% estão no concelho de Ponta Delgada).</p>		Fase 3 – Projeto de revisão do PDM Volume V - Caracterização e diagnóstico																					
Empresas por setor de atividade (n.º)	<p>Em 2019 o tecido empresarial de Vila Franca do Campo era constituído por 990 empresas não financeiras, o que representava 7% do total de empresas não financeiras da Ilha de São Miguel. Em termos de dimensão a grande maioria (97,7%) são microempresas com menos de 10 trabalhadores.</p> <p>No que respeita à evolução do número de empresas não financeiras no período 2011-2019, no município de Vila Franca do Campo, a tendência foi de decréscimo até 2013 seguida por uma trajetória de crescimento, sendo</p>		Fase 3 – Projeto de revisão do PDM Volume V - Caracterização e diagnóstico																					

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
	<p>que, em 2019 existiam no município mais 2 empresas não financeiras o que reflete uma taxa de variação de +0,2%.</p> <p>Os setores de atividade económica que mais contribuíram para o acréscimo do número de empresas não financeiras em Vila Franca do Campo no período 2011-2019 foram o “alojamento, restauração e similares” que duplicou o número de empresas (+109,8%), as “atividades administrativas e dos serviços de apoio” (+46,7%) e a “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (+34,2%). Pelo contrário, o setor da “construção”, um dos que tem maior peso no município, viu decrescer o número de empresas para menos de metade (-55,1%).</p> <p>A distribuição das empresas não financeiras sediadas no município de Vila Franca do Campo por setor de atividade económica revela um predomínio das empresas ligadas ao setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (30,1%), da “construção” (14,3%), das “atividades administrativas e dos serviços de apoio” (13,3%), e do “comércio por grosso e a retalho” (12,2%). Comparativamente com a Ilha de São Miguel a concentração de empresas do setor da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” é mais elevada (30,1% face a 18,3%) assim como no setor da “construção” (14,3% face a 6%).</p> <p>Principais setores de atividade económica das empresas não financeiras na RAA, Ilha de São Miguel e Vila Franca do Campo 2019 (%)</p> <p>A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; B – Indústrias Extrativas; C – Indústrias Transformadoras; D – Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; E – Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição; F – Construção; G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; H – Transportes e armazenagem; I – Alojamento, restauração e similares; J – Atividades de informação e de comunicação; L – Atividades Imobiliárias; M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio; P – Educação; Q – Atividades de saúde humana e apoio social; R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; S – Outras atividades de serviços</p> <p>Fonte: INE – Sistemas de Contas Integradas das Empresas, PORDATA</p>		
Valor acrescentado bruto por setor de atividade (€)	<p>Em 2019 o setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca representava 17% do valor acrescentado bruto gerado pelas empresas com sede no município de Vila Franca do Campo. O volume de negócios registado pelas empresas do setor foi de 14,5 milhões de euros, cerca de 10% do volume de negócios total das empresas não financeiras do município de Vila Franca do Campo.</p>		Fase 3 – Projeto de revisão do PDM Volume V - Caracterização e diagnóstico
Pessoal ao serviço (n.º/ano)	<p>Em 2019 o tecido empresarial de Vila Franca do Campo era constituído por 990 empresas não financeiras, o que representava 7% do total de empresas não financeiras da Ilha de São Miguel. Em termos de dimensão a grande maioria (97,7%) são microempresas com menos de 10 trabalhadores.</p> <p>No que respeita à evolução do número de empresas não financeiras no período 2011-2019, no município de Vila Franca do Campo, a tendência foi de decréscimo até 2013 seguida por uma trajetória de crescimento, sendo que, em 2019 existiam no município mais 2 empresas não financeiras o que reflete uma taxa de variação de +0,2%.</p> <p>Evolução do número de empresas não financeiras e pessoal ao serviço em Vila Franca do Campo</p> <p>Fonte: INE – Sistemas de Contas Integradas das Empresas, PORDATA</p>		Fase 3 – Projeto de revisão do PDM Volume V - Caracterização e diagnóstico

Indicadores	Situação Atual	Ano	Fonte
	<p>Quanto ao emprego, em 2019, o número de pessoas ao serviço nas empresas não financeiras era de 2.045 trabalhadores, o que significa cerca de 5% do total de emprego na Ilha de São Miguel.</p> <p>No período 2011-2019 a evolução do emprego segue uma trajetória de decréscimo até 2014, contrariada por um crescimento após essa data e até 2019. No global, em 2019 comparativamente com 2011 existem mais 219 pessoas ao serviço (+12%).</p>		
Áreas vocacionadas para acolhimento empresarial (hectares)	<p>Classes dominantes de ocupação do solo (COS.A, 2018):</p> <p>Espaços industriais – 17,36 hectares</p> <p>Áreas portuárias – 5,34 hectares</p>		Planta Situação Existente

Por fim, são identificadas na Tabela 6.5.3 as principais questões-chave relacionadas com este FS.

Tabela 6.5.3_ Questões-chave da situação atual para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Qualidade de Vida”

Questões-chave
<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura etária da população mais jovem do que a nível regional; - Melhoria global dos níveis de qualificação da população nos últimos anos; - Concelho da ilha com menor peso relativo de população empregada no setor terciário e maior peso relativo no setor industrial; - Peso significativo do setor primário (20%) nas freguesias a leste; - Tendência para o crescimento do nº de empresas não financeiras; - Peso do número de empresas do setor primário e da construção no total de empresas maior do que no contexto regional e tendência de crescimento das empresas do setor alojamento, restauração e similares; - Concelho concentra 12% do total de explorações agrícolas da ilha, sendo a área média por exploração inferior à média da ilha; - Reforço da atratividade turística da Região na última década, que tem permitido o desenvolvimento de diversas atividades ligadas ao setor em Vila Franca do Campo; - Tendência de crescimento de procura pelos estabelecimentos de alojamento turístico do concelho também (até início da pandemia de Covid-19); - Concelho apresenta a 3ª taxa líquida de ocupação nos estabelecimentos de alojamento turístico mais elevada na ilha; - Reduzido número de estabelecimentos de alojamento turístico (empreendimentos turísticos) no contexto da Ilha de São Miguel; - Dotação de equipamentos coletivos adequada à dimensão e dinâmica demográfica; - Elevada concentração dos equipamentos coletivos na sede de concelho; - Estadia média dos turistas inferior à média da ilha; - Perda demográfica prolongada, associada à incapacidade do concelho em fixar residentes e a um saldo natural negativo recente; - Taxa bruta de natalidade inferior à registada na ilha; - Exclusiva concentração populacional na orla costeira; - Grandes disparidades nas tendências demográficas entre as várias freguesias, havendo tendência para concentração no setor oeste do concelho; - Tendência para aumento do peso da população acima dos 65 anos no total da população, com maior concentração na freguesia de S. Miguel; - População com nível de escolaridade ligeiramente inferior comparativamente com a região; - Fortes assimetrias nas qualificações da população residente no interior do concelho; - Taxa de emprego e taxa de atividade inferior à média regional (2011) e aumento recente da taxa de desemprego (2020);

6.5.4 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM A REVISÃO DO PDM VFC

Considerando a atual situação na área de intervenção do Plano relativamente desenvolvimento Socioeconómico e qualidade de vida prevê-se que sem a implementação da rPDM_VFC se mantenha a incapacidade de reajustar os objetivos estratégicos de desenvolvimento do concelho, de modo a fazer face à conjuntura económica nacional e regional, criando condições que favoreçam as políticas de investimento associadas ao Açores 2030 e outros instrumentos nacionais.

Na ausência da revisão do PDM VFC prevê-se a manutenção da situação de indefinição ao nível das orientações para o setor do turismo; aumento da sazonalidade da procura turística e recuo da atividade turística em virtude da situação determinada pela pandemia Covid-19.

A ausência de uma política ajustada de desenvolvimento do concelho tenderá para o aumento do peso do setor terciário no emprego em prol da redução do setor secundário.

6.5.5 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE EFEITOS

Tendo por base os objetivos definidos e o diagnóstico apresentado, verifica-se que a proposta de ordenamento e intervenção assenta num conjunto de Objetivos, e Projetos, propostos no âmbito do Programa de Execução associado ao cenário de desenvolvimento assumido para a área de intervenção.

assim, perante estes pressupostos, e dada a natureza regulamentar da rPDM_VFC, entendeu-se realizar uma avaliação aos efeitos das atuais opções territoriais da revisão do Plano, consumada numa análise às oportunidades e ameaças identificadas nos Objetivos (e respetivos Projetos), patente Na Tabela 6.5.4.

Tabela 6.5.4_Avaliação estratégica dos efeitos do rPDM_VFC para o FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Qualidade de Vida”

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Qualidade de Vida”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
1. Afirmar o concelho de Vila Franca do Campo no contexto regional e promover o respetivo desenvolvimento integrado através da distribuição racional das atividades, do reforço e qualificação de infraestruturas e de equipamentos e de uma política de solos que contribua para a resolução das carências habitacionais e de desenvolvimento socioeconómico do concelho	<ul style="list-style-type: none"> Contributo para a criação de uma rede municipal ao nível sociocultural, que promova a cooperação institucional, a criação de programas integrados e a promoção da iniciativa pública (Projeto 1.3) 	Não identificados
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1 e 3; P; S	-
2. Criar condições de vida atrativas para a fixação da população através de uma política ativa inclusiva e de baixo carbono, capaz de evidenciar níveis eficientes de metabolismo territorial através da progressiva reorganização territorial e funcional do concelho orientada, em simultâneo, para a melhoria e aprofundamento das vivências locais, a redução dos consumos energéticos associados às deslocações diárias padronizadas e a assunção de atividades económicas assentes em modelos de sustentabilidade social, económica e ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Todos os projetos contribuem para a coesão e qualificação do território, melhoria da qualidade de vida e criação de condições de vida atrativas para a fixação da população no município de Vila Franca do Campo. Destaca-se o projeto 2.1 com um contributo positivo para a dinamização do setor florestal, em articulação com entidades particulares, constituindo uma oportunidade para o aproveitamento e valorização dos serviços associados a esta tipologia de ecossistemas, bem como a criação de novas oportunidades de negócio; Ao Projetos 2.2, 2.3 assentam na viabilização e estudos preliminares de solução urbanística sendo expectável a qualificação do território, bem como a criação de condições de atração e fixação da população 	Não identificados
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2 e 3; P; S	-
3. Valorizar os recursos biofísicos do território e a qualidade ambiental, definindo condicionantes à ocupação e transformação do solo face à probabilidade de ocorrência de fenómenos geofísicos extremos, protegendo e assegurando, nomeadamente, o uso sustentável dos recursos hídricos, bem como garantindo medidas capazes de assegurar a fruição sustentável do património ambiental único do município	<ul style="list-style-type: none"> Todos os projetos contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população (com especial foco para o projeto 3.7 referente à qualificação dos serviços ambientais); qualificação do território, dinamização de atividades económicas associada ao setor do turismo (3.5 Programa “Praias da Vila”, 3.6 Centro de Interpretação da Reserva Natural do Ilhéu de VFC) e atividades económicas conexas (Projeto 3.1) 	Não identificados
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2 e 3; P; S	-

Avaliação Estratégica de Efeitos Ambientais – FS “ Desenvolvimento Socioeconómico e Qualidade de Vida”		
Objetivos	Natureza	
	Efeitos positivos	Efeitos negativos
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1, 2 e 3; P; C e Si	-
4. Apostar no desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, como setores fundamentais de desenvolvimento económico do concelho, estabelecendo medidas específicas para a exploração dos recursos locais, critérios de ocupação e parâmetros de edificabilidade, criando condições para a instalação de novos estabelecimentos e de novas atividades e serviços a ele associados diferenciados no contexto da ilha de São Miguel	<ul style="list-style-type: none"> ■ Projetos 4.1 a 4.4 contribuem para a dinamização económica do setor do turismo, valorização dos recursos endógenos, reforço da competitividade do território e melhoria da qualidade de vida da população; ■ Destacam-se para os efeitos muito positivos do Projeto 4.4 Programa de incentivo à economia de pequena escala de produção local (nos sectores da agricultura, pesca e comércio) que pretende apoiar a criação de micro e pequenas empresas e a dinamização de empresas já existentes, com um forte contributo para a criação de emprego e atração e fixação de efetivo populacional. 	Não identificados.
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1 e 2; P; C e Si	-
5. Reforçar o carácter identitário tridimensional do concelho nos vértices Campo-Vila-Mar	<ul style="list-style-type: none"> ■ Contributo muito positivo para melhorar a qualidade de vida da população, promover a dinamização das atividades económicas, com especial foco para o turismo, cultura, produtos endógenos e setor primário (Projetos 5.1, 5.2, 5.3; 5.5, 5.6, 5.7 e 5.8); ■ Os Projetos 5.3, 5.5, 5.6, 5.7 e 5.8 contribuem para a coesão territorial, para a atração e fixação de população e melhoria da qualidade de vida e fruição do espaço público. ■ Todos Projetos identificados neste objetivo contribuem efetivamente para reforçar o carácter identitário do concelho através da salvaguarda e divulgação do património do concelho, remodelação do teatro, remodelação do museu municipal, renaturalização da Praia da Vinha d'Areia e qualificação de áreas litorais. 	Não identificados
	Ocorrência / Duração / Efeito	Ocorrência / Duração / Efeito
	1,2 e 3; P; C e Si	-

Legenda: Ocorrência: 1 - Curto Prazo; 2 - Médio Prazo; 3 - Longo prazo; Duração: T -Temporário; P - Permanente; Efeito: C - Cumulativo; S - Secundário; Si - Sinérgico. N.A. – Não Aplicável.

O concelho de Vila Franca do Campo apresenta, no contexto da ilha de São Miguel, o menor peso relativo de população empregada no setor terciário e maior peso relativo no setor industrial. Verificou-se que o Programa de Execução (PE) e a Planta de Ordenamento identificam as áreas e a definição de estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento das atividades industriais dando cumprimento ao DLR nº 5/2012/A de 17 de janeiro, alterado e republicado pelo DLR n.º 25/2021/A de 12 de agosto, que estabelece as normas para o exercício da atividade industrial na Região Autónoma dos Açores.

Assim sendo, o PE define que as atividades económicas que integrem o conceito de atividade de produtiva local, nos termos da legislação específica, são consideradas complementares aos usos dominantes do solo urbano. E a instalação das atividades industriais de tipo 3 não incluídas anteriormente, é admitida em solo urbano desde que sejam consideradas compatíveis com o uso habitacional nos termos da legislação aplicável. O PE também salvaguarda a ampliação das construções afetas a armazenagem e indústria localizadas fora dos espaços polivalentes industriais, de serviços e logística, onde só é admitida para possibilitar a continuação da laboração e desde que não aumente a perturbação no ambiente urbano, designadamente poluição aérea e ou sonora, cheiros, estacionamento, circulação, cargas e descargas. Nas operações de reconversão urbanística de solos

ocupados por atividades industriais e/ou de armazenagem, admite-se uma majoração em 30% da área de construção máxima permitida de acordo com as especificidades identificadas no PE.

Tabela 6.5.5_ Síntese das tendências de evolução do FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Qualidade de Vida”

Critérios de Avaliação	Tendências de Evolução		
	Situação Atual	Sem a Implementação da revisão do Plano	Com a Implementação da revisão do Plano
População			
Turismo			
Outras atividades económicas			

Legenda:

Situação Atual	Distância à situação desejável (orientações QRE)	<div><div></div><div></div><div></div><div></div></div>	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo
Tendências de Evolução	<div><div></div><div></div></div> <div>Muito negativa Afastamento das orientações do QRE</div>	<div><div></div></div> <div>Negativa Afastamento das orientações do QRE</div>	<div><div></div></div> <div>Sem alteração significativa</div>	<div><div></div></div> <div>Positiva Aproximação às orientações do QRE</div>	<div><div></div><div></div></div> <div>Muito positiva Aproximação às orientações do QRE</div>	

Em síntese, e no seguimento da análise à conformidade da proposta de Plano apresentada relativamente à integração e resposta das principais Questões Ambientais e de Sustentabilidade do território identificadas pela AAE, na Tabela 6.5.6 é apresentada a avaliação à internalização dessas questões na concretização das Apostas Estratégicas, Regulamento, modelo territorial e Programa de Execução, na perspetiva do FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Qualidade de Vida”.

Tabela 6.5.6_ Avaliação da articulação do modelo de gestão e estratégia com a integração das Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)

QEAS	Objetivos rPDM_VFC					Observações
	1	2	3	4	5	
QEAS 1						--
QEAS 2						--
QEAS 3						--
QEAS 4						--
QEAS 5						--

Legenda:

	QEAS assegurada /internalizada no Plano	QEAS não assegurada /internalizada no Plano	Elementos insuficientes para avaliar	Não aplicável / sem relação
--	---	---	--------------------------------------	-----------------------------

Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)

QEAS 1 - Integrar princípios de prevenção e minimização dos riscos e potenciar a capacidade de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas

QEAS 2 – Promover o desenvolvimento socioeconómico e coesão territorial

QEAS 3 – Urbanismo e Qualificação do solo

AAE rPDM_VFC

QEAS 4 – Salvaguarda e valorização dos valores naturais e paisagísticos e da Estrutura Ecológica Urbana enquanto vetores fundamentais na sustentabilidade do território e promoção da saúde pública e qualidade de vida

QEAS 5 - Fomento da mobilidade sustentável, aquisição de eficiência energética e uso de fontes de energia renovável

6.5.6 RECOMENDAÇÕES

Verifica-se que alguns dos projetos propostos assentam na transposição e otimização ao nível local das políticas de nível setorial regionais. Destaca-se assim, a criação de mais emprego, através da promoção de políticas urbanísticas, da qualidade de vida e do ambiente, da valorização dos recursos endógenos, da sustentabilidade, do reforço da atratividade de novos residentes.

Os projetos propostos permitem tornar o município economicamente mais competitivo no contexto de ilha, com apostas claras na qualificação urbana e reabilitação, bem como na salvaguarda das suas atividades tradicionais de valor acrescentado, nomeadamente no setor primário.

O município de Vila Franca do Campo possui também circunstâncias endógenas únicas, que se encontram valorizadas nesta proposta de revisão do PDM, nomeadamente a sua unicidade e caráter identitário tridimensional “Campo-Vila-Mar, sendo que esta estratégia de desenvolvimento promove o desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, como setores dinamizadores da atividade económica do município, estabelecendo projetos específicos para a valorização dos recursos locais.

Neste sentido, não se identificam recomendações no âmbito do FS “Desenvolvimento Socioeconómico e Qualidade de Vida”

6.6. FATORES TRANSVERSAIS DE SUSTENTABILIDADE

Para além dos fatores de sustentabilidade acima referidos, considerou-se pertinente abordar a Governança e os Serviços Ambientais dos Ecossistemas como Fatores de Sustentabilidade Transversais, dada a sua importância e caráter fundamental à sustentabilidade de um território, cuja análise será apresentada na próxima fase de elaboração do RA, por ser necessário a devida análise dos elementos e conteúdos que irão constituir a estrutura e estratégia do Plano e por serem resultado da análise conjunta e contributo conjunto de outros Fatores de Sustentabilidade propostos.

De facto, atualmente assume-se como incontornável uma abordagem aos serviços ambientais associados aos ecossistemas em presença, dada a sua importância e caráter fundamental à sustentabilidade do território.

6.6.1 GOVERNANÇA PARA A AÇÃO

A análise ao FTS Governança e Governação no âmbito da rPDM_VFC pretende identificar e articular os interesses, recursos e ações da responsabilidade de cada instituição interveniente na AAE e em todo o processo de implementação do Plano, constituindo um elemento promotor da sua eficiência e monitorização. Para além disso, e de acordo com os princípios da Comissão Europeia relativa à “Governança Europeia – Um Livro Branco” [COM (2001) 428 final – Jornal Oficial C 287 de 12.10.2001], a governança permite aproximar os cidadãos das instituições, salientando-se os cinco princípios cumulativos que estão na base de uma boa governança:

- Abertura: transparência e comunicação das decisões;
- Participação: envolvimento dos cidadãos na elaboração e aplicação das políticas;
- Responsabilização: clarificação do papel de cada interveniente no processo de decisão e a consequente aplicação das suas atribuições;

- Eficácia: decisões tomadas no momento e a um nível adequado;
- Coerência: articulação entre as diversas políticas praticadas.

É neste contexto que a presente análise pretende:

- Por um lado, avaliar de que forma a proposta de rPDM_VFC disponibiliza a informação à população relativamente às opções de ordenamento e regulamento da rPDM_VFC e de que forma promove ações de sensibilização, divulgação e discussão das variadas problemáticas e soluções para o território em estudo (que será desenvolvida na versão após consulta às ERAE);
- Por outro, propor um quadro de governança, identificando as entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades específicas, São suscetíveis de interessar os efeitos resultantes da aplicação da rPDM_VFC e/ou têm participação direta ou indireta na operacionalização, monitorização das opções estratégicas previstas no Plano. Como resultado de todo o processo de análise que antecedeu o presente RA, identifica-se na Tabela 6.6.1 o Quadro de Governança.

Tabela 6.6.1_Quadro de Governança para a Ação no âmbito da rPDM_VFC

Entidades	Ações no âmbito da governança e governação
Câmara Municipal de Vila Franca do Campo (CM VFC)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementar a revisão do PDM Vila Franca do Campo; ▪ Desenvolver e contribuir para a fase de monitorização do Plano e da AAE; ▪ Cumprir OU Fazer cumprir as medidas presentes na Declaração Ambiental da AAE da rPDM_VFC; ▪ Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local (DRCPL)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhar e apoiar as opções de desenvolvimento do território; ▪ Apoiar e acompanhar o processo de elaboração do Plano; ▪ Acompanhar a fase de monitorização do plano.
Direção Regional do Ambiente e Ação Climática (DRAAC)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter atualizados os diagnósticos, objetivos e metas ambientais, riscos naturais e dos recursos hídricos a diferentes prazos; ▪ Acompanhar a e contribuir para a fase de monitorização do Plano e da AAE; ▪ Desenvolver e acompanhar a execução das políticas de ambiente; ▪ Prevenir e controlar da poluição; ▪ Prevenir os riscos associados a acidentes industriais graves; ▪ Elaborar e adotar quadros de referência para a gestão dos riscos tecnológicos nos instrumentos de gestão territorial; ▪ Desenvolver e acompanhar a execução das políticas de educação ambiental; ▪ Gestão sustentável das espécies e habitats; ▪ Proteger e valorizar as zonas protegidas;
Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento do Território (DRRFOT)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter atualizados os diagnósticos, objetivos e metas ao nível do ordenamento do território a diferentes prazos; ▪ Acompanhar e contribuir para a fase de monitorização do Plano e da AAE.
Direção Regional do Turismo (DRTu)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter atualizados os diagnósticos, diretrizes, objetivos e metas ao nível turismo a diferentes prazos; ▪ Acompanhar e contribuir para a fase de monitorização do Plano.
Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão, salvaguarda, conservação e valorização dos bens que integrem o património cultural; ▪ Acompanhar a execução do Plano; ▪ Apoiar na monitorização do sistema de indicadores de monitorização e controlo relacionados com o Plano e com a AAE.
Direção Regional das Políticas Marítimas (DRPM)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter atualizados os diagnósticos, diretrizes, objetivos e metas ao nível dos assuntos do mar a diferentes prazos; ▪ Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Organizações Não Governamentais (ONG)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a informação, cooperação e participação cívica; ▪ Incentivar o debate e a análise crítica das intervenções a implementar; ▪ Apoiar as atividades de proteção dos valores naturais na área de intervenção; ▪ Fomentar o intercâmbio de informações e experiências com as entidades públicas e privadas; ▪ Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Público em geral	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adotar práticas quotidianas de proteção e valorização ambiental; ▪ Contribuir para o alcance das metas estabelecidas; ▪ Participar ativamente nos processos Consulta Pública, de modo a fundamentar as decisões tomadas.

A Tabela 6.6.2 apresenta a matriz com a definição das responsabilidades específicas de cada entidade na implementação, acompanhamento e monitorização das recomendações de cada FS da AAE.

Tabela 6.6.2_ Quadro de Governança para a Ação no âmbito da rPDM_VFC, por recomendação

Recomendações	Entidade Envolvida	Etapa de implementação da recomendação	Indicadores de monitorização da implementação da recomendação
Vulnerabilidades e Riscos			
Rec 1.1: Atualizar e operacionalizar a EMAAC, através do PMAC (Plano Municipal de Ação-Climática), instrumento previsto da Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro - Lei de Bases do Clima, no sentido de desenvolver um modelo de atuação municipal cientificamente consolidado (assente na informação/conhecimento mais recente disponível) e institucionalmente estruturado.	CMVFC	Complementar à rPDM_VFC (durante a sua implementação)	Ind_Rec_1.1: Elaboração do PMAC (Sim/Não)
Rec 1.2: Incluir nos processos de licenciamento, e sempre que considerado pertinente, a necessidade de análise de vulnerabilidades aos riscos naturais, tecnológicos e/ou mistos.	CMVFC DRAAC	Complementar à rPDM_VFC (durante a sua implementação)	Ind_Rec_1.2: Inclusão nos processos de licenciamento da necessidade de análise de vulnerabilidades aos riscos naturais, tecnológicos e/ou mistos (Sim/Não)
Rec 1.3: Incentivar através da aprovação de projetos com licenciamento camarário, à adoção de medidas de reforço da resiliência local a fenómenos climáticos extremos.	CMVFC	Complementar à rPDM_VFC (durante a sua implementação)	Ind_Rec_1.3: Projetos com licenciamento camarário, aprovados que incluíam medidas de reforço da resiliência local a fenómenos climáticos extremos. (n.º)
Rec 1.4: Assegurar uma articulação eficaz entre diferentes ferramentas e instrumentos, nomeadamente de planeamento estratégico, existentes e previstos, no âmbito da Mitigação e adaptação às alterações climáticas.	CMVFC DRAAC	Complementar à rPDM_VFC (durante a sua implementação)	Ind_Rec_1.4: Relatório de acompanhamento da articulação entre diferentes ferramentas e instrumentos no âmbito da mitigação e adaptação às alterações climáticas, que incidam / incluam o concelho de vila Franca do Campo, (Sim/Não)
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais			
Rec 2.1: As ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, consequentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer assegurar, em sede dos respetivos cadernos de encargos, a opção por soluções baseadas na natureza, a salvaguarda dos ecossistemas e habitats presentes, a minimização da perturbação e fragmentação de habitats, e a opção, quando aplicável, por utilização de espécies de flora endémicas ou nativas.	CMVFC	Complementar à rPDM_VFC (durante a sua implementação)	Ind_Rec_2.1: Inclusão em sede dos cadernos de encargos, das ações previstas pela revisão do PDM, da opção por soluções baseadas na natureza, da salvaguarda dos ecossistemas e habitats presentes, a minimização da perturbação e fragmentação de habitats, e da opção, quando aplicável, por utilização de espécies de flora endémicas ou nativas.
Rec 2.2: Nas ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, implementando soluções baseadas na natureza como protótipos de adaptação ao clima e melhoria do bem-estar, recomenda-se que: - Se adotem medidas sustentáveis de adaptação baseadas em ecossistemas e aumentar a capacidade de aplicar esse conhecimento na prática por meio de oficinas de divulgação e demonstração; - Se promova a governação das autoridades regionais, diretores e gestores de edifícios e do setor da construção para integrar soluções baseadas na	CMVFC	Complementar à rPDM_VFC (durante a sua implementação)	Ind_Rec_2.2: Desenvolvimento de oficinas de divulgação e demonstração relativas a soluções de construção baseadas na natureza, e de ações de promoção para sensibilização da construção com integração de soluções baseadas na natureza como parte das medidas para promover a adaptação sustentável nos edifícios

Recomendações	Entidade Envolvida	Etapa de implementação da recomendação	Indicadores de monitorização da implementação da recomendação
natureza como parte das medidas para promover a adaptação sustentável nos edifícios.			
Rec 2.3: Monitorizar a potencial fragmentação ou destruição de habitats em locais ambientalmente sensíveis, afetados quer pela realização de obras de requalificação ou construção com impacte significativo nos ecossistemas. Essa monitorização poderá ser assegurada, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções.	CMVFC	Complementar à rPDM_VFC (durante a sua implementação)	Ind_Rec_2.3: Inclusão em sede dos cadernos de encargos, das ações previstas pela revisão do PDM, da obrigatoriedade da monitorização relativa à fragmentação ou destruição de habitats em locais ambientalmente sensíveis, afetados quer pela realização de obras de requalificação ou construção com impacte significativo nos ecossistemas.
Rec 2.4: Continuidade de projetos / intervenções de eliminação gradual de espécies invasoras/infestantes presentes, evitando e contendo a sua proliferação, substituindo-as por espécies endémicas ou nativas no contexto biogeográfico, sempre que essas zonas forem alvo de intervenção do município.	CMVFC	Complementar à rPDM_VFC (durante a sua implementação)	Ind_Rec_2.4a: Implementação de procedimentos formais, pelo município, de substituição gradual de áreas ocupadas por espécies de flora com carácter invasor, por espécies endémicas ou nativas; Ind_Rec_2.4b: Áreas intervencionadas reabilitadas ao nível da flora endémica e/ou nativa (ha)
Recursos Naturais			
Rec 3.1: No projeto 3.4 de elaboração e implementação de um Plano Municipal de Gestão da Água, sugere-se a introdução dos seguintes objetivos operacionais: v) Implementação dos perímetros de proteção às captações e licenciamento de captações; vi) Elaboração de um Plano Municipal de Contingência para Situações de Seca e Escassez Hídrica." (a elaborar e implementar após aprovação do Plano Regional)	CMVFC	Elaboração da rPDM_VFC	Ind_Rec_3.1: Inclusão no projeto 3.4 do Programa de Execução dos seguintes objetivos operacionais: v) Implementação dos perímetros de proteção às captações e licenciamento de captações; vi) Elaboração de um Plano Municipal de Contingência para Situações de Seca e Escassez Hídrica." (a elaborar e implementar após aprovação do Plano Regional)
Rec 3.2: O projeto 5.8 de conclusão e qualificação da Marina de Vila Franca do Campo deve ser acompanhado pela implementação de medidas que reforcem as condições de salubridade e saneamento básico, reforço dos equipamentos de deposição de resíduos, uso eficiente de água, e sinalética de sensibilização para o respeito pelas boas práticas ambientais. soluções urbanísticas das UOPG, etC) A ocorrer na área de intervenção, durante a fase de implementação do rPDM_VFC. Ponderar a inclusão desta recomendação em sede de Regulamento ou do Programa de Execução.	CMVFC	Elaboração da rPDM_VFC / Implementação	Ind_Rec_3.2: Inclusão em sede do Regulamento ou Programa de Execução da implementação de medidas que reforcem as condições de salubridade e saneamento básico, reforço dos equipamentos de deposição de resíduos, uso eficiente de água, e sinalética de sensibilização para o respeito pelas boas práticas ambientais. soluções urbanísticas das UOPG, no âmbito do projeto 5.8
Rec 3.3: Estabelecimento de critérios de sustentabilidade ambiental e energética, ou uso de técnicas de construção sustentável e de conforto bioclimático, no processo de seleção e adjudicação de projetos e empreitadas de requalificação de edificado (p.e. equipamentos coletivos, habitação social,	CMVFC	Implementação da rPDM_VFC	Ind_Rec_3.3: Inclusão, em sede dos Cadernos de Encargos de projetos e empreitadas de requalificação de edificado (p.e. equipamentos coletivos, habitação social), de critérios de sustentabilidade ambiental e energética, ou uso de técnicas de construção sustentável e de conforto bioclimático

Recomendações	Entidade Envolvida	Etapa de implementação da recomendação	Indicadores de monitorização da implementação da recomendação
Rec 3.4: Considerar a importância dos espaços naturais na resiliência do próprio modelo e sistema territorial, assegurando as respetivas funções e serviços de ecossistemas, em particular de regulação e suporte. Um exemplo é considerar a floresta de proteção nos espaços naturais.	CMVFC	Elaboração da rPDM_VFC	Ind_Rec_3.4: Integrar os espaços associados à floresta de proteção nos espaços naturais, em sede de regulamento.
Ordenamento e Qualificação Territorial			
Rec 4.1: No projeto 3.4 de elaboração e implementação de um Plano Municipal de Gestão da Água, sugere-se a revisão do seguinte objetivo operacional: “ii) Redução das perdas de água através da melhoria das condições de monitorização e medição de caudais, bem como das condições de integridade das captações, adutoras e redes de distribuição;”	CMVFC	Elaboração da rPDM_VFC	Ind_Rec_4.1: Revisão do objetivo operacional do projeto 3.4. para “ii) Redução das perdas de água através da melhoria das condições de monitorização e medição de caudais, bem como das condições de integridade das captações, adutoras e redes de distribuição;”
Rec 4.2: No projeto 3.7 relativo à qualificação do sistema de saneamento básico, a prevista “adoção das melhores tecnologias disponíveis” deverá contemplar a introdução de soluções alternativas à extração e uso de água mineral (potável), como soluções de acondicionamento e reutilização de águas pluviais ou residuais tratadas para fins menos exigentes (p.e. rega, lavagem de espaços, sanitários, etc.).	CMVFC	Elaboração da rPDM_VFC	Ind_Rec_4.2: No projeto 3.7. a prevista “adoção das melhores tecnologias disponíveis” deverá contemplar a introdução de soluções alternativas à extração e uso de água mineral (potável), como soluções de acondicionamento e reutilização de águas pluviais ou residuais tratadas para fins menos exigentes (p.e. rega, lavagem de espaços, sanitários, etc.).
Rec 4.3: Aproveitar as operações urbanísticas e de reordenamento territorial previstas no rPDM_VFC como janela de oportunidade para o necessário reforço dos serviços ambientais de gestão de resíduos. Avaliar e remodelar o serviço de recolha seletiva definindo novo modelo de separação de resíduos urbanos que respondam às novas exigências legais, nomeadamente, a implementação de recolha seletiva de biorresíduos previstos pela Diretiva (UE) 2018/851, de 30 de maio, do Parlamento Europeu e do Conselho, que implementa a obrigatoriedade de se proceder à recolha seletiva de biorresíduos ou proceder à separação e reciclagem na origem dos biorresíduos até final de 2023, e que em 2030 os aterros não possam aceitar quaisquer resíduos apropriados para reciclagem ou outro tipo de valorização. As frações têxteis e resíduos perigosos serão igualmente alvo de procedimentos de recolha seletiva. Estas ações poderão igualmente ser consideradas nas soluções urbanísticas a criar no âmbito das UOPG definidas pela proposta de rPDM_VFC.	CMVFC	Complementar à implementação da rPDM_VFC	Ind_Rec_4.3: Aproveitar as operações urbanísticas e de reordenamento territorial previstas no rPDM_VFC como janela de oportunidade para o necessário reforço dos serviços ambientais de gestão de resíduos. Avaliar e remodelar o serviço de recolha seletiva definindo novo modelo de separação de resíduos urbanos que respondam às novas exigências legais, nomeadamente, a implementação de recolha seletiva de biorresíduos.
Desenvolvimento Socioeconómico e Qualidade de Vida			
Não foram identificadas recomendações			

6.6.2 SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS

A Estratégia de Biodiversidade da EU 2030 coloca a Europa na via da recuperação ecológica, reforçando assim a importância de termos uma natureza vigorosa aliada na luta contra as alterações climáticas e os surtos de doenças. A Natureza e a biodiversidade passam assim a estar no centro da estratégia de crescimento europeia.

A biodiversidade é essencial para a vida na terra e a natureza proporciona-nos alimentos, saúde e medicamentos, materiais, atividades recreativas e bem-estar. Um ecossistema saudável filtra o ar e a água, contribui para manter o equilíbrio do clima, converte os resíduos em recursos, poliniza e fertiliza as culturas e muito mais.

A natureza também contribui para a criação de riqueza e valor acrescentado nas empresas, pois metade do Produto Interno Bruto (PIB) do mundo, 40 biliões de euros, depende da natureza. Contudo, verifica-se que as atividades económicas não sustentáveis contribuem para a degradação e perda de biodiversidade. Cumulativamente, a população mundial de espécies selvagens diminuiu 60% nos últimos 40 anos e um milhão de espécies estão em risco de extinção.

Por sua vez, a perda de biodiversidade e a crise climática são indissociáveis e interdependentes, contribuindo para o agravamento uma da outra.

Neste sentido, a recuperação das florestas, dos solos e das zonas húmidas são essenciais para alcançar a atenuação das alterações climáticas necessária até 2030, dinamizar a economia associada a atividades sustentáveis e sobretudo identificar e valorizar a biodiversidade e os ecossistemas.

Assim, a metodologia Mapping and Assessment of Ecosystems and their Services (MAES) permite identificar os serviços associados aos ecossistemas presentes, bem como analisar o seu estado de conservação e sustentar a tomada de decisão na escolha das ações de valorização desta biodiversidade que tem retorno económico e valor para a preservação da saúde da humanidade (Figura 6.6.5).

O mapeamento e avaliação dos serviços de ecossistemas presente no território são uma ferramenta importante para promover a paisagem como referencial de uma nova economia e desenvolvimento dos territórios rurais, que promova um modelo de ocupação agrícola e florestal multifuncional, biodiverso e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços e bens a partir dos ecossistemas.

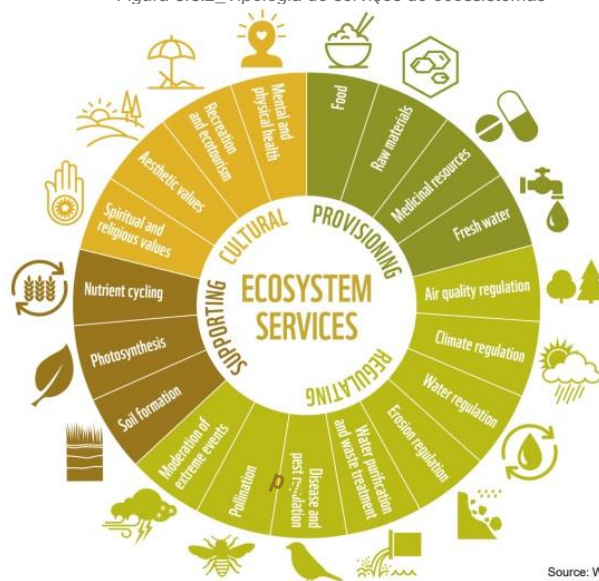
Figura 6.6.1_ Estrutura conceptual dos serviços de ecossistemas



A opção metodológica adotada para a inventariação, classificação e avaliação dos Serviços de Ecossistemas da área de estudo consiste na adaptação da Mapping and Assessment of Ecosystems and their Services (MAES).

Desta forma, no presente estudo, a inventariação, classificação e avaliação dos Serviços de Ecossistemas é efetuada ao nível da secção, que os divide em três categorias — serviços de Regulação e Manutenção, Provisão e Culturais (Figura 6.6.6).

Figura 6.6.2_Tipologia de serviços de ecossistemas



Source: WWF, 2016

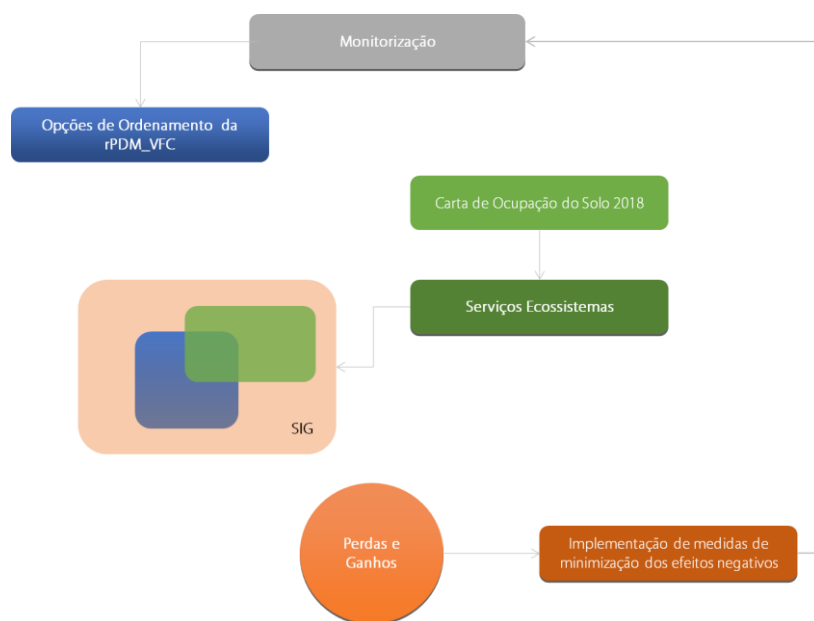
Os principais objetivos de uma abordagem de gestão do ecossistema são:

- Manter a integridade dos ecossistemas naturais;
- Sustentar a biodiversidade que ultrapassa a escala municipal e contribui para uma escala de ilha;
- Incorporar os valores das comunidades populacionais na conceção e implementação de uma estratégia de sustentabilidade e ordenamento do território.

Neste sentido, a presente análise assenta em dois passos (Figura 6.6.7):

1. Identificação, descrição e qualificação dos serviços de ecossistemas presentes no território, com base nas classes de uso do solo e no método das matrizes/SIG;
2. Avaliação das alterações na distribuição e disponibilidade dos serviços de ecossistemas de acordo com o modelo territorial da rPDM_VFC.

Figura 6.6.3_Modelo conceitual para análise dos ganhos e perdas dos serviços de ecossistemas



Identificação, descrição e qualificação dos serviços de ecossistemas presentes no território

Os habitats, com especial foco para a rede Natura 2000, para além de preservar a biodiversidade, oferecem uma diversidade de outros benefícios importantes para a sociedade e a economia, através do fluxo de serviços ecossistémicos. Por exemplo, os ecossistemas de água doce saudáveis fornecem água limpa e ajudam a remover poluentes do território envolvente. Outro exemplo é a preservação das paisagens e valores recreativos, que contribuem para apoiar o turismo e as atividades de lazer, ao oferecer espaços vitais atrativos, proporcionam amplas oportunidades para as atividades económicas baseadas neste valioso património natural.

Estudos científicos⁵ comprovam que ecossistemas saudáveis e funcionais, sustentados dentro de zonas protegidas, podem incrementar não só a diversidade de serviços ecossistémicos, mas também a resiliência dos ecossistemas para resistirem e se adaptarem a catástrofes e perturbações naturais (por exemplo, alterações climáticas).

No entanto, para que a Rede Natura 2000 possa realizar plenamente o seu potencial económico e de biodiversidade, é essencial envidar todos os esforços no sentido de restabelecer condições mais favoráveis, que promovam a conservação positiva para salvaguardar a biodiversidade para as gerações futuras e maximizar os benefícios socioeconómicos que fluem de ecossistemas saudáveis e funcionais.

Por exemplo, os sítios Natura 2000 protegem ecossistemas (florestas, zonas húmidas, turfeiras, prados, zonas marinhas e costeiras, etc.) que são importantes «armazéns» de carbono e que oferecem oportunidades consideráveis para sequestrar mais carbono.

No concelho de Vila Franca do Campo, apenas a Lagoa do Fogo, classificada como ZEC, e que abrange parcialmente o território municipal, está integrada na Rede Natura. A Conservação de habitats e ecossistemas encontra-se num estado favorável, nomeadamente o habitats prioritários: 4050 — Charneca macaronésica endémica* (habitat prioritário); 7120 — Turfeiras altas degradadas ainda suscetíveis de regeneração natural; 7130 — Turfeiras de coberturas (* turfeiras ativas) (habitat prioritário).

A Reserva Natural da Lagoa do Fogo ocupa uma posição central na ilha de São Miguel, com uma área de 506,82 hectares, correspondente à caldeira de colapso do Vulcão do Fogo, também conhecido como Maciço Vulcânico da Serra de Água de Pau.

O Vulcão do Fogo é um vulcão central de natureza traquítica, formado ao longo dos últimos 300 mil anos e com uma caldeira de colapso no topo. A Caldeira do Vulcão do Fogo – a mais pequena e mais jovem caldeira da ilha, formada há cerca de 15 mil anos – tem uma forma irregular com um diâmetro médio de 2,8 quilómetros e está parcialmente ocupada pela Lagoa do Fogo.

No interior da caldeira existem cerca de 40 linhas de água, das quais 18 desaguam diretamente na lagoa. A água da lagoa alimenta algumas nascentes localizadas nas suas vertentes, sendo importante para o abastecimento de água dos concelhos de Vila Franca do Campo, Lagoa, Ribeira Grande e Ponta Delgada. A purificação e o abastecimento de água são importantes serviços prestados pelos ecossistemas naturais que integram esta reserva natural.

Os habitats preservados nesta área de Rede Natura 2000 são um importante motor da economia do concelho de Vila Franca do Campo, ao atrair turistas. Os benefícios gerados pelos visitantes interessados na Natura 2000 e áreas protegidas sustentam postos de trabalho a tempo inteiro no setor do turismo. As zonas protegidas também podem ainda proporcionar outras vantagens para a economia local e regional, ao atrair investimento do exterior e ao reforçar a imagem e a qualidade de vida local.

O bordo interior da caldeira apresenta encostas íngremes e recortadas, cobertas de mato natural, com flora endémica abundante e diversificada. Algumas das espécies endémicas presentes são representativas da antiga Laurissilva, como *Vaccinium cylindraceum* (uva-da-serra), *Ilex azorica* (azevinho), *Erica azorica* (urze), *Laurus azorica* (louro-da-terra) e *Viburnum treleasei* (folhado).

⁵ https://ec.europa.eu/environment/nature/natura2000/financing/docs/ENV-12-018_LR_Final1.pdf
https://ec.europa.eu/environment/nature/natura2000/financing/docs/azores_case_study.pdf

Apesar do afastamento do mar, nidifica nesta área protegida uma grande colónia de *Larus michahellis atlantis* (gaivota-de-patas-amarelas) e de *Sterna hirundo* (garajau-comum).

Para além da visita a diversos miradouros, é possível aceder às margens da lagoa através do trilho Praia - Lagoa do Fogo (PRC02SMI). A praia de pedra-pomes presente nas margens desta lagoa foi eleita a melhor praia selvagem de Portugal, no âmbito do concurso 7 Maravilhas – Praias de Portugal.

Atendendo à importância do seu ecossistema e à presença de flora e fauna endémica protegida, a Lagoa do Fogo foi classificada como Sítio Ramsar, ao abrigo da Convenção Ramsar, e integra ainda a Zona Especial de Conservação (ZEC) Lagoa do Fogo, no âmbito da Rede Natura 2000 e o projeto ambiental Biótopo CORINE, sendo circundada por uma Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies.

Na Tabela 6.6.3 apresentam-se os serviços de ecossistemas prestados por tipologia de habitat

Tabela 6.6.3_Serviços de Ecossistemas prestados por tipologia de Habitat

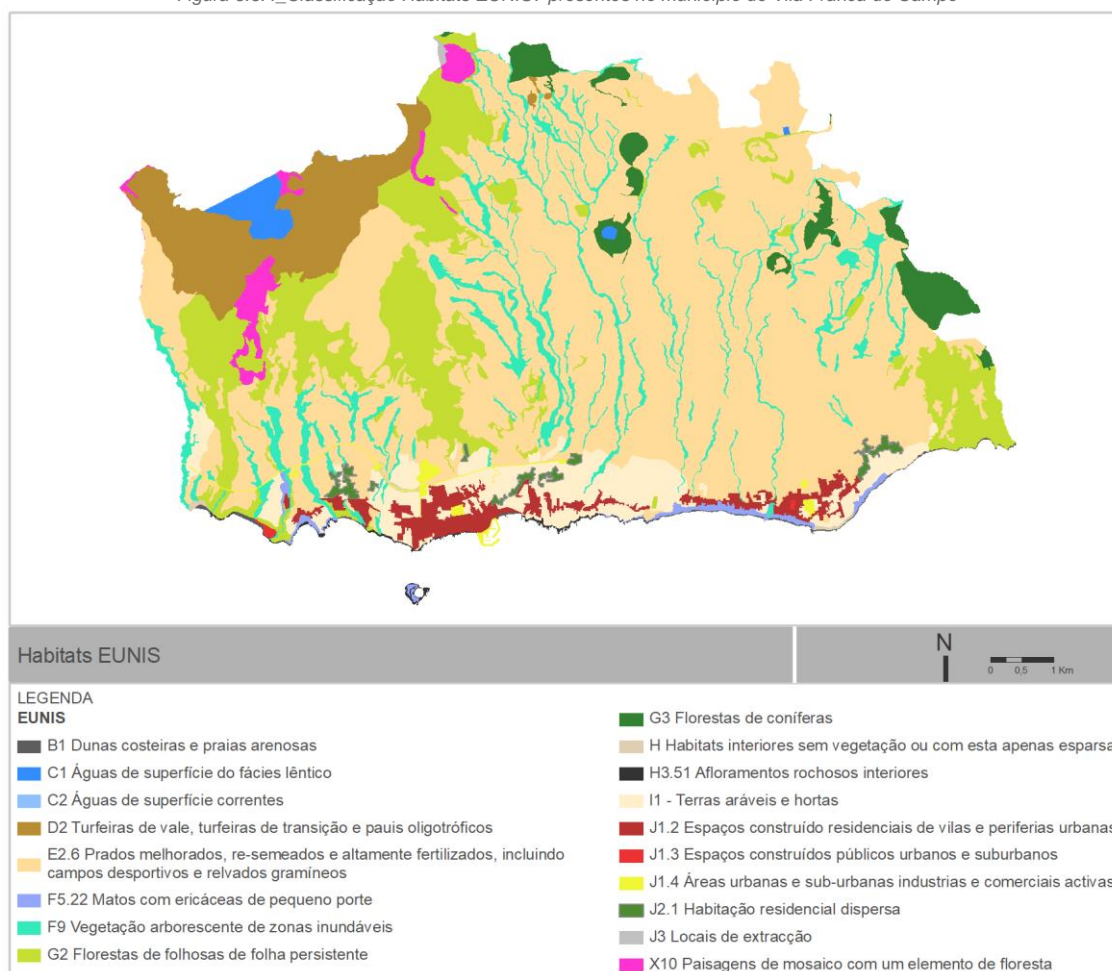
Código	Habitats	Serviços de Ecossistemas
8330	Grutas marinhas submersas ou semi-submersas	Refúgio de biodiversidade; recursos genéticos; substâncias de uso farmacêutico; informação estética; recreação; educação e ciência
3130	Águas paradas, oligotróficas a mesotróficas, com vegetação da <i>Littorelletea uniflorae</i> e/ou da <i>Isoëto-Nanojuncetea</i>	Fornecimento de água; refúgio de biodiversidade; informação estética; informação espiritual e histórica; educação e ciência
1160	Enseadas e baías pouco profundas	Refúgio de biodiversidade (habitat muito importante no ciclo de vida de alguns animais marinhos); presença de espécies raras; área de alimentação de aves, regulação do ciclo de nutrientes; recursos genéticos, educação e ciência
7120	Turfeiras altas degradadas ainda suscetíveis de regeneração natural	Regulação do ciclo da água; fornecimento de água, regulação de nutriente, informação estética; educação e ciência
1210	Vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré	Informação estética, recreação; ciência e educação
1250	Falésias com flora endémica das costas macaronésias	Refúgio de biodiversidade; informação estética; educação e ciência
3160	Lagos e charcos distróficos naturais	Regulação do ciclo de nutrientes; regulação do ciclo da água, fornecimento de água, eliminação de resíduos, refugio de biodiversidade, informação estética, educação e ciência
3170	Charcos temporários mediterrânicos	Refúgio de biodiversidade, informação estética, ciência e educação
4050	Charnechas macaronésias endémicas	Informação estética, ciência e educação
6180	Prados mesófilos macaronésios	Refúgio de biodiversidade
7130	Turfeiras de cobertura	Regulação do ciclo da água; fornecimento de água, regulação de nutriente, informação estética; educação e ciência. As turfeiras ajudam a fixar e armazenar dióxido de carbono, a principal causa das alterações climáticas, ao passo que as florestas melhoram a qualidade do ar e do solo
7140	Turfeiras de transição e turfeiras ondulantes	Regulação do ciclo da água; fornecimento de água, regulação de nutriente, informação estética; educação e ciência. As turfeiras ajudam a fixar e armazenar dióxido de carbono, a principal causa das alterações climáticas, ao passo que as florestas melhoram a qualidade do ar e do solo
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica	Refúgio de biodiversidade; informação estética; ciência e educação
8310	Grutas não exploradas pelo turismo	Refúgio de biodiversidade, fornecimento de água, informação estética, informação artística e cultural, informação histórica e espiritual, educação e ciência

Código	Habitats	Serviços de Ecossistemas
8320	Campos de lava e escavações naturais	Refúgio de biodiversidade, fornecimento de água, informação estética, informação artística e cultural, informação histórica e espiritual, educação e ciência
91D0	Turfeiras arborizadas	Regulação do ciclo da água; fornecimento de água, regulação de nutriente, informação estética; educação e ciência. As turfeiras ajudam a fixar e armazenar dióxido de carbono, a principal causa das alterações climáticas, ao passo que as florestas melhoram a qualidade do ar e do solo
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos	Regulação do solo, regulação do ciclo da água, refugio de biodiversidade, informação estética, informação espiritual e histórica, educação e ciência

Fonte: Informação obtida através dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Relatório Nacional de Implementação da Diretiva Habitats (2013-2018). Dados da responsabilidade da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas/Governo dos Açores/Governo dos Açores em parceria com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

A Figura 6.6.4 apresenta a distribuição espacial dos habitats presentes no município, de acordo com a classificação europeia EUNIS6.

Figura 6.6.4_ Classificação Habitats EUNIS7 presentes no município de Vila Franca do Campo



⁶ <https://eunis.eea.europa.eu/habitats-code-browser.jsp>

⁷ European Nature Information System

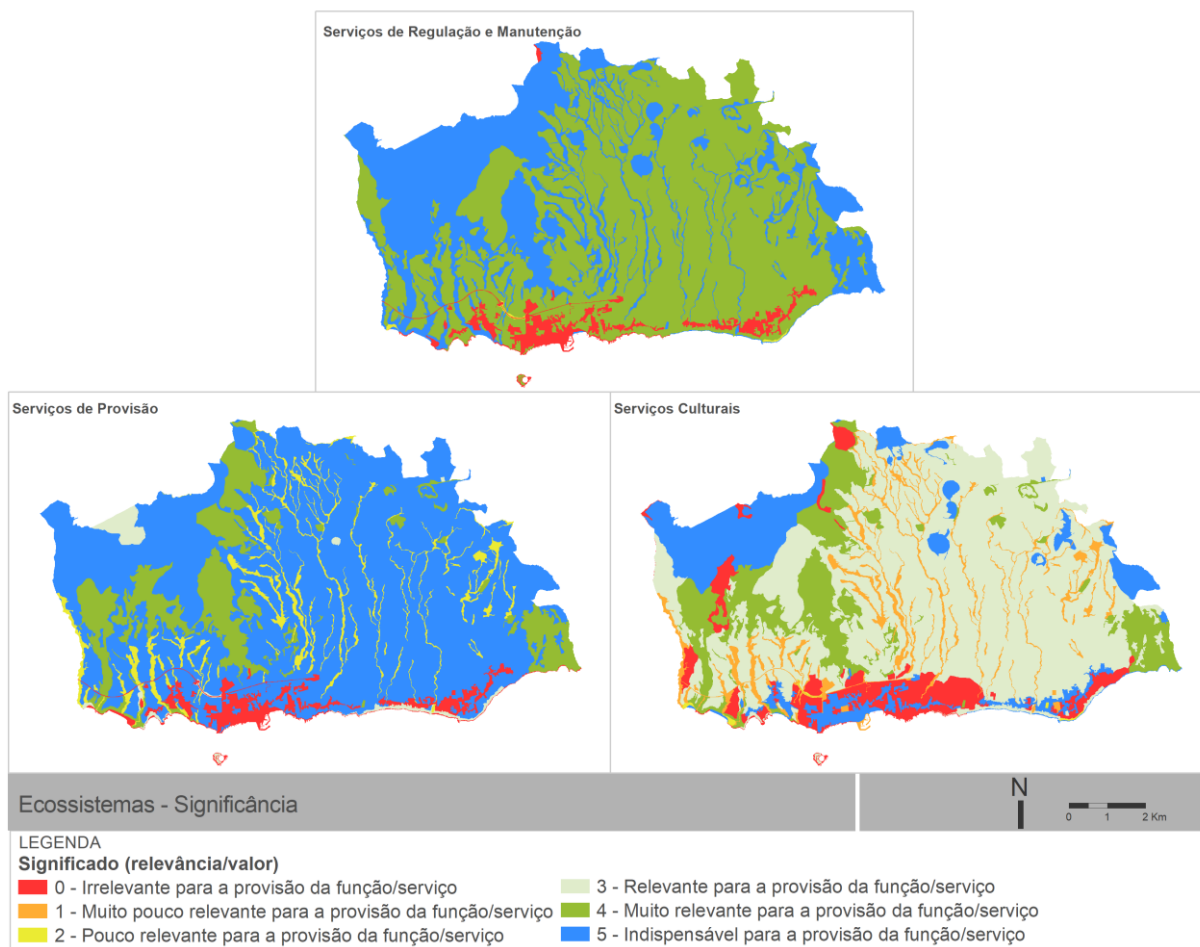
A Tabela 6.6.4 apresenta a significância dos serviços de ecossistemas de acordo com a classificação EUNIS.

Tabela 6.6.4_Significancia dos Serviços de Ecossistemas prestados por tipologia de ecossistema EUNIS

COS 2018	EUNIS	Hectares	Regulação e Manutenção	Provisão	Culturais
322 - Praias	B1 Dunas costeiras e praias arenosas	2575			
512 - Lagoas	C1 Águas de superfície do fácies lântico	11,89			
511 - Cursos de água	C2 Águas de superfície correntes	2,8			
411 - Zonas apauladas	D2 Turfeiras de vale, turfeiras de transição e pauis oligotróficos	7,71			
213 - Prados/pastagens	E2.6 Prados melhorados, re-semeados e altamente fertilizados, incluindo campos desportivos e relvados gramíneos	471,16			
316 - Matos	F5.22 Matos com ericáceas de pequeno porte	30,21			
314 - Galerias ripícolas	F9 Vegetação arborescente de zonas inundáveis	1998			
311 - Florestas de folhosas	G2 Florestas de folhosas de folha persistente	686,74			
312 - Florestas de resinosas	G3 Florestas de coníferas	74,51			
321 - Vegetação esparsa	H Habitats interiores sem vegetação ou com esta apenas esparsa	15,43			
324 - Rocha nua	H3.51 Afloramentos rochosos interiores	614,07			
211 - Terras aráveis	I1 - Terras aráveis e hortas	129,45			
212 - Culturas permanentes	I1 - Terras aráveis e hortas	290,61			
214 - Áreas agrícolas heterogêneas	I1 - Terras aráveis e hortas	446,97			
111 - Tecido urbano contínuo	J1.2 Espaços construído residenciais de vilas e periferias urbanas	142,51			
142 - Equipamentos desportivos, culturais, turísticos e de lazer	J1.3 Espaços construídos públicos urbanos e suburbanos	92,33			
121 - Indústria, comércio, equipamentos gerais e infraestruturas	J1.4 Áreas urbanas e sub-urbanas indústrias e comerciais ativas	74,53			
122 - Redes viárias e espaços associados	J1.4 Áreas urbanas e sub-urbanas indústrias e comerciais ativas	3,78			
123 - Áreas portuárias	J1.4 Áreas urbanas e sub-urbanas indústrias e comerciais ativas	4,82			
112 - Tecido urbano descontínuo	J2.1 Habitação residencial dispersa	39,15			
131 - Áreas de extração de massas minerais	J3 Locais de extração	2,04			
315 - Vegetação herbácea natural	X10 Paisagens de mosaico com um elemento de floresta	86,04			
Total		7799,22			

Na Figura 6.6.5 apresenta-se a distribuição espacial da significância dos serviços de ecossistemas por tipologia, de acordo com a classificação da Tabela 6.6.4.

Figura 6.6.5 – Significância dos serviços de ecossistemas presentes no município de Vila Franca do Campo



Avaliação das alterações na distribuição e disponibilidade dos serviços de ecossistemas de acordo com o modelo territorial da rPDM_VFC

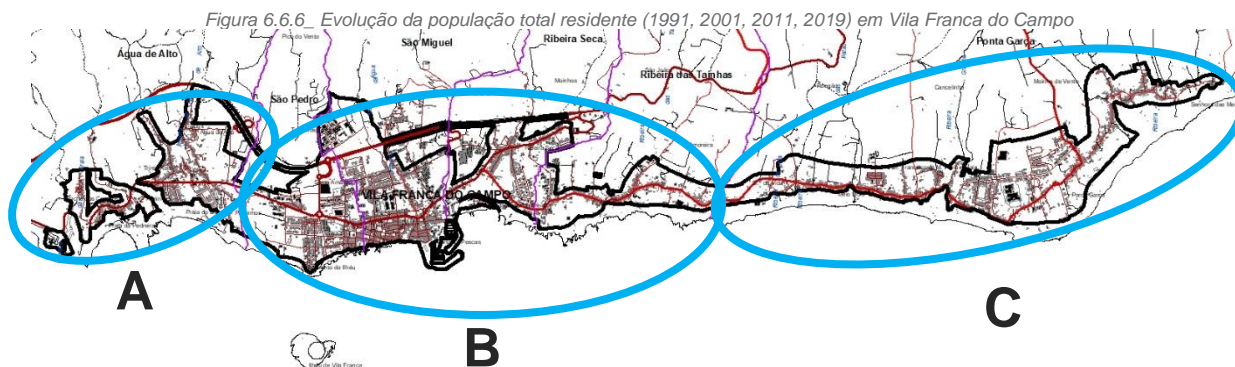
Para perceber este crescimento do solo urbano é importante compreender qual foi o raciocínio e a abordagem seguida pela equipa técnica para reavaliar os perímetros urbanos.

No quadro do novo enquadramento legal, a rPDM_VFC pressupõe uma reavaliação de todos os perímetros urbanos, nomeadamente com a integração em solo rústico dos espaços classificados como solo urbano que não se encontrem total ou parcialmente edificados ou urbanizados.

Para tal avaliação, devem concorrer os seguintes fatores:

- Avaliação da tipologia do modelo de povoamento;
- Avaliação no nível de consolidação do tecido urbano;
- A matriz funcional;
- Presença ou previsão de execução de infraestruturas urbanísticas integrando abastecimento de água, drenagem de águas residuais e abastecimento de energia elétrica;
- Identificação compromissos urbanísticos válidos, ou seja, informações prévias favoráveis, deferimento de projetos de arquitetura, comunicações prévias, licenças e autorizações emitidas;
- Dinâmicas demográficas e de procura de solo urbano.

A aplicação conjugada destes critérios ao território exige uma abordagem detalhada pelo que a orla costeira onde se localizam os aglomerados do concelho foi subdividida em 3 troços conforme se apresenta na figura seguinte e tendo presente a divisão administrativa: A – freguesia de Água d'Alto; B – freguesias de São Pedro, São Miguel, Ribeira Seca, Ribeira das Tainhas; C – Ponta Garça.



Seguidamente, são apresentados esquemas de maior detalhe para cada setor nos quais são identificadas, sem carácter exaustivo, um conjunto de opções que orientam a posterior delimitação dos perímetros urbanos. Trata-se de um exercício que visa um primeiro debate entre a equipa técnica e o Município no sentido de colocar em discussão as opções estratégicas em termos de modelo urbano.

Em suma, estas opções podem sintetizar-se nos seguintes pontos:

1. Manutenção em solo urbano, ou seja, no interior do perímetro, as áreas qualificadas no PDM em vigor como solo urbanizado que estejam edificadas;
2. Manutenção em solo urbano as áreas qualificadas no PDM em vigor como solo urbanizado que não estejam edificadas, a consolidar, que se situem na envolvente de vias infraestruturadas (nesta fase foram apenas consideradas as vias com abastecimento de água, mas numa fase posterior poderão ser consideradas outras infraestruturas para além destas, tornando esta condição mais exigente);
3. Manutenção em solo urbano as áreas qualificadas no PDM em vigor como solo de urbanizada programada com compromissos urbanísticos;
4. Ampliação do perímetro urbano em zonas periféricas efetivamente edificadas na proximidade do solo urbano;
5. Transferência para solo rústico (recuo do perímetro urbano) das áreas do solo urbanizado em locais periféricos aos aglomerados urbanos e sem infraestruturas de abastecimento de água – que se traduziram em ganhos de serviços de ecossistemas;
6. Transferência para solo rústico as áreas do solo urbanizado da envolvente à rede viária regional;
7. Transferência para solo rústico as áreas do solo urbanizado que se projetam sobre o litoral e que não possuem infraestruturas;
8. Transferência para solo rústico das áreas do solo de urbanização programada não edificadas (que se traduziram em ganhos de serviços de ecossistemas), exceto aquelas que se encontrem na envolvente direta de vias infraestruturadas ou em áreas interiores às áreas edificadas (ou seja, áreas não periféricas aos aglomerados existentes) com potencial de estruturação futura (isto é, dimensão e configuração para serem objeto de estruturação que permita conectar as áreas envolventes já urbanizadas) – são apenas duas situações no setor B;
9. Não são propostas ampliações do solo urbano em direção ao mar porque a acontecerem devem ser articuladas com a cartografia de risco e alteração do POOC.

A Tabela 6.6.5 e Tabela 6.6.6 apresentam os dados referentes às perdas de serviços de ecossistemas por categorias da COS 2018 e por tipologia de solo urbano.

Verifica-se uma perda de serviços de 196 hectares, justificados pelos pontos 1 a 9 anteriormente referidos.

Tabela 6.6.5_ Categorias da COS 2018 associadas à perda de serviços prestados pelos ecossistemas

COS 2018	Hectares
211 - Terras aráveis	52,79
212 - Culturas permanentes	76,60
213 - Prados/pastagens	58,56
214 - Áreas agrícolas heterogêneas	0,95
311 - Florestas de folhosas	1,99
314 - Galerias ripícolas	3,38
316 - Matos	1,63
321 - Vegetação esparsa	0,01
322 - Praias	0,01
324 - Rocha nua	0,07
Total	195,98

Tabela 6.6.6_ Categorias de solo urbano a que correspondem as perdas de serviços de ecossistemas

Tipologia Solo Urbano - Carta Ordenamento	Hectares
Equipamentos Coletivos	2,59
Polivalentes	17,47
Turísticos	2,10
UOPG 1	2,44
UOPG 2	2,04
UOPG 3	3,96
Urbanos Consolidados	52,80
Urbanos Consolidar	91,33
Uso Especial	0,00
Verdes Proteção Enquadramento	21,26
Total	195,98

Relativamente aos ganhos de serviços destacam-se 23,07 hectares, correspondentes na sua maioria a tecido urbano descontínuo, tecido urbano contínuo e áreas de extração de massas minerais (Tabela 6.6.7)

Tabela 6.6.7_ Categorias da COS 2018 associados aos ganhos de serviços prestados pelos ecossistemas

COS 2018	Hectares
111 - Tecido urbano contínuo	8,53
112 - Tecido urbano descontínuo	6,38
121 - Indústria, comércio, equipamentos gerais e infraestruturas	1,77
123 - Áreas portuárias	0,01
131 - Áreas de extração de massas minerais	4,36
142 - Equipamentos desportivos, culturais, turísticos e de lazer	2,02

COS 2018	Hectares
Total	23,07

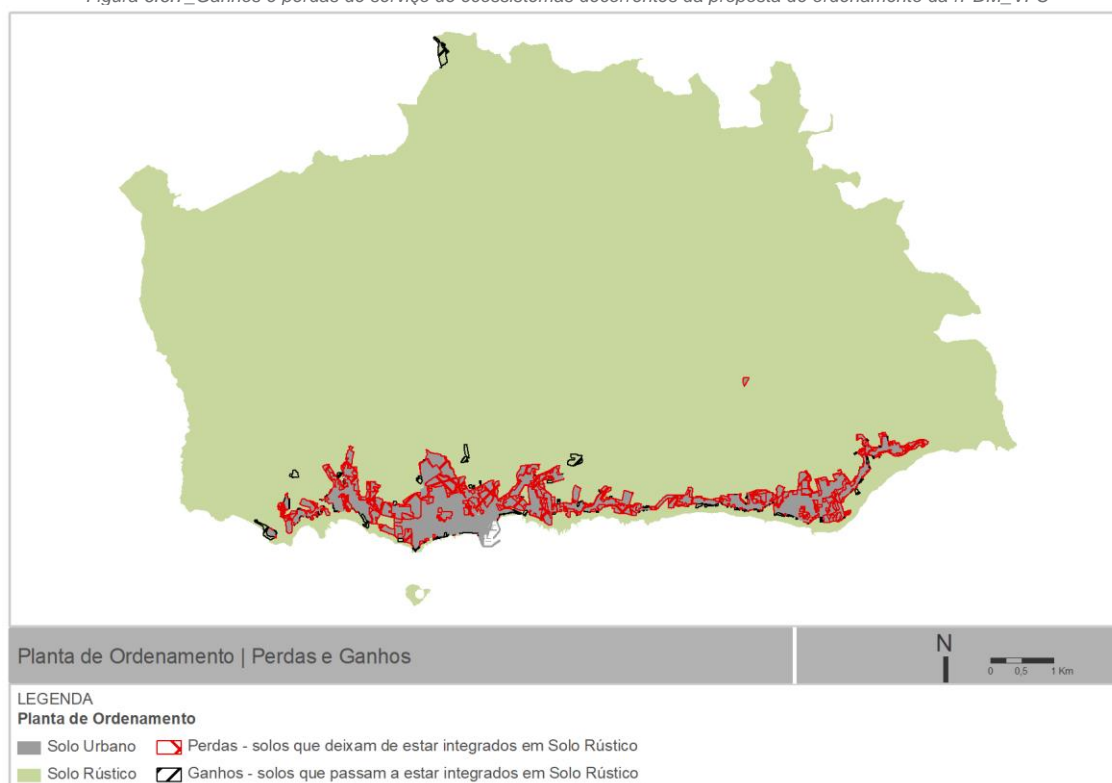
A Tabela 6.6.8 identifica a que categorias de Solo Rústico correspondem estes ganhos de serviços de ecossistemas.

Tabela 6.6.8_ Categorias de solo rústico a que correspondem os ganhos de serviços de ecossistemas

Tipologia Solo Rústico - Carta Ordenamento	Hectares
Aglomerados rurais	4,26
Espaços culturais	1,48
Espaços agrícolas	3,18
Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos	3,91
Espaços florestais	0,77
Espaços naturais e paisagísticos	9,46
Total	23,067

A Figura 6.6.7 apresenta a análise de perdas/ganhos decorrentes da proposta de ordenamento da rPDM_VFC.

Figura 6.6.7_Ganhos e perdas de serviço de ecossistemas decorrentes da proposta de ordenamento da rPDM_VFC



Conclui-se que as perdas não são significativas de acordo com os seguintes pontos:

1. trata da ampliação do perímetro urbano em zonas periféricas efetivamente edificadas na proximidade do solo urbano;

2. áreas do solo de urbanização programada não edificadas que se encontrem na envoltória direta de vias infraestruturadas ou em áreas interiores às áreas edificadas (ou seja, áreas não periféricas aos aglomerados existentes) com potencial de estruturação futura (isto é, dimensão e configuração para serem objeto de estruturação que permita conectar as áreas envolventes já urbanizadas) – são apenas duas situações no setor B;
3. Manutenção em solo urbano, ou seja, no interior do perímetro, as áreas qualificadas no PDM em vigor como solo urbanizado que estejam edificadas;
4. Manutenção em solo urbano as áreas qualificadas no PDM em vigor como solo urbanizado que não estejam edificadas, a consolidar, que se situem na envoltória de vias infraestruturadas (nesta fase foram apenas consideradas as vias com abastecimento de água, mas numa fase posterior poderão ser consideradas outras infraestruturas para além destas, tornando esta condição mais exigente);
5. Manutenção em solo urbano as áreas qualificadas no PDM em vigor como solo de urbanizada programada com compromissos urbanísticos.

6.6.3 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Figura 6.6.8) constituem a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, tendo sido aprovada em setembro de 2015 e subscrita por 193 membros, incluindo Portugal.

Figura 6.6.8_Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: <https://www.ods.pt/>

A Agenda 2030 organiza-se em cinco princípios enquadramentos, os chamados “5P” - Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias – os quais fornecem também uma base para organização dos ODS (Figura 6.6.9). Esta Agenda preconiza uma visão do desenvolvimento com responsabilidade partilhada, em que é necessário o envolvimento dos vários atores e todos têm um papel a desempenhar (governos nacionais e locais, comunidades de base, organizações da sociedade civil, setor privado, universidades, entre outras.), estabelecendo assim a necessidade de estabelecer parcerias a todos os níveis de governação, todas as partes interessadas e todas as pessoas num esforço inclusivo e coletivo.

Figura 6.6.9_ Cinco princípios enquadramentos dos ODS



A Agenda 2030 é mensurável, colocando especial ênfase na necessidade de medir o desempenho e os resultados através de um conjunto de indicadores para avaliar o alcance dos ODS e extrair lições e recomendações.

Os objetivos correspondem igualmente a uma visão integradora das várias dimensões do desenvolvimento sustentável – económica, social e ambiental, as quais se interligam entre si nos vários objetivos (Figura 6.6.10).

Figura 6.6.10_Visão integradora das dimensões do desenvolvimento sustentável com os ODS



Figura 6.6.11_ Contributo do Município de Vila Franca do Campo para os ODS



Fonte: <https://odslocal.pt/vila-franca-do-campo>

Apesar dos ODS não serem per si uma estratégia, devem estar integrados na estratégia preconizada para o município de Vila Franca do Campo, de forma a promover a articulação com a Agenda 2030 (Tabela 6.6.9).

Tabela 6.6.9_ Quadro de Monitorização do contributo dos objetivos gerais para os ODS

ODS	Objetivos da 2.ª revisão PDM Vila Franca do Campo				
	1	2	3	4	5
1 – Erradicar da Pobreza	■	■		■	
2 – Erradicar a Fome					
3 – Saúde de Qualidade			■		■
4 – Educação de Qualidade	■				
5 – Igualdade de Género					
6 – Água Potável e Saneamento			■		
7 – Energias Renováveis e Acessíveis			■		
8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico		■	■	■	■
9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas		■	■	■	■
10 – Reduzir das Desigualdades	■	■	■	■	■
11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis		■	■	■	■
12 – Produção e Consumo Sustentáveis		■	■	■	
13 – Ação Climática	■	■	■	■	
14 – Proteger a Vida Marinha			■	■	■
15 – Proteger a Vida Terrestre		■	■	■	■
16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes					
17 Parcerias para a implementação dos ObjETIVOS					

Legenda: ■ Articulação.

Objetivos da rPDM_VFC:

1. Afirmar o concelho de Vila Franca do Campo no contexto regional e promover o respetivo desenvolvimento integrado através da distribuição racional das atividades, do reforço e qualificação de infraestruturas e de equipamentos e de uma política de solos que contribua para a resolução das carências habitacionais e de desenvolvimento socioeconómico do concelho
2. Criar condições de vida atrativas para a fixação da população através de uma política ativa inclusiva e de baixo carbono, capaz de evidenciar níveis eficientes de metabolismo territorial através da progressiva reorganização territorial e funcional do concelho orientada, em simultâneo, para a melhoria e aprofundamento das vivências locais, a redução dos consumos energéticos associados às deslocações diárias padronizadas e a assunção de atividades económicas assentes em modelos de sustentabilidade social, económica e ambiental
3. Valorizar os recursos biofísicos do território e a qualidade ambiental, definindo condicionantes à ocupação e transformação do solo face à probabilidade de ocorrência de fenómenos geofísicos extremos, protegendo e

AAE rPDM_VFC

- assegurando, nomeadamente, o uso sustentável dos recursos hídricos, bem como garantindo medidas capazes de assegurar a fruição sustentável do património ambiental único do município. Salvar um enquadramento adequado das diversas atividades, bem como a proteção e valorização dos recursos endógenos existentes e da paisagem num sentido lato.
4. Apostar no desenvolvimento do turismo e de atividades de recreio e lazer, como setores fundamentais de desenvolvimento económico do concelho, estabelecendo medidas específicas para a exploração dos recursos locais, critérios de ocupação e parâmetros de edificabilidade, criando condições para a instalação de novos estabelecimentos e de novas atividades e serviços a ele associados diferenciados no contexto da ilha de São Miguel.
 5. Reforçar o carácter identitário tridimensional do concelho nos vértices Campo-Vila-Mar

A proposta de revisão do PDM de Vila Franca do Campo abrange uma grande maioria das áreas temáticas definidas nos ODS, com especial foco para os ODS 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 15 que contribuem em grande medida para a implementação de outros objetivos, como a competitividade económica e social, sustentabilidade, alterações climáticas, educação, saúde, erradicação da pobreza, ordenamento do território, entre outros. Contudo, não existe uma referência direta nos documentos estratégicos nem uma preocupação em articular a estratégia municipal com os ODS. Sugere-se assim que:

- Se identifiquem as metas dos ODS relacionadas com os projetos identificados no Programa de Execução;
- Numa perspetiva estratégica e transversal a todos os serviços municipais (e extravasando o âmbito do PDM), se desenhe e implemente um sistema de classificação e quantificação do contributo das diferentes atividades municipais para os ODS, alicerçando e monitorizando toda a gestão municipal na promoção da sustentabilidade. Os resultados desta monitorização poderiam ser apresentados em suportes de comunicação que se entendam adequados.

7. SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO

7.1. ENQUADRAMENTO

A Diretiva 2001/42/CE, do Parlamento e do Conselho, de 27 de junho, reconhece a importância de garantir a gestão e monitorização dos efeitos ambientais da execução de Planos e Programas. Neste sentido, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, as entidades responsáveis pela elaboração de Planos devem avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, sendo ainda responsáveis pela divulgação dos resultados deste processo de controlo.

Estas medidas, integradas no que se optou por designar Fase de Seguimento, podem ser definidas como atividades de acompanhamento da evolução temporal, espacial e de magnitude de certos parâmetros, tendo em conta os seguintes princípios de atuação:

- Avaliar o grau de implementação das orientações definidas pelo rPDM_VFC e identificar, se possível, a sua eficácia e eficiência em termos de resultados de evolução territorial;
- Identificar efeitos negativos que resultarem de eventuais insuficiências no prognóstico efetuado no Relatório Ambiental, sobretudo no que diz respeito à intensidade dos efeitos identificados;
- Identificar os efeitos imprevistos resultantes da alteração de circunstâncias que tenham levado à invalidação total ou parcial de determinadas hipóteses colocadas em sede de avaliação ambiental.

Os relatórios de monitorização e seguimento da AAE do Programa deverão igualmente seguir as orientações constantes da Nota Técnica da APA, IP - NT.AAE.2/2020 – A FASE DE AVALIAÇÃO E CONTROLO EM SEDE DOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE) DE PLANOS E PROGRAMAS.

7.1.1 METODOLOGIA DE SEGUIMENTO

7.1.1.1 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Em termos de orientação metodológica, sugerem-se os seguintes passos para o desenvolvimento da estratégia de seguimento do processo de AAE por parte da CMVFC:

Determinação de âmbito	A determinação de âmbito pretende balizar e contextualizar o controlo que irá ser efetuado e que abrange essencialmente os efeitos significativos e considerados relevantes vertidos em indicadores de sustentabilidade inseridos no Relatório Ambiental (RA), podendo concentrar-se noutros aspetos que entretanto se revelem pertinentes.
Identificação da informação necessária	Identificação e seleção das informações ambientais, referências bibliográficas e fontes de informação que são necessárias para calcular os indicadores de monitorização e controlar os efeitos ambientais relevantes (territoriais, de sustentabilidade e outros emanados das conclusões do RA). A definição de indicadores ajudará a estabelecer um quadro operacional para a tradução de dados ambientais em informação compreensível e manuseável.
Identificação das fontes de informação disponíveis	As fontes de informação serão de natureza diversa, podendo resultar diretamente da execução dos projetos definidos na elaboração da rPDM_VFC, ou de referências bibliográficas. No caso de serem identificadas lacunas de informação, poderá ser necessário alavancar um intercâmbio comunicativo

	com outras entidades envolvidas na gestão de informação relevante para a AAE, e identificadas neste capítulo.
Integração processual do controlo no sistema de planeamento	Sempre que possível, as medidas de controlo identificadas no âmbito da Fase de Seguimento devem fazer parte do sistema de planeamento da rPDM_VFC.
Definição de medidas de correção	Embora a legislação não estabeleça um regime obrigatório de implementação de medidas de correção, poderá ser útil determinar os critérios que acionam a ponderação DE Medidas de correção, podendo ser implementadas ao nível da execução da rPDM_VFC

No caso específico da elaboração da rPDM_VFC, propõe-se que estes passos conduzam a uma abordagem objetiva de monitorização que se estruturam e articulam em dois níveis de atuação principais, nomeadamente:

- Monitorização Territorial ou seja, da evolução das variáveis de estado que caracterizam o território em análise no que respeita aos efeitos do Plano sobre os mesmos;
- Monitorização Estratégica, mediante a avaliação ao grau de implementação dos parâmetros analisados na AAE, nomeadamente, efeitos positivos e efeitos negativos identificados, e das recomendações emanadas por este Relatório Ambiental (abrangendo igualmente os indicadores associados às recomendações da Tabela 6.6.2) .

Nas secções seguintes define-se o modelo conceptual associado a estes dois níveis de seguimento.

7.1.1.2 MONITORIZAÇÃO TERRITORIAL

O modelo de monitorização sectorial e territorial estrutura-se num conjunto de indicadores que permitem avaliar a evolução das incidências sectoriais e territoriais associadas a cada um dos fatores de sustentabilidade (Tabela 7.1). Estas incidências não dependem unicamente da implementação do Plano, sendo tipicamente influenciadas por forças motrizes externas à zona de intervenção. Neste contexto, a monitorização de estado por FS através de indicadores deve seguir o sistema de indicadores de cada um dos FS. Importa ainda referir que o atual plano de monitorização da AAE foi articulado também com o Plano de Monitorização da rPDM_VFC e com o Manual de Indicadores para a Monitorização do Ordenamento do Território da RAA (SRAM, 2011), no sentido de otimizar o sistema de indicadores (por exemplo, evitar situações de redundância ou duplicação de indicadores que, não sendo os mesmos, mas apenas similares, traduziriam os mesmos dados e análises, mas teriam que ser calculados em duplicado por assentarem em unidades ou elementos diferentes.

Tabela 7.1_ Indicadores de monitorização ou seguimento da AAE para a área de intervenção da rPDM_VFC

Designação do Indicador (unidades)	Frequência	Fontes de Informação
Vulnerabilidades e Riscos		
Ocorrência de eventos naturais extremos (tipologia, custos, n.º pessoas ou área afetadas.ano-1) (referente aos últimos 5 anos)	Anual	CMVFC
Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos naturais (n.º, área abrangida, tipo de riscos) (referentes aos últimos 5 anos)	Anual	CMVFC DRAAC
Ocorrência de incidentes tecnológicos (n.º de incidentes, custos; n.º pessoas ou área afetadas; n.º autos de notícia.ano-1) (referente aos últimos 5 anos)	Anual	CMVFC
Projetos aprovados com análise de vulnerabilidade aos riscos tecnológicos (n.º, área abrangida, tipo de riscos) (referente aos últimos 5 anos)	Anual	CMVFC
Projetos aprovados que incluem medidas para reforço da resiliência local aos fenómenos climáticos extremos (n.º, área abrangida, tipologia) (referente aos últimos 5 anos)	Anual	CMVFC

Designação do Indicador (unidades)	Frequência	Fontes de Informação
Projetos de construção ou reforço de infraestruturas de prevenção contra riscos naturais (e.g. inundações, processos de erosão) (n.º e %relativa de investimento, face ao investimento total em matéria de AC) (referente aos últimos 5 anos)	Anual	CMVFC DRAAC
Projetos aprovados que contemplem medidas de adaptação às alterações climáticas ao nível da biodiversidade e ecossistemas (n.º, área abrangida, tipologia) (referente aos últimos 5 anos)	Anual	CMVFC
Descargas ilegais de águas residuais urbanas e/ou industriais, em linhas de água ou em solo (n.º e área afetada) (referente ao ano de 2020, ou ao ano mais recente)	Anual	CMVFC
Depósitos ilegais de resíduos na área de intervenção da rPDM_VFC (n.º e área abrangida) (referente ao ano de 2020, ou ao ano mais recente)	Anual	CMVFC
Autos relativos as infrações ambientais (n.º / ano, por tipologia de temática ambiental) (referente ao ano de 2020 ou ao ano mais recente)	Anual	CMVFC Polícia Marítima Guarda Nacional Republicana
Projetos aprovados que incluem medidas de (re)qualificação ambiental (n.º, área abrangida, descrição) (referente aos últimos 5 anos)	Anual	CMVFC
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais		
Espécies invasoras presentes (n.º e distribuição)	Bienal	DRAAC
Área ocupada por vegetação natural (ha)	Bienal	DRAAC; DRRFOT
Águas balneares identificadas e respetiva classificação (n.º/"Má", "Aceitável", "Boa", "Excelente") e águas balneares não identificadas (n.º/"água própria para banhos"; "água imprópria para banhos")	Anual	DRPM
Zonas balneares classificadas e áreas de aptidão balnear (n.º por tipologia)	Anual	DRPM CMVFC
Ações e/ou projetos concretizados para a gestão, recuperação e conservação da natureza (n.º e investimento; área abrangida)	Bienal	CMVFC DRAAC
Ações de preservação e/ou valorização do património (n.º; elementos abrangidos)	Bienal	CMVFC
Recursos Naturais		
Estado final das massas de águas superficiais e subterrâneas (%)	Quinquenal	DRAAC DRPM
Medidas implementadas de preservação e valorização dos recursos hídricos (n.º medidas; € de investimento; MA afetadas)	Anual	CM VFC
Capacidade instalada em FER	Anual	EDA
Evolução do consumo de energia elétrica	Anual	EDA / DGEG / SREA
Consumo de energia elétrica por tipo de consumo	Anual	EDA / DGEG / SREA
Medidas implementadas de redução do consumo de energia (n.º medidas; € de investimento; redução em MWh/ano ou kWh/dia)	Anual	CM VFC
Medidas implementadas de produção de energia renovável por tipo de fonte (n.º medidas; € de investimento; produção em MWh/ano ou kWh/dia por tipo de fonte)	Anual	CM VFC
Evolução dos consumos energéticos em edifícios da administração pública (kWh)	Anual	CM VFC
Evolução dos consumos energéticos da iluminação pública (kWh)	Anual	CM VFC
Área impermeabilizada em solo rústico (ha; %)	Anual	CM VFC
Estrutura Ecológica Municipal; RE; RAR (distribuição geográfica; ha)	Anual	CM VFC
Usos do solo, por classe de ocupação (ha; % da AI)	Bienal	CM VFC

AAE rPDM_VFC

Designação do Indicador (unidades)	Frequência	Fontes de Informação
Ordenamento e Qualificação territorial		
Água segura (%)	Anual	CM VFC / ERSARA
Água não faturada (%)	Anual	CM VFC
Acessibilidade física e adesão ao serviço de saneamento de águas residuais (%)	Anual	CM VFC
Infraestruturas de tratamento de águas residuais por nível de tratamento (n.º; m³ de águas residuais tratadas)	Bienal	CM VFC
Cumprimento dos valores limites de emissão das descargas residuais (%)	Anual	CM VFC
Reutilização de águas residuais tratadas e pluviais (m³; % drenada)	Anual	CM VFC
Evolução da produção de resíduos urbanos (t; % redução face ao ano anterior)	Anual	CM VFC
Resíduos urbanos recolhidos por via indiferenciada e seletiva (%)	Anual	CM VFC
Capacidade instalada de recolha seletiva por tipo de resíduos (n.º equipamentos; kg resíduos recolhidos)	Anual	CM VFC / SRIR
Evolução do parque automóvel (n.º veículos)	Anual	CM VFC
Disponibilidade de transportes públicos movidos a energias alternativas (n.º veículos disponíveis por tipo)	Anual	CM VFC
Evolução da oferta de transporte público (n.º lugares/km)	Anual	CM VFC
Evolução da procura de transporte público (n.º passageiros/km)	Anual	CM VFC
Extensão de percursos pedestres (km)	Bienal	CM VFC
Desenvolvimento Socioeconómico e Qualidade de Vida		
Evolução da população residente (n.º)	Bienal	SREA
Distribuição geográfica dos equipamentos por tipologia (n.º)	Bienal	CMVFC
Taxa de desemprego (%)	Bienal	SREA
População empregada (n.º)	Bienal	SREA
Alojamento turístico (hotelaria tradicional e alojamento local) por tipologia e capacidade (n.º)	Bienal	CMVFC / DRTu
Dormidas nos alojamentos turísticos (n.º/ano)	Bienal	SREA
Estabelecimentos com atividade no setor do turismo (n.º)	Bienal	SREA / DRTu / CMVFC
Empresas por setor de atividade (n.º)	Bienal	SREA
Valor acrescentado bruto por setor de atividade (€)	Bienal	SREA
Pessoal ao serviço (n.º/ano)	Bienal	SREA
Áreas vocacionadas para acolhimento empresarial (m2)	Bienal	CMVFC

7.1.1.3 MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA

Esta componente da monitorização destina-se a acompanhar os resultados do Relatório Ambiental relativamente à avaliação estratégica desenvolvida, designadamente no que diz respeito aos efeitos ambientais e recomendações. Trata-se, pois, duma validação contínua do diagnóstico efetuado, com o objetivo de reavaliar a área de intervenção ao nível dos seus efeitos positivos e efeitos negativos, bem como avaliar a implementação das recomendações sugeridas (através também dos indicadores de monitorização dessas recomendações identificados no Capítulo 6.6.1) e respetivas mais-valias vertidas para o território (eficácia).

Assim, deverá ser definido um modelo de seguimento para a monitorização estratégica que comporte os vetores de avaliação exemplificados nos Tabelas 7.2 e 7.3.

Tabela 7.2_Evolução da intensidade dos efeitos previstos, por FS

Fator de Sustentabilidade	Efeitos	Evolução de Intensidade
Fator A	Efeito 1	...
Fator B	Efeito 2	...
...

Nota: A “Evolução da Intensidade” é avaliada como “Crescente” (▲) ou “Decrescente” (▼) relativamente à avaliação transata (em que a 1.ª avaliação será comparativamente à análise efetuada no RA, e as seguintes relativamente ao relatório de monitorização do ano n-1). Tendo em consideração as características intrínsecas dos efeitos (positivos e negativos) identificados na análise de cada um dos Fatores de Sustentabilidade, a sua avaliação deverá ser suportada por uma análise pericial e simultaneamente qualitativa ou quantitativa, com base na informação proveniente dos indicadores de monitorização. Por exemplo, a intensidade de um determinado efeito negativo poderá ser decrescente, caso os indicadores associados reflitam uma evolução positiva em termos de sustentabilidade, ou crescente caso se verifique a situação inversa.

Tabela 7.3_Análise da implementação das recomendações, por FS

Fator de Sustentabilidade	Recomendações	Implementação	Evidências	Eficácia
Fator A	Recomendações 1
Fator B	Recomendações 2
...

Nota: A “Implementação” da recomendação deverá ser avaliada de acordo com a seguinte escala de concretização: “0” se não foi ainda iniciado o processo de implementação da recomendação; “*” se já foi iniciado o processo de implementação, mas ainda se encontra numa fase inicial de concretização; “**” se se encontra a mais de metade do processo de total concretização; “***” se a recomendação já foi totalmente implementada.

De seguida, e se já foi iniciado e/ou concluído o processo de implementação para uma determinada recomendação então deverá identificar-se o conjunto de “Evidências” que suportam esse diagnóstico, nomeadamente às ações desenvolvidas pelas entidades responsáveis e os resultados dos indicadores associados a cada recomendação, e identificadas no quadro de Governança assumido (Capítulo 6.6.1), e identificadas no quadro de Governança assumido, no sentido de responder às recomendações efetuadas pela AAE. Esta análise deverá ainda ser acompanhada por um descritivo qualitativo da importância das ações referidas.

Por último, da análise anterior dos parâmetros “Implementação” e “Evidências” para as recomendações previstas no RA, define-se a “Eficácia” de cada uma dessas recomendações, avaliada numa escala de: “Elevada” (Eficaz), “Moderada” (Moderadamente Eficaz), “Nula” (Não Eficaz), ou definida como “Não Implementada” (caso o nível de implementação seja 0%). A determinação de cada um desses níveis resultará de uma análise cruzada com o resultado da evolução dos efeitos (realizada à priori – Tabela 9.2 que originaram essa recomendação e uma análise pericial assente na investigação, recolha de informação pormenorizada e análise cruzada relativamente à causa-efeito da implementação da recomendação. Assim, caso a evolução da intensidade de um determinado efeito negativo (que gerou a proposta de uma determinada recomendação) se revele decrescente (isto é, o efeito negativo está a diminuir de intensidade), significa que, caso já tenha sido iniciada ou concluída a implementação da recomendação associada, esta recomendação estará balizada no intervalo de níveis de eficácia “elevada” ou “moderada”. A distinção entre estes dois níveis deverá depois basear-se na análise pericial sobre a causa-efeito.

Importa referir que nesta fase deverá ser também analisada a intervenção do quadro de Governança proposto.

Adicionalmente, associada à componente de monitorização estratégica, a AAE acompanhará igualmente os resultados da monitorização da própria rPDM_VFC, em particular ao nível dos indicadores de concretização, execução e resultados da implementação da estratégia e modelo de gestão e do respetivo plano de ações.

7.2. IMPLEMENTAÇÃO DO SEGUIMENTO

A Fase de Seguimento inicia-se com a entrada em vigor da rPDM_VFC e requer que a CMVFC adote as medidas necessárias no sentido de estruturar uma equipa de acompanhamento da AAE, que seja capaz de desenvolver as atividades de controlo previstas, designadamente o envio, tendo em atenção a periodicidade definida para cada indicador, dos resultados do processo de seguimento e monitorização à entidade com competências em matéria de AAE (DRAAC) e respetiva divulgação por meios eletrónicos. Deverão igualmente ser disponibilizados para as diversas ERAE.

8. CONCLUSÕES

A AAE da rPDM_VFC procurou constituir-se como um instrumento prospetivo de sustentabilidade através da identificação de fatores que permitiram desenvolver uma avaliação que fosse ao encontro com apostas estratégicas assumidas para concelho de Vila Franca do Campo onde se insere a área de intervenção e que respeitasse o contexto local da atuação do Plano.

Nas secções seguintes apresentam-se as principais conclusões da análise por fator de sustentabilidade, ao nível do cenário global dos efeitos das estratégias do Plano, das oportunidades e das ameaças, bem como das respetivas recomendações.

8.1. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS EFEITOS POSITIVOS E NEGATIVOS

Da avaliação das linhas estratégicas resultou a identificação das seguintes efeitos negativos e efeitos positivos mais significativos (Tabela 8.1).

Tabela 8.1_Síntese de principais efeitos positivos e efeitos negativos, por FS

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
Vulnerabilidades e Riscos	<p><u>Efeitos Positivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oportunidade de regulamentação no sentido da promoção de projetos urbanísticos que incluam a mitigação dos riscos naturais e tecnológicos. ▪ O Plano Municipal de Ordenamento Florestal (Projeto 2.1) constitui-se uma oportunidade para dotar as áreas florestais do concelho de uma capacidade de resiliência a eventos naturais extremos e para o melhoramento da sua capacidade de sumidouro. ▪ Contributo para o aumento da capacidade de adaptação do sistema biofísico do concelho às alterações climáticas (Projetos 3.1 e 3.2); ▪ As campanhas de sensibilização e promoção ambiental (Projeto 3.8) constituem-se oportunidades: <ul style="list-style-type: none"> - Para redução/eliminação de potenciais conflitos/dissonâncias ambientais geradas por atividades humanas, como a descarga ilegal e efluentes; - Para capacitar as pessoas para adoção de medidas de prevenção e/ou adaptação a eventos naturais e/ou tecnológicos; - Para capacitar as pessoas para a adoção de comportamentos adequados perante eventos naturais e/ou tecnológicos. ▪ Importa destacar: <ul style="list-style-type: none"> - A Qualificação das Zonas Litorais (Projeto 5.6) que pretende implementar um projeto de intervenção nas zonas litorais do concelho para minorar os riscos de movimentos de massa. - A Renaturalização da Praia da Vinha d'Areia (Projeto 5.7) que pretende a devolução da linha de costa ao seu estado natural, permitindo um aumento da qualidade da água, a manutenção da biodiversidade e aumento de municípios que usufruem e protegem estes espaços. <p><u>Efeitos Negativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Contributo para o aumento da emissão de GEE: <ul style="list-style-type: none"> - Ao promover a construção de novas vias (Projetos 2.4, 2.5 e 2.6). ▪ A aposta em espécies florestais edafoclimaticamente não adaptadas à RAA pode comprometer a máxima capacidade de resiliência das áreas florestais do concelho e para a capacidade sumidoura das mesmas (Projeto 2.2). ▪ Potencial aumento de situações de conflito ambiental gerado por atividades humanas, resultantes da intensificação do turismo (potenciada por projetos como construção do Centro de Interpretação da Reserva Natural do Ilhéu de Vila Franca do Campo (Projeto 3.6), Criação de percursos interpretativos associados à energia hidroelétrica (Projeto 3.3) e Desenvolvimento do Programa "Praias da Vila" (Projeto 3.5). ▪ Potencial aumento de situações de conflito ambiental gerado por atividades humanas, resultantes da intensificação do turismo (Projetos 4.1, 4.2 e 5.9). ▪ Com a construção da 3ª fase da infraestrutura da Marina de Vila Franca do Campo (Projeto 5.8 Conclusão e qualificação da Marina de Vila Franca do Campo), que tem como objetivo ampliar a oferta de lugares de amarração de embarcações de recreio, aumenta o risco perante a ocorrência de galgamentos costeiros, com potenciais danos sobre pessoas, bens e ecossistemas.

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	<p><u>Efeitos Positivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Os projetos de qualificação de infraestruturas e de equipamentos previstos, tais como, o projeto 1.4 (parque habitacional municipal), surgem como oportunidade de introdução de ações e boas práticas ambientais de construção sustentável. Os projetos de qualificação de infraestruturas e de equipamentos previstos, provocarão efeitos positivos na proteção e valorização do património existentes no concelho O Plano Municipal de Ordenamento Florestal (Projeto 2.1) constitui-se uma oportunidade para dotar as áreas florestais do concelho de espécies endémicas e uma oportunidade para a eliminação de espécies invasoras e infestantes. Criação de espaços verdes, com espécies endémicas, para usufruto da população, promovendo o seu contato com os valores naturais presentes e/ou relevantes no contexto biogeográfico (Projeto 3.1); Contributo para a promoção e valorização do património arqueológico existente (Projeto 3.2); Contributo para a valorização da paisagem e património cultural (Projeto 3.3) Valorização das zonas balneares do concelho (Projeto 3.5); Promover comportamentos ambientalmente adequados através da educação e sensibilização dos visitantes nomeadamente ao nível do desenvolvimento de ações de sensibilização, orientadas para a promoção dos valores naturais presentes e dos serviços prestados pelos ecossistemas presentes (Projeto 3.6 e 3.8). Contributo para a valorização da paisagem e património cultural (Projeto 4.1, 4.2, 4.3, 4.4); Os projetos de requalificação e remodelação de infraestruturas e de equipamentos e de espaços de lazer e naturais previstos, tais como, o projeto 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 5.7 e 5.8, surgem como oportunidade de introdução de ações e boas práticas ambientais de construção sustentável. Os projetos de qualificação de infraestruturas e de equipamentos previstos, provocarão efeitos positivos na proteção e valorização do património natural e cultural existentes no concelho <p><u>Efeitos Negativos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Emissão de poeiras e perturbação das comunidades de fauna e flora existentes, como resultado da circulação de máquinas, movimentação de terras e operações de carga e descarga; emissão de gases de combustão de veículos e equipamentos motorizados prevista com melhoramento dos arruamentos na rede local. Aumento de pressão decorrente da potencial carga de infraestruturização (Projetos 2.4, 2.5, e 2.6) capazes de perturbar os ecossistemas presentes durante o decorrer dos trabalhos (pela movimentação de terras e outros materiais, circulação de viaturas pesadas, maquinarias e equipamentos, entre outros), mas também definitivas, como alteração da paisagem Potencial aumento de situações de conflito ambiental gerado por atividades humanas, resultantes da intensificação do turismo (potenciada por projetos como construção do <i>Centro de Interpretação da Reserva Natural do Ilhéu de Vila Franca do Campo</i> (Projeto 3.6), <i>Criação de percursos interpretativos associados à energia hidroelétrica</i> (Projeto 3.3) e <i>Desenvolvimento do Programa "Praias da Vila"</i> (Projeto 3.5). Potencial aumento de situações de conflito ambiental gerado por atividades humanas, resultantes da intensificação do turismo (Projetos 4.1 e 4.2 e Projeto 5.8).
Recursos Naturais	<p><u>Efeitos Positivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Os projetos de qualificação de infraestruturas e de equipamentos previstos, tais como, o projeto 1.6 (parque habitacional municipal), surgem como oportunidade de introdução de ações e boas práticas ambientais de construção sustentável e aquisição de equipamentos com maiores índices de conforto térmico, de eficiência energética e hídrica, bem como introdução de fontes de energia renováveis. Em caso de concretização destas ações, ocorrerão efeitos positivos ao nível da redução do consumo de recursos naturais não renováveis (p.e. hídricos, fósseis, etc), promovendo-se em contrapartida o uso de recursos naturais renováveis, reduzirá a dependência energética e pegada carbónica, e potenciará a autossuficiência energética e descarbonização, contribuindo para a preservação do estado das massas de água, bem como para o esforço global de redução de gases com efeito de estufa e de combate aos eventos climáticos extremos relacionados com as alterações climáticas. O projeto 2.2 e 2.3 preveem a implementação das UOPG 2 e 3, respetivamente. Estas operações de loteamento constituem uma oportunidade para beneficiação do sistema de abastecimento de água, saneamento básico e gestão de resíduos, bem como a adoção no parque edificado a construir ou reabilitar o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. A eventual beneficiação dos sistemas de abastecimento e saneamento básico, poderão contribuir para a redução de situações eventuais de contaminação das linhas de água, promovendo assim a preservação do estado das massas de água. O projeto 3.4 de elaboração de um Plano Municipal de Gestão da Água visa a concretização dos seguintes objetivos operacionais e territoriais: i) Regularização de situações pontuais de quebra de abastecimento ou carência de água, principalmente, em aglomerados isolados e dispersos ou em situações de seca; ii) Redução das perdas de água através da melhoria das condições de captação e das redes de distribuição; iii) Recuperação das redes e equipamentos degradados; iv) Manutenção da qualidade de água abastecida para consumo humano e controlo dos respetivos parâmetros analíticos. A concretização deste projeto induzirá efeitos positivos para a sustentabilidade dos recursos hídricos e preservação do estado das massas de água, já que proporcionará uma redução da extração e uso destes recursos para satisfaçam das atividades humanas, bem como reduzirá o potencial contaminante associado, nomeadamente, a produção excessiva de águas residuais e efeitos nefastos de contaminação do meio natural.

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O projeto 3.7 que prevê a qualificação do sistema de abastecimento de água e saneamento básico e gestão das infraestruturas pretende o reforço e integração da rede de drenagem e infraestruturas associadas (e.g. estações elevatórias), a beneficiação tecnológica dos equipamentos e estações de tratamento disponíveis com vista ao aumento da sua capacidade de tratamento, implementação de novas estações de tratamento de águas residuais, infraestruturização dos respetivos coletores de drenagem e adoção das melhores tecnologias disponíveis. Em caso de concretização deste projeto, a área de intervenção melhorará as condições de salubridade e higiene locais, bem como reduzirá os focos de poluição e efeito contaminante sobre os recursos hídricos e restante meio natural, beneficiando os ecossistemas naturais e atratividade turística local e qualidade de vida dos residentes. ▪ O projeto 3.8 de sensibilização e promoção ambiental poderá contribuir para o cumprimento de boas práticas ambientais, nomeadamente, ao nível da redução de ocorrência de focos de poluição inerentes às atividades humanas, uso mais sustentável e eficiente dos recursos hídricos, respeito pelos valores naturais presentes e biodiversidade, promoção da eficiência energética e energias renováveis, e contributo para a mitigação e adaptação às alterações climáticas. ▪ O projeto 4.5 prevê a implementação da UOPG 1 – Lombinha. Esta operação de loteamento constitui uma oportunidade para beneficiação do sistema de abastecimento de água, saneamento básico e gestão de resíduos, bem como a adoção no parque edificado a construir ou reabilitar o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. A eventual beneficiação dos sistemas de abastecimento e saneamento básico, poderão contribuir para a redução de situações eventuais de contaminação das linhas de água, promovendo assim a preservação do estado das massas de água. ▪ O projeto 5.7 de renaturalização da Praia da Vinha d'Areia pretende requalificar este espaço, repensando as suas estruturas de apoio, pela valorização dos seus elementos naturais e paisagísticos, de forma a constituir uma zona de elevada qualidade que beneficie a população e a atividade turística. Esta ação tem como objetivo a devolução da linha de costa ao seu estado natural. Estas ações poderão induzir uma melhoria do estado das massas de água superficiais costeiras, beneficiando a biodiversidade e atratividade lúdica deste local. ▪ Considera-se que a elaboração e posterior concretização do Plano Municipal de Ordenamento Florestal apresentará efeitos positivos para o desenvolvimento da produção de bens e serviços proporcionados pelos ecossistemas florestais, maximizando as suas funções protetoras e sociais, a valorização económica e social do património natural e da paisagem, de forma ambientalmente sustentável e um contributo para a provisão de sistemas de ecossistemas e benefícios ambientais como parte de uma paisagem multifuncional. <p>Efeitos Negativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O desejado aumento da oferta de lugares de amarração para embarcações de recreio de maior tamanho previsto pelo projeto 5.8 poderá acarretar efeitos negativos no ambiente, nomeadamente, ao nível do risco potencial de emissão para o meio natural de efluentes e resíduos provenientes da atividade marítima existente, aumentando o risco de contaminação e deterioração do estado das massas de água costeiras localizadas na Marina de Vila Franca do Campo.
<p>Ordenamento e Qualificação territorial</p>	<p>Efeitos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Os projetos de qualificação de infraestruturas e de equipamentos previstos, tais como, o projeto 1.4, surgem como oportunidade de introdução de ações e boas práticas ambientais e aquisição de equipamentos com maiores índices hídrica, reutilização de águas pluviais ou residuais tratadas para fins menos exigentes, e equipamentos de recolha seletiva ou de valorização in loco de resíduos. Em caso de concretização destas ações, ocorrerão efeitos positivos ao nível da redução do consumo de água da rede pública, promoção da reutilização das águas residuais ou pluviais e valorização de resíduos, contribuindo para a circularidade local e redução dos focos de poluição. ▪ Para além da rede rodoviária já existente, o Programa de Execução e planta de ordenamento sugerem a construção de algumas novas vias propostas, designadamente, as descritas pelos projetos 2.4 “Construção da Rua dos Bombeiros de Vila Franca”, projeto 2.5 “Construção da via de Meio Moio”, e projeto 2.6 “Construção da via leste da Ponta Garça”. Segundo o rPDM_VFC, as vias propostas são estritamente aquelas que são necessárias ao completamento das acessibilidades no solo urbano, à melhoria de alguns atravessamentos em zonas de tecido urbano mais denso e à estruturação de algumas áreas menos ocupadas. O traçado das vias propostas têm carácter indicativo devendo ser ajustado no âmbito de instrumentos de programação ou de projetos de infraestruturas, desde que a nova solução cumpra os objetivos que estão na base da sua demarcação. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Considera-se que as vias propostas apresentaram efeitos positivos para a mobilidade e acessibilidade urbana, incutindo-se uma melhor capacidade de gestão de tráfego, e redução dos tempos de viagem, permitindo uma redução dos gases com efeito de estufa e contribuindo para o combate às alterações climáticas. ▪ O projeto 2.2 e 2.3 preveem a implementação das UOPG 2 e 3, respetivamente. Estas operações de loteamento constituem uma oportunidade para beneficiação do sistema de abastecimento de água, saneamento básico e gestão de resíduos, bem como a adoção no parque edificado a construir ou reabilitar o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis

FS	Efeitos Positivos e Efeitos Negativos
	<p>que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O projeto 3.4 de elaboração de um Plano Municipal de Gestão da Água visa a concretização dos seguintes objetivos operacionais e territoriais: i) Regularização de situações pontuais de quebra de abastecimento ou carência de água, principalmente, em aglomerados isolados e dispersos ou em situações de seca; ii) Redução das perdas de água através da melhoria das condições de captação e das redes de distribuição; iii) Recuperação das redes e equipamentos degradados; iv) Manutenção da qualidade de água abastecida para consumo humano e controlo dos respetivos parâmetros analíticos. A concretização deste projeto induzirá efeitos positivos para a qualidade geral do serviço de abastecimento público de água, permitindo a extração e adução de volumes mais reduzidos de água, melhores índices de água segura, e ocorrência de um número inferior de situações de quebra no serviço de abastecimento. ▪ O projeto 3.7 que prevê a qualificação do sistema de abastecimento de água e saneamento básico e gestão das infraestruturas pretende o reforço e integração da rede de drenagem e infraestruturas associadas (e.g. estações elevatórias), a beneficiação tecnológica dos equipamentos e estações de tratamento disponíveis com vista ao aumento da sua capacidade de tratamento, implementação de novas estações de tratamento de águas residuais, infraestruturização dos respetivos coletores de drenagem e adoção das melhores tecnologias disponíveis. Em caso de concretização deste projeto, a área de intervenção melhorará as condições de salubridade e higiene locais, bem como reduzirá os focos de poluição e efeito contaminante sobre os recursos hídricos e restante meio natural, beneficiando os ecossistemas naturais e atratividade turística local e qualidade de vida dos residentes. ▪ O projeto 3.8 de sensibilização e promoção ambiental poderá contribuir para o cumprimento de boas práticas ambientais, nomeadamente, ao nível da redução de ocorrência de focos de poluição inerentes às atividades humanas, uso mais sustentável e eficiente dos recursos naturais, promoção da circularidade, alteração de comportamentos ao nível da mobilidade e contributo para a mitigação e adaptação às alterações climáticas. ▪ O projeto 4.5 prevê a implementação da UOPG 1 – Lombinha. Esta operação de loteamento constitui uma oportunidade para beneficiação do sistema de abastecimento de água, saneamento básico e gestão de resíduos, bem como a adoção no parque edificado a construir ou reabilitar o uso de boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. ▪ Os projetos 5.3 e 5.4 preveem a remodelação de um conjunto de equipamentos municipais. Estes projetos constituem uma oportunidade para introduzir boas práticas ambientais, equipamentos eficientes, técnicas construtivas sustentáveis que promovam a circularidade de materiais e conforto térmico, eficiência hídrica e energética, ou uso de energias renováveis. O projeto 5.5 de elaboração de um Manual de Boas Práticas Urbanísticas pode igualmente considerar estes requisitos. <p>Efeitos Negativos: Não identificados.</p>
<p>Desenvolvimento Socioeconómico e Qualidade de Vida</p>	<p>Efeitos Positivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Contributo muito positivo para melhorar a qualidade de vida da população, promover a dinamização das atividades económicas, com especial foco para o turismo, cultura, produtos endógenos e setor primário; ▪ Contributo muito positivo para a coesão territorial, para a atração e fixação de população, melhoria da qualidade de vida e fruição do espaço público. ▪ Contributo muito positivo para reforçar o carácter identitário do concelho através da salvaguarda e divulgação do património do concelho, remodelação do museu municipal, renaturalização da Praia da Vinha d'Areia e; ▪ Contributo muito positivo para a valorização dos espaços com elevado potencial para a promoção do turismo de natureza, complementar ao incentivo de atividades de lazer dirigidas às famílias e à promoção dos valores associados ao meio ambiente. <p>Efeitos Negativos: Não identificados.</p>

8.2. SÍNTESE DAS PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

Apresentam-se de seguida as principais recomendações identificadas para cada um dos FS (Tabela 8.2). Importa referir que ao longo do processo da AAE foram sendo analisadas em conjunto com a equipa do Plano diversas questões e opções da rPDM_VFC e propostas diversas recomendações e opções entretanto internalizadas já na atual proposta do Plano).

Tabela 8.2_ Síntese das principais recomendações da AAE, por FS

FS	Recomendações
Vulnerabilidades e Riscos	<p>Recomendações complementares ao processo de rPDM_VFC</p> <ul style="list-style-type: none"> Rec 1.1: Atualizar e operacionalizar a EMAAC, através do PMAC (Plano Municipal de Ação–Climática), instrumento previsto da Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro - Lei de Bases do Clima, no sentido de desenvolver um modelo de atuação municipal cientificamente consolidado (assente na informação/conhecimento mais recente disponível) e institucionalmente estruturado. Rec 1.2: Incluir nos processos de licenciamento, e sempre que considerado pertinente, a necessidade de análise de vulnerabilidades aos riscos naturais, tecnológicos e/ou mistos. Rec 1.3: Incentivar através da aprovação de projetos com licenciamento camarário, à adoção de medidas de reforço da resiliência local a fenómenos climáticos extremos. Rec 1.4: Assegurar uma articulação eficaz entre diferentes ferramentas e instrumentos, nomeadamente de planeamento estratégico, existentes e previstos, no âmbito da Mitigação e adaptação às alterações climáticas.
Valores Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	<ul style="list-style-type: none"> Rec 2.1: As ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, consequentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer assegurar, em sede dos respetivos cadernos de encargos, a opção por soluções baseadas na natureza, a salvaguarda dos ecossistemas e habitats presentes, a minimização da perturbação e fragmentação de habitats, e a opção, quando aplicável, por utilização de espécies de flora endémicas ou nativas. Rec 2.2: Nas ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, implementando soluções baseadas na natureza como protótipos de adaptação ao clima e melhoria do bem-estar, recomenda-se que: <ul style="list-style-type: none"> - Se adotem medidas sustentáveis de adaptação baseadas em ecossistemas e aumentar a capacidade de aplicar esse conhecimento na prática por meio de oficinas de divulgação e demonstração; - Se promova a governação das autoridades regionais, diretores e gestores de edifícios e do setor da construção para integrar soluções baseadas na natureza como parte das medidas para promover a adaptação sustentável nos edifícios. Rec 2.3: Monitorizar a potencial fragmentação ou destruição de habitats em locais ambientalmente sensíveis, afetados quer pela realização de obras de requalificação ou construção com impacte significativo nos ecossistemas. Essa monitorização poderá ser assegurada, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções. Rec 2.4: Continuidade de projetos / intervenções de eliminação gradual de espécies invasoras/infestantes presentes, evitando e contendo a sua proliferação, substituindo-as por espécies endémicas ou nativas no contexto biogeográfico, sempre que essas zonas forem alvo de intervenção do município.
Recursos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> Rec 3.1: No projeto 3.4 de elaboração e implementação de um Plano Municipal de Gestão da Água, sugere-se a introdução dos seguintes objetivos operacionais: <ul style="list-style-type: none"> v) Implementação dos perímetros de proteção às captações e licenciamento de captações; vi) Elaboração de um Plano Municipal de Contingência para Situações de Seca e Escassez Hídrica.” (a elaborar e implementar após aprovação do Plano Regional) Rec 3.2: O projeto 5.8 de conclusão e qualificação da Marina de Vila Franca do Campo deve ser acompanhado pela implementação de medidas que reforcem as condições de salubridade e saneamento básico, reforço dos equipamentos de deposição de resíduos, uso eficiente de água, e sinalética de sensibilização para o respeito pelas boas práticas ambientais. soluções urbanísticas das UOPG, etC) A ocorrer na área de intervenção, durante a fase de implementação do rPDM_VFC. Ponderar a inclusão desta recomendação em sede de Regulamento ou do Programa de Execução. Rec 3.3: Estabelecimento de critérios de sustentabilidade ambiental e energética, ou uso de técnicas de construção sustentável e de conforto bioclimático, no processo de seleção e adjudicação de projetos e empreitadas de requalificação de edificado (p.e. equipamentos coletivos, habitação social, soluções urbanísticas das UOPG, etc) A Ocorrer na área de intervenção, durante a fase de implementação do rPDM_VFC. Ponderar a inclusão desta recomendação em sede de Regulamento. Rec 3.4: Considerar a importância dos espaços naturais na resiliência do próprio modelo e sistema territorial, assegurando as respetivas funções e serviços de ecossistemas, em particular de regulação e suporte. Um exemplo é considerar a floresta de proteção nos espaços naturais.

FS	Recomendações
Ordenamento e Qualificação territorial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rec 4.1: No projeto 3.4 de elaboração e implementação de um Plano Municipal de Gestão da Água, sugere-se a revisão do seguinte objetivo operacional: “ii) Redução das perdas de água através da melhoria das condições de monitorização e medição de caudais, bem como das condições de integridade das captações, adutoras e redes de distribuição;” ▪ Rec 4.2: No projeto 3.7 relativo à qualificação do sistema de saneamento básico, a prevista “adoção das melhores tecnologias disponíveis” deverá contemplar a introdução de soluções alternativas à extração e uso de água mineral (potável), como soluções de acondicionamento e reutilização de águas pluviais ou residuais tratadas para fins menos exigentes (p.e. rega, lavagem de espaços, sanitários, etc.). ▪ Rec 4.3: Aproveitar as operações urbanísticas e de reordenamento territorial previstas no rPDM_VFC como janela de oportunidade para o necessário reforço dos serviços ambientais de gestão de resíduos. Avaliar e remodelar o serviço de recolha seletiva definindo novo modelo de separação de resíduos urbanos que respondam às novas exigências legais, nomeadamente, a implementação de recolha seletiva de biorresíduos previstos pela Diretiva (UE) 2018/851, de 30 de maio, do Parlamento Europeu e do Conselho, que implementa a obrigatoriedade de se proceder à recolha seletiva de biorresíduos ou proceder à separação e reciclagem na origem dos biorresíduos até final de 2023, e que em 2030 os aterros não possam aceitar quaisquer resíduos apropriados para reciclagem ou outro tipo de valorização. As frações têxteis e resíduos perigosos serão igualmente alvo de procedimentos de recolha seletiva. Estas ações poderão igualmente ser consideradas nas soluções urbanísticas a criar no âmbito das UOPG definidas pela proposta de rPDM_VFC.
Desenvolvimento Socioeconómico e Qualidade de Vida	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não foram identificadas recomendações.

A ponderação do cenário global acima apresentado, articulado com a análise pericial desenvolvida, em particular em sede do Capítulo 6, sobre o nível de influência das apostas estratégicas da proposta de rPDM_VFC, sobre os indicadores e critérios selecionados em cada FS, traduz um balanço final significativamente positivo relativamente à situação atual da área de intervenção

9. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ADEEL, Zafar, [et al.]- Ecosystems and Human Well-Being: Desertification Synthesis. Washington: [s.n.], [s.d.]. ISBN 1-56973-590-5, p 4

Agência Portuguesa do Ambiente (APA) (2013). Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica-orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE. Amadora.

Agência Portuguesa do Ambiente (APA) (2007). Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – SIDS Portugal. Agência Portuguesa do Ambiente. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Vila Franca do Campo, 2019.

Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, Relatório de Avaliação Ordenamento do Território, 2020.

Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, Fase 4 , Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Franca do Campo, 2013.

Comissão Europeia (2004). Aplicação da Directiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas do Ambiente, Serviços das Publicações Oficiais das Comunidades Portuguesas, Luxem–urgo. Edição portuguesa – Direcção-eural do Ambiente.

Conselho da União Europeia - DOC 10917/06 – Nova Estratégia [da UE para](http://ec.europa.eu/sustainable/sds2006/index_en.htm) o Desenvolvimento Sustentável, Bruxelas, 26 de junho de 2006. Internet: http://ec.europa.eu/sustainable/sds2006/index_en.htm

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) (2008). Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, Lisboa.

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTU). Revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro.

Cruz, A de la, Benedicto, J., 2009. Assessing Socioeconomic Benefits of Natura 2000 – a Case Study on the ecosystem service provided by SPA Pico da Vara / R148idrúlic Guilherme. Output of the project Financing Natura 2000: Cost estimate and benefits of Natura 2000.

Institute for European Policy (IEEP), 2013: P ten Brink, S Bassi, T Badura, S Gantioler, M Kettunen, L Mazza, K Hart together with GHK: M Rayment, M Pieterse, E Daly, Ecologic Institute: H Gerdes, M Lago, S Lang, Metroeconomica: A Markandya, P Nunes, H Ding and EFTEC: R Tinch, I DickieThe Economic Benefits of the Natura 2000 Network. Synthesis Report.

Ke148idrúlic., Bassi, S., Gantioler, S. & ten Brink, P. 2009. Assessing Socio-economic Benefits of Natura 2000 – a Toolkit for Practitioners (September 2009 Edition). 148idrúlicf the European Commission project Financing Natura 2000: Cost estimate and benefits of Natura 2000.

MAES JOACHIM, et al (2020). Mapping and Assessment of Ecosystems and their Services: An EU ecosystem assessment. EUR - Scientific and Technical Research Reports. Publications Office of the European Union.

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (2001). Directiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, Luxemburgo, 27 de junho de 2001.

Territorial Agenda of the European Union (2007). Towards a More Competitive and Sustainable Europe of Diverse Regions. Agreed on the occasion of the Informal Ministerial Meeting on Urban Development and Territorial Cohesion in Leipzig, 24/25

ANEXOS

ANEXO_01: REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS

Tabela A01.1_Quadro de Referência Estratégico da AAE da proposta de rPDM_VFC

Referencial Estratégico	Objetivos
Agenda Territorial 2020 (AT2020)	<p>O objetivo da Agenda Territorial 2020 é fornecer orientações estratégicas para o desenvolvimento territorial, promoção e integração da dimensão territorial nas diferentes políticas em todos os níveis de governação e para assegurar a implementação da Estratégia Europa 2020 de acordo com princípios de coesão territorial. A Agenda estabelece as seguintes prioridades de desenvolvimento territorial da UE:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover um desenvolvimento territorial policêntrico e equilibrado; ▪ Estimular o desenvolvimento integrado nas cidades no meio rural e em áreas específicas; ▪ Assegurar a competitividade global das regiões baseada em economias locais fortes; ▪ Melhorar a conectividade territorial para os indivíduos comunidades e empresas; ▪ Gerir e interligar os valores ecológicos paisagísticos e culturais das regiões.
Agenda 2030	<p>A Agenda 2030 é uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (sócio, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm como base os progressos e lições aprendidas com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, estabelecidos entre 2000 e 2015, e são fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo. A Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são a visão comum para a Humanidade, um contrato entre os líderes mundiais e os povos e “uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta”.</p>
Pacto Ecológico Europeu	<p>Este pacto redefine o compromisso da Comissão de enfrentar os desafios climáticos e ambientais, tarefa determinante desta geração. A cada ano que passa, a atmosfera fica mais quente e o clima muda um pouco mais. Dos oito milhões de espécies que habitam o planeta, um milhão corre o risco de extinção. As florestas e os oceanos estão a ser poluídos e destruídos. O Pacto Ecológico Europeu é uma resposta a estes desafios. Trata-se de uma nova estratégia de crescimento que visa transformar a UE numa sociedade equitativa e próspera, dotada de uma economia moderna, eficiente na utilização dos recursos e competitiva, que, em 2050, tenha zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa e em que o crescimento económico esteja dissociado da utilização dos recursos. O pacto pretende igualmente proteger, conservar e reforçar o capital natural da UE e proteger a saúde e o bem-estar dos cidadãos contra riscos e impactos relacionados com o ambiente. Ao mesmo tempo, esta transição deve ser equitativa e inclusiva.</p> <p>O Pacto Ecológico é parte integrante da estratégia desta Comissão para executar a Agenda 2030 e concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, bem como as outras prioridades anunciadas nas orientações políticas da União Europeia. No âmbito do Pacto Ecológico, a Comissão irá reorientar o processo de coordenação macroeconómica para integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, a fim de os colocar no âmago do processo de elaboração de políticas e de adoção de medidas, e de centrar a política económica em torno da sustentabilidade e do bem-estar dos cidadãos.</p> <p>O Pacto Ecológico Europeu lança uma nova estratégia de crescimento da UE. Este pacto apoia a transição da UE para uma sociedade equitativa e próspera, capaz de dar resposta aos desafios colocados pelas Alterações Climáticas e decorrentes da degradação ambiental, melhorando a qualidade de vida da geração atual e das futuras.</p>
Estratégia de Biodiversidade da EU para 2030 (EBUE 2030)	<p>Com o objetivo de colocar a biodiversidade europeia no caminho da recuperação até 2030, a Estratégia define formas novas e mais eficazes de aplicar a legislação em vigor, bem como novos compromissos, medidas, metas e mecanismos de governação, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Transformar pelo menos 30 % das terras e dos mares da Europa em áreas protegidas geridas de forma eficaz. O objetivo é, a partir das zonas Natura 2000 existentes, complementar a rede com áreas protegidas a nível nacional, garantindo simultaneamente a proteção estrita das zonas com elevado valor em termos climáticos e de biodiversidade. - Restaurar, em toda a UE, ecossistemas degradados que se encontrem em mau estado, e reduzir as pressões exercidas sobre a biodiversidade. A Estratégia propõe um plano abrangente de restauração da natureza da UE, que inclui: Elaborar, sob reserva de uma avaliação de impacto, uma proposta de um novo quadro jurídico para a restauração da natureza, com objetivos vinculativos, para restaurar ecossistemas danificados, nomeadamente os mais ricos em carbono; Melhorar o estado de conservação ou a tendência de, pelo menos, 30 % das espécies e habitats protegidos da UE que não se encontram atualmente em estado favorável; Restabelecer o curso natural de rios, numa extensão de, pelo menos, 25 000 km; Travar e reverter o declínio das aves das terras agrícolas e dos insetos, em especial dos polinizadores; Reduzir a utilização global e o risco dos pesticidas químicos, bem como a utilização dos mais perigosos, em 50 %; Manter pelo menos 25 % das terras agrícolas em produção biológica e aumentar significativamente a adoção de práticas agroecológicas; Reduzir as perdas de nutrientes provenientes dos fertilizantes em, pelo menos, 50 %, e a utilização de fertilizantes em, pelo menos, 20 %; Plantar pelo menos 3 mil milhões de árvores, em pleno respeito pelos princípios ecológicos, e proteger as florestas primárias e seculares ainda existentes; Eliminar as capturas acessórias de espécies protegidas ou reduzi-las para um nível que permita a recuperação total das espécies e não ameace o seu estado de conservação. - Permitir uma mudança transformadora. A Estratégia lança um novo processo para melhorar a governança da biodiversidade, garantindo que os Estados-Membros integram os compromissos da Estratégia nas respetivas políticas nacionais. Um centro de conhecimento da biodiversidade e uma parceria para a biodiversidade contribuirão para uma melhor investigação e inovação no domínio da biodiversidade na Europa. A Estratégia visa estimular os regimes fiscais e a fixação de preços de modo a refletir os custos ambientais reais, nomeadamente o custo da perda de biodiversidade, e a integrar efetivamente a biodiversidade nas tomadas de decisões públicas e empresariais.
Convenção de Bona (Transposta para a legislação regional pelo	<p>A Convenção de Bona tem como objetivo a conservação das espécies migradoras em toda a sua área de distribuição, bem como dos respetivos habitats. Para tal, as partes poderão:</p>

Referencial Estratégico	Objetivos
Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril)	<ul style="list-style-type: none"> Adotar medidas restritivas de proteção das espécies migradoras consideradas em perigo de extinção (espécies listadas no Anexo I); Elaborar acordos para a conservação e gestão de espécies migradoras com um estatuto de conservação desfavorável ou que beneficiariam consideravelmente com o estabelecimento de protocolos de cooperação internacional (espécies listadas no Anexo II); e Desenvolver projetos conjuntos de investigação e monitorização.
Convenção de Berna (Transposta para a legislação regional pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril)	<p>A Convenção sobre a Vida Selvagem e os Habitats Naturais na Europa (Convention on the Conservation of European Wildlife and Natural Habitat) foi assinada em Berna, a 19 de setembro de 1979, durante a 3ª Conferência Europeia de Ministros do Ambiente, por um grupo de 9 países mais a então Comunidade Económica Europeia (na qual Portugal se incluía). Atualmente, perto de 40 países são Partes Contratantes da Convenção de Berna.</p> <p>Em Portugal, o texto da Convenção foi publicado pelo Decreto n.º 95/81, de 23 de julho. A sua regulamentação decorre da aplicação do Decreto-Lei n.º 316/89, 22 de setembro.</p> <p>Esta Convenção tem um âmbito pan-europeu, estendendo-se a sua influência também ao norte de África para o cumprimento dos objetivos da conservação das espécies migradoras, listadas nos seus anexos, que nesse território passam uma parte do ano.</p> <p>Os objetivos da Convenção são conservar a flora e a fauna selvagens e os seus habitats naturais, em particular as espécies e os habitats cuja conservação exija a cooperação de diversos estados, e promover essa cooperação; é atribuído um ênfase particular às espécies em perigo ou vulneráveis, incluindo as espécies migratórias.</p>
Declaração de Toledo (2010) (DT)	<p>A Carta de Toledo, pretende adaptar a Carta de Leipzig à atual crise económica, financeira e social que afeta a Europa. Assim, assenta num conjunto de princípios orientadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> Enfrentar as alterações urbanas e implementar a Estratégia Europeia para 2020, alcançando um desenvolvimento urbano mais sustentável e de inclusão social, a nível local; Suportar a continuação do Processo de Marseille e implementar um Quadro de Referência Europeu para Cidades Sustentáveis; Tentar consolidar a Agenda Urbana Europeia no futuro.
Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano (ETAU)	<p>A ETAU faz parte do Sexto Programa de Ação em matéria de Ambiente "Ambiente 2010: o nosso futuro, a nossa escolha" e é uma das sete estratégias temáticas do programa criado com vista a permitir uma abordagem holística de questões-chave ambientais, que se caracterizam pela sua complexidade, diversidade das partes envolvidas e necessidade de soluções inovadoras e múltiplas. Conforme estabelecido no 6º Programa de Ação em matéria de Ambiente, a Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano tem como objetivo a promoção de uma abordagem horizontal integrada de todas as políticas comunitárias e que melhore a qualidade do ambiente urbano, tendo em conta os progressos realizados na implementação do quadro de cooperação existente, revendo-o consoante as necessidades, e que abranja:</p> <ul style="list-style-type: none"> A promoção da Agenda Local 21; A atenuação do nexo entre o crescimento económico e a procura de transportes de passageiros; A necessidade de aumentar a quota-parte dos transportes públicos, dos modos de transporte ferroviário, de navegação interior, bem como da bicicleta e da locomoção pedestre; A necessidade de fazer face ao aumento dos volumes de tráfego e de lograr uma significativa dissociação entre o aumento dos transportes e o aumento do PIB; A necessidade de promover a utilização de veículos com emissões reduzidas nos transportes públicos; A tomada em consideração de indicadores ambientais urbanos. <p>De forma a cumprir os objetivos acima referidos, a Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano centra-se em quatro temas prioritários: gestão urbana sustentável, transportes urbanos sustentáveis, construção sustentável e a conceção urbana sustentável (padrão e tipo de utilização dos solos numa zona urbana).</p>
Estratégia Temática de Proteção do Solo (ETPS)	<p><u>O objetivo da estratégia é:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Descrever as múltiplas funções dos solos; Identificar as suas características relevantes para o desenvolvimento de políticas; Identificar as principais ameaças que pesam sobre o solo; Apresentar uma descrição geral das políticas comunitárias pertinentes; Expor a atual situação em matéria de monitorização e de informação sobre o solo e identificar as lacunas a preencher para se criar a base de uma política de proteção do solo; Definir a base política e descrever os passos a dar para a apresentação em 2004 de uma estratégia temática sobre a proteção do solo. <p><u>Para além disso, a estratégia deverá ser baseada:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Em iniciativas atuais no âmbito das políticas de ambiente, Na integração da proteção do solo noutras políticas, Na monitorização do solo, e No desenvolvimento futuro de novas ações baseadas nos resultados da monitorização.
Estratégia Europeia para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais (ETUSRN)	<p>Esta estratégia cria um quadro de ação que visa diminuir as pressões sobre o ambiente resultantes da produção e do consumo dos recursos naturais sem penalizar o desenvolvimento económico. As preocupações com os recursos serão integradas em todas as políticas e serão postas em prática medidas específicas, nomeadamente a criação de um centro de dados e de indicadores, o desenvolvimento de um fórum europeu e a criação de um grupo internacional de peritos. Esta estratégia fixa as orientações para a ação da União Europeia (UE) nos próximos 25 anos e tem em vista a utilização mais eficaz e mais sustentável dos recursos naturais ao longo de todo o seu ciclo de vida. O objetivo da estratégia é reduzir os impactos ambientais</p>

Referencial Estratégico	Objetivos
	negativos provocados pela utilização dos recursos naturais (esgotamento dos recursos e poluição), respeitando simultaneamente os objetivos fixados no Conselho Europeu de Lisboa em matéria de crescimento económico e de emprego. A estratégia abrange todos os sectores consumidores de recursos e implica melhorar o rendimento dos recursos, reduzir a incidência dos setores económicos no ambiente e substituir os recursos demasiado poluentes por outras soluções.
Quadro de Ação de Sendai 2015-2030	<p>Quatro áreas prioritárias a seguir:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Compreensão do risco de desastres. 2. Fortalecimento da governança do risco de desastres para gerenciar o risco de desastres; 3. Investimento na redução do risco de desastres para a resiliência; 4. Melhoria na preparação para desastres a fim de providenciar uma resposta eficaz e de Reconstruir Melhor em recuperação, reabilitação e reconstrução.
Portugal 2030	<p>As prioridades do Programa Portugal 2030 assentam em <u>8 eixos</u>, cada um deles com os seus objetivos estratégicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Inovação e Conhecimento Assegurar as condições de competitividade empresarial e o desenvolvimento da base científica e tecnológica nacional para uma estratégia sustentada na inovação 2. Qualificação, Formação e Emprego Assegurar a disponibilidade de recursos humanos com as qualificações necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social nacional, assegurando a sustentabilidade do emprego 3. Sustentabilidade demográfica Travar o envelhecimento populacional e assegurar a sustentabilidade demográfica, assegurando simultaneamente a provisão e bens e serviços adequados a uma população envelhecida 4. Energia e alterações climáticas <ol style="list-style-type: none"> i. Assegurar as condições para a diminuição da dependência energética e de adaptação dos territórios às alterações climáticas, nomeadamente garantindo a gestão dos riscos associados 5. Economia do Mar <ol style="list-style-type: none"> i. Reforçar o potencial económico estratégia da Economia do Mar, assegurando a sustentabilidade ambiental e dos recursos marinhos 6. Competitividade e coesão dos territórios do litoral <ol style="list-style-type: none"> i. Assegura dinâmica económica e a coesão social e territorial dos sistemas urbanos atlânticos 7. Competitividade e coesão dos territórios do interior <ol style="list-style-type: none"> i. Reforçar a competitividade dos territórios da baixa densidade em torno de cidades médias, potenciando a exploração sustentável dos recursos endógenos e o desenvolvimento rural, diversificando a base económica para promover a sua convergência e garantindo a prestação de serviços públicos 8. Agricultura/florestas Promover um desenvolvimento agrícola competitivo com a valorização do regadio, a par de uma aposta estratégica reforçada na reforma florestal
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	<p>A ENDS apresenta como desígnio “retomar uma trajetória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atrativos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social”, incluindo sete objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”; ■ Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética; ■ Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural; ■ Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social; ■ Melhor conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território; ■ Um Papel Ativo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional; ■ Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada. <p>Cada objetivo inclui um conjunto de prioridades estratégicas, vetores estratégicos e metas associadas.</p>
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)	<p>A ENCNB 2030 constitui um documento de referência das políticas de ambiente para reduzir a perda de biodiversidade, tendo subjacente os compromissos internacionais e nacionais assumidos no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, do Plano Estratégico da Convenção sobre a Diversidade Biológica e da Estratégia da União Europeia para a Biodiversidade.</p> <p>O contexto em que a ENCNB 2030 é desenvolvida é marcado por três apostas que moldam a política de ambiente:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) A descarbonização da economia, tendo em vista a convergência com o propósito de combate às alterações climáticas e redução do seu efeito a nível global; b) A economia circular, promovendo a maior eficiência dos processos produtivos e de consumo, reduzindo a utilização de recursos naturais e o seu desperdício nos processos de consumo; c) A valorização do território, adotando modelos de desenvolvimento que se diferenciem pela combinação de características singulares que o país apresenta e que são a sua marca única e intransponível.

Referencial Estratégico	Objetivos
	<p>A ENCNB apresenta três objetivos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia; ■ Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos; ■ Contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da conservação da Natureza em que Portugal está envolvido, designadamente a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos.
Plano Nacional Integrado Energia Clima 2021-2030 (PNEC 2021-2023)	<p><u>Visão Estratégica</u></p> <p>i. Promover a descarbonização da economia e a transição energética visando a neutralidade carbónica em 2050, enquanto oportunidade para o país, assente num modelo democrático e justo de coesão territorial que potencie a geração de riqueza e uso eficiente de recursos.</p> <p><u>Objetivos</u></p> <p>1. Descarbonizar a Economia Nacional</p> <p>Assegurar uma trajetória de redução de emissões nacionais de gases com efeito de estufa (GEE) em todos os setores de atividade, designadamente energia e indústria, mobilidade e transportes, agricultura e florestas e resíduos e águas residuais, e promover a integração dos objetivos de mitigação nas políticas sectoriais (mainstreaming).</p> <p>2. Dar Prioridade à Eficiência Energética</p> <p>Reduzir o consumo de energia primária nos vários setores num contexto de sustentabilidade e custo eficácia, apostar na eficiência energética e no uso eficiente de recursos, privilegiar a reabilitação e a renovação do edificado, e promover edifícios de emissões zero.</p> <p>3. Reforçar a Aposta nas Energias Renováveis e Reduzir a Dependência Energética do País</p> <p>Reforçar a diversificação de fontes de energia através de uma utilização crescente e sustentável de recursos endógenos, promover o aumento da eletrificação da economia e incentivar I&D&I em tecnologias limpas.</p> <p>4. Garantir a Segurança de Abastecimento</p> <p>i. Assegurar a manutenção de um sistema resiliente e flexível, com diversificação das fontes e origens de energia, reforçando, modernizando e otimizando as infraestruturas energéticas, desenvolvendo as interligações e promovendo a integração, a reconfiguração e a digitalização do mercado da energia, maximizando a sua flexibilidade.</p> <p>5. Promover a Mobilidade Sustentável</p> <p>i. Descarbonizar o setor dos transportes, fomentando a transferência modal e um melhor funcionamento das redes de transporte coletivo promovendo a mobilidade elétrica e ativa e o uso de combustíveis alternativos limpos.</p> <p>6. Promover uma Agricultura Sustentável e Potenciar o Sequestro de Carbono</p> <p>i. Reduzir a intensidade carbónica das práticas agrícolas e promover uma geo agroflorestal eficaz contribuindo para aumentar a capacidade de sumidouro natural.</p> <p>7. Desenvolver uma Indústria Inovadora e Competitiva</p> <p>i. Promover a modernização industrial apostando na inovação, na descarbonização, digitalização (indústr4.0) e na circularidade, contribuindo para o aumento da competitividade da economia.</p> <p>8. Garantir uma Transição Justa, Democrática e Coesa</p> <p>Reforçar o papel do cidadão como agente ativo na descarbonização e na transição energética, criar condições equitativas para todos, combater a pobreza energética, criar instrumentos para a proteção dos cidadãos vulneráveis e promover o envolvimento ativo dos cidadãos e a valorização territorial.</p>
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)	<p>O Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS) visa melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em fatores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação e, desta forma, contribuir também para o desenvolvimento económico e social do país. O Plano apresenta como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Intervir ao nível dos fatores ambientais para promover a saúde do indivíduo e das comunidades a eles expostos; ■ Sensibilizar, educar e formar os profissionais e a população em geral, por forma a minimizar os riscos para a saúde associados a fatores ambientais; ■ Promover a adequação de políticas e a comunicação do risco; ■ Construir uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde. <p>Constituem domínios prioritários do PNAAS: (1) água; (2) ar; (3) solo e sedimentos; (4) químicos; (5) alimentos; (6) ruído; (7) espaços construídos; (8) radiações; e (9) fenómenos meteorológicos.</p>
Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)	<p><u>Ações macro:</u></p> <p>Ação 1 — Desenhar, Reparar, Reutilizar: uma responsabilidade alargada do produtor;</p> <p>Ação 2 — Incentivar um mercado circular;</p> <p>Ação 3 — Educar para a economia circular;</p> <p>Ação 4 — Alimentar sem sobrar: produção sustentável para um consumo sustentável;</p> <p>Ação 5 — Nova vida aos resíduos!;</p> <p>Ação 6 — Regenerar recursos: água e nutrientes;</p>

Referencial Estratégico	Objetivos
	<p>Ação 7 — Investigar e inovar para uma economia circular;</p> <p><u>Ações meso:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Proposta de agenda de transição para o setor da construção; ▪ Proposta de agenda de transição para as compras públicas ecológicas. <p><u>Ações micro:</u></p> <p>Proposta de agenda de transição para as Zonas Empresariais Responsáveis (ZER).</p>
<p>Alteração do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (Alteração PNPOT)</p>	<p><u>Desafios Territoriais, subdivididos em 15 opções estratégicas de base territorial:</u></p> <p><u>D1 Gerir os recursos naturais de forma sustentável</u></p> <p>1.1. Valorizar o capital natural</p> <p>1.2. Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano</p> <p>1.3. Aumentar a resiliência socioecológica</p> <p><u>D2 Promover um sistema urbano policêntrico</u></p> <p>2.1. Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e de competitividade externa</p> <p>2.2. Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna</p> <p>2.3. Promover a qualidade urbana</p> <p><u>D3 Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial</u></p> <p>3.1. Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral</p> <p>3.2. Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização</p> <p>3.3. Promover o desenvolvimento transfronteiriço</p> <p><u>D4 Reforçar a conectividade interna e externa</u></p> <p>4.1. Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica</p> <p>4.2. Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade</p> <p>4.3. Dinamizar as redes digitais</p> <p><u>D5 Promover a governança territorial</u></p> <p>5.1. Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível</p> <p>5.2. Promover redes colaborativas de base territorial</p> <p>5.3. Aumentar a Cultura Territorial</p>
<p>Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050)</p>	<p>O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 pretende, apoiar o compromisso de atingir a neutralidade carbónica da economia Portuguesa em 2050. O objetivo principal do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 é a identificação e análise das implicações associadas a trajetórias alternativas, tecnicamente exequíveis, economicamente viáveis e socialmente aceites, e que permitam alcançar o objetivo de neutralidade carbónica da economia Portuguesa em 2050.</p> <p>O roteiro apresenta as trajetórias alternativas até 2050 para quatro componentes setoriais – Energia, Transportes, Resíduos e Agricultura, Florestas e Uso do Solo, principais responsáveis pelas emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) e pelo sequestro de carbono. E que têm como suporte três componentes transversais: Cenários socioeconómicos, Economia circular e Envolvimento da sociedade.</p>
<p>Estratégia Nacional para o Mar (ENM) 2021-2030 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2021, de 4 de junho)</p>	<p>A ENM 2030 tem como objetivos estratégicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Combater as alterações climáticas e a poluição e proteger e restaurar os ecossistemas; 2) Fomentar o emprego e a economia azul circular e sustentável; 3) Descarbonizar a economia e promover as energias renováveis e autonomia energética; 4) Apostar na garantia da sustentabilidade e na segurança alimentar; 5) Facilitar o acesso a água potável; 6) Promover a saúde e o bem-estar; 7) Estimular o conhecimento científico, desenvolvimento tecnológico e inovação azul; 8) Incrementar a educação, a formação, a cultura e a literacia do oceano; 9) Incentivar a reindustrialização e a capacidade produtiva e digitalizar o oceano; 10) Garantir a segurança, soberania, cooperação e governação.
<p>Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver, no âmbito regional, as opções nacionais da política de ordenamento do território e das políticas sectoriais traduzindo, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico, social e ambiental da Região Autónoma do Açores; ▪ Formular a estratégia regional de ordenamento territorial e o sistema de referência para a elaboração de planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território; ▪ Orientar a compatibilização prospetiva das diferentes políticas sectoriais com incidência espacial, com destaque para o ambiente e recursos naturais, acessibilidades, transportes e logística, agricultura e desenvolvimento rural, economia, turismo e património cultural; ▪ Introduzir a especificidade do planeamento e gestão integrada de zonas costeiras que, inerentemente, as ilhas constituem, tendo em conta, entre outros aspetos, a diversidade de situações de ocupação humana, os valores ecológicos existentes e as situações de risco identificadas; ▪ Contribuir para a atenuação das assimetrias de desenvolvimento intrarregionais, atendendo às especificidades de cada ilha;

Referencial Estratégico	Objetivos
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a estruturação do território, definindo a configuração do sistema urbano, rede de infraestruturas e equipamentos, garantindo a equidade do seu acesso; bem como as áreas prioritárias para a localização de atividades económicas e de grandes investimentos públicos; Defender o valor da paisagem, bem como o património natural e cultural enquanto elementos de identidade da região, promovendo a sua proteção, gestão e ordenamento, em articulação com o desenvolvimento das atividades humanas; Reforçar a participação dos agentes e entidades interessadas, através da discussão e validação de opções estratégicas que deverão nortear a construção do modelo territorial a adotar.
Estratégia Regional para as Alterações climáticas (ERAC)	<p><u>Eixos Estruturantes da Estratégia e respetivos objetivos:</u></p> <p>Eixo A – Conhecer</p> <ul style="list-style-type: none"> Objetivo A.1 – Reforçar o conhecimento e a Informação; Objetivo A.2 – Inovar e Valorizar os Condicionismos Climáticos. <p>Eixo B – Atuar</p> <ul style="list-style-type: none"> Objetivo B.1 – Contribuir para a Mitigação das AC; Objetivo B.2 – Reduzir a Vulnerabilidade e Adaptar às AC. <p>Eixo C – Participar</p> <ul style="list-style-type: none"> Objetivo C.1 – Participar, Sensibilizar e Divulgar; Objetivo C.2 – Cooperar a Nível Nacional e Internacional.
Estratégia Açoriana para a Energia 2030 (EAE2030) (em elaboração)	<p>A Estratégia Açoriana para a Energia 2030 resulta de uma primeira consulta pública, efetuada no final de 2018, e dos trabalhos desenvolvidos por um alargado Grupo de Trabalho, representativo do tecido Açoriano, liderado pela Direção Regional da Energia, encontrando-se em fase final de elaboração.</p> <p>As metas definidas, resultantes do trabalho desenvolvido, demonstrarão a viabilidade de uma transição energética numa região insular arquipelágica com claras vantagens económicas, sociais e ambientais para todos. Os objetivos propostos pela Estratégia Açoriana para a Energia 2030, com o seu obrigatório acompanhamento e pontual revisão, estarão em perfeito alinhamento com as políticas europeias e nacionais, cimentando a posição dos Açores como destino sustentável e região líder na transição energética da União Europeia no contexto dos espaços insulares.</p>
Plano Regional de Ação para a Eficiência Energética (PRAEE) (em elaboração)	Em elaboração
Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores 2018-2024 (PMEA)	<p>PMEA tem os seguintes objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução das emissões de GEE; - Descarbonização da economia regional; - Promoção da eficiência energética; - Utilização mais eficiente do sistema elétrico; - Redução de custos para famílias e organizações; - Ganho reputacional da RAA, potenciando os Açores, no contexto das regiões insulares e ultraperiféricas europeias, como um verdadeiro living lab de soluções para a ME.
Plano Regional de Emergência de Proteção Civil dos Açores (PREPC Açores)	<p><u>Objetivos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade; Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver; Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes; Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe; Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil; Assegurar uma resposta rápida, eficiente e coordenada de meios e recursos, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifiquem; Garantir que as entidades envolvidas no Plano têm um adequado grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes, através da realização de exercícios.
Objetivos de qualidade de paisagem e orientações para a gestão da paisagem (adaptação da CEP à RAA)	<p>II – Objetivos de Qualidade de Paisagem para os Açores</p> <p>II.1- Considerando o estabelecido na CEP, foram definidos os seguintes Objetivos de Qualidade de Paisagem para os Açores:</p> <ol style="list-style-type: none"> Uma paisagem diversa, equilibrada e harmoniosa em termos de usos e funções; Uma paisagem que assegura a qualidade dos diferentes recursos naturais; Uma paisagem que conta com um maior nível de consciencialização da sua importância como um recurso público; Uma paisagem que mantém preservados os seus aspetos de singularidade; Uma paisagem que garante o acesso e a fruição de valores cénicos elevados; Uma paisagem que permite atividades desportivas, de recreio e lazer, e com fins didáticos; Paisagens urbanas, cujos espaços públicos e centros históricos merecem uma preocupação ao nível da qualidade; Paisagens urbanas com um tecido urbano mais eficiente do ponto de vista funcional e de bem-estar social e cultural;

Referencial Estratégico	Objetivos
	<p>i) Paisagens com infraestruturas e equipamentos bem integrados e respeitadores dos aspetos essenciais do seu carácter;</p> <p>j) Paisagens que integram as novas dinâmicas económicas, sociais e culturais sem comprometer os seus aspetos identitários, fundamentadas em conhecimento e reflexão;</p> <p>k) Paisagens que sejam flexíveis e resilientes;</p> <p>l) Paisagens que considerem vocações com viabilidade económica a longo prazo, sem dispensar a diversidade.</p> <p>III – Orientações para a Gestão da Paisagem dos Açores</p> <p>III.1- Na definição das orientações para a gestão da paisagem dos Açores são considerados os objetivos de qualidade de paisagem constantes do ponto anterior e os princípios de atuação seguintes:</p> <p>a) Garantir e promover a sustentabilidade da paisagem, através da coerência e diversificação de usos adequados à matriz biofísica existente, com vista ao equilíbrio entre as componentes natural e humana da paisagem;</p> <p>b) Promover a diversidade biológica e a conservação das zonas em que dominam os processos de regeneração natural;</p> <p>c) Atender ao regime de gestão das áreas protegidas dos Açores, com vista à preservação dos recursos naturais e do património natural protegido ou classificado;</p> <p>d) Preservar e promover o património geológico, o qual constitui uma das potencialidades da paisagem;</p> <p>e) Contribuir para a valorização da paisagem, através da definição de critérios de qualidade arquitetónica e da requalificação do património cultural construído identitário das paisagens açorianas e preservar os elementos que testemunham diferentes períodos de humanização da paisagem;</p> <p>f) Promover o planeamento e ordenamento, em especial da expansão urbana, com destaque para as faixas litorais das ilhas, no sentido de diminuir os riscos para a segurança de pessoas e bens e promover a salvaguarda dos ecossistemas presentes, e que são especialmente sensíveis nas situações de interface terra/ mar;</p> <p>g) Promover a concretização de ações preventivas que diminuam os fenómenos erosivos evidentes em algumas paisagens.</p> <p>(o III.2 define orientações para a gestão da paisagem de cada uma das ilhas dos Açores)</p>
Estratégica Florestal dos Açores (EFA)	<p>A Estratégia Florestal dos Açores, direcionada para garantir o ordenamento e a gestão dos recursos florestais, assenta nos seguintes <u>objetivos estratégicos</u>:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a Certificação da gestão florestal, a valorização dos produtos florestais e a sua comercialização através da procura de novos mercados; 2. Aumentar a competitividade do sector florestal através da utilização sustentável dos recursos florestais; 3. Incentivar a gestão florestal ativa; 4. Dinamizar o uso múltiplo da floresta.
Programa Regional da Água (PRA)	<p>Linhas de Orientação Estratégica</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gerir a procura de água para as populações e atividades económicas, assegurando a sustentabilidade do recurso numa gestão articulada e integrada perante as necessidades, as disponibilidades (acessíveis) e a gestão dos efeitos das Alterações Climáticas; ▪ Melhorar e proteger a qualidade da água; ▪ Prevenir e mitigar riscos, em especial associados a fenómenos hidrológicos extremos e a atividades antropogénicas, bem como implementar um modelo de gestão integrada com outros instrumentos de proteção dos recursos naturais, com destaque para os ecossistemas e espécies terrestres e aquáticas associadas aos recursos hídricos; ▪ Otimizar a implementação e aplicação do atual quadro institucional e normativo e articulá-lo, de forma tangível, com referenciais ao nível da conservação da natureza, da gestão do mar, e outros instrumentos de gestão territorial; ▪ Promover a sustentabilidade económica e financeira dos serviços de abastecimento, saneamento e de gestão dos recursos hídricos; ▪ Promover e otimizar os modelos de informação e de participação do cidadão; ▪ Aprofundar o conhecimento dos recursos hídricos de modo a colmatar lacunas de conhecimento e otimizar a gestão. <p>Foram considerados dois tipos de objetivos no PRA: Objetivos de Estado e Objetivos de Resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Os Objetivos de Estado, que representam as metas de qualidade ambiental que se pretendem atingir para a Região. Para se atingirem os Objetivos de Estado é necessário recorrer a um conjunto de “respostas” da sociedade. ▪ Os Objetivos de Resposta, que representam compromissos de resposta da sociedade, estabelecidos no sentido da prossecução dos Objetivos de Estado desejados. Consequentemente, os Objetivos de Resposta estão diretamente ligados a medidas, projetos e ações resultantes de outros instrumentos de planeamento de recursos hídricos. <p>AT1 – Quantidade de Água</p> <p>Objetivos de Estado</p>

Referencial Estratégico	Objetivos
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Água Segura <p>Objetivos de Resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Origens de água com perímetros de proteção implementados ▪ População servida por sistemas de abastecimento ▪ Perdas nos sistemas de abastecimento de água ▪ Avaliação satisfatória na ocorrência de falhas no abastecimento (1) ▪ Consumo urbano: atingir uma eficiência de utilização da água (3) ▪ Consumo turístico: atingir uma eficiência de utilização da água (4) ▪ Consumo agrícola / agropecuário: atingir uma eficiência de utilização da água (3) ▪ Consumo de água na agropecuária por rede separativa ▪ Reutilização de águas residuais tratadas ▪ Reutilização de águas pluviais na indústria e agricultura/pecuária (m3 reutilizados / m3recolhidos) ▪ Redução do consumo de água na indústria ▪ Redução dos custos ambientais e de escassez (2) ▪ Planos de Gestão de Secas e Escassez regionais e setoriais (agricultura e pecuária) (2) ▪ Planos de Segurança da Água (2) <p>AT2 - Qualidade da Água</p> <p>Objetivos de Estado</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Massas de águas superficiais interiores com Estado igual ou superior a Bom ▪ Massas de água superficiais costeiras com Estado igual ou superior a Bom ▪ Massas de água superficiais de transição com Estado igual ou superior a Bom ▪ Massas de água subterrâneas com Estado igual ou superior a Bom ▪ Qualidade trófica das lagoas ▪ Qualidade das Águas Balneares ▪ Qualidade ecológica de ecótipos ▪ Massas de águas associadas a áreas protegidas no âmbito da RN2000 com Estado igual ou superior a Bom ▪ Massas de águas associadas a Zonas Vulneráveis com Estado igual ou superior a Bom <p>Objetivos de Resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ População servida por sistemas de drenagem de águas residuais ▪ População servida por sistemas de tratamento adequado de águas residuais ▪ Redefinição das metas de atendimento dos serviços de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas (1) ▪ Tratamento de águas residuais industriais ▪ Redução da aplicação de estrume animal ▪ Linhas de água intervencionadas sujeitas a regime de caudais ambientais ▪ Zonas sensíveis e vulneráveis definidas ▪ Classificação dos meios hídricos <p>AT3 – Gestão de Riscos e Valorização dos Recursos Hídricos</p> <p>Objetivos de Estado</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Bacias hidrográficas com zonas críticas à ocorrência de cheias fluviais ▪ Zonas críticas à ocorrência de inundações costeiras ▪ Grau de artificialização da costa <p>Objetivos de Resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Bacias hidrográficas com sistemas de monitorização e alerta de cheias ▪ POOC com medidas de reabilitação /renaturalização e proteção costeira definidas / implementadas ▪ Diminuição do grau de artificialização da costa ▪ Concelho com cadastro de infraestruturas hidráulicas georreferenciado ▪ Área do domínio hídrico delimitado ▪ Locais intervencionados para área de recreio e lazer ▪ Exploração de extração de inertes abrangidas por plano de gestão ▪ Planos de gestão de recursos hídricos elaborados ▪ Vazadouros selados ▪ Planos de emergência <p>AT4 – Quadro Institucional e Normativo</p> <p>Objetivos de Resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Instrumentos de planeamento setoriais articulados com as Linhas de Orientação Estratégica e objetivos do PRA ▪ Diminuição dos processos de contraordenação ambiental levantados associados a recursos hídricos <p>AT5 – Regime Económico e Financeiro</p> <p>Objetivos de Resposta</p>

Referencial Estratégico	Objetivos
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Internalização dos custos totais no sistema tarifário ▪ Nível de recuperação de custos nos serviços de saneamento de águas residuais ▪ Implementação da Taxa de Recursos Hídricos pelas Entidades Gestoras ▪ Aplicação da recuperação dos custos ambientais e de escassez pelas Entidades Gestoras ▪ Aplicação de tarifários familiares para agregados familiares numerosos pelas Entidades Gestoras ▪ Aplicação de tarifários especiais para situações de carência económica pelas Entidades Gestoras <p>AT6 - Informação e Participação do Cidadão</p> <p>Objetivos de Resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acessos ao Portal dos Recursos Hídricos ▪ Reforço das ações de sensibilização/educação e formação sobre recursos hídricos ▪ Organizações Não Governamentais de Ambiente ou equiparadas <p>AT7 – Conhecimento</p> <p>Objetivos de Resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Representatividade da rede de monitorização das massas de água superficiais e subterrâneas ▪ Adequabilidade da rede de monitorização das massas de água superficiais e subterrâneas ▪ Monitorização da qualidade da água abastecida ▪ Ações de formação de Recursos Humanos
Plano Integrado dos Transportes dos Açores (PIT)	<p>Tem como objetivo promover a coordenação e intermodalidade dos transportes aéreos, marítimos e terrestres. São assim definidos os eixos de atuação que visam a efetiva coordenação entre todos os meios de transporte, para uma interligação, dentro do fisicamente possível, ao nível de horários, logística, parâmetros operacionais e gestão de informação, numa lógica permanente de orientação para o serviço prestado ao cidadão. Este documento está organizado, de modo a permitir um enquadramento atual, tanto ao nível das infraestruturas, como dos meios e níveis de serviço existentes, seguindo-se os objetivos a atingir, assim como o que se propõe fazer ao nível da coordenação e promoção da intermodalidade. Inclui igualmente um conjunto de medidas a desenvolver no período 2014-2016.</p>
Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027 (PGRH-Açores 2022-2027)	<p><u>Objetivos estratégicos do PGRH-Açores por área temática</u></p> <p>AT1 – Qualidade da água</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Proteger as massas de águas subterrâneas e superficiais (interiores e costeiras) no que respeita à sua qualidade, para garantir a respetiva conservação e melhoria; ▪ Garantir a proteção das origens de água e dos ecossistemas associados; ▪ Assegurar o fornecimento em quantidade suficiente de água de origem superficial e subterrânea de boa qualidade, conforme necessário para uma utilização sustentável, equilibrada e equitativa da água; ▪ Abordagem combinada. <p>AT2 – Quantidade de água</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover o consumo sustentável dos recursos hídricos, assegurando uma gestão eficaz e eficiente da oferta e da procura desses recursos. <p>AT3 – Gestão de riscos e valorização do domínio hídrico</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Prevenir as pressões com vista à redução e minimização dos riscos associados às atividades antropogénicas que possam resultar em poluição accidental dos recursos hídricos, de forma direta ou indireta; ▪ Prevenir as pressões com vista à redução e minimização dos riscos associados a fenómenos sísmicos, vulcânicos e hidrológicos; ▪ Adotar medidas de adaptação e boas práticas associadas aos riscos com origem em fenómenos naturais; ▪ Mitigar os efeitos das inundações e das secas. <p>AT4 – Quadro económico e financeiro</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a sustentabilidade dos recursos hídricos nas suas várias vertentes, nomeadamente a económica e financeira, com vista à otimização da gestão da água, no intuito de suportar uma política de gestão da procura tendo em consideração os critérios de racionalidade e equidade. <p>AT5 – Quadro institucional e normativo</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover um quadro institucional e normativo capaz de assegurar o planeamento e a gestão integrada dos recursos hídricos. <p>AT6 – Monitorização, investigação e conhecimento</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover o conhecimento e investigação sobre os recursos hídricos, proporcionando o aprofundamento do conhecimento técnico e científico; ▪ Implementar e otimizar a rede de monitorização, de forma a construir um sistema de informação e vigilância relativo ao estado e utilizações do domínio hídrico. <p>AT7 – Comunicação e governança</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a disponibilização de informação ao público e promover processos de participação de decisão dinâmicos; ▪ Promover a informação e participação do cidadão nas diversas vertentes do planeamento e da gestão dos recursos hídricos;

Referencial Estratégico	Objetivos
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local e também com instituições da sociedade civil. <p><u>Objetivos ambientais 2016-2021</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Massas de água em que o estado Bom deve ser mantido ou melhorado; Massas de água que deveriam ter atingido o estado Bom até 2015; Massas de água em que o estado Bom deverá ser atingido até 2021; Massas de água em que se prevê que o estado Bom seja atingido em 2027. <p><u>Objetivos ambientais 2022-2027</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Massas de água em que o estado Bom deveria ter sido mantido ou melhorado até 2015 Massas de água em que o estado Bom deverá ser atingido até 2021 Massas de água em que se prevê que o estado Bom seja atingido em 2027 Massas de água em que não é expectável que o Bom estado seja atingido até 2027
Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores (PGRIA) (em elaboração do 2.º ciclo)	<p><u>Linhas de orientação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Assegurar a articulação estratégica com os instrumentos de ordenamento e planeamento do território, de recursos hídricos e de emergência na RH9; Assegurar a proteção das populações, das atividades económicas, do património natural e construído e do ambiente face a eventos de cheias; Adotar uma abordagem preventiva para reduzir a possibilidade de ocorrência de consequências adversas de cheias; Planear e operacionalizar um sistema de monitorização e alerta de cheias; Sensibilizar, informar e incrementar a perceção das populações face aos riscos de ocorrência de inundações; Incrementar o conhecimento específico sobre os riscos de ocorrência de inundações na RH9.
Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da RAA (PSRN 2000 RAA)	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a proteção e a promoção dos valores naturais e paisagísticos; Enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, com vista a promover simultaneamente o desenvolvimento económico e a melhoria da qualidade de vida das populações residentes, de forma sustentada; Corrigir os processos que poderão conduzir à degradação dos valores naturais em presença, criando condições para a sua manutenção e valorização; Definir modelos e regras de utilização do território, de forma a garantir a salvaguarda, a defesa e a qualidade dos recursos naturais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável; Promover a conservação e a valorização dos elementos naturais da região, desenvolvendo ações tendentes à salvaguarda da fauna, da flora endémica, e da vegetação, bem como do património geológico e paisagístico; Promover a gestão e valorização dos recursos naturais, possibilitando a manutenção dos sistemas ecológicos essenciais e os suportes de vida, garantindo a sua utilização sustentável, a preservação da biodiversidade e a recuperação dos recursos depauperados ou sobre explorados; Contribuir para a ordenação e disciplina das atividades agroflorestais, urbanísticas, industriais, recreativas e turísticas, de forma a evitar a degradação dos valores naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região, possibilitando um exercício de atividades compatíveis, nomeadamente o turismo de natureza; Estabelecer regras de utilização do território que garantam a boa qualidade ambiental e paisagística da zona de intervenção; Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista da conservação da natureza, quer do ponto de vista do ordenamento do território.
Programa Regional para as Alterações Climáticas dos Açores (PRAC)	<p>O PRAC abrange toda a Região Autónoma dos Açores, e a sua elaboração, determinada pela Resolução do Conselho do Governo n.º 93/2014, de 28 de maio de 2014, define que este constitui-se como um instrumento essencial de planeamento das políticas públicas, considerando que a intensificação das Alterações Climáticas (AC) globais coloca uma pressão acrescida em territórios limitados e frágeis como é o caso do arquipélago dos Açores. Define que o PRAC-Açores visa operacionalizar a implementação da Estratégia Regional para as Alterações Climáticas, incluindo duas vertentes: uma relativa às emissões e mitigação e outra relativa aos impactos e adaptação.</p> <p>A ERAC, para além de se basear no princípio da precaução, pretende simultaneamente contribuir para o desenvolvimento e consolidação das bases de um desenvolvimento sustentável para a RAA, tendo como referência um modelo de sociedade e da sua relação com o meio ambiente que se pretende não descaracterizar.</p> <p>De modo a concretizar a ERAC, a elaboração do PRAC-Açores tem como objetivos centrais a apresentação dos seguintes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> Estabelecer cenários e projeções climáticas para os Açores no horizonte 2030 e 2050; Estimar as emissões regionais de gases com efeito de estufa (GEE), avaliando o contributo regional para a emissão de GEE, quer a nível sectorial, quer ainda em comparação com o contexto nacional; Definir e programar medidas e ações para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, estimando o seu potencial de redução; Definir e programar medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas para os diversos sectores estratégicos; Proceder à avaliação e análise do custo-eficácia das medidas e ações propostas e definir as responsabilidades sectoriais para a respetiva aplicação; Identificar mecanismos de financiamento para as medidas definidas; Definir um programa de monitorização e controlo da sua implementação.

Referencial Estratégico	Objetivos
	<p>Na sua versão final o PRAC assumiu a seguinte Visão Estratégica:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Uma Região que conhece a evolução do sistema climático, as suas interações com os sistemas biofísicos, sociais e económicos e as respostas mais eficazes e eficientes, preparando-se antecipadamente para os desafios e oportunidades das Alterações Climáticas; ▪ Uma Região que participa no esforço global de descarbonização, comprometida com o crescimento sustentável e com a valorização da qualidade ambiental, promovendo a economia circular e de baixas emissões de carbono; ▪ Uma Região preparada para reduzir as vulnerabilidades atuais e futuras dos sectores estratégicos aos efeitos das Alterações Climáticas, reduzindo riscos e tornando-se mais resiliente. <p>Objetivos Estratégicos do PRAC:</p> <p>- Eixo CONHECER:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ OE1 – Aumentar o conhecimento e informação sobre o Clima e as suas implicações ▪ OE2 – Incentivar a investigação, desenvolvimento e capacitação relacionada com a mitigação e adaptação às Alterações Climáticas ▪ OE3 – Aumentar a capacidade de reporte e monitorização <p>- Eixo MITIGAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ OE4 – Promover a transição para uma economia regional de baixas emissões de carbono ▪ OE5 – Promover uma trajetória sustentável de redução das emissões de GEE ▪ OE6 – Promover a integração dos objetivos de mitigação nas políticas setoriais <p>- Eixo ADAPTAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ OE7 – Reforçar a resiliência territorial às Alterações Climáticas ▪ OE8 – Promover a capacidade de adaptação dos sectores estratégicos ▪ OE9 – Promover a integração dos objetivos de adaptação nas políticas setoriais <p>- Eixo PARTICIPAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ OE10 – Promover a sensibilização da sociedade para os desafios das Alterações Climáticas no Açores, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva ▪ OE11 – Facilitar a participação das comunidades e dos atores locais na identificação das opções de Adaptação e na definição dos caminhos adaptativos
<p>Estratégia para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica dos Açores (ERDABA) e Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Agrícolas Biológicos da Região Autónoma dos Açores (PAPPPABA)</p>	<p>Diário da República da Resolução do Conselho de Ministros nº 110/2017 de 27 de julho que aprova a Estratégia Nacional para Agricultura Biológica (ENAB) e o Plano de ação (PA) para produção e promoção de produtos agrícolas e géneros alimentícios biológicos era imperativo que se procedesse à elaboração de um plano estratégico para o desenvolvimento da agricultura biológica. Com esse objetivo, foi celebrado um protocolo entre a SRAF e a Cooperativa de Produtores de Agricultura Biológica-CRL (BioAzórica), e criado um grupo de trabalho específico para a definição de um plano estratégico e de um plano de ação para o desenvolvimento e implementação da agricultura biológica na Região. A presente Estratégia Regional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica (ERDABA) e PA para a Produção e Promoção de Produtos Agrícolas Biológicos da RAA resultam da análise detalhada das ações da estratégia nacional e da sua adaptação às características específicas da Região.</p> <p>A ENAB, definida para um horizonte temporal de 10 anos, tem os seguintes 5 objetivos estratégicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fomentar a expansão das áreas de produção biológica nos setores da Agricultura, da Pecuária e da Aquicultura, através da melhoria da sua viabilidade técnica e do reforço da sua atratividade económica. 2. Aumentar a oferta de produtos agrícolas e agroalimentares obtidos em produção biológica, promovendo a sua competitividade e a sua rentabilidade comercial nos mercados interno e externo. 3. Desenvolver a procura de produtos biológicos, através da estruturação das fileiras, a abertura de novos mercados, a promoção da sua notoriedade, da sua disponibilidade e do reforço da confiança e credibilidade junto do consumidor. 4. Promover o conhecimento e elevar o nível de competências sobre a Agricultura e a produção biológica nas condições edafo-climáticas específicas nacionais. 5. Dinamizar a inovação empresarial e a disponibilidade de informação estatística, de mercado e de apoio técnico às produções agrícola, pecuária e aquícola em MPB. <p>Eixos do Plano de Ação para a Produção e Promoção de Produtos Agrícolas Biológicos da Região Autónoma dos Açores:</p> <p>Eixo 1 – Produção</p> <p>Eixo 2 – Investigação, formação e apoio técnico</p> <p>Eixo 3 – Inovação, transferência de conhecimentos e difusão de informação</p> <p>Eixo 4 – Promoção e Mercados</p>
<p>Plano de Ação 2019-2030 da Sustentabilidade do Destino Turístico Açores (PASDTA)</p>	<p>O Plano de Ação 2019-2030 reflete uma atualização da versão inicial deste documento estratégico – inicialmente programado para o horizonte 2019-2027. O alargamento deste horizonte temporal pretende garantir o alinhamento das medidas e políticas assumidas pelos Açores com os desafios e projetos promovidos pela União Europeia no âmbito de políticas relacionadas com o desenvolvimento sustentável, como são exemplo as 169 metas estabelecidas pela Agenda 2030. Reflete, também, a ambição do destino em evoluir e apontar, sempre,</p>

Referencial Estratégico	Objetivos
	<p>novos desafios e objetivos que permitam capacitar o território de melhores e mais eficientes políticas e projetos em prol da sustentabilidade em todos os setores de atividade.</p> <p>o presente plano de ação que tinha inicialmente previsto a implementação de medidas para os anos 2019-2027, passará a estar alinhado com as metas temporais da União Europeia, até 2030. A revisão do plano inclui medidas que já estão em curso pelo Governo dos Açores, como é o exemplo do Life IP Climaz, bem como medidas mais imediatas de recuperação aos danos económicos e sociais causados pela pandemia COVID-19.</p> <p>. O sucesso do futuro deste setor passará pela aposta em modelos de desenvolvimento centrados na valorização das pessoas locais e do território, onde residentes, empresários e turistas, sairão, altamente beneficiados. Em todo esse processo, serão fundamentais, a implementação de um novo Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores (PEMTA) e do novo Programa de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), que irão orientar as políticas de turismo a seguir nos próximos anos e que refletirão o futuro do turismo como atividade económica, mas, também, sustentável, geradora de valor e emprego. Assim, a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade turística, continuarão a ser prioridades inerentes ao desenvolvimento turístico, que tende a focar-se na nossa economia verde e na nossa economia azul. Ultrapassada esta crise pandémica, os Açores veem o seu Turismo fortalecido pela certificação como primeiro arquipélago sustentável do Mundo, pela EarthCheck, o que constitui uma mais-valia que nos posiciona como um destino de oferta diferenciadora, aumentando a nossa competitividade perante mercados concorrentes, e estará preparado para enfrentar com otimismo a retoma da sua atividade económica.</p> <p>A Estrutura de Gestão da Sustentabilidade do Destino Turístico Açores (Açores DMO), criada em 2018 pela Resolução do Conselho do Governo n.º 58/2018 de 15 de maio de 2018, e com mandato renovado pela Resolução n.º 91/2021, de 21 de abril de 2021, é a entidade responsável pela gestão da sustentabilidade do destino na dependência da Secretaria Regional com competência em matéria de turismo. A Açores DMO constitui-se assim como a estrutura mandatada para planejar, organizar, concretizar, gerir e supervisionar a certificação dos Açores como Destino Turístico Sustentável, bem como de acompanhar a implementação da estratégia para o setor do turismo nos Açores.</p>
Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores (PEMTA) (em revisão)	<p>O Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo dos Açores tem como objetivo central a definição de um conjunto de estratégias, numa abordagem dicotómica entre mercados e produtos que, com base nas necessidades do território e dos vários stakeholders do destino, permite alcançar os seguintes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualificação e desenvolvimento sustentável do setor do turismo; ▪ Preservação do meio ambiente; ▪ Desenvolvimento da atividade turística como ferramenta de dinamização da economia regional em todas as ilhas. <p>Em conformidade, o Plano apresenta propostas e recomendações com os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Alavancar a notoriedade dos Açores junto dos consumidores finais; ▪ Posicionar os Açores como um destino exclusivo de natureza exuberante; ▪ Promover a cooperação permanente entre os intervenientes públicos e privados na sua execução; ▪ Melhorar a competitividade do destino e aumentar os fluxos turísticos. <p>No contexto dos objetivos definidos, a fase de preparação do plano partiu dos princípios e linhas de orientação do Governo dos Açores para a consulta auscultação dos diversos agentes do turismo, com o objetivo de integrar todos os contributos e perspetivas, para uma estratégia ajustada às necessidades locais.</p>
Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social (ERCPES)	<p>Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, através da concretização das seguintes medidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção da frequência em creche para crianças de famílias com baixos rendimentos, através de incentivo» abranger 7 750 crianças; ▪ Criação de Pontos de apoio ao estudo para crianças e jovens cujas famílias apresentem fracos recursos económicos» apoiar 2 320 crianças e jovens; ▪ Garantir a igualdade de oportunidades a jovens de famílias carenciadas, na permanência do ensino superior» apoiar 450 estudantes; ▪ Aumentar o número de vagas nas creches e rede de amas como medida de promoção e conciliação da vida familiar com a vida profissional» abranger mais 1 041 crianças; ▪ Reforçar a capacidade técnica das famílias abrangidas pela ação social, com formação contínua, anualmente» capacitar 13 000 famílias; ▪ Aumentar a capacidade de resposta na área da deficiência ou incapacidades» criar 207 novas vagas; ▪ Reforço e renovação do parque automóvel das IPSS de forma a melhorar a capacidade de resposta e sustentabilidade ambiental» adquirir 100 viaturas elétricas; ▪ Criar projeto piloto inovador - Idosos em casa "ageing in place " » abranger 250 idosos e/ou pessoas com deficiência ou incapacidade.
Relatórios de reporte no âmbito da Diretiva Quadro-Estratégia	A Diretiva 2008/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho de 2008, na sua atual redação, designada por Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM), constitui o pilar ambiental da política marítima integrada e estabelece o quadro de ação comunitária no domínio da política para o meio marinho, determinando

Referencial Estratégico	Objetivos
<p>Marinha – Estratégia Marinha para a Subdivisão dos Açores, 1.º ciclo (2012-2018) e 2.º ciclo (2018-2024)</p>	<p>que os Estados-Membros elaborem Estratégias Marinhas com o objetivo de alcançar ou manter o bom estado ambiental das águas marinhas sob soberania ou jurisdição nacional, tendo em conta onze descritores para a avaliação desse estado ambiental.</p> <p>- Em conformidade com os requisitos da DQEM, transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro, na sua atual redação, atendendo às especificidades das águas marinhas nacionais, foi determinada, a elaboração de quatro Estratégias Marinhas, referentes às subdivisões do Continente, Açores, Madeira e Plataforma Continental Estendida, que são atualizadas a cada seis anos.</p> <p>- No âmbito do 1.º ciclo de implementação da DQEM (2012-2018) preparou-se a Estratégia Marinha para a subdivisão dos Açores (publicada em 2014), que, à semelhança das restantes subdivisões, é composta por uma avaliação inicial (correspondente à análise das características e estado ambiental das águas marinhas, principais pressões e impactos e análise socioeconómica), pela definição do bom estado ambiental das águas marinhas, e pelo estabelecimento de metas ambientais. A segunda fase de preparação das Estratégias Marinhas correspondeu à elaboração conjunta do Programa de Monitorização (PMo) e do Programa de Medidas (PMe).</p> <p>▪ No âmbito do 2.º ciclo (2018-2024), a decorrer atualmente, procedeu-se à atualização da Estratégia Marinha para a subdivisão dos Açores (publicada em 2020), em simultâneo com as restantes subdivisões, com base nos resultados do ciclo anterior e nas novas orientações comunitárias. O documento é composto pela revisão da avaliação inicial (com foco nas principais atividades humanas e pressões e impactos relacionados e na análise socioeconómica das águas marinhas), pela reavaliação do bom estado ambiental, e pela revisão das metas ambientais estabelecidas no 1.º ciclo da DQEM. Decorre atualmente a revisão ao PMo, que será seguida do processo de revisão ao PMe.</p>
<p>Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+ (PEPGRA 20+)</p>	<p><u>O Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos 20+ (PEPGRA 20+) estabelece a visão, os objetivos, as áreas estratégicas e as metas globais e específicas, bem como as medidas a implementar no quadro dos resíduos urbanos e não urbanos para a Região Autónoma dos Açores (RAA) e a estratégia que suporta a sua execução.</u></p> <p><u>Os Açores têm apresentado, nos últimos anos, um incremento da procura turística, sendo que, em 2021 e após uma descida em 2020, devido à crise pandémica, se registou uma recuperação e crescimento em todas as ilhas. Esta população flutuante tem impacto direto na produção de resíduos, pelo que se torna fundamental prever medidas de prevenção incisivas a este nível.</u></p> <p><u>A concretização eficaz do presente Programa depende não só do envolvimento e compromisso das diferentes entidades envolvidas nos objetivos estabelecidos, como também da respetiva cooperação e sinergias entre estas.</u></p> <p><u>O PEPGRA 20+ vem também reforçar a ordem de prioridades estabelecida pela hierarquia de gestão de resíduos, garantindo que as opções adotadas se justificam pela aplicação do conceito de ciclo de vida aos impactos globais da produção e da gestão de resíduos.</u></p> <p><u>Através deste Programa e da definição da estratégia, a RAA compromete -se a integrar os princípios da economia circular na prossecução dos objetivos propostos e no cumprimento das metas definidas.</u></p> <p><u>Objetivos Estratégicos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ OE.1 Prevenir a produção de resíduos e os seus impactos no ambiente ▪ OE.2 Promover a gestão integrada e sustentável dos resíduos ▪ OE.3 Promover a eficiência na utilização de recursos, contribuindo para uma economia circular
<p>Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas na Região Autónoma dos Açores (PAE)</p>	<p>A elaboração do Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas na Região Autónoma dos Açores (PAE) foi determinada pela Resolução do Conselho do Governo n.º 182/2009, de 26 de novembro, visando o desenvolvimento duma estratégia regional para o sector das atividades extrativas, que promova a maximização do aproveitamento dos recursos minerais e a criação de mecanismos que visem a integração e valorização territorial desta atividade económica. foi aprovado e publicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2015/A, de 14 de agosto. Segundo este diploma, o PAE tem objetivo geral “compatibilizar a atividade de exploração de recursos minerais não metálicos com a valorização dos valores ambientais e paisagísticos e com o desenvolvimento socioeconómico”. Este objetivo geral é desenvolvido nos seguintes eixos de orientação que refletem, por um lado, a caracterização e o diagnóstico integral realizado e, por outro, uma ambição/visão sobre o futuro da atividade extrativa da Região Autónoma dos Açores e sobre as formas de gerir a trajetória de desenvolvimento que será necessário percorrer até atingir o estado ambicionado:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Promover a exploração racional de recursos minerais não metálicos na Região; b) Salvaguardar o potencial estratégico dos recursos minerais não metálicos no contexto do desenvolvimento integrado da Região; c) Promover a recuperação de áreas ambiental e paisagisticamente degradadas em virtude da cessação de atividades extrativas de recursos minerais não metálicos; d) Fomentar o conhecimento e inovação associada ao setor extrativo.
<p>Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA)</p>	<p>O Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA) define a estratégia de desenvolvimento sustentável do sector do turismo e o modelo territorial a adotar e tem por vocação fundamental agregar os esforços e iniciativas das administrações públicas regional e local e de toda a sociedade açoriana à volta de um conjunto de objetivos comumente partilhados. É também um instrumento orientador dos diversos agentes económicos e disciplinador da ação administrativa, definindo para cada ilha os produtos turísticos estratégicos e a evolução da oferta turística até 2015.</p> <p>As normas de execução destinam -se a orientar as decisões de intervenção no território, no âmbito de atuação da Administração Pública.</p>

Referencial Estratégico	Objetivos
	<p>As diretrizes, medidas e indicações contidas no POTRAA devem ser integradas e desenvolvidas em instrumentos de gestão territorial (IGT) ou estudos subsequentes mais detalhados.</p> <p>As normas de ocupação do território que o POTRAA define visam fundamentalmente o desenvolvimento controlado das estruturas turísticas, de modo a não comprometer a capacidade futura da Região.</p>
Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Costa Sul – São Miguel (POOC Costa Sul) (em processo de alteração)	<p>1O POOC estabelece as regras a que deve obedecer a ocupação, uso e transformação dos solos abrangidos pelo seu âmbito de aplicação, nomeadamente a regulamentação dos usos preferenciais, condicionados e interditos na área de intervenção, visando os objetivos específicos seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> A salvaguarda e valorização ambiental dos recursos naturais e da paisagem, em especial dos recursos hídricos; A proteção e valorização dos ecossistemas naturais com interesse para a conservação da natureza, quer na zona terrestre quer no meio marinho; A minimização de situações de risco e de impactes ambientais, sociais e económicos; A classificação e valorização das zonas balneares; A orientação do desenvolvimento de atividades específicas da orla costeira; A promoção da qualidade de vida da população; A melhoria dos sistemas de transporte e comunicações.
Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas (POBHL Furnas)	<p>O POBHLF tem como objetivo global compatibilizar os usos e as atividades humanas com a proteção e valorização ambiental da bacia hidrográfica e com a recuperação da qualidade da água da lagoa.</p> <p>O POBHLF visa, ainda, a prossecução das seguintes grandes linhas de orientação:</p> <ol style="list-style-type: none"> Aumentar a biodiversidade; Minimizar os riscos geotécnicos; Reduzir as cargas afluentes à lagoa; Salvaguardar a sustentabilidade dos rendimentos; Diversificar e consolidar a base económica local; Promover os valores locais.
Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas do Fogo, do Congro, de São Brás e da Serra Devassa (POBHL São Miguel)	<p>O POBHLSM define os regimes de utilização, proteção e de gestão dos recursos e valores naturais existentes na área de intervenção, visando o cumprimento dos seguintes objetivos estratégicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> Contribuir para a consecução de um bom estado ecológico e químico das massas de água das lagoas; Contribuir para a preservação dos recursos ecológicos e ambientais das bacias hidrográficas; Contribuir para a uma valorização social e económica sustentável das bacias hidrográficas.
Plano Gestão da Área Terrestre do Parque Natural da Ilha de São Miguel (PGPNISM)	<p>Constituem <u>objetivos gerais</u> do PGPNIISM, para além dos objetivos gerais da Rede de Áreas Protegidas dos Açores, nomeadamente:</p> <ol style="list-style-type: none"> Assegurar a biodiversidade, através da conservação ou do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e da fauna selvagens num estado de conservação favorável e da proteção, gestão e controlo das espécies selvagens; Promover a proteção e manutenção da diversidade biológica e a integridade dos valores geológicos e dos recursos e valores naturais e culturais associados aos sítios protegidos, assegurando a sua articulação com as utilizações humanas compatíveis; Manter o continuum natural e com vista à salvaguarda da fauna e flora selvagens, tendo em vista a melhoria da coerência ecológica da Rede de Áreas Protegidas dos Açores, em especial das áreas protegidas integradas na Rede Natura 2000; Evitar a deterioração dos habitats naturais e dos habitats de espécies, bem como as perturbações que atinjam espécies nos sítios protegidos; Estabelecer as medidas necessárias para garantir uma proteção eficaz da paisagem, dos habitats e das espécies, mantendo uma vigilância permanente sobre o respetivo estado de conservação e adotando as políticas necessárias para garantir a sua manutenção num estado de conservação favorável. <p><u>Objetivos de gestão</u></p> <p>O PGPNIISM prossegue objetivos de gestão específicos, em função das categorias das áreas protegidas e dos regimes de proteção definidos, designadamente:</p> <ol style="list-style-type: none"> Preservar os habitats, ecossistemas e espécies num estado favorável de conservação; Assegurar as condições de referência para a manutenção dos processos ecológicos e para a preservação das características físicas do ambiente; Salvaguardar a diversidade biológica, geológica e da paisagem; Proteger as características estruturais da paisagem, bem como os elementos naturais de grande valor pela sua significância, singularidade e qualidade representativa; Promover condições de referência e oportunidades de pesquisa e estudo científico e de monitorização, educação e interpretação ambientais;

Referencial Estratégico	Objetivos
	<p>f) Regular os usos e atividades de forma a prevenir tipos de exploração ou ocupação que possam constituir ameaça à sustentabilidade de habitats ou espécies e da paisagem;</p> <p>g) Monitorizar os espaços de acesso público e definir limites e condicionantes, na salvaguarda dos valores em presença;</p> <p>h) Promover a gestão e uso sustentável dos recursos naturais e as atividades com baixa incidência de impactes ambientais;</p> <p>i) Contribuir para um desenvolvimento socioeconómico sustentável, apoiando modos de vida e atividades económicas em harmonia com a natureza, bem como a preservação de usos e práticas tradicionais e a promoção de produtos locais.</p>
<p>Plano de Gestão de Secas e Escassez dos Açores (PGSE-Açores) (em elaboração)</p>	<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar e catalogar os sistemas de abastecimentos de água associados a cada entidade gestora da Região. ▪ Identificar as zonas e os focos de população e de atividades socioeconómicas de maior vulnerabilidade. ▪ Priorizar os consumos de água. ▪ Definir os princípios orientadores para os procedimentos a serem adotados em caso de ameaça de seca e em situação de escassez de água, tendo em conta as diferentes tipologias de seca. ▪ Garantir uma resposta eficaz e adequada a períodos de seca e escassez de água em cada uma das ilhas (e respetivos concelhos e setores) da Região. ▪ Diminuir os efeitos e danos provocados pelas diferentes tipologias de seca a todos os níveis e setores relevantes. ▪ Definir os mecanismos de informação, alerta e adaptação para os agentes socioeconómicos.
<p>Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional – Subdivisão dos Açores (PSOEMA) (em proposta)</p>	<p>A proposta de PSOEMA assume os seguintes objetivos gerais do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo nacional (PSOEM):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para a valorização do mar na economia nacional, promovendo a exploração sustentável, racional e eficiente dos recursos marinhos e dos serviços dos ecossistemas, garantindo a salvaguarda do património natural e cultural do oceano; - Contribuir para a coesão nacional, reforçando a dimensão arquipelágica de Portugal e o papel do seu mar interterritorial; - Contribuir, através do ordenamento do espaço marítimo nacional, para o ordenamento da bacia do Atlântico; - Contribuir para o reforço da posição geopolítica e geoestratégica de Portugal na bacia do Atlântico como maior estado costeiro da União Europeia; - Garantir a segurança jurídica e a transparência de procedimentos na atribuição de títulos de utilização privativa do espaço marítimo nacional; - Assegurar a manutenção do bom estado ambiental das águas marinhas, prevenindo os riscos da ação humana e minimizando os efeitos decorrentes de catástrofes naturais e ações climáticas; - Assegurar a utilização da informação disponível sobre o espaço marítimo nacional; - Contribuir para o conhecimento do oceano e reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional. <p>O Plano de Situação na subdivisão dos Açores definiu objetivos específicos, que são complementares aos objetivos gerais do PSOEM, e que se organizam em quatro temas: “política e gestão”, “ambientais”, “sociais”, “económicos e setoriais”.</p> <p>Objetivos de política e gestão (OPG):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir uma gestão de proximidade aplicada ao território marítimo dos Açores, em cumprimento do princípio da subsidiariedade, no respeito pelas competências próprias da Região Autónoma dos Açores, em contexto de gestão partilhada com o Estado, potenciando a sua posição estratégica. - Promover e facilitar a gestão sustentável das atividades marítimas, potenciando sinergias e prevenindo conflitos espaciais, económicos ou sociais. - Promover a eficiência nos procedimentos administrativos, de atribuição de títulos de utilização e de licenciamento e garantir a sua segurança jurídica e transparência. - Reconhecer e valorizar a dimensão marítima dos Açores, potenciando a coesão territorial e o desenvolvimento sustentável e justo da Região. <p>Objetivos ambientais (OA):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para a obtenção e manutenção do bom estado ambiental das águas marinhas da Região através de uma gestão baseada no ecossistema, de acordo com Diretiva-Quadro da Estratégia Marinha (DQEM) e outras políticas ambientais marinhas aplicáveis. - Contribuir para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos, em particular os vulneráveis, e para a manutenção dos serviços ecossistémicos, através da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores e de outras áreas de relevo para a conservação. - Contribuir para uma gestão costeira integrada, tendo em conta as interações terra-mar, através da compatibilização com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis. - Contribuir para a prevenção de riscos naturais e para a mitigação dos impactes resultantes das alterações climáticas, de catástrofes naturais e da ação humana, em particular a nível costeiro.

Referencial Estratégico	Objetivos
	<p>Objetivos sociais (OS):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar condições para a promoção e diversificação das profissões do mar, inclusivamente do emprego qualificado. - Preservar e promover os valores culturais associados ao meio marinho e ao património marítimo e sua fruição. - Assegurar os mecanismos de promoção da literacia marinha, e de acesso à informação e à participação pública no processo de ordenamento do espaço marítimo, nas suas fases de desenvolvimento e aplicação. <p>Objetivos económicos e setoriais (OES):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Facilitar o crescimento azul e o desenvolvimento sustentável de atividades e usos marítimos, promovendo a exploração económica racional e eficiente dos recursos marinhos, vivos e não vivos. - Garantir a coordenação do processo de ordenamento com os setores das pescas, da aquicultura, portuário, dos transportes marítimos, do turismo, recreio e desporto, da investigação e de outros setores relevantes da economia do mar. - Facilitar a inovação, competitividade, diversificação e clusterização da economia marítima, criando condições para o desenvolvimento de novos usos e atividades, assentes na investigação, como a biotecnologia marinha e as energias renováveis
Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC)	<p>O Plano tem por finalidade definir a organização da resposta, identificando as missões e o modo de atuação e articulação dos diferentes agentes de proteção civil e demais organismos e entidades de apoio, tendo em conta a prossecução dos seguintes objetivos gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Tipificar os riscos existentes no concelho de Vila Franca do Campo; ▪ Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe; ▪ Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil; ▪ Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver; ▪ Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes; ▪ Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe; ▪ Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade; ▪ Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique; ▪ Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão. ▪ Promover junto da população do concelho ações de sensibilização para a autoproteção, tendo em vista a sua preparação e envolvimento na estrutura de resposta à emergência, sobretudo para os habitantes ou utilizadores de infraestruturas existentes nas áreas de maior risco.
Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o risco de movimentos de vertente em Vila Franca do Campo (PEEPC Movimentos de Vertente VFC)	Não disponível.
Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o risco sísmico em Vila Franca do Campo (PEEPC Sísmico VFC)	Não disponível.
Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Vila Franca do Campo (EMAAC Vila Franca do Campo)	<p><u>Objetivos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecimento e informação: aprofundar o conhecimento sobre as Alterações Climáticas e na forma como elas podem afetar o tecido socioeconómico do concelho a médio e longo prazo, tendo por base o impacto que atualmente os riscos climáticos têm tido, e, essencialmente, nos estudos das projeções climáticas até ao final do século. ▪ Reduzir a vulnerabilidade e aumentar a capacidade de resiliência do município às alterações climáticas: desenvolvimento de medidas de adaptação que incluam iniciativas de monitorização das zonas mais vulneráveis, e de outras iniciativas que possibilitem diminuir o impacto negativo e até mesmo aproveitar as oportunidades que as alterações climáticas possam trazer para o tecido socioeconómico do concelho, com recurso, por exemplo, na transposição das opções de adaptação para os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) quer de âmbito municipal, quer através da sua interação com IGT's de âmbito regional. ▪ Sensibilizar e envolver a comunidade local: promover ações de sensibilização a todas as faixas etárias da população, com o intuito de consciencializá-las para a temática associada às Alterações Climáticas. Com esse objetivo pretende-se, por um lado, inculir nos mais jovens uma cultura preventiva face aos riscos climáticos, e, por outro lado, envolver os diferentes agentes da sociedade local na implementação das opções de adaptação que foram estabelecidas, para que possam ter um maior impacto possível na diminuição das

Referencial Estratégico	Objetivos
	<p>vulnerabilidades identificadas e na potenciação das oportunidades que as Alterações Climáticas podem trazer para a economia.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Difundir a estratégia ao nível intermunicipal: promover ações de divulgação da EMAAC do município junto das outras autarquias dos Açores, com a finalidade de replicar o modelo nesses concelhos, e com isso criar uma rede intermunicipal de partilha de conhecimentos e experiências sobre a temática de adaptação às Alterações Climáticas.
Plano Municipal de Ação ao PEPGRA (PMA PEPGRA)	<p><u>O Objetivo deste documento do Plano Municipal de Ação ao PEPGRA, é munir e transmitir, aos Municípios da MUSAMI, com a maior clareza e transparência, os princípios e compromissos e que os assumam de forma a assegurar as orientações fundamentais da política do Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos.</u></p>

ANEXO_02: PONDERAÇÃO DOS PARECERES DAS ERAE AO RA PRELIMINAR

Tabela A02.1_Ponderação dos pareceres das ERAE à 2.ª versão do RA Preliminar

Entidades	Parecer	Ponderação
Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC)	Notas Gerais No âmbito do documento Fase 3 – projeto de revisão do PDM Volume IV – Relatório Ambiental, este apresenta-se fundamentado e bem estruturado pelo que também apresenta um parecer favorável.	Nada a referir.
Direção Regional da Cooperação com o Poder Local (DRCPL)	 Nesta fase foi ainda detetado uma imprecisão no Relatório Ambiental, a qual é indicada abaixo: Na “Tabela 6.6.1_Quadro de Governança Preliminar para a Ação no âmbito da rPDM_VFC”, página 116, é apontado como competência desta direção regional “Acompanhar a fase de monitorização do plano”. Segundo as alíneas n) e o) do n.º 1 do artigo 25.º da Orgânica da Presidência do Governo Regional, aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2023/A, de 14 de fevereiro6, e a ele anexa, esta direção regional detém competências em matéria de apoiar e acompanhar os processos de elaboração e acompanhamento dos PDM e não ao nível do acompanhamento da monitorização dos PDM.	 A questão foi esclarecida em sede da ponderação do parecer à anterior versão do RA, bem como na anterior reunião presencial da CA. Este é um quadro de governança para a ação, não um quadro de competências (que estão já elas próprias definidas nas orgânicas das respetivas entidades). Pretende-se aqui materializar aquele que se propõe que seja o papel e abordagem específico no processo do planeamento, de diferentes partes interessadas e envolvidas, no contexto do que são as orientações e as boas práticas em termos de governação e governança.
Direção Regional do Turismo (DRT)	Relativamente ao processo paralelo de Avaliação Ambiental Estratégica da rPDM_VFC, nomeadamente sobre o relatório ambiental, e tendo em conta as competências específicas desta Direção Regional, reitera-se o parecer favorável anteriormente emitido, nada havendo a comentar ou a acrescentar à atual versão do documento.	Nada a referir.
Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (DRAAC)	 Quadro de referência estratégico Pág. 6 e seguintes - Tal como referido anteriormente, no Quadro não são consideradas as Diretivas Aves e Habitats nem o Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A de 8 de julho que cria o Parque Natural da ilha de São Miguel e o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril que estabelece o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Verifica-se o mesmo na tabela 5.1 da página 41 do Volume IV “Relatório Ambiental”.	 Tal como referido na anterior ponderação aos pareceres emitidos sobre a anterior versão do RA: “Quanto às Diretivas Aves e Habitats, a equipa considera que a sua inserção no QRE será uma duplicação uma vez que o PSRN 2000 da RAA (que é listado no QRE) já as internaliza. Quanto aos restantes diplomas referidos, considera-se que estes não são de caráter estratégico, mas sim legislação sobre a qual existe obrigatoriedade de se fazer cumprir e respeitar no âmbito dos IGT.
	 Pág. 37 - Na tabela 7.1 “Indicadores de monitorização ou seguimento da AAE para a área de intervenção da rPDM_VFC”, tal como sugerido, foi acrescentado o indicador “Área ocupada por vegetação natural (ha)”, contudo, a fonte de informação para este indicador deve ser a SRAAC ou então a DRAAC e a DROTRH uma vez que uma das fontes poderá ser a carta de ocupação do solo. Retificar também na página 136 do Relatório Ambiental.	 Retificado.
	 Volume IV- Relatório Ambiental (novembro 2023) Pág. 28- Biodiversidade e Paisagem - Tal como referido anteriormente, para a AP SMG16 é referido “Neste local é frequente encontrar uma espécie exótica que, porém, é de marcado interesse para a conservação, a <i>Triturus cristatus</i> (...)”, considerando que é uma espécie introduzida na Região não se compreende o destaque conferido à mesma.	 A informação apresentada é a referenciada e retirada de fontes oficiais, para além de que apesar de ser uma espécie exótica (introduzida) é uma espécie de interesse para a conservação e a equipa da AAE considera que é importante dar-lhe o devido destaque para aquela área protegida. Esta espécie é, inclusivamente, identificada no Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade da RAA (DLR n.º 15/2012/A), na lista de “Espécies protegidas que ocorrem no estado selvagem no território terrestre e marinho da Região Autónoma dos Açores [às quais se refere a alínea c) do n.º 4 do artigo 2.º]” em que é, aliás, a única espécie de anfíbio identificada, e é uma espécie abrangida pela Diretiva Habitats (Anexo II e IV) e Convenção de Berna (Anexo II).
	 Pág. 70 - 6.2. -Valores naturais, paisagísticos e patrimoniais/ Tabela 6.2.2	 Tal como referido no RA, “Remete-se uma consulta mais pormenorizada nos elementos

Entidades	Parecer	Ponderação
	<p>- Como referido anteriormente, para o indicador "Habitats e espécies protegidas abrangidas por legislação nacional e comunitária" são indicadas apenas os habitats e espécies da ZEC Lagoa de Fogo sendo que se encontram em falta alguns habitats e espécies protegidas presentes na ZEC.</p>	<p>da revisão do PDM referentes à caracterização da área de Intervenção (Fase 1 e 2 – Atualização do diagnóstico e pré-proposta) e consulta do Volume V – Caracterização e diagnóstico, Fase 3 – Projeto de revisão do PDM.", sob pena de o RA ser um compêndio duplicado de informação que já se encontra caracterizada e detalhada noutros elementos e documentos e, inclusivamente em planos e estudos do Governo Regional dos Açores – Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.</p> <p>Adicionalmente, foram identificados / destacados (aproximadamente) os habitats e espécies associados à ZEC que mais diretamente são abrangidos/ se localizam na área de intervenção do PDM – limites administrativos do concelho de Vila Franca do Campo, tal como está representado na tabela, em que a figura representa apenas as áreas das áreas protegidas que se sobrepõem ao território do concelho em análise. Essa informação é obtida através da informação georreferenciada de reporte de Portugal à Comissão Europeia da Diretiva Habitats (para habitats e espécies) (o mais recente é relativo a 2018) (disponível no site oficial: https://sig.icnf.pt/portal/home/item.html?id=3aefff2169744f9184e9f951cd2a4f2b e em https://sig.icnf.pt/portal/home/item.html?id=e0500bfa6c9a49cc89a5875a4ca60f8d) – que corresponde à informação geográfica elaborada no âmbito do relatório nacional de aplicação do artigo 17 da Diretiva Habitats, correspondendo à distribuição, através de uma grelha 10 x 10 km, das espécies de interesse comunitário constantes do anexo II e Distribuição dos habitats naturais protegidos (anexo 1) pela Diretiva Habitats para Portugal. Informação obtida através dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Relatório Nacional de Implementação da Diretiva Habitats.</p> <p>Assim, é realizado um cruzamento georreferenciado com a área do município, tendo resultado do mesmo que são essas as referências de habitats e espécies registadas para a área de intervenção.</p>
	<p>Pág. 122 e seguintes - Identificação, descrição e qualificação dos serviços de ecossistemas presentes no território</p> <p>- Onde é referido "Conservação de habitats e ecossistemas encontra-se num estado favorável, nomeadamente os habitats prioritários (...) " sugere-se retirar "prioritários" uma vez que o habitat 7120 não é prioritário.</p> <p>- O nome científico das espécies deve ser apresentado em itálico.</p>	<p>Foi reformulado o texto para que fique a referência de "habitats prioritários" nos restantes habitats e não no 7120.</p>
Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (DROTRH)	<p>– Volume V – Caracterização e Diagnóstico e Volume IV – Relatório ambiental – da análise a estes volumes apenas se destaca para a necessidade de acertos de questões de pormenor identificadas no Anexo I.</p>	--
	<p>4. OBJETO DE AVALIAÇÃO</p> <p>4.3. QUESTÕES ESTRATÉGICAS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE (QEAS)</p> <p>No que concerne à QEAS 3 – Urbanismo e Qualificação do Solo, indica-se que a referência aos diplomas da LBPPSOTU e do RJIGT não se encontra correta, pelo que se propõe a sua correção.</p>	Retificado.
	5. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	Foi atualizado, considerando a recente aprovação

Entidades	Parecer	Ponderação
	De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, indica-se que as datas do ciclo do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores deverão ser corrigidas de 2016-2021 para 2022-2027, de acordo com a abreviatura (este comentário também se aplica ao Anexo 01).	
	<p>6. FATORES DE SUSTENTABILIDADE</p> <p>6.1. VULNERABILIDADE E RISCOS</p> <p>6.1.2. OBJETIVOS E INDICADORES</p> <p>De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, e no que concerne à Tabela 6.1.1_Indicadores selecionados para o FS "Vulnerabilidades e Riscos", importa indicar que de forma certa, estão descritos e mensurados 3 indicadores referente aos riscos de inundações. No entanto, no indicador "Sistemas de alerta de cheias e inundações e galgamentos costeiros (n.º, tipologia e respetiva localização) (referente aos últimos 5 anos)", é necessário ter em conta que o município não possuiu sistemas de alerta.</p>	Correto, situação essa que é reportada depois na Tabela 6.1.2.
	<p>6.2. VALORES NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS</p> <p>6.2.2. OBJETIVOS E INDICADORES</p> <p>De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, e relativamente ao indicador "Águas balneares identificadas e respetiva classificação e não identificadas (n.º e classificação)", constante nas tabelas 6.2.1 (página 67), 6.2.2 (página 71) e 7.1 (página 136), reitera-se, uma vez mais, que as águas balneares costeiras não identificadas, por portaria, não são classificadas nos termos da Diretiva das Águas Balneares num estatuto de "Má", "Aceitável", "Boa", "Excelente". Somente as águas balneares costeiras identificadas é que são classificadas, anualmente, nos termos da Diretiva das Águas Balneares</p> <p>As amostras únicas das águas balneares costeiras não identificadas podem ter resultados de "água própria para banhos" ou "água imprópria para banhos"</p>	Quando é referida a "classificação" no âmbito das águas balneares não identificadas o que se pretende é indicar qual o resultado o classificação obtida em termos de serem próprias ou não para banhos (sendo esse ("água própria para banhos" ou "água imprópria para banhos") o sistema de classificação definido para essas águas balneares). No caso das balneares identificadas, o sistema de classificação assenta nos níveis / estatutos de "Má", "Aceitável", "Boa", "Excelente".
	<p>6.2.3. SITUAÇÃO ATUAL</p> <p>De acordo com o parecer emitido em matéria de RH, e caso se considere pertinente, sugere-se incluir na tabela 6.2.2. (página 71), no indicador "Águas balneares identificadas e respetiva classificação e não identificadas (n.º e classificação)" a classificação da qualidade das águas balneares costeiras identificadas no ano 2022, cujas classificações encontram-se disponíveis para consulta no portal do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH): https://snirh.apambiente.pt/index.php?idMain=1&idItem=2.1.</p> <p>Como a classificação da qualidade das águas balneares identificadas é atribuída, anualmente, pela Comissão Europeia, geralmente no mês de maio do ano seguinte, informa-se que a classificação referente ao ano de 2023 não está, à presente data, disponível.</p>	Informação adicionada.
	<p>6.3. RECURSOS NATURAIS</p> <p>6.3.3. SITUAÇÃO ATUAL</p> <p>Relativamente à "Tabela 6.3.2 Síntese dos indicadores selecionados para o FS "Recursos naturais", indica-se que a DROTRH não tem competências sobre o indicador "Recursos hidrotermais existentes (n.º e listagem)", devendo ser alterada a sua fonte para DREC.</p>	Atualizado
	<p>ANEXO 01: REFERÊNCIAS ESTRATÉGICAS</p> <p>Atendendo a que o PRA e PGRH-Açores 2022-2027 já foram publicados, sugere-se que se elimine a referência "(Aguarda publicação)".</p>	Atualizado
	<p>VOLUME IV – RELATÓRIO NÃO TÉCNICO AMBIENTAL</p> <p>Relativamente a este relatório, propõe-se que todas as questões elencadas para o Relatório Ambiental sejam vertidas neste documento. Não obstante, indica-se o seguinte:</p> <p>De acordo com o parecer em matéria de RH, indica-se que na Tabela 2.1 – Quadro de Referência Estratégica da AAE as datas do ciclo do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores deverão ser corrigidas de 2016-2021 para 2022-2027, de acordo com a abreviatura.</p>	Atualizado em conformidade

Entidades	Parecer	Ponderação
Direção Regional de Obras Públicas (DROP)	Sobre o assunto em título e em resposta ao Vosso ofício Ref. SAIDRCPL/2023/ 197, datado de 15/12/2023, informa-se V. Exa. que, nesta fase - Fase 3 - Projeto de Plano, nada há a opor, tendo em conta o âmbito das competências desta Direção Regional e da legislação que rege a nossa atuação ao nível das estradas e de outras infraestruturas, pelo que o nosso parecer é favorável aos documentos agora apresentados.	Nada a referir
IROA, S.A.	Parecer favorável à AAE	Nada a referir
Direção Regional dos Assuntos Culturais (DRAC)	(Nada a referir para a AAE)	--

ANEXO_03: PROGRAMA DE EXECUÇÃO DA RPDM_VFC

Tabela A0.3_Descrição dos projetos

N.º	Designação	Orçamento (valores sem IVA)	Prioridade	Descrição	Entidade responsável e parceiros
1.1	Reforçar a utilização dos sistemas de informação geográfica pelos serviços municipais	50 000 €	I	Ações de formação, aquisição de equipamentos e software, de modo a criar um SIG interno ao qual todos os serviços têm acesso e que sirva de suporte à tomada de decisão nos vários domínios.	R: CMVFC
1.2	Reorientação estratégica do Pavilhão Multiusos	412 000 €	III	Qualificação do Açor Arena, dotando-o das especificações técnicas necessárias à sua homologação para modalidades federadas de pavilhão com o objetivo de o integrar na Rede de Ilha de Instalações Desportivas.	R: CMVFC P: Entidade com a tutela do desporto
1.3	Programa Integrado de Promoção Sociocultural pela Educação e Cultura	30 000 €	III	Criação de uma estrutura municipal, sem novos custos e com Recursos Humanos da edilidade, que programe e oriente todas as ações a nível sociocultural: redes de equipamentos (programas integrados); cooperação entre instituições públicas e privadas; promoção de iniciativas dos cidadãos. O orçamento diz respeito ao estudo para criação desta estrutura.	R: CMVFC
1.4	Qualificação do parque habitacional municipal	3 900 000 €	III	Obras de requalificação dos imóveis de habitação que pertencem à CMVFC	R: CMVFC
2.1	Plano Municipal de Ordenamento Florestal	30 000 €	I	Este plano visa estimular o setor privado para a atividade florestal, através de mecanismos de gestão que promovam a eficiência e rentabilidade. Também pretende promover parcerias entre o Município, a Região e Privados que visem o desenvolvimento sustentado das explorações florestais, criando um “efeito de demonstração” das potencialidades e benefícios da floresta, designadamente no setor da transformação, do turismo, dos recursos hídricos e do equilíbrio ecológico em geral.	R: CMVFC P: Entidade com a tutela dos recursos florestais
2.2	Implementação da UOPG 2 - Piquinhos	227 000 €	III	Dinamizar os agentes locais para a concretização da UOPG, tendo por referências os seus objetivos específicos, através da realização do levantamento topográfico e cadastral, contacto com os proprietários, estudo preliminar da solução urbanística, celebração de contrato de urbanização, controlo prévio da operação de loteamento.	R: Particulares P: CMVFC
2.3	Implementação da UOPG 3 – Ponta Garça	150 000 €	III	Dinamizar os agentes locais para a concretização da UOPG, tendo por referências os seus objetivos específicos, através da realização do levantamento topográfico e cadastral, contacto com os proprietários, estudo preliminar da solução urbanística, celebração de contrato de urbanização, controlo prévio da operação de loteamento.	R: Particulares
2.4	Construção da Rua dos Bombeiros de Vila Franca	50 000 €	I	Elaboração de projeto e empreitada	R: CMVFC
2.5	Construção da via de Meio Moio	300 000€	II	Elaboração de projeto e empreitada	R: CMVFC
2.6	Construção da via leste da Ponta Garça	2 000 000 €	II	Elaboração de projeto e empreitada	R: CMVFC
3.1	Plano Municipal de Arborização e Ajardinamento Urbano	40 000 €	I	Pretende-se implantar o ajardinamento e a arborização urbana, estimulando a parceria com os cidadãos através de programas de manutenção, educação ambiental, formação, divulgação e orientação técnica. O Plano visa aumentar a cobertura vegetal no tecido urbano, qualificando o espaço público, proporcionando benefícios para a qualidade de vida e para a imagem turística do concelho através da implantação de zonas amplamente arborizadas nos loteamentos, contribuindo a jusante para a permeabilidade e drenagem dos solos.	R: CMVFC

N.º	Designação	Orçamento (valores sem IVA)	Prioridade	Descrição	Entidade responsável e parceiros
3.2	Projeto de renaturalização da Ribeira da Praia	50 000 €	I	Desenvolvimento de um projeto no âmbito da arqueologia industrial, designadamente no sistema hidroelétrico da Ribeira da Praia. Visa a valorização turística do município, para além do seu contributo para a construção da identidade e o conhecimento da história dos Açores. Este programa permitiria a criação de um eventual Parque/Circuito Arqueológico.	R: CMVFC P: Entidade com a tutela da cultura
3.3	Criação de percursos interpretativos associados à energia hidroelétrica	60 000 €	I	Criação de trilhos pedestres com fornecimento de informação sobre a produção e Energia Hidroelétrica.	R: CMVFC
3.4	Plano Municipal de Gestão da Água	550 000 €	I	O projeto assenta nos seguintes objetivos operacionais e territoriais: i) Regularização de situações pontuais de quebra de abastecimento ou carência de água, principalmente, em aglomerados isolados e dispersos ou em situações de seca; ii) Redução das perdas de água através da melhoria das condições de captação e das redes de distribuição; iii) Recuperação das redes e equipamentos degradados; iv) Manutenção da qualidade de água abastecida para consumo humano e controlo dos respetivos parâmetros analíticos.	
3.5	Desenvolvimento do Programa "Praias da Vila"	20 000 €	I	Qualificação das zonas balneares do concelho pelo desenvolvimento de um novo conceito "Praias da Vila" de forma a potenciar uma das vantagens competitivas do Município, privilegiando as suas características naturais, físicas e de serviços, agregadas numa marca própria que favoreça a comunicação com o público, residente e turista, posicionando o concelho como "uma vila virada para o mar" aumentando a capacidade de atração.	R: CMVFC P: Entidade com a tutela do litoral
3.6	Centro de Interpretação da Reserva Natural do Ilhéu de Vila Franca do Campo	2 000 000 €	III	Este projeto pretende aliar a recuperação do Forte do Tagarete que constitui uma referência do património da 1ª Capital da Ilha de São Miguel, a sua valorização histórico-cultural, com a promoção e divulgação dos valores ecológicos, paisagísticos e humanos, materializando o estatuto do ilhéu como um verdadeiro "local protegido, classificado, com interesse pedagógico e turístico". Processo, concurso, adjudicação e obra.	R: CMVFC P: Entidade I com a tutela da cultura
3.7	Qualificação do Sistema de abastecimento de água e saneamento básico e gestão das infraestruturas	1 200 000 €	III	Reforço e integração da rede de drenagem e infraestruturas associadas (e.g. estações elevatórias); Beneficiação tecnológica dos equipamentos e estações de tratamento disponíveis com vista ao aumento da sua capacidade de tratamento; Implementação de novas estações de tratamento de águas residuais, infraestruturização dos respetivos coletores de drenagem e adoção das melhores tecnologias disponíveis	R: CMVFC
3.8	Sensibilização e Promoção Ambiental	20 000 €	I	Iniciativas diversas de sensibilização ambiental incluindo atividades educativas e formativas destinadas a todas as camadas etárias e a toda a população.	R: CMVFC
4.1	Roteiros turísticos (experiências gastronómicas/ a vivência do mar/festividades)	30 000 €	I	Apoio na divulgação do concelho como destino turístico e promoção de atividades associadas ao turismo (recreio náutico, mergulho, gastronomia, desporto aventura, ecoturismo, entre outros) através da colaboração com os vários agentes locais e promoção de roteiros.	R: CMVFC P: Entidade com a tutela do turismo
4.2	Criação da rede municipal de percursos turísticos pedestres	100 000 €	II	Construção de novos percursos. Conceção de plano de comunicação da rede.	R: CMVFC

N.º	Designação	Orçamento (valores sem IVA)	Prioridade	Descrição	Entidade responsável e parceiros
4.3	Programa de apoio às atividades tradicionais	1 000 000 €	I	Concessão de apoio financeiro para a criação de micro e pequenas empresas, ou para dinamizar empresas já existentes, que trabalhem com produção artesanal. O apoio pode ainda ser prestado sob forma de ajuda à formulação de projetos e candidaturas, isenção ou diminuição das taxas municipais, etc.	R: CMVFC
4.4	Programa de incentivo à economia de pequena escala de produção local (nos sectores da agricultura, pesca e comércio)	1 000 000 €	II	Traduz-se na concessão de incentivos para a criação de micro e pequenas empresas, ou para dinamizar empresas já existentes, como estratégia de desenvolvimento do concelho.	R: CMVFC
4.5	Implementação da UOPG 1 - Lombinha	1 280 805 €	III	Dinamizar os agentes locais para a concretização da UOPG, tendo por referências os seus objetivos específicos, através da realização do levantamento topográfico e cadastral, contacto com os proprietários, estudo preliminar da solução urbanística, celebração de contrato de urbanização, controlo prévio da operação de loteamento.	R: Particulares P: CMVFC
5.1	Provas e Concursos	25 000 €	I	Realização de Provas e Concursos destinados a distinguir produtos típicos do concelho e os seus produtores, contribuindo para o desenvolvimento e valorização das atividades tradicionais e para a sua divulgação a nível turístico.	R: CMVFC
5.2	Salvaguarda e divulgação do património edificado do concelho	60 000 €	I	Levantamento e caracterização de todo o património edificado no Concelho. Proceder à Classificação do património Identificado como de interesse municipal.	R: CMVFC P: Entidade com a tutela da cultura
5.3	Remodelação do Museu Municipal	1 200 000 €	II	Qualificação e remodelação das instalações do Museu.	R: CMVFC P: Entidade com a tutela da cultura
5.4	Requalificação do Edifício dos Paços do Concelho	1 800 000 €	II	A requalificação pretende criar as condições adequadas para proporcionar serviços públicos de excelência à comunidade, dignificando os espaços de trabalho dos eleitos locais, para além de qualificar o Salão Nobre dos Paços do Concelho. Inclui a intervenção no edifício contíguo (antigo Tribunal) de forma a albergar o gabinete técnico e serviços de atendimento ao público, tendo como objetivos a dinamização do centro urbano, a criação de estruturas de suporte físico à realização de projetos que contribuam para o reforço da coesão social, da solidariedade, do combate à exclusão social, promoção da participação e da cidadania. Inclui a elaboração do projeto de execução, a preparação do concurso para a adjudicação e execução de obra.	R: CMVFC
5.5	Manual de Boas Práticas Urbanísticas	50 000 €	I	Manual de normas para a intervenção e qualificação urbana no centro histórico e aglomerados rurais, contribuindo para a manutenção do património que é a identidade de um lugar. A herança dos antepassados deverá ser assumida promovendo a sua recuperação e modernização, contribuindo desta forma para a identidade e memória coletiva conferindo novos usos a espaços que se perderam com funcionalidades ultrapassadas, ganhando novas funções, novos espaços, novas dinâmicas.	R: CMVFC
5.6	Qualificação das Zonas Litorais	500 000 €	I	Elaboração e implementação de um projeto de intervenção nas zonas litorais do concelho, com vista a minorar os riscos de movimento de massa melhorar a relação funcional e visual na frente litoral do concelho.	R: CMVFC P: Entidade com a tutela do litoral

N.º	Designação	Orçamento (valores sem IVA)	Prioridade	Descrição	Entidade responsável e parceiros
5.7	Renaturalização da Praia da Vinha d'Areia	10 000 €	I	Pretende-se requalificar este espaço, repensando as suas estruturas de apoio, pela valorização dos seus elementos naturais e paisagísticos, de forma a constituir uma zona de elevada qualidade que beneficie a população e a atividade turística. Esta ação tem como objetivo a devolução da linha de costa ao seu estado natural, permitindo um aumento da qualidade da água, a manutenção da biodiversidade e aumento de municípios que usufruem e protegem estes espaços.	R: CMVFC
5.8	Conclusão e qualificação da Marina de Vila Franca do Campo	1 200 000 €	III	Conclusão da 3ª fase da infraestrutura da Marina ampliando a sua oferta de lugares de amarração de embarcações de recreio de maior tamanho, e particularmente a disponibilização de lugares a embarcações visitantes, assegurando a sua sustentabilidade financeira e afirmando este porto como um dos destinos de excelência da náutica de recreio dos Açores.	R: CMVFC
Total		19 294 805 €			



Matosinhos
R. Tomás Ribeiro, nº412 – 2º
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150
Fax (+351) 229 399 159
porto@quaternaire.pt

Lisboa
Av. António Augusto de Aguiar
nº15 – 5º Dto
1050-012 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200
Fax (+351) 213 513 201
lisboa@quaternaire.pt

www.quaternaire.pt